UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA

DINÂMICA TERRITORIAL DO POVO GALIBI KALI'NA DE OIAPOQUE-AP

EVILANIA BENTO DA CUNHA

Belém/PA
Agosto/2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA

DINÂMICA TERRITORIAL DO POVO GALIBI KALI'NA DE OIAPOQUE-AP

EVILANIA BENTO DA CUNHA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de doutorado em Geografia – Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia, sob a orientação do Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

Belém/PA
Agosto/2022

EVILANIA BENTO DA CUNHA

Relatório de atividades acadêmicas e de pesquisa apresentado para defesa de tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de doutor em Geografia.

Conceito: _____

Avaliado por:

_____.
Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha (Orientador)

_____.
Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (Avaliador Interno)

_____.
Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel (Avaliador Interno)

_____.
Profa. Dra. Maria do Socorro Almeida Flores (Avaliadora Externa)

_____.
Prof. Dr. Christian Nunes da Silva (Avaliador externo)

_____.
Profa. Dra. Arlete Silva de Almeida (Suplente)

Data: 28/09/2022.

Belém/PA

PALIPE (force), PANAPE (courage)

Écoute, chante, vie
Ainsi te murmure le Grand Esprit
Ses paroles d'une sagesse infinie
Écoute les, le coeur ouvert
Pour que puisse t'entendre la Mére Terre,
Notre Mére
Aussi sombre que sera ta raison
Tu chanteras pour lui donner son calme
Maintenant avance d'un pas rassuré
Car l'Esprit t'accompagne au-delá du sentier

Alexis Tiouka, 12/06/2020, (Aveyron) France

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esse trabalho, percebo que, embora precisemos estar só, numa atitude de concentração e construção da escrita, de reflexão de análise dos dados, esta é uma solidão necessária e, talvez por isso, passar pelo caminho de doutoramento seja tão difícil: porque precisamos estar em contato íntimo com nossas ideias a partir de uma concepção teórica e metodológica. Mas não somos só intelecto, somos também o sentir, sendo o resultado holístico de nós mesmos, o que proporciona um resultado, fruto de uma reflexão a partir do todo.

No bojo desse processo não estamos sozinhos, pois existe um leque de amparo que nos impulsiona a caminhar, a continuar e a chegar ao fim de uma jornada e início de muitas outras jornadas que foram se desenhando com as experiências e reflexões. Algumas vezes nesse caminho pensei que deveria fazer menção às tantas pessoas que me ajudaram a chegar até aqui, e tentarei fazer isso de uma forma cronológica dos acontecimentos e das pessoas.

Um primeiro agradecimento vai para a colega de trabalho Carina de Almeida, que me enviou o edital de seleção deste programa – resultado de uma recente parceria entre a Universidade Federal do Amapá - à qual sou vinculada - e a Universidade Federal do Pará; ter acesso a esse edital me proporcionou participar e ser aprovada nessa seleção.

Ao professor Ricardo Ângelo, que foi banca avaliadora e que, de uma forma muito humana, acolheu meu filho de um ano e oito meses na sala da entrevista; essa atitude naquele momento quebrou o paradigma de uma universidade indiferente às necessidades de uma intelectual, mulher, mãe, que quer e precisa continuar a pesquisar, mas que muitas vezes – por causa da maternidade e do sistema imposto às mulheres – se vê obrigada a parar.

À turma do doutorado de 2018, em especial, ao grupo do Encontro do Chop (dindin, geladinho), os colegas Ronaldo, Walisson, Sidney e Uedio; por sermos de outros estados nos identificamos, possibilitando encontros de partilhas pessoais e acadêmicas, nos encorajando na caminhada.

À amiga Cristiane Farias, que me cedeu a babá de sua filha para guardar meu filho durante a primeira disciplina cursada; à Dona Neide, minha anfitriã no Airbnb, durante minha estadia em Belém, que muitas vezes me socorreu com meu filho; a toda a equipe da escola Corujinha, que guardou muito bem meu filho, possibilitando um tempo para dedicação à leitura.

À minha comadre Poena Lia, que muitas vezes me deu suporte, seja na guarda de Miguel, seja na escuta de minhas formulações de ideias.

À minha amiga Alice, que durante meu primeiro mês de instalação em Belém, foi me ajudar com todo o processo de adaptação para Miguel Warahy, meu filho, e para mim também.

À Edna, minha prima, que recebeu Miguel em sua casa para eu participar de eventos, além de se ocupar praticamente todas as noites de contar histórias para Miguel antes de dormir.

A toda a minha família, com destaque para Mônica, minha cunhada, que concordou com a árdua tarefa de cuidar de meu filho durante dez meses, para que eu me dedicasse exclusivamente à tese. À Auxiliadora, minha outra cunhada, que proporcionou tempos de descanso e cuidados para mim.

À coordenação do PPGEO à época – em especial a secretária Cleo, que nos recebia com muita educação, gentileza e seriedade profissional; aos coordenadores que assumiram suas funções com dedicação dando encaminhamento aos procedimentos burocráticos.

Ao professor orientador Gilberto Miranda Rocha, que aceitou me orientar e, com sua calma e paciência, me desacelerou na minha ansiedade e, muitas vezes, após nossas orientações, me provocou reflexões sobre a vida e não somente sobre a tese; por sua gentileza e suavidade durante as orientações; pelo encorajamento para seguir o caminho e algumas vezes mudar a rota para chegar ao fim.

Ao colegiado do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, ao qual sou vinculada como professora, e à Universidade Federal do Amapá, que me proporcionaram um afastamento para qualificação, dirimindo a sobrecarga de se qualificar e trabalhar ao mesmo tempo, compreendendo esse tempo de dedicação como um trabalho.

O meu agradecimento muito especial ao povo Kali'na, que aceitou a minha pesquisa; à comunidade do Galibi, que me acolheu durante quatro meses, nessa jornada; agradeço aos três núcleos familiares: sendo da parte do Senhor Geraldo Lod, Gregório Lod num primeiro momento e Lucília Lod em várias ocasiões; da parte de José Jeanjacque, o cacique Miguel Jeanjacque e toda sua família desfrutamos de muitos momentos juntos, Tereza Jeanjacque que também conversamos muitas vezes, e Elizabethe Jeanjacque que me recebeu em sua casa no Pará bem no início da pesquisa; a Calixto Jeanjacque, que me cedeu o primeiro mapa elaborado pela plantel no processo de demarcação da Terra Indígena Galibi. Do núcleo do Senhor Julien Lod, pude conversar com Diana Lod e Cristina Lod.

Agradeço imensamente à Cristina Lod, à nossa trajetória juntas – que não é apenas de uma pesquisa, mas de uma vida e talvez muitas vidas de amizade, de trocas, de conversas nossas, sendo essas conversas de força e entusiasmo pra continuar a labuta; esse papel não é suficiente para dizer o que Cristina é para minha existência.

Agradeço ainda às quatro jovens mulheres, lideranças do povo Kali'na no Brasil, que tive a honra de conhecer antes e durante essa pesquisa:

À Renata Lod, por nossas muitas conversas desde a Licenciatura Intercultural Indígena; essas conversas considero verdadeiras epistemologias e ontologias do ser Kali'na, por suas posições claras e sinceras, característica própria Kali'na, que me ajudaram e ajudam numa prática assertiva e madura das reflexões da tese e da vida. Ao Deka, seu esposo, que muito me ajudou – sobretudo na logística; ao Sebastien e Samuel seus filhos – Samuel é uma alma gêmea do meu filho, a amizade dos dois me proporcionou momentos de paz.

À Jaqueline Jeanjacque, que me recebeu na sua casa na comunidade Galibi, com muita simplicidade e abertura quando não havia mais lugar para eu me instalar na comunidade – o que comprometeria o tempo de vivência para conhecer a comunidade; ela abriu sua casa, me cedendo um quarto e depois a cozinha externa, me proporcionando uma vida independente das dependências de sua casa.

À Kassia Lod, que havia sido minha aluna no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, e que pude reencontrar em outras esferas da vida, como colega de pesquisa e como liderança política, onde cada conversa nossa é um jato de esperança sobre os direitos indígenas que se soma.

À Sônia Jeanjacque, uma mulher guerreira de voz doce e forte, que tive o prazer de me aproximar por causa da pesquisa com os Kali'na, mas que já admirava de longe e que continuaremos na lida da vida, com nossas pautas de ser mulher num universo de tomada de decisão, de expressão da justiça social e de luta, porque viver é lutar cada dia.

Quero agradecer a todos os Kali'na que - mesmo não citando os nomes - foram importantes nessa minha caminhada e seguirão sendo porque se tornaram parte de minha vida.

Um agradecimento especial a Alexis Tiouka, que me acompanhou durante toda essa jornada, nos altos e baixos e a cada desafio da pesquisa sempre me motivando e dando suporte para que eu continuasse colaborando com textos e documentos e me auxiliando nas minhas reflexões através de nossos diálogos.

Agradeço a Walton Claudio Junior, amigo que me acompanhou nesse processo, que sobretudo depois da qualificação, suportou a tabua de maré que se transformou a minha vida com uma grande variação de emoções; sua presença física e sua colaboração na casa me permitiu tempo inclusive para o ócio produtivo.

Agradeço aos amigos Eduardo Margarit e Cleuton Miranda, sua ajuda – em especial em cuidar de Miguel Warahy – em muitos momentos foi crucial para a finalização desse trabalho; os incentivos de Eduardo com sua doçura e gentileza e a técnica de Thon com a cartografia foram importantíssimos.

Agradeço a Renan, meu terapeuta, que me auxiliou profissionalmente a caminhar com minhas frustrações e a valorizar os meus progressos.

Agradeço ainda às amigas Patrícia Rocha e Rosilene Tuxá, que em vários momentos tive diálogos que proporcionaram uma reflexão de conceitos que essa tese aborda; talvez não estejam escritas profundamente como foram nossos diálogos, mas amadurecerão com o tempo e provavelmente serão temas de próximas pesquisas.

À professora Arlete Silva de Almeida, que no momento da crise existencial e intelectual que passei no meu caminho doutoral, tive a honra de encontrá-la para cursar uma disciplina de cartografia. Essa disciplina era o nível extremo de me desafiar pois, em toda a minha trajetória na Geografia, a base técnica foi meu calcanhar de Aquiles. A professora Arlete foi um bálsamo na minha ferida; com doçura, paciência e compromisso profissional me mostrou a maturidade de uma verdadeira educadora.

Agradeço a abertura e acolhida dada pela Primeira Comissão de Fronteira de Belém, em especial, à servidora Ivete, que me acolheu muito bem com flexibilidade para que eu pudesse fazer uma boa pesquisa documental, que infelizmente foi interrompida por causa da pandemia.

Ao Museu Goeldi, ao Centro de Documentação, em especial à Suzana e Manuela Karipuna, que me indicaram os caminhos para o Centro de Documentação, onde pude ter contato com o acervo bruto do pesquisador Expedito Arnaud, despertando a curiosidade científica, e a todos os funcionários que me acolheram com muita delicadeza.

À Funai de Belém, em especial ao Frederico, que me apresentou a servidora Consuelo, que me possibilitou ter acesso aos documentos digitalizados do SPI e me despertou para buscar esse acervo no projeto de documentação coordenado pela Prof.ª Dra. Gelsama Mara Ferreira dos Santos.

À equipe que colaborou na oficina de cartografia social no processo final da tese, possibilitando a geração de documentos; meu muito obrigada ao doutorando em antropologia Vinicius Cosmos Benvegnú; ao graduando em Geografia Leonardo Lopes; ao graduando em Licenciatura Intercultural Indígena e comunicador e cineasta indígena Davi Marworno.

À Socorro Moura e família, que na reta final da tese me proporcionaram um espaço acolhedor na sua casa para os ajustes necessários ao processo de finalização da escrita.

A todos os amigos que torceram por mim nessa construção acadêmica de doutoramento, sendo suporte afetivo para o equilíbrio entre o pensar e o sentir.

Essa tese é dedicada aos Kali’na e ao meu filho Miguel Warahy que - durante esses quatro anos - teve que disputar o tempo de minha dedicação. A ele, que muitas vezes tive que

dizer: “vá, brinque sozinho, eu tenho que trabalhar”, aprendendo desde muito cedo a administrar as ausências.

Sem dúvida, tem memórias e pessoas que não estão citadas nessa lista de agradecimentos, mas que foram importantes para elaboração e conclusão dessa tese. Meu muito obrigada a todos e todas.

RESUMO

Esta pesquisa tem a finalidade de apresentar a dinâmica territorial do povo Galibi Kali'na, principalmente, no que diz respeito à territorialização no Brasil. O povo Kali'na é um povo originário, cujo o espaço de origem é desde a Venezuela até a Guiana Francesa e, em julho de 1950, ao se deslocar pelo Platô das guianas, na área da Guiana Francesa, reconstruiu sua vida às margens direitas do rio Oiapoque, no estado do Amapá – Brasil. A ausência de um olhar geográfico sobre esse processo dos Kali'na do Brasil nos instigou a proposição de uma tese tendo em vista que é uma matéria desconhecida do universo acadêmico da Ciência Geográfica, já que a pesquisa não abordou apenas questões relacionadas a um Território Indígena, mas a um grupo autóctone que fez uma migração com negociações internacionais. Indagamos como se deu o processo de ocupação e instalação desse grupo no Brasil, uma vez que esse território não fazia parte da sua rota de deslocamento? Quais articulações políticas e institucionais foram necessárias mover para a demarcação da Terra Indígena Galibi? Por que essa Terra Indígena na região de Oiapoque foi a primeira a ser homologada? Que elementos definiram a área demarcada? Quais os fatores que interferiram na dinâmica populacional da T. I. Galibi? O que se sustenta em termos de tese é que a dinâmica territorial Kali'na, considerando sua vivência na Guiana Francesa e sua instalação no Brasil, ocorreu por uma mobilização política desse povo que embora tenham sido poucas famílias a fazerem a migração. Ao chegarem no Brasil, tiveram a primeira Terra Indígena demarcada na região de Oiapoque pelo Decreto 87.844 de 24/11/1982. E ainda com relações comerciais estabelecidas desde a Guiana Francesa e que teve continuidade ao chegar no Brasil tendo a agricultura como principal atividade econômica - o que vai sendo alterado para o setor de serviços, sobretudo na condição de servidores públicos. Esse trabalho objetiva analisar a dinâmica territorial dos Galibi Kali'na de Oiapoque nos setenta anos de presença no Brasil, levando em consideração três elementos da/na dinâmica territorial, a saber: 1. O deslocamento desse povo da Guiana Francesa para o Brasil e o contexto sócio-político-econômico; 2. A instalação e as relações estabelecidas com a nova terra do ponto de vista da natureza e da sociedade; 3. O olhar dos próprios Kali'na sobre o Território. Para atingir esse objetivo geral elencamos os seguintes objetivos específicos: verificar o território expandido dos Galibi Kali'na no arco norte das Guianas; entender o processo de formação do Território Kali'na no Brasil; mapear a organização dos Galibi Kali'na e os desafios da Terra Indígena Galibi. Fizemos uso de metodologia espaço temporal, sendo o recorte temporal os 70 anos, desde a territorialização no Brasil e o espacial a própria T.I. Galibi. A pesquisa bibliográfica foi se construindo ao longo do doutoramento, nas disciplinas cursadas, na participação em eventos e nas diversas interações, tendo como meta subsidiar o entendimento dos conceitos de território, dinâmica territorial, povo Kali'na, decolonialidade. Os Kali'na viveram diferentes acordos institucionais na sua territorialização no Brasil; para concluir isso, utilizamos a pesquisa documental como instrumento para demonstrar os acordos legais estabelecidos por esse povo e a geração de novos documentos e mapas a partir dos relatos orais concedidos formalmente por meio de entrevistas e informalmente por meio de conversas cotidianas. A pesquisa de campo com imersão de vivência auxiliou na continuidade e escolhas durante a construção da tese. A organização dos resultados da tese se desenvolve em quatro capítulos: o primeiro, intitulado "Território conceitos e vivências", apresenta a base conceitual; o segundo, "O contexto da migração Kali'na", faz uma retrospectiva histórica e documental da situação política e institucional no Brasil e na Guiana Francesa na decisão de saída de parte desse povo da Guiana; o terceiro, "Territorialização dos Kali'na no Oiapoque Brasil", apresenta os elementos de territorialização, o uso e reprodução da terra, a organização espacial a partir da cultura, a escola como mediadora de fluxos; o quarto, "A visão Kali'na do território: cartografia social em perspectiva", a partir da utilização da metodologia da cartografia social para mostrar como os próprios Kali'na se veem no território.

Palavras chave: Galibi Kali’na. Geografias Indígenas. Oiapoque. Platô das Guianas. Território.

ABSTRACT

The research focus on to present the territorial dynamics of the Galibi Kali'na people, mainly with regard to Brazil's territorialization. The Kali'na are a native people, whose origin space is starting from Venezuela to French Guiana and, in July 1950, when moving through the Guiana Plateau, in the French Guiana area, they rebuilt their life on the right banks of the Oiapoque river, in the state of Amapá – Brazil. The absence of a geographical point of view of the Kali'na's process in Brazil prompted us to propose a thesis, considering that it is an unknown subject in the academic universe of Geographic Science, since the research did not only address issues related to an Indigenous Territory, but to an autochthonous group that made migration with international negotiations. We ask ourselves how the process of occupation and installation of this group in Brazil took place, since this territory was not part of their displacement route? What political and institutional articulations were necessary to move for the demarcation of the Galibi Indigenous Land? Why was this specific Indigenous Land in the Oiapoque region the first to be homologated? What elements defined the demarcated area? What factors interfered in the population dynamics of Galibi's Indigenous Land? What is sustained in terms of thesis is that the territorial dynamics of Kali'na, considering their experiences in French Guiana and its installation in Brazil, occurred due to a political mobilization of this people who, although were formed by just a few families, made the migration. Upon arriving in Brazil, they had the first Indigenous Land demarcated in the Oiapoque region by Decree 87,844 of 11/24/1982. And even with commercial relations established since French Guiana and that continued when arriving in Brazil with agriculture as the main economic activity - which is being changed to the service sector, especially in the condition of public servers. This work aims to analyze the territorial dynamics of the Galibi Kali'na of Oiapoque in the seventy years of their presence in Brazil, taking into account three elements of/in the territorial dynamics, namely: 1. The displacement of this people from French Guiana to Brazil and the socio-political-economic context; 2. Their installation and relationships established with the new land from the point of view of nature and society; 3. The Kali'na's own view of the Territory. To achieve this general objective, we list the following specific ones: to verify the expanded territory of Galibi Kali'na people in the northern arc of the Guianas; understand the formation process of the Kali'na Territory in Brazil; to map the organization of the Galibi Kali'na and the challenges of the Galibi Indigenous Land. We made use of a space-time methodology, with temporal cut being the 70s, since the territorialization in Brazil and as spatial one, the Galibi Indigenous Land itself. The bibliographic research was built throughout the doctorate, in the subjects taken, the participation in events and in the various interactions, with the goal of subsidizing the understanding of concepts of territory, territorial dynamics, Kali'na people, decoloniality. The Kali'na lived through different institutional arrangements in their territorialization in Brazil; to come to this conclusion, we used documentary research as instrument to demonstrate the legal agreements established by these people and the generation of new documents and maps from oral reports formally granted through interviews and informally through everyday conversations. Field research with immersion of experience helped with the continuity and choices taken during the thesis building. The organization of the thesis results is developed in four chapters: the first, entitled “Territory, concepts and experiences”, presents the conceptual basis; the second one, “The context of Kali'na migration”, makes a historical and documentary retrospective of the political and institutional situation in Brazil and French Guiana on the decision part of that people took to leave the Guiana; the third, “Territorialization of the Kali'na in Oiapoque Brazil”, presents the elements of territorialization, the use and reproduction of land, the spatial organization based on culture and the school as a mediator of flows; the fourth, “The Kali’na view of the territory: social cartography in perspective”, using the methodology of social cartography to show how the Kali’na see themselves in the territory.

Keywords: Galibi Kali’na. Indigenous Geographies. Oiapoque. Guiana Plateau. Territory.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AP – Amapá

APP – Área de Proteção Permanente

CCPIO – Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CF – Constituição Federal

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CTL – Coordenação Técnica Local

FLOTA – Floresta Estadual do Amapá

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPE – Instituto de Pesquisa e formação Indígena

ISA – Instituto Socioambiental

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PNGATI – Programa Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas

SOMEI – Sistema Modular de Educação Indígena

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

T. I. – Terra Indígena

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: atividade com alunos da escola sobre a roça, séries iniciais em primeiro plano 32
Figura 2: atividade com alunos da escola sobre a roça: 3º, 4º e 5º ano em primeiro plano 32
Figura 3: localização geográfica, uso de GPS para mapear a roça 33
Figura 4: explicação da atividade e orientação para os passos de retorno 33
Figura 5: observação de mudança no perfil da vegetação 34
Figura 6: imagem do rio Oiapoque feito da voadeira 38
Figura 7: rede de distribuição de energia 39
Figura 8: Carbet tradicional em Awala Guiana Francesa 45
Figura 9: casa no Galibi de Oiapoque no ano de 2019 46
Figura 10 e 11: ritual Epikodono em Awala (Guiana Francesa) 46
Figura 12: foto de uma exposição sobre o ritual do Epikodono 47
Figura 13: foto de uma exposição sobre o ritual do Epikodono 47
Figura 14: poema sobre a terra de Alexis Tiouka 56
Figura 15: começo do território Kali'na 60
Figura 16: representação de uma cosmovisão Kali'na 61
Figura 17: contra capa do livro do Marechal Rondon 69
Figura 18: documento francês sobre a migração dos Kali'na para o Brasil 70
Figura 19: documento francês sobre a migração dos Kali'na para o Brasil 71
Figura 20: nota de relatório enviado ao governador de Cayenne 71
Figura 21: solicitação de passagem aéreas para os Kali'na de Oiapoque a Belém 1949 73
Figura 22: marco limítrofe H tem como referência a Terra Galibi 75
Figura 23: documento do SPI reportando a chegada dos Kali'na no Brasil 84
Figura 24: documento do SPI reportando a chegada dos Kali'na no Brasil 85
Figura 25: documento do SPI reportando a chegada dos Kali'na no Brasil 86
Figura 26: documento de Eurico Fernandes para Expedito Arnaud 88
Figura 27: relatório enviado ao governador de Cayenne 89
Figura 28: croqui do município de Oiapoque 90
Figura 29: croqui dos povos Indígenas de Oiapoque 91
Figura 30: croqui com identificação de marcos para delimitar os limites entre o território brasileiro e da Guiana Francesa 96
Figura 31: Joseph Lod e Ema sentados na sua casa na década de 1950 102
Figuras 32 e 33: frutíferas e plantas no Galibi fev./2022 103
Figura 34: mapa da demarcação da T.I. Galibi 106
Figura 35: censo demográfico do Amapá em 1960 e 1970 111
Figura 36: censo demográfico do Amapá em 1960 e 1970 112
Figuras 37 e 38: mapa mental da comunidade Galibi em 1950 114
Figura 39: diário de classe da Escola rural de Galibi 1962 124
Figuras 40 e 41: mapa mental de 1980 125
Figura 42: diário de classe de 1981 125
Figura 43: diário de classe 126
Figura 44: vista da casa do Gordo 129

Figuras 45 e 46: mapa mental da comunidade Galibi 2020 130
Figura 47: ida para roça 138
Figura 48: crianças na roça 138
Figura 49: limpeza da roça 139
Figura 50: visão geral da roça 139
Figura 51: retorno da roça 139
Figuras 52 e 53: roça de 2019 de Nonato 140
Figura 54: abacaxi que margeia a roça 143
Figura 55: carro de mão com mandioca 143
Figuras 56 e 57: carteira de vendedor na cidade de Saint George - Guiana Francesa 145
Figura 58: desenhos 151
Figura 59: desenhos da roça dos alunos do 3º ano 152
Figura 60: atividade sobre percurso para roça 153
Figura 61: apresentação do objetivo da oficina 156
Figura 62: apresentação do objetivo da oficina 157
Figura 63: começando o mapeamento 158
Figura 64: escuta dos jovens 159
Figura 65: delimitação de um marco central 159
Figura 66: definição dos bancos de areias e de pescas na foz do rio Oiapoque 160
Figura 67: uma pausa para as narrativas 161
Figura 68 e 69: Valber e Renata na localização das ilhas 162
Figura 70 e 71: acabamentos na representação do mapa mental 162
Figura 72: informações checadas entre segunda e terceira geração de Kali'na 163
Figura 73: finalização do mapa 163
Figura 74: recorte do mapa mental situando a vila e as ilhas em frente 165
Figura 75: foto final da oficina 165
Figura 76: atividade das crianças 166
Figura 77: Ponte Binacional 168
Figuras 78 e 79: marco limite 2 da T.I. Galibi conhecido como Lago do Peixe Podre 174
Figura 80: Aldeia Kuai Igarapé do Taparabu 176
Figuras 81, 82,83,84,85,86: metodologia para escaneamento de mapa mental 180
Figura 87: apresentação da oficina de cartografia 181
Figura 88: apresentação do software 181
Figura 89: oficina do QGIS 181
Figura 90: elaboração de mapas 182
Figura 91: elaboração de mapas-1..... 182

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Esquema da relação entre os pensadores indígena, antropólogo e geógrafo 52
Gráfico 2: Representação do território na cosmovisão do povo Kali'na 59
Gráfico 3: Pontos cardeais Kali'na 59
Gráfico 4: Esquema Território 65
Gráfico 5: Fluxograma da distribuição das roças de Nonato por ano e o caminho que as interliga 144

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização das Terras Indígenas Galibi, Juminã e Uaçá 23
Mapa 2: Presença dos Kali'na no Platô das Guianas 64
Mapa 3: Uso e cobertura da terra do município de Oiapoque 81
Mapa 4: Rota da migração Kali'na para o Brasil 104
Mapa 5: Localização das roças da comunidade Galibi 147
Mapa 6: Resultado da oficina de cartografia social 167
Mapa 7: Lugares sagrados para os Kali'na 169
Mapa 8: Destaque para elementos da cultura 172
Mapa 9: Hipsometria da T.I. Galibi 174
Mapa 10: Destaque para elementos de fluxo e deslocamento 175
Mapa 11: Projeção do ramal do Galibi 177
Mapa 12: Destaque para elementos locais de comercialização 178

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Referências elencadas e comentadas 26
Quadro 2: Ratificação da Convenção 169 da OIT pelos países latinos americanos 58
Quadro 3: Estatística da cobertura vegetal do município de Oiapoque – 2019 81
Quadro 4: Dados Genealógicos. 101
Quadro 5: Famílias que habitavam o Galibi na Década de 1950 113
Quadro 6: Mapa Populacional da T.I. Galiby (ALDEIA GALIBY) 114
Quadro 7: Famílias Kali'na que moram na comunidade do Galibi em 2019 119
Quadro 8: Famílias não Kali'na que compõem a comunidade do Galibi em 2019 120
Quadro 9: Famílias Kali'na que moram em Oiapoque com vínculo com a comunidade 121
Quadro 10: Alunos Matriculadas na Escola de 1960 a 1963 123
Quadro 11: Alunos Matriculadas de 1981 a 2000 126
Quadro 12: Alunos Matriculadas de 2001 a 2019 127
Quadro 13: Atividades desenvolvidas durante o ciclo lunar 133
Quadro 14: Estações do ano e ciclo de uma roça 136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 21

A QUESTÃO 21

METODOLOGIA 25

UM RETRATO DA TESE 36

EXPERIÊNCIA DE UM APRENDIZADO DE ESCUTA 38

CAPÍTULO 1: TERRITÓRIO, CONCEITO E VIVÊNCIA 42

1.1 TERRITÓRIO: UMA VISÃO INDÍGENA 54

1.2 A TERRITORIALIDADE INDÍGENA NA DECOLONIALIDADE 62

SINTESE DO CAPÍTULO 1 65

CAPÍTULO 2: O CONTEXTO DA MIGRAÇÃO DOS KALI'NA 67

2.1 A GUIANA FRANCESA E O TERRITÓRIO DE ININI 67

2.1.1. Políticas sociais no Brasil e na França (francisação) 76

2.2 CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO 77

2.2.1. Colônia agrícola de Clevelândia 78

2.2.2. Emancipação da cidade de Oiapoque 79

2.2.3. O SPI na fronteira Norte 82

2.3 OS KALI'NA NO PLATÔ DAS GUIANAS 92

SINTESE DO CAPÍTULO 2 98

CAPÍTULO 3: TERRITORIALIZAÇÃO DOS KALI'NA NO OIAPOQUE BRASIL 99

3.1 INSTALAÇÃO DOS KALI'NA: 1950 A 1975 99

3.2 DO SPI À FUNAI: A DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA 106

3.3 A POPULAÇÃO DA COMUNIDADE DOS GALIBI E OS CONTÍNUOS FLUXOS 110

3.4. A ESCOLA COMO INTERMEDIADORA DE RELAÇÕES E DE FLUXOS 123

3.5 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AS RELAÇÕES COMERCIAIS 132

SÍNTESE DO CAPÍTULO 3 147

CAPÍTULO 4 - A VISÃO KALI'NA DO TERRITÓRIO: CARTOGRAFIA SOCIAL EM PERSPECTIVA 149

4.1 CARTOGRAFIA SOCIAL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E REPRESENTAÇÃO COLETIVA 154

4.2 A OFICINA DE CARTOGRAFIA SOCIAL 156

4.3 ANÁLISE DAS NARRATIVAS E DOS ELEMENTOS QUE ESTÃO NO MAPA MENTAL 167

4.4 DEVOLUTIVA À COMUNIDADE: OFICINA DE QGIS 179

SÍNTESE DO CAPÍTULO 4 1833

CONSIDERAÇÕES DE UM PROCESSO EM FINALIZAÇÃO 1844

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1877

ANEXOS 1955
APÊNDICES 200200

INTRODUÇÃO

A QUESTÃO

Este estudo tem a finalidade de tentar interpretar a dinâmica territorial do povo Galibi Kali'na, principalmente no que diz respeito à territorialização no Brasil. O povo Kali'na é um povo originário, cujo o espaço de origem é desde a Venezuela até a Guiana Francesa e que, em julho de 1950, ao se deslocar pelo platô das guianas, na área da Guiana Francesa, reconstituiu sua vida às margens direitas do rio Oiapoque, no estado do Amapá (AP) – Brasil.

O contexto político na Guiana para as populações indígenas era desfavorável; é importante citar que na década de 1930 o Território Guianense havia sido dividido administrativamente entre Guiana Francesa – que abrangia a região centro norte, incluindo Cayenne e o Território de Inini ao sul, que abarcava as florestas do interior com uma vasta rede hidrográfica. Dentre essas, encontrava-se na região do rio Maroni e Maná, presença dos Kali'na. No primeiro momento, os indígenas eram protegidos por políticas de Estado, mas sofreu com as várias alterações jurídicas de 1946 a 1969, quando foi extinto o território de Inini.

É mister lembrar que, na gestão do antigo Território de Inini, na fala do governador, em 1952 já existia um serviço de proteção aos indígenas, a exemplo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Brasil. Segundo Guyon (2013, p 49), a ação do Estado junto aos indígenas na Guiana Francesa era executada através dos etnólogos, sendo estes os porta vozes do Estado, como a citação apresentada no artigo "De primitivos a autóctones" de Stephanie Guyon (2013):

> *J'ai l'honneur de vous informer qu'un service de protection des populations primitives existe déjà en Guyane, dans une forme qui n'est peut-être pas définitive, parce que les ethnographes chargés de s'en occuper jusqu'à présent, n'avaient pas défini les problèmes d'ensemble se rapportant à toutes les populations primitives qui vivent dans l'arrondissement de l'Inini* (SOUS-PRÉFET DE L'ININI, 1952 apud STEPHANIE GUYON, 2013, p. 49).

Buscamos compreender a dinâmica territorial dos Kali'na de Oiapoque desde 1950 – quando chegaram ao Brasil; não nos ateremos ao processo migratório desse grupo do ponto de vista antropológico, como os detalhes da viagem. Contudo, dentro do viés geográfico, apontaremos elementos sociais e econômicos para o deslocamento dos Kali'na, tendo em vista que, para os povos indígenas, o território tradicional ultrapassa as fronteiras estabelecidas

pelos Estados-Nação. Dessa forma, o que ocorre muitas vezes é o deslocamento e não a migração.

Contudo, para esse grupo autóctone, as rotas de deslocamentos na maioria das vezes estavam condicionadas à subsistência da pesca, podendo navegar grandes distâncias nos rios e oceanos. Mas quando se trata de uma migração definitiva, como foi o caso desse grupo, as razões advêm de cisões provocadas pelo xamanismo (conversas informais com Claudia Renata Lod e Alexis Tiouka, 2019/2020).

Desse modo, pretendemos ao longo dessa tese trilhar um caminho teórico que nos aponte que conceito melhor se aplica no caso específico dos Kali'na de Oiapoque-AP, uma vez que o Brasil não fazia parte da rota de deslocamento desse povo. A terra indígena (T. I.) hoje demarcada é fruto de negociação política entre as lideranças Kali'na, o SPI e o Estado Brasileiro. Destarte, nos propomos a aprofundar o conceito de Dinâmica Territorial de povos autóctones.

O trabalho busca compreender a dinâmica dos Kali'na da T.I. Galibi durante esses 70 anos que esse núcleo familiar habita no município de Oiapoque. O município de Oiapoque localiza-se no extremo norte do estado do Amapá, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. A presença de populações tradicionais nessa região remete ao período anterior à chegada dos europeus. Atualmente, os povos Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kali'na, totalizam uma população aproximada de sete mil habitantes – segundo Censo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 2017 – distribuídos entre os rios Curipi, Uaçá, Urukauá, e Oiapoque, respectivamente, em três Terras Indígenas: Uaçá, Juminã e Galibi, como mostra o Mapa 1.

A ausência de um olhar geográfico sobre esse processo dos Kali'na do Brasil nos instiga à proposição de uma tese, tendo em vista que é uma matéria desconhecida do universo acadêmico da Ciência Geográfica, uma vez que a pesquisa não abordará apenas questões relacionadas a um Território Indígena, mas a um grupo autóctone que fez uma migração com negociações internacionais.

Indagamos como se deu o processo de ocupação e instalação desse grupo no Brasil, uma vez que esse território não fazia parte da rota de deslocamento desse grupo autóctone. Quais as articulações políticas e institucionais foram necessárias mover, para a demarcação da Terra Indígena Galibi? Por que essa Terra Indígena na região de Oiapoque foi a primeira a ser homologada? Que elementos definiram a área demarcada? Quais os fatores que interferiram na dinâmica populacional da T. I. Galibi? Essas questões nos auxiliarão na análise da dinâmica territorial Kali'na e sua territorialização no Brasil.

Mapa 1: Localização das Terras Indígenas Galibi, Juminã e Uaçá.

Fonte: Acervo digital da Funai - Coordenação Técnica Local (CTL), Oiapoque/AP, 2014.

Cabe definir os termos que utilizaremos para os indígenas ao longo da escrita dessa tese. Faremos uso do conceito de "povo Kali'na" enquanto nação constituída de uma identidade própria com língua e costumes próprios; também usaremos o conceito de "povo originário", ou seja, aqueles que habitavam essa terra antes da chegada dos colonizadores. Dessa forma, esse conceito se apresentará para demonstrar uma relação entre a colonialidade e decolonialidade. Utilizaremos ainda conceitos de "autóctones" e "indígenas"; esses dois termos têm o mesmo sentido e aparecem nos documentos e nas leis sobre direitos humanos, em escala internacional e nacional, ao tratar dos povos originários, como por exemplo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da Organização das Nações Unidas (ONU), a Constituição Federal do Brasil de 1988, mas também as organizações que apoiam esses povos como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Instituto Socioambiental (ISA) e os próprios povos originários que utilizam o termo "indígena" para definir o movimento político de ação social em prol de suas causas coletivas, identificadas como "Movimento Indígena".

Embora os indígenas, dentro do pensamento decolonial, como afirma Daniel Munduruku: "Eu sou Munduruku e não índio; o termo índio foi dado pelo colonizador. O meu povo é Munduruku". Essa autoidentificação com o povo tem crescido, sobretudo entre os intelectuais indígenas como Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Edson Kayapó, Rosilene Tuxá, dentre outros. Partindo dessa lógica, faremos uso em alguns momentos somente o termo Kali'na.

Vale salientar que a opção de utilizar todos os termos representa uma sobreposição temporal dada aos povos originários, respeitando a evolução conceitual e dialogando numa perspectiva de decolonialidade e de respeito aos processos que cada povo vive - nesse caso especial, o povo Galibi Kali'na. Não existe uma confusão conceitual do termo indígena, mas uma opção consciente de utilizar todos os termos ao longo da tese, de acordo com a exposição feita, que ora será de povo, ora de originário, ora de indígena, ora de Galibi Kali'na ou simplesmente Kali'na.

Outra informação quanto a forma da escrita, será a pessoa do tempo verbal, nós optamos por utilizar a primeira pessoa do plural para demonstrar a colaboração entre orientador e orientando no decorrer da pesquisa e que partimos também do suporte teórico somando a esse coletivo. Utilizaremos a terceira pessoa do singular como forma de isenção e neutralidade científica, mas também será utilizado – em alguns momentos – a primeira pessoa do singular porque essas falas advêm da experiência particular da pesquisadora e também porque existe um movimento dentro do Movimento Indígena, com base nos teóricos da decolonialidade, de ouvir os "eus" não falados na Ciência Acadêmica. As falas de Ailton Krenak no livro "Ideias para adiar o fim do mundo" respondem a essa opção de trazer para o universo acadêmico as subjetividades:

> Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa. A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais. […] O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (KRENAK, 2019, p. 15).

No estado da arte dos Kali'na, vimos que existem alguns trabalhos sobre os Galibi Kali'na de Oiapoque na perspectiva da Antropologia; mesmo assim temos poucas publicações no Brasil, como os trabalhos de Expedito Arnaud, Lux Vidal, um artigo comparativo entre os Tikunas na fronteira entre Brasil e Colômbia da antropóloga Claudia Lopez Garcez. Na literatura francesa podemos encontrar um pouco mais, em especial, nos trabalhos do antropólogo Gerard Collomb e da linguista Odille Lescure.

O que se sustenta em termos de tese é que a dinâmica territorial Kali'na, considerando sua vivência na Guiana Francesa e sua instalação no Brasil, ocorreu por uma mobilização política desse povo e que, embora tenham sido poucas famílias a fazerem a migração, ao chegarem no Brasil tiveram a primeira Terra Indígena demarcada na região de Oiapoque, pelo

Decreto nº 87.844 de 24 de novembro de 1982. E ainda com relações comerciais estabelecidas desde a Guiana Francesa e que teve continuidade ao chegar no Brasil, tendo a agricultura como principal atividade econômica, o que vai sendo alterado para o setor de serviços, sobretudo na condição de servidores públicos.

Esse trabalho objetiva analisar a dinâmica territorial dos Galibi Kali'na de Oiapoque nos 70 anos de presença no Brasil, levando em consideração três elementos da/na dinâmica territorial, a saber: 1) O deslocamento desse povo da Guiana Francesa para o Brasil e o contexto socio-político-econômico; 2) A instalação e as relações estabelecidas com a nova terra, do ponto de vista da natureza e da sociedade; 3) O olhar dos próprios Kali'na sobre o Território.

Para atingir esse objetivo geral elencamos os seguintes objetivos específicos:

1. Verificar o território expandido dos Galibi Kali'na no Arco Norte das Guianas;
2. Entender o processo de formação do Território Kali'na no Brasil;
3. Mapear a organização dos Galibi Kali'na e os desafios da Terra Indígena Galibi;

METODOLOGIA

O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno, em que o trabalho de descrição tem caráter fundamental, pois é por meio dele que os dados são coletados (NEVES, 1996).

Nesse sentido, pesquisamos sobre a territorialização dos Kali'na e a ocupação da área que foi demarcada como a Terra Indígena Galibi do povo Galibi Kali'na que saiu da Guiana Francesa e veio para o Brasil em 1950, sendo o recorte temporal de 70 anos e o recorte espacial a T. I. Galibi.

A revisão bibliográfica nos auxiliou na construção do arcabouço teórico metodológico para definição e clareza dos conceitos de Território, Dinâmica Territorial, Territorialização e povos indígenas, decolonialidade, estando presentes em todo o caminho de construção epistemológica da tese.

A pesquisa bibliográfica foi se construindo ao longo do doutoramento, nas disciplinas cursadas, na participação em eventos e nas interações entre estudantes de diversos lugares e nas próprias buscas, seguindo as referências bibliográficas dos autores lidos. Desse modo, conseguimos chegar até a qualificação da tese com a organização de quadros que facilitariam a escrita dos capítulos. Essa estratégia metodológica favoreceu um caminho a ser percorrido

com um certo direcionamento e objetividade até aonde se esperava chegar. No decorrer do caminho trilhado, outras referências foram acrescentadas e algumas retiradas.

O Quadro 1 que segue é um modelo construído sobre quais referências bibliográficas já haviam sido consultadas e quais seriam lidas para nortearem os trabalhos na continuação da pesquisa e da escrita. Esse foi um recurso metodológico apresentado na ocasião da qualificação da tese em 2020. Portanto, as observações feitas na ocasião sofreram alterações, mas optamos por apresentar o mesmo quadro como exemplo de um recurso metodológico.

Quadro 1: Referências elencadas e comentadas

REFERÊNCIAS ELENCADAS	REFERÊNCIAS COMENTADAS
AMPARO, Sandoval dos Santos. **Da invisibilidade da questão indígena na geografia: relato de participação no V Simpósio Nacional e I Internacional sobre Espaço e Cultura.** Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.253-277, dez. 2007.	Essa referência é recente. Estou aguardando a tese de Sandoval defendida em 2019, mas é uma referência para pensar Geografia e povos indígenas e ver quais conceitos geográficos são utilizados como categoria de análise para povos indígenas.
ANDRADE, Manoel Correia de. **A Questão do Território no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Hucitec. 2004.	Uma fundamentação histórica do conceito de território.
AYANGMA, Stanislas**. L'aménagement territorial et ses effets sur le patrimoine des communautés autochtones de la Guyane Française**. Matoury-Guyane: Ibis Rouge Éditions. 2015.	Uma referência para entender os povos indígenas na Guiana francesa, não li o livro todo, mas é uma referência a ser trabalhada; a princípio ele trabalha com o conceito de ordenamento territorial e os arranjos espaciais.
CARRIERE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antônio. **Abordagem Introdutória ao Conceito de Desenvolvimento Territorial.** Revista Eisforia. Florianópolis v. 4 n. especial p 1-336 dez/2006.	Fundamentação teórica para território.
CANPAGNE,Pierre Campagne *et* PECQUEUR, Bernard **Le Développement Territorial Une réponse émergente à la mondialisation.** Paris: Éditions Charles Léopold Mayer, 2014 Essai n° 204 ISBN 978-2-84377-184-2.	Fundamentação teórica para território.
CASTRO, Iná Elias; GOMES, P.C.da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Brasil: Questões atuais da reorganização do território.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.	Fundamentação teórica para território.
DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo:** capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.	Esse autor é citado por várias obras e autores; ele será lido para entender teoricamente território dentro das formulações epistemológicas de

	autores como Saquet dentre outros do pós-modernismo.
DEBUISSON, Marion. **Les modes d'interaction pour une dynamique territoriale soutenable:** un apport à l'écologie territoriale. **These de Doctorat de l'Universite de TechNnologie de Troyes Spécialité**: Developpement Durable. 2014.	Essa obra não foi lida, mas pelo título vou buscar como é apresentada a dinâmica territorial.
FRAGA, Nilson Cesar (org.). **Territórios e Fronteiras:** (Re) arranjos e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011.	Fundamentação teórica para território.
GOTTMANN, Jean. **The Significance of territory. University press of Virginia**. In: GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território.** boletim Campineiro de Geografia. V.2 nº3, 2012, pp. 523-545. Tradução Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão: Fabricio Gallo.	Esse autor é citado por vários autores brasileiros que trabalham o conceito de território, é uma referência para o capítulo teórico.
GRUPIONI**,** Denise Fajardo; ANDRADE, Lúcia M.M. de (orgs). **Entre Águas Bravas e Mansas, índios & quilombolas em Oriximiná.** São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo: Iepé, 2015.	Livro para pensar povos indígenas, modo de vida, servirá ao capítulo teórico, mas poderá servir a outros capítulos.
HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do fim dos territórios à multirerritorialidade. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012. ____. Territórios alternativos. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2013.	Fundamentação teórica território.
HUMBOLDT, Alejandro de. **Cosmos Ensayo de uma Descripción Física Del Mundo. Vertido al Castellano para Esta Biblioteca.** TOMO I. BELGICA: EDUARDO PERIÉ, EDITOR, 1875.	Fundamentação teórica.
LE TOURNEAU**,** François-Michel. **Stratégies territoriales amérindiennes dans un contexte pluri-ethnique: la région de Auaris (Roraima). HAL Id: halshs-00290530** https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00290530 Submitted on 25 Jun 2008	Fundamentação teórica.
REFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.	Fundamentação teórica.
ROCHA, Gilberto de Miranda; TEISSERENC, Pierre; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mario(orgs.). **Aprendizagem Territórial: Dinâmicas Territoriais, Participação Social e Ação Local na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2016	Fundamentação teórica.
SAQUET, Marcos Aurelio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007	Fundamentação teórica.

_____. **Abordagens e concepções sobre território**. 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. SAQUET, Marcos Aurelio(org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.) **Territórios e Territorialidades**: TEORIAS, PROCESSOS E CONFLITOS. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.	
SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.**5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. _____. **Por uma Geografia nova**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos, 2). _____. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008 (Coleção Milton Santos, 1). SANTOS, Milton; DE SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1994. SANTOS, Milton et al. **Território, Territórios:** ensaio sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.	Fundamentação teórica.
SEPULVEDA, B. **Recompositions territoriales autóctones en milieu urbain**: Urbanisation et urbanité mapuche au Chili. Recherches amérindiennes au Québec, 41(2-3), 117–128. https://doi.org/10.7202/1021616ar.2011 SEPÚLVEDA, Bastien; Zúñiga, Paulina. **Geografías indígenas urbanas:** el caso mapuche en La Pintana, Santiago de Chile Revista de Geografía Norte Grande, núm. 62, diciembre, 2015, pp. 127-149 Pontificia Universidad Católica de Chile Santiago, Chile SEPULVEDA, B..**Entre Villes et Campagnes mobilités contemporaines et stratégies territoriales mapuche au Chili**.. Lille: Université des Sciences et Technologies, Revista Espaço, populations societé, 2012-2, pp. 229-248 SEPULVEDA, B. **Le pays mapuche, un territoire à géographie variable , Espace populations sociétés** [En ligne], 2012/1 | 2013, mis en ligne le 01 mars 2015, consulté le 15 décembre 2016. URL :http://eps.revues.org/4872; DOI : 10.4000/eps.4872 SEPULVEDA, B. **Intelectualidad indígena y colonialidad del saber en América Latina**. Cuadernos Interculturales, vol. 9, núm. 17, 2011, pp. 27-31, Universidad de Playa Ancha Viña del Mar, Chile.	Fundamentação teórica.
VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felippe. **Transformações no Conceito de Território:**	Fundamentação teórica.

Competição e Mobilidade na Cidade. GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo, N° 15, pp. 119 - 126, 2004.	

Fonte: relatório de Qualificação, 2020.

O Quadro 1 faz uma apresentação das referências bibliográficas que suportariam a escrita do primeiro capítulo na organização prevista até a Qualificação. Embora a estrutura dos capítulos após a qualificação tenha sido modificada, muitas das referências bibliográficas contidas no quadro de referências elencadas e comentadas continuaram como suporte bibliográfico para o capítulo e para tese de forma geral.

Fizemos uso de pesquisa documental, uma vez que essa migração foi toda documentada dentro das relações internacionais, legalizando a saída desse grupo da Guiana Francesa e sua instalação no Brasil. Tendo a oportunidade de estar em Belém para orientação, fomos seguindo a pista para tentar encontrar o documento que oficializou, por meio do estado brasileiro, a migração do povo Kali'na para o Brasil. Desse modo, fomos ao Museu Goeldi, à Comissão de Limites e Fronteiras de Belém e na Funai.

No Museu Goeldi, foi consultada a biblioteca; primeiramente, para levantar referência bibliográfica sobre os Kali'na, onde encontrei um livro em espanhol sobre esse povo na Venezuela; no ambiente do Goeldi encontrei Manuela Karipuna e sua mãe Suzana Karipuna que me encaminhou ao centro de documentação; lá pude ter acesso ao acervo bruto de Expedito Arnaud – um dos primeiros antropólogos a estar entre os Kali'na e a escrever os primeiros artigos sobre a migração desse povo no Brasil, pude fotografar os diários de campo de Expedito Arnaud, além de outros documentos importantes como o diário de classe de 1962 da escola dos Galibi. As pesquisas no acervo de Expedito Arnaud possibilitaram muitas perguntas e reflexões.

A pesquisa na Primeira Comissão de Fronteira nos oportunizou estar em contato com a tese de Carlo Romani e situar o Oiapoque naquela primeira metade do século XX. Encontramos também um livro do Marechal Rondon, resultado de seu relatório por ocasião de sua estadia em Oiapoque, além de mapas da fronteira datados de 1954, que pudemos contrapor com documentos do SPI abordando essa missão de definição dos limites fronteiriços entre Brasil e França.

Na visita à Funai, pudemos ter um primeiro contato com as microfilmagens dos documentos do SPI; decidimos solicitar os mesmos arquivos do Projeto de documentação coordenado pela professora Gelsama Mara do curso de Licenciatura Intercultural Indígena na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Nesse acervo, localizamos o documento em que Eurico Fernandes – Coordenador do SPI em Belém responsável por receber e fazer os

encaminhamentos para instalação dos Kali'na em Oiapoque – solicita as passagens aéreas para vinda dos dois representantes do povo Kali'na da Guiana Francesa que querem oficializar a migração, além de outros documentos que mostram como é a fronteira e o SPI no contexto da migração.

Além dos documentos nos acervos dessas instituições, tivemos acesso a documentos pessoais das famílias Kali'na, dentre outros que, no decorrer da pesquisa, puderam ajudar a delinear e entender a territorialização desse povo; geramos documentos fotográficos no encontro histórico entre os Kali'na que voltaram para Guiana na década de 1960 1970 e os que permaneceram no Brasil, para festa do Sampula em 2019 e ainda elaboramos mapas que servirão à comunidade indígena e à comunidade acadêmica - em especial ao curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UNIFAP no Campus de Oiapoque.

Baseados no documento do último censo populacional da FUNAI de 2017, buscamos representantes dos três núcleos familiares que permaneceram no Brasil e elaboramos um quadro que denominamos de quadro genealógico; esse quadro tinha como objetivo identificar os Kali'na do Brasil

O trabalho de campo começou já com a coleta de informação para elaboração do quadro genealógico, em fevereiro de 2019, mas entendemos que para conhecer o mínimo de um povo indígena é preciso conviver, observar, escutar, inclusive escutar os seus silêncios, é o que Geertz (1997) chama de "estar lá", estar lá significa viver, compartilhar o trabalho, o cotidiano, as alegrias, as tristezas, os desafios, viver a comunidade na comunidade. Para tanto, fiz um primeiro campo de imersão entre setembro a dezembro de 2019, onde não pretendia fazer entrevistas, somente a semiestruturada com os Kali'na da segunda geração.

Porém, antes desse primeiro levantamento de informações com representantes dos três núcleos familiares de Kali'na que ficaram no Brasil, foi necessário percorrer o caminho burocrático do protocolo de consulta para pesquisa em Terras Indígenas. O primeiro passo foi conversar com a comunidade dos Kali'na, apresentar o projeto de pesquisa e solicitar sua aprovação, que foi concedida através de um documento assinado pelo cacique; esse documento foi juntado ao dossiê organizado para dar entrada junto a Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque (CCPIO) que autoriza ou não a pesquisa na Terra Indígena, mediante a autorização por meio de documento; esse documento também fez parte do rol de documentos exigidos pela Funai para entrada de pesquisador em Terra Indígena. Mediante a aprovação da Funai, foi possível fazer a experiência de vivência junto aos Kali'na na Terra Indígena Galibi de setembro a dezembro de 2019.

Esse campo não teve um roteiro. O primeiro instrumento previsto foi o diário de campo, onde escrevi a cada dia as minhas ações e percepções. Contudo, no decorrer, alguns caminhos foram sendo apontados. O primeiro caminho foi observar as mudanças no espaço de habitação nos três recortes temporais que propus; o segundo foi conhecer as roças de cada família e a produção de mapas da espacialidade das roças; o terceiro foi uma intervenção na escola com estudantes da Educação Infantil ao 5° ano do Ensino Fundamental com uma aula de alfabetização cartográfica e trabalho de campo para mapear uma roça e – claro – uma experiência de vivência da qual surgiram algumas reflexões decorrentes do "estar lá", descritas ao longo da tese.

Durante a pesquisa de campo, foi possível desenvolver com os alunos da escola da comunidade uma atividade de alfabetização cartográfica, em três momentos específicos, a saber: 1º aula conceitual sobre os elementos cartográficos e a história dos mapas; 2º aula de campo para visitar e mapear uma roça; 3º representação da roça de cada família dos alunos que participaram da aula de campo.

Na ida à roça de cada família, é notório que essa é uma atividade da família; as crianças desde pequenas vão para roça, no primeiro momento só para brincar e, à medida que vão crescendo, desenvolvem pequenas tarefas de forma livre. Então pensei que a construção dos mapas mostrando a espacialidade das roças na comunidade pudesse ser a partir do olhar das crianças, dos alunos da escola.

A partir da concepção de mapas mentais, eles desenharam a roça de sua família e o percurso entre suas casas e a roça. Daí conversei com a professora e responsável pela escola, Jaqueline Jeanjacque, sobre a possibilidade de fazer essa atividade na escola. Ela concordou e ampliamos para um pequeno projeto de alfabetização cartográfica para os alunos do 4º e 5º ano. Os alunos das séries iniciais até o 3º ano foram orientados a fazerem o desenho da roça. Numa manhã no casarão todos fizeram seu desenho da roça.

Já com os alunos do 4º e 5º ano, tivemos quatro momentos: no dia 21 de novembro tivemos uma aula teórica de 45 minutos com uma introdução a cartografia, abordando os seguintes tópicos: 1. A história dos mapas; 2. Elementos de um mapa; 3. Diferentes tipos de mapas. O roteiro foi construído a partir da experiência docente da pesquisadora (SANTOS; CUNHA *et al.*, 2012) e com base na obra de Rosangela Doin de Almeida e Elza Y. Passini (2006).

Logo após a aula teórica, fomos para uma atividade prática na roça do cacique Miguel, que é pai da aluna do 4º ano, Luana - foi o segundo momento. A atividade constava em observar o tipo de vegetação da vila até a roça, medindo cada tipo de vegetação com os passos;

essas mesmas informações seriam utilizadas pelo professor de matemática que abordaria o assunto unidades de medidas e escala. A atividade didática e avaliativa foi desenhar um transecto do percurso da escola até a roça.

As figuras que seguem mostram os alunos em campo e registrando suas representações em desenhos.

Figura 1: atividade com alunos da escola sobre a roça, séries iniciais em primeiro plano.

Fonte: pesquisa de campo, novembro de 2019.

Figura 2: atividade com alunos da escola sobre a roça: 3º, 4º e 5º ano em primeiro plano.

Fonte: pesquisa de campo, novembro de 2019.

Figura 3: localização geográfica, uso de Sistema de Posicionamento Global (GPS) para mapear a roça.

Fonte: Railã Nunes Aniká, novembro de 2019.

Figura 4: explicação da atividade e orientação para os passos de retorno.

Fonte: Railã Nunes Aniká, novembro de 2019.

Figura 5: observação de mudança no perfil da vegetação.

Fonte: pesquisa de campo, novembro de 2019.

Após a vivência de campo, foram gerados vários documentos como fotos, gravações, desenhos, mapas e, sobretudo, foi se delineando o caminho a ser trilhado na pesquisa. Dentro do princípio da consulta prévia aos povos tradicionais, a pesquisa tomou como base o diálogo e a devoluta dos passos dados.

Desse modo, após a qualificação da tese, uma das lideranças comunicou que o povo não queria que fosse abordada na tese a dinâmica atual em que o território se encontra, o que seria tratado no quarto capítulo. A justificativa foi de que – por se tratar do tempo presente – os acontecimentos são incertos e fluidos e que se fosse registrado na tese, essas visões seriam cristalizadas; eles preferiram escrever no futuro.

Diante desse quadro e de uma pandemia em curso, e com a impossibilidade de entrada na Terra Indígena, ou mesmo a possibilidade de encontrar-se, foi escolhido apresentar a dinâmica territorial dos Galibi Kali'na em três perspectivas: na primeira perspectiva, o deslocamento entre a comunidade de origem na Guiana Francesa e o lugar de destino na margem brasileira do rio Oiapoque; na segunda perspectiva, a instalação na nova terra e o uso dos recursos naturais e socioeconômico; na terceira perspectiva, as visões que os próprios Kali'na têm do território.

Essa terceira perspectiva demandou a inserção da cartografia social como metodologia para captar as visões dos Kali'na. Foi então organizada uma oficina de cartografia social utilizando folhas brancas em papel A0, que foram sendo acrescentadas

durante a execução da oficina, nas quais os Kali'na de três diferentes gerações colocaram suas visões do território e como eles se viam no território.

As atividades de preparação de uma oficina de cartografia social pressupõem uma organização prévia que implicará na sua execução e nos resultados. Como os agentes sociais são indígenas, o processo requer alguns passos a serem dados – o que decidimos fazer coletivamente. O primeiro passo foi consultar as lideranças se seria possível fazer uma oficina de cartografia social, onde eles representariam o território, ou melhor, a visão que eles têm do território. Levando em consideração que ainda estamos vivendo a pandemia, era necessário fazer os acordos e verificar uma agenda.

O segundo passo foi constituir uma equipe que pudesse contribuir com a oficina, composta por um jovem indígena responsável pela documentação de vídeo e foto; um doutorando em antropologia que contribuiria com a interlocução, facilitando os objetos a serem cartografados; um jovem estudante de geografia, que tem o conhecimento técnico do software para elaboração dos mapas.

O terceiro passo foi reunir um grupo de lideranças Kali'na e a equipe de facilitadores para apresentar como seria a oficina e definir a data que se adequasse para todos e que fosse aprovada pela comunidade.

O quarto passo foi a logística antes da oficina; compra de material didático em Macapá, na capital, pois em Oiapoque o material de papelaria é restrito - além do alto custo; prever a logística de combustível e transporte para transportar a equipe, os materiais e as pessoas que participariam da oficina e que moram na cidade de Oiapoque fazer as compras de alimentação para os dois dias de oficina; contactar e formar a equipe de cozinha que faria a comida para que todos os Kali'na pudessem participar integralmente da oficina. Essa equipe foi formada por pessoas da própria comunidade mas que não são do povo Kali'na.

A oficina aconteceu nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2022 na comunidade do Galibi. Estavam presentes três gerações de Kali'na. A segunda geração, que denominamos nesse trabalho, são os filhos nascidos no Brasil dos jovens adultos que fizeram a migração na década de 1950. Dessa geração temos dezesseis Kali'na vivendo no Brasil. Na oficina, quatro estiveram presentes: Cristina Lod, Lucília Lod, Miguel Jeanjacque e Tereza Jeanjacque, representando os três núcleos familiares que permaneceram no Brasil, a saber: Julien Lod e Matilde Paul; Geraldo Lod e Carolina Paul; Joseph Jeanjacque e Maria Lod.

A terceira geração são os jovens adultos filhos da segunda geração - todos frutos de casamentos interétnico. São as lideranças jovens que estão dando continuidade à cultura Kali'na no Brasil. Dessa geração, estiveram presentes seis Kali'na: Claudia Renata Lod,

Kassia Ângela Lod, Nicole Estephane Lod, Mirian Jaqueline Jeanjacque, Maria Sonia Jeanjacque, Válber Jeanjacque. Essa geração teve na sua infância o contato com os anciãos da migração.

A quarta geração são os filhos da terceira; esses não tiveram contato direto com os agentes da migração. Participaram os jovens de idade entre 12 e 16 anos: Sebastian Lod, Tabita Lod, Victor Jeanjacque, Vinicius Jeanjacque, Marcela Jeanjacque, Manuela Jeanjacque, Luana Jeanjacque. As crianças acompanham os pais - embora estivessem brincando, estavam no mesmo espaço onde aconteceu a oficina, no casarão da comunidade, local destinado a reuniões, festas e demais atividades coletivas. Assim, vamos elencar as crianças na faixa etária de 4 a 11 anos: Samuel Lod, Julien Lod, Luan Jeanjacque, Vicent Jeanjacque, Pietã Jeanjacque, Kevin Jeanjacque, e duas crianças não Kali'na: Sameli, enteada de Sonia Jeanjacque e Miguel Warahy, filho da pesquisadora. Estiveram presentes, ainda, dois bebês: Valentina, filha de Jaqueline Jeanjacque e Maria Ester (Açucena), filha de Nicole Lod.

Foi uma boa resposta, com a participação de 21 Kali'na, em diferentes faixas etárias. Além disso, a oficina se propôs a apresentar essa metodologia para que a Associação dos Kali'na - que foi constituída em agosto de 2021 - possa utilizar nos trabalhos que pretendem desenvolver.

A pesquisa participante se deu em todo processo, não apenas nas ocasiões especificas de estar em campo, seja para experiência de vivência, seja para participação em festividades da comunidade ou para oficinas e outras reuniões. Ao longo da pesquisa, foi possível ter muitas conversas informais com os Kali'na no cotidiano da vida.

Foi feito uso de entrevista na primeira parte da pesquisa com representantes da segunda geração de Kali'na do Brasil, para se construir as informações necessárias para o desenvolvimento e apontamento de caminhos a serem trilhados.

UM RETRATO DA TESE

No primeiro momento, apresentaremos um relato da experiência de imersão na comunidade do Galibi durante quatro meses, no ano de 2019, que suscitou reflexões e algumas vezes proporcionou refazer as trajetórias teóricas e metodológicas. Embora seja um tópico à parte dos capítulos, consideramos importante trazer esse olhar que denominamos "Experiência de um aprendizado de escuta", resultado das anotações do caderno de campo.

O primeiro capítulo pretende apresentar uma fundamentação teórica da tese em tela e a territorialidade dos Galibi Kali'na no Platô das Guianas, partindo de uma visão macro para

uma visão local, especificamente a dinâmica que esse povo viveu nos setenta anos de presença no Brasil. Esse capítulo apresentará o caminho do conceito de território até dinâmica territorial, especificamente a dinâmica vivida pelos Kali'na no tempo e no espaço, a partir de uma concepção de decolonialidade e autonomia indígena.

O segundo capítulo abordará o deslocamento, a migração dos Kali'na para o Brasil e o contexto político-social da primeira metade do século XX, entre a década de 1940 e 1950, tanto na Guiana Francesa quanto no Brasil. Para tanto, apresentaremos brevemente as instituições governamentais e as configurações políticas do contexto migratório desse grupo Kali'na.

O terceiro capítulo trará a territorialização dos Kali'na na atual Terra Indígena Galibi, seu modo de vida e sua utilização dos recursos naturais em consonância com o equilíbrio ambiental e a sustentabilidade econômica; a dinâmica populacional e a trajetória escolar apresentando o processo de territorialização; as diversas relações estabelecidas nesse novo país.

O quarto capítulo mostrará a cartografia social e a produção e reprodução dos Kali'na do Brasil em relação às visões do território. Esse capítulo trará a oficina de cartografia social com base no mapa mental, sendo desmembrado em quatro perspectivas de análises: lugares do sagrado; lugares de reprodução da cultura; lugares da comercialização; lugares de fluxos. Por fim, apresentaremos a devolutiva da pesquisa para a comunidade, com uma oficina de elaboração de mapas no Software QGIS, tendo como público-alvo os jovens Kali'na.

Ao fim de cada capítulo, traremos uma síntese do mesmo para facilitar a conexão entre um capítulo e outro e, aos poucos, ir construindo o que definimos como "considerações de um processo em finalização". Esse título dado à Conclusão da pesquisa é resultado do caminho no doutorado: primeiro, não queremos trazer uma conclusão, mas considerações; e segundo, a tese tem um tempo para ser concluída, por isso entendemos que estamos em processo de finalização dado o prazo institucional.

EXPERIÊNCIA DE UM APRENDIZADO DE ESCUTA

Figura 6: imagem do rio Oiapoque feito da voadeira

Fonte: pesquisa de campo, setembro de 2019.

A foto acima representa o caminho, a ida a campo, o navegar para dentro do universo Kali'na, que não se completou com o término de uma pesquisa ou mesmo da compilação de dados e análises da dinâmica territorial desse povo. A vivência foi um despertar para o cotidiano apreendido por mim e externado a partir de minha percepção de mundo, da minha própria vida e relações. Foi a percepção também de um momento no tempo que não é estático; ao contrário, está em contínuo movimento. Por isso o relato que segue não deve ser cristalizado, mas lido como um olhar de uma pesquisadora num dado momento histórico, onde os contextos sociais, intelectuais e pessoais se imbricam.

No primeiro dia, percebi um dos problemas de infraestrutura, que é o fornecimento de energia. Na primeira noite que cheguei teve energia das 18h30 às 22h30; isso quer dizer que teve 13 litros de diesel, necessários para quatro horas de funcionamento do motor. Essa realidade da energia me intrigou no primeiro momento e comecei a investigar, pois no segundo dia não foi possível ligar o motor; havia um problema no cabeamento de distribuição para as casas. Vale ressaltar que a distribuição de energia para as casas foi feita ainda na década de 1970, pela FUNAI. Inclusive, é possível identificar até onde estavam situadas as casas pela distribuição e cabeamento de energia. Com o passar dos dias, fui percebendo como a falta de energia interferia no cotidiano e passei também a perguntar se teríamos energia à noite; isso porque precisava prever se poderia deixar descarregar os aparelhos eletrônicos, se deveria

pegar água do poço cedo. Como eu não sabia, no primeiro dia usei o computador, o celular, a câmera fotográfica até descarregar.

Na primeira semana, identifiquei três questões centrais a serem refletidas na tese: a escola, a comunicação e a energia.

Figura 7: rede de distribuição de energia.

Fonte: pesquisa de campo, outubro de 2019.

A energia que é fornecida na comunidade é gerada por um motor a diesel. Esse diesel é comprado em Macapá e enviado a Oiapoque pelo Governo do Estado; existe uma terceirização entre o posto de gasolina de Macapá e Oiapoque; quando chega em Oiapoque, o transporte do combustível da cidade até a comunidade é feito nas voadeiras comuns; não tem uma embarcação apropriada para o transporte desse combustível e a comunidade é responsável por ir buscar. No caso dos Galibi, eles têm uma cota de 220 litros por mês, que é transportado pelo rio Oiapoque. Além de não ter uma data fixa na entrega do combustível, pois na maioria das vezes chega com atraso. A quantidade necessária para continuar com o fornecimento de energia - da forma que é hoje, por quatro horas e meia, das 18h às 22:30h - para 30 dias deveria ser de 390 litros. Assim, o déficit é de 170 litros cada mês, cada dia é utilizado 13 litros.

Por esses dados, sabe-se que não haverá energia durante todo o mês, mas não existe um planejamento prévio sobre como será fornecida energia nos outros dias; normalmente fica um dia, dois ou três sem energia e algum membro da comunidade doa alguns litros, ou quando

tem algum evento e sobra diesel. Outro agravante da falta de energia é que não se pode ligar o motor do poço que fornece água para comunidade.

Observei que a rotina dos afazeres domésticos circulava em torno do motor de energia; por exemplo, a hora de bater roupa no tanquinho, ou mesmo lavar à mão, fazer limpeza na casa, encher os baldes de água, eram tarefas executadas à noite e, por isso, cada um fica na sua casa - inclusive eu. Contudo, a maioria das famílias tem seu próprio motor e quando falta na comunidade eles conseguem ter na sua casa. Na minha estadia na comunidade identifiquei que seis famílias não tinham motor e duas famílias tinham, mas estava sem funcionar porque tinha alguma peça quebrada; quatro famílias tinham motor; as famílias que estão no cotidiano da comunidade têm a tendência e trabalham para ter seu próprio poço, seu motor para fornecer energia, sua voadeira com motor de polpa, sua antena rural para ter acesso à telefonia. Mas as instituições não têm nenhuma estrutura e dependem do poço de água e da energia fornecida pela comunidade. Quando falo instituições, me refiro à escola, ao posto de saúde, à residência dos professores que atuam no Sistema Modular de Educação Indígena (SOMEI), casa da comunidade cedida para um professor do Ensino básico. No ano de 2021, foi instalada internet na escola - um projeto vindo pela Funai.

Na minha percepção, poderia ser desenvolvido um projeto de energia sustentável e renovável, como energia solar e cisternas para captação da água da chuva; mas não existia uma associação da comunidade, o que dificultava concorrer a editais. Entre 2020 e 2021 foi nomeada uma vice cacique: Sonia Jeanjacque, filha do cacique, para facilitar a comunicação da comunidade com outras instituições; a comunidade também decidiu criar uma associação pra representá-los juridicamente; todas as reuniões foram exclusivas para membros da comunidade e todos os encaminhamentos foram feitos pelos próprios Kali'na - na sua maioria, as lideranças são mulheres. Embora exista um interesse de alguns moradores para o uso de energia solar, há a necessidade de um estudo mais aprofundado da questão.

Percebe-se que a questão da comunicação pode ser solucionada com uma antena via satélite mas, no momento, esse serviço é feito de forma individual para as famílias que contratam e podem pagar por esse serviço a empresas privadas. Além de ser limitado ao período que pode ligar o motor, mesmo tendo acesso à internet, é necessário ter energia durante um maior período para haver possibilidade de comunicação.

Já a escola precisa de atenção; sobre a infraestrutura, o próprio prédio - que já estava ruim em 2019 – com a suspensão das aulas por causa da pandemia, entre 2020 e 2021, caiu parte do telhado. Em relação a administração, a professora Kali'na Jacqueline Jeanjacque, professora efetiva do município e do estado, assume as funções administrativas, mas não

tinha a portaria de diretora ou supervisora até final de 2021. Uma outra questão: é mais uma vez o déficit de alunos, com a pandemia, a maioria das matrículas foi cancelada.

CAPÍTULO 1: TERRITÓRIO, CONCEITO E VIVÊNCIA

O conceito de Território historicamente está relacionado ao aspecto físico. *"Territorium"* (do latim) quer dizer uma porção de terra, mas também, e sobretudo, é entendido como uma categoria que melhor representa o papel do Estado, desde a constituição dos Estados-Nações e mais recentemente a concepção de Territórios Indígenas.

Buscamos elencar uma sequência de pensadores na Geografia que desenvolveram uma teorização sobre essa categoria; mas pensar também como essa categoria foi se construindo para os povos indígenas dentro de uma visão macro brasileira e mais especificamente no Platô das Guianas.

Desvendar o conceito de território não é nosso objeto e tampouco apresentar uma metodologia para aplicação desse conceito. No entanto, ao abordar a dinâmica territorial, se faz necessário apresentar um breve histórico desse conceito. Contudo, outros geógrafos já elaboraram esse histórico como Marcos Aurélio Saquet (2007).

O texto de Saquet (2007, pp. 68-69) diz que "o processo de apropriação do território é econômico, político, cultural. O território é resultado e condição dessa articulação e unidade". O que ele define como "território e suas dimensões".

Embora essa tese venha refletir sobre a dinâmica territorial dos Kali'na de Oiapoque, não pretendemos esgotar o conceito de território; indicamos o referencial levantado por Saquet como a possibilidade de compreensão da evolução desse conceito. Mas algumas luzes como a frase "A ruptura não comporta necessariamente uma perda da continuidade histórica" (SAQUET, 2007, p. 72), onde o autor se embasa na obra de Turri, nos conduzem a pensar nas diversas rupturas que os Kali'na passaram ao longo da história; assim foi com os Kali'na que vieram do Suriname para Guiana Francesa, e também quando migraram da Guiana para o Brasil.

A migração de 1950 que trouxe famílias Kali'na para o Brasil, no primeiro momento, pode ser considerada uma ruptura entre os parentes que ficaram na Guiana ou com a aldeia de origem, mas percebe-se pelas fotos históricas e pelos relatos, que a nova comunidade instalada no Brasil dá continuidade à história; seja pelos rituais, seja pelas construções iguais, seja pelos artefatos produzidos, ou pela economia. Desse modo, as famílias migrantes continuam o mesmo povo, mesmo que em uma porção de terra mais longínqua e que essa terra seja considerada outro Estado-Nação.

Por outro lado, é preciso perceber o que se transforma na vida cotidiana e na história após a ruptura. Pois, as cisões xamânicas fazem parte da história dos Kali'na; esse mesmo

núcleo familiar que veio para o Brasil: os seus antepassados vieram do Suriname para Guiana Francesa, também por cisões xamânicas.

Saquet continua a dizer: “O fato é que território e rede se condicionam reciprocamente” (SAQUET, 2007, p. 72). A reflexão nesse ponto das redes, introduz os estudos feitos por Milton Santos, que repercute com mais afinco no processo de globalização e as relações e redes constituídas na ideia de aldeia global.

Buscou-se uma abordagem do território que leve à dinâmica territorial, o que a princípio se apresenta diferente do ordenamento territorial. Milton Santos, durante a construção de seu pensamento, trabalhou em especial a categoria de espaço; contudo em algumas obras ele se debruça sobre a categoria de território. A seguir faremos uma retrospectiva das obras de Milton Santos que abordam a categoria de Território e sobre quais delas também trazem a questão indígena.

Em *Por uma nova geografia*, escrito em 1978 (SANTOS, 2008a), o autor aborda o território de forma suscinta e aponta o território como um dos elementos de formação do Estado-Nação; a partir do uso do território pelo povo, se forma o espaço. Nessa obra de Santos, o território representa um dado fixo. A ocupação do território por um povo, a sucessão histórica e o modo de ocupação vão gerar o espaço; começa dessa forma, a construção do espaço como método e não só como uma categoria de análise.

Em *Metamorfose do espaço habitado*, obra de 1988, dez anos após ter publicado o livro considerado a virada epistemológica na produção cientifica acadêmica de Santos –vale lembrar que desde “Por uma nova geografia” Milton Santos reflete sobre o espaço, a globalização e os elementos constitutivos do espaço globalizado –, o autor vai explicar o movimento que leva a internacionalização econômica, social e política e a ampliação das fronteiras no início do século XVI.

A universalização do mundo pela universalização da produção. Os indígenas - como os Incas, Maias, Kali’na - tinham uma rota de comercialização; se implantou um modelo de universalização da cultura, dos modos de vida a serviço do capital. A revolução industrial deu outro sentido às noções de espaço habitado, a população da terra dobrou em um século. Outro fato é a miscigenação gerada com os intensos e frequentes fluxos migratórios (SANTOS, 1997).

Santos (1997, p. 52), em um dos poucos momentos que aborda sobre os indígenas em sua obra, diz: “Não podemos mais pensar nas dicotomias campo/cidade, nesse contexto não podemos pensar os indígenas como pessoas exclusivas da floresta, os indígenas estão na cidade, podem morar em qualquer lugar”. Essa construção do pensamento de Santos precisa

ser retomada, inclusive para auxiliar nas políticas públicas voltadas para as populações autóctones que moram nas cidades - sejam essas pequenas, médias ou grandes.

As obras de Milton Santos refletem as revoluções, a globalização, o urbano, embora sua construção teórica embase várias pesquisas, percebe-se uma lacuna na abordagem dos povos indígenas.

Santos (1997, pp. 73-74) aponta que "a espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial". A espacialidade Kali'na tradicionalmente se construía em torno da roça, arranjada com a navegação; após o plantio da roça, a família saía por um tempo navegando pelo oceano ou rio, vivendo da pesca e da caça.

O livro *Território, globalização e fragmentação*, de 1994, aborda o território como conceito e como prática: "é o uso do território e não o território em si que faz dele mesmo objeto da análise social", "a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território", "O território são formas, mas os territórios usados são objetos e ações" (SANTOS, 1994, p. 16); estado-nação como marco, divisor de águas, transnacionalização do território.

"O Estado-Nação se apresenta como um processo histórico problemático, contraditório e transitório" (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994, p. 77). É fundamental pensar o Estado-Nação no contexto do território e da territorialidade Kali'na; para isso, serão mencionados outros autores que possibilitem uma compreensão da formação dos Estados francês e brasileiro no Platô das Guianas, o Território de Inini na Guiana Francesa, a política de *francisation* na década de 1960, na França, a política indigenista e o controle do território e das fronteiras no Brasil. Na mesma obra, Santos aponta as concepções espaço-temporais. Quando um grupo se apropria de um espaço num determinado tempo histórico, ele transforma esse espaço para mais particularidades desse grupo. O cotidiano seria a articulação entre o que perdura e o que se rompe no espaço.

O último artigo do livro, intitulado "O século XXI e o desafio das etnias", aborda as minorias étnicas no contexto da globalização e como - dentro do processo histórico - as minorias são engolidas; em meio a tudo, existem algumas que permanecem.

O livro de Milton Santos, *A natureza do espaço*, de 1996, no primeiro momento, faz uma abordagem sobre a técnica, esta enquanto produtora do espaço e a técnica como espaço geográfico. O conjunto das técnicas se relaciona com os lugares. No caso dos Kali'na - possuidores da técnica de navegação - como produziram os lugares? O mesmo grupo que hoje habita a região de Maná, na Guiana Francesa, habitava a costa do Suriname, na desembocadura do rio Maroni.

À medida em que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc. - “verdadeiras próteses”. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.

“Os objetos criados não se restringem ao lugar de criação” (SANTOS, 2008b p. 89): assim foi formulada a hipótese da universalidade da técnica. Isso pode ser identificado no caso das casas. No início da comunidade Galibi de Oiapoque, as casas eram semelhantes às casas da comunidade Couachi - origem do grupo de famílias que migraram para o Brasil, de Awala, comunidade Kali’na emancipada como ville no território ultramarino francês. Essas duas comunidades Kali’na, localizadas no oeste da Guiana Francesa, e ainda a comunidade de Galibi no Suriname, têm em comum com a comunidade Galibi do Brasil as casas e outras instalações. Contudo, hoje se assemelham às casas das cidades - seja no Brasil ou na Guiana Francesa - seguindo os padrões das construções locais, com uma base de alvenaria - algumas com elementos das anteriores, como o banheiro externo e com a cozinha externa.

Figura 8: Carbet tradicional em Awala Guiana Francesa.

Fonte: Evilania Bento da Cunha, novembro de 2018.

Figura 9: casa no Galibi de Oiapoque no ano de 2019.

Fonte: pesquisa de campo, 2019.

Figura 10 e 11: ritual Epikodono em Awala (Guiana Francesa).

Fonte: Evilania Bento da Cunha, agosto de 2019.

Figura 12: foto de uma exposição sobre o ritual do Epikodono.

Fonte: Exposição no centro cultural de Awala[1], 22 de fevereiro de 2020.

Figura 13: Encontro dos Kali'na do Brasil com os Kali'na da Guiana Francesa.

Fonte: Evilania Bento da Cunha, abril de 2019.

"Os objetos são tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana" (SANTOS, 1996, pp. 72;73). "O espaço do geógrafo leva em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua". O geógrafo se interessa pelo

[1] Essa foto consta no acervo do centro cultural do município de Awala-Yalimapo, eu fiz uma foto da foto exposta no dia 22 de fevereiro de 2020 por ocasião de uma visita como turista. A foto mostra um dos momentos do ritual Epikodono.

conjunto de condições e características de várias épocas, mas a partir do presente, indo deste para o passado.

Santos (2002, p.75) diz que o conjunto de objetos culturais que ao lado ou no lugar dos objetos naturais, cuja significação modificam, formam o que podemos chamar de configuração espacial, configuração territorial, ou configuração geográfica. Quais os objetos que compõem a configuração territorial dos Kali'na? Podemos indicar o Epikodono como um conjunto de objetos tais como: a música, os instrumentos musicais, o grafismo corporal, as vestimentas, o artesanato na madeira, na cestaria, na argila, nos adornos como uma configuração territorial.

Já o livro de Milton Santos, *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*, publicado no ano 2000, traz um capítulo sobre "O território do dinheiro e da fragmentação". A afirmação de que o território não é um dado neutro se faz necessária; a ciência não é neutra, os cientistas têm sua história, sua trajetória, suas ideologias; a ciência moderna é fruto de um tempo, de pensadores que pensaram, criaram técnicas e que, por sua vez, atenderam a diversos interesses: as grandes navegações, o achamento de terras até então desconhecidas, o encontro com outros povos considerados inferiores. Por sua vez, esses povos originários também não eram neutros, ora se tornaram aliados dos colonizadores, ora combateram - de acordo com as vantagens e interesses. Assim se estabelecem as relações de trocas e relações comerciais.

Nessa mesma linha de pensamento a dissertação de Mestrado de Josy Marciene Moreira (2016), que tece sobre a educação escolar do povo Awá, nos aponta que não existe passividade na leitura, tanto quanto na escrita. Dessa forma, a escola é um instrumento para acessar o mundo do colonizador. Essa posição é recorrente nos pesquisadores que trabalham ou abordam a questão indígena numa perspectiva da decolonialidade.

Nessa relação entre um pensamento colonial e mais recentemente um pensamento decolonial, que reconhece nos povos aqui existentes antes da chegada dos povos colonizadores um saber ancestral, até então ofuscado ou ocultado pela sobreposição dos conhecimentos trazidos pelos colonizadores, o que favoreceu a subjugação das nações presentes no continente americano.

Ao pensar o território como uma luta de poderes (RAFFESTIN, 1993) e uma categoria de análise da Geografia que atende ao interesse do Estado, é mister ver o que Pierre Clastres aponta em seu clássico livro: *A sociedade contra o estado*, defendendo que os povos indígenas são naturalmente contra o Estado; isso não ocorre por ideologia, mas porque o modo de ser não cabe na estrutura do Estado.

Além do conceito de *território* estar estritamente ligado à ideia e instituição do Estado, traremos um debate sobre o desenvolvimento territorial, apontado por Jean-Paul Carriere, e sobre o ordenamento territorial na Guiana, na tese de Stanislas Ayangma; não serão conceitos adotados nesta tese, mas servirão como um caminho para a dinâmica territorial do ponto de vista da decolonialidade, sem necessariamente seguir o caminho da tese de Sandoval (2019), que parte da cosmologia indígena para chegar na representação geográfica dentro da vertente da geografia cultural. Optamos por uma dinâmica territorial que pense as geografias indígenas, independente dos métodos de análise, até mesmo porque as geografias indígenas extrapolam os limites das teorias e conceitos desenvolvidos dentro do âmbito da ciência geográfica. Se a Geografia se conecta com diversas outras ciências em busca do seu objeto de estudo, as geografias indígenas vão além na concepção de mundos. Essa tese não tem maturidade suficiente para abordar conceitualmente geografias indígenas, mas apontaremos alguns elementos a partir da ideia de território trazida pelos Kali'na.

Em outra vertente observa-se nos estudos de Pecqueur o desenvolvimento territorial apontado por Carriere, que seria sinônimo de desenvolvimento local; esse desenvolvimento é alcançado dentro de um ordenamento territorial, fazendo parte do planejamento de Estado. O ordenamento foi uma medida adotada na França da década de 1960, para alavancar o crescimento de algumas cidades consideradas "metrópoles de equilíbrio" - conceito desenvolvido por Perroux (CARRIERE, 2006) - com potência regional de uma forma a descentralizar da metrópole de Paris. Pode-se inferir que essa lógica tenha perpassado pelas políticas sociais; nesse mesmo período é aplicada a política de francisation na Guiana Francesa, com significativos aportes financeiros nos programas de assistência social.

O desenvolvimento territorial pressupõe que as atividades econômicas locais sejam diferentes para que se complementem e para que possa ocorrer a dinâmica territorial. Assim, é imprescindível a criação de redes de cooperação; mesmo que o interesse seja diferente, é preciso haver intersecção.

Campagne & Pecqueur (2014) apresentam a formação histórica do desenvolvimento territorial; trata-se de um olhar sobre o rural, do ponto de vista econômico, as possibilidades e potencialidades atendendo ao desenvolvimento dentro do sistema capitalista; as zonas rurais que se tornarão territórios rurais buscando os recursos territoriais. Esse conceito e aplicação inicia-se na década de 1980.

No entanto, o desenvolvimento territorial desenvolvido por Campagne & Pecqueur não se aplica aos Kali'na de Oiapoque; possivelmente, essa concepção possa ser analisada no futuro, com as iniciativas atuais dos povos indígenas das três Terras Indígenas de Oiapoque,

no tocante à comercialização dos produtos agrícolas, com a organização da feira agroecológica dos povos indígenas e a inserção dentro de uma política pública de assistência rural. A teoria de Campagne & Pecqueur sustenta a política dos territórios rurais e da cidadania, iniciada na década de 2000 no Brasil.

O que se pretende apresentar como dinâmica territorial, na perspectiva desse estudo, é a sucessão no tempo e as experimentações no espaço de reconstrução da vida, de vivência de um povo e não do desenvolvimento territorial como elemento para o desenvolvimento local, apontado por Pecqueur. Aqui, defende-se a dinâmica territorial como um conjunto de experiências, de vivências realizadas pelos Kali'na no espaço e no tempo, construindo a partir do coletivo, em tempos e lugares distintos e de reconstrução da vida.

Já a concepção do território, trazida por Rogério Haesbaert no livro: O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à Multiterritorialidade (2012), se aproxima do processo vivido pelos Galibi Kali'na de Oiapoque. Pode-se considerar que o povo Kali'na vive uma multiterritorialidade, no formato de territórios-rede, descontínuos, móveis, espacialmente fragmentados. (HAESBAERT, 2012).

Embora não seja de competência desta tese analisar a espacialidade Kali'na da Venezuela até o Brasil, apresentaremos um mapa para representar a presença dos Kali'na no Platô das Guianas, com base no viés de que a dinâmica Kali'na está combinada a múltiplos territórios ou multiterritorialidade.

Contudo, a multiterritorialidade Kali'na não está necessariamente imbricada dentro de uma desterritorialização e reterritorialização. Indicamos que a multiterritorialidade Kali'na seja resultado de uma dinâmica migratória que, na maioria das vezes, está relacionada com cisões xamânicas, onde os conflitos entre famílias se dão na prática de relações com os espíritos conduzidos pelos xamãs; o resultado é a saída do local onde tal conflito xamânico ocorreu, impulsionando um processo migratório.

Destarte, essa prática ancestral de uma espacialidade fragmentada começa a conviver com barreiras postas pelos Estados-Nações, resultantes das antigas colônias na américa caribenha. Assim, a multiterritorialidade Kali'na entra em choque com as políticas e legislação voltadas para os povos originários. Nesse caso, abordaremos apenas as políticas no Brasil e na Guiana Francesa, pois o grupo de Kali'na que migrou para o Brasil veio de uma comunidade da Guiana Francesa há setenta anos.

A multiterritorialidade Kali'na passa por uma descontinuidade do *territorium* e da política nesses dois países. O primeiro ponto a considerar é que, até hoje, a Guiana é um Território ultramarino da França, seguindo a Constituição Francesa, regida pelo lema da

revolução francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Com base na igualdade, a França não reconhece a identidade diferenciada dos povos originários: todos são franceses, por conseguinte, iguais perante a lei; portanto, não existe um reconhecimento dos territórios dos povos originários na Guiana Francesa. Enquanto no Brasil, há o reconhecimento na Constituição Federal de 1988, com um artigo especifico para tratar dos povos originários. O artigo 231 dá aos povos originários o direito de se expressar e serem respeitados por suas especificidades linguísticas, costumes e tradições, competindo ao Estado garantir que cada povo seja guardião de sua cultura material e imaterial e proteja os territórios que favorecem a vivência cultural.

Dessa forma, no caso dos Kali'na de Oiapoque, não ocorreu uma desterritorialização imposta pelo poder do Estado Francês, mas uma sobreposição do Estado sobre uma multiterritorialidade Kali'na no Platô da Guianas. Poder-se-ia entender que a política francesa da década de 1940 teria provocado uma desterritorialização desse grupo que migrou para o Brasil, levando em consideração que o processo de desterritorialização implica num embate, conflito, luta de poder.

Contudo, as migrações Kali'na são anteriores à formação de Estados-Nações; assim, a multiterritorialidade Kali'na já existia - o que muda são os direitos sobre cada território, de acordo com cada país. Desse modo, os Kali'na do Brasil têm diferentes direitos garantidos que os Kali'na da Guiana Francesa não têm. Assim como os Kali'na da Guiana Francesa têm benefícios na política de assistência social e saúde que os brasileiros não têm e, com o acirramento na fronteira franco-brasileira, com exigências documentais para travessia da fronteira, criou-se uma distância cada vez maior entre os parentes do lado brasileiro em relação ao lado francês.

Para Clastres (1ª reimpressão 2013, p. 168) palavra e poder mantêm relacionamentos tais que o desejo de um se realiza na conquista do outro, "toda tomada de poder é também uma aquisição de palavra". Pode-se entender que o papel das lideranças Kali'na é tomar a palavra no exercício do poder, diante dos líderes dos Estados.

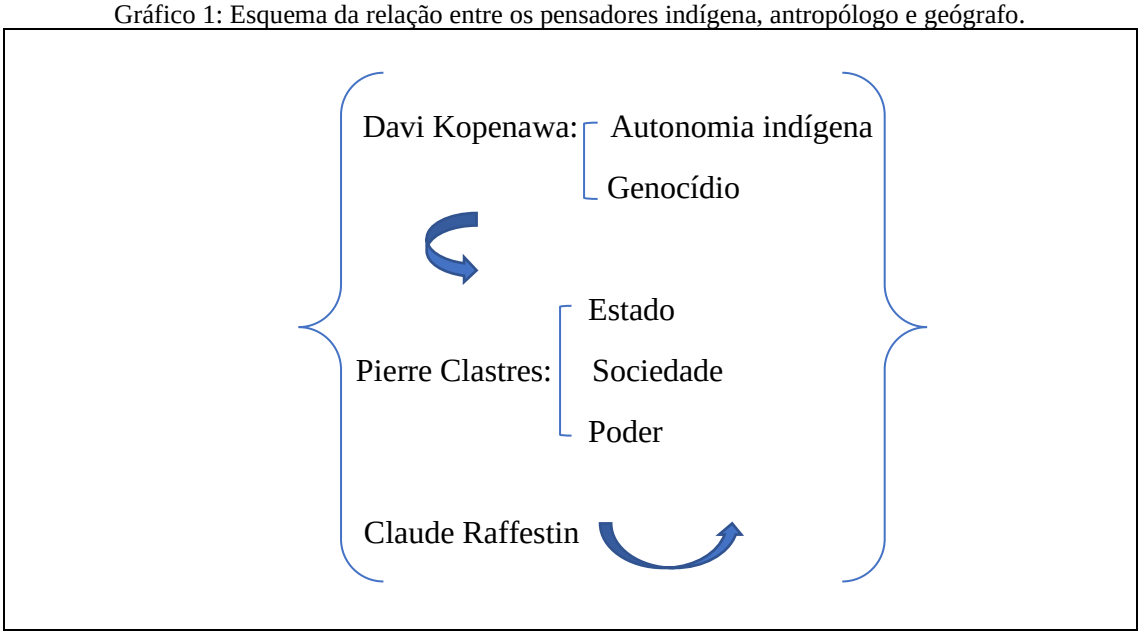
Por outro lado, durante observação de campo, em uma das conversas com Claudia Renata Lod, ela reportava justamente isso que Clastres aponta acima: não existe um chefe que representa todos os Kali'na, alguém detentor de um poder centralizador, embora para comunidade exterior o chefe é aquele que detém a palavra, mas ele o é tão somente no uso da palavra; nos demais afazeres e tarefas cotidianas cada pai de família é o chefe de sua família.

A fala de Claudia Renata Lod reforça a ideia da multiterritorialidade Kali'na como territórios-rede. Haesbaert (2012, p. 347) aponta que a presença dos territórios-rede possibilita

a existência da multiterritorialidade; esse suporte epistemológico pode auxiliar as iniciativas dos Kali'na de Oiapoque com intercâmbios e trocas com os Kali'na da Guiana Francesa, inclusive utilizando como ferramentas as redes sociais para dirimir as distâncias e impossibilidades de atravessar a fronteira por imposições e exigências legais na fronteira franco-brasileira.

A dinâmica territorial Kali'na, como uma sucessão no tempo e uma reconstrução da vida no espaço ocorre na lógica da autonomia indígena, mas também na luta de poder com o Estado. Nesse sentido, buscaremos uma leitura entre Davi Kopenawa, Pierre Clastres e Claude Raffestin para elucidar o seguinte esquema:

Gráfico 1: Esquema da relação entre os pensadores indígena, antropólogo e geógrafo.



Fonte: elaboração própria, 2021.

O livro *A queda do céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2013), é um movimento decolonial e político, pois além de apresentar a vida de um xamã, o percurso do próprio Davi como xamã demonstrando a cultura Yanomami nesse caminho, o livro também denuncia as invasões, a exploração garimpeira ilegal, a participação em reuniões internacionais estratégicas como na ONU e - ao mesmo tempo - como são as consequências dessas viagens e a exposição na cosmovisão Yanomami.

No próximo tópico buscaremos abordar o território dentro de uma perspectiva decolonial, levando em consideração a percepção dos próprios indígenas e teóricos que valorizam a fala e a cosmovisão de cada povo, trazendo para o universo acadêmico-ocidental uma visão até então desconsiderada, uma vez que a maior parte desses saberes se amparam na oralidade e não na escrita.

O livro de Davi Kopenawa e Bruce Albert é um exemplo do exercício decolonial, pois primeiro foi narrado, depois transcrito para língua Yanomami e posteriormente traduzido para língua colonial - no caso, o francês, língua do antropólogo; já a publicação em português só saiu cinco anos após a primeira publicação em francês - o que indica o quanto as editoras brasileiras desconsideram esse tipo de trabalho (SOUZA, 2019). A dissertação de Souza (2019) traz uma análise decolonial do livro de Kopenawa e permite entender que, embora nos esforcemos em nossos trabalhos - escritos por americanos do sul, vivendo no contexto do sul - quando abordamos a questão indígena, possivelmente haverá lacunas, pois é um não indígena falando a respeito.

Segundo Claude Raffestin (1993) alguns elementos adotados pelo Estado propõem continuar seu poder, e a homogeneidade da população é uma estratégia para tal:

> A composição da população, quer seja considerada do ponto de vista étnico, linguístico ou religioso, é com frequência abordada por meio da categoria homogeneidade *versus* heterogeneidade. A homogeneidade é, nesse caso, percebida como uma condição favorável à sobrevivência do Estado, enquanto a heterogeneidade é tida como uma condição mais desfavorável. Em outras palavras, a estratégia do Estado visa a homogeneidade, e é este o motivo da adequação dos índices de diferenciação. Trata-se, é certo, de uma "leitura estatal". O Estado que procura unificar, tornar idêntico por todos os meios. O Estado teme as diferenças e, em consequência, só quer ver uma face das coisas. (RAFFESTIN, 1993, pp. 27-28)

A citação acima demonstra como a intolerância à diversidade é uma política de Estado, tão bem exemplificado na relação entre os colonizadores e os povos indígenas, que se perpetua, mesmo com a independência dessas colônias; as políticas de integração dos povos originários aos novos Estados Nações é uma estratégia de absorção da população e de ampliação das fronteiras.

O livro *Geografia do poder*, de Claude Raffestin (1993), nos coloca algumas reflexões sobre o poder enquanto conceito, enquanto ação. Esse autor nos apresenta a natureza do poder abordada por Foucault, que diz: “o poder não se adquire: é exercido; a relação de poder é imanente em todas as relações; as relações de poder são intencionais; onde há poder há resistência” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Dando ao poder a característica de oscilação, uma vez que não se possui, mas exerce, não podemos nos prender a uma hegemonia do poder.

Com isso, é importante pensar na diversidade de visões que os povos originários carregam com sua ancestralidade no exercício do poder. O reconhecimento da ONU, através da OIT, na Convenção 169, que indica os direitos e reconhecimento das tradições dos povos indígenas e tribais quanto ao uso da língua, ao uso do território tradicional para manter suas culturas.

Claude Raffestin (1993, pp. 137-139) lembra no seu livro que "é provável que essas garantias, sem permanecer letra morta, ainda não foram aplicadas à risca pelos Estados que por elas deveriam ter sido guiados". O exemplo disso é a própria França, que até hoje em 2022, não assinou a Convenção 169 da OIT, não reconhecendo os povos originários que vivem no Território Ultramarino Francês. O autor continua falando da falta de reconhecimento das diversidades: "A necessidade do pluralismo racial e étnico só pode ser redescoberta por ocasião de uma crise do sistema ocidental".

Nesse sentido, vemos um movimento nas Academias da América do Sul com o pensamento decolonial, que parte do princípio que os pesquisadores do sul devem eles próprios desenvolver teorias sobre o sul e - nessa linha - que os próprios indígenas pesquisem e falem de si próprios, do seu povo, a partir de uma visão própria de cada povo, o que buscaremos apresentar no próximo item.

1.1 TERRITÓRIO: UMA VISÃO INDÍGENA

Este tópico é desenvolvido na perspectiva de compreender como os indígenas veem o Território. E vai além do *territorium*, palavra latina que quer dizer terra delimitada. Os pesquisadores Dominique Gallois e Ricardo Fanny (2005) têm um texto que elucida esse sentido de território para os indígenas. Mas, de uma forma geral, na interpretação de Claudia Renata Lod, jovem Kali'na da comunidade Galibi no Brasil, o sentido de território seria:

"o território vai além de uma área demarcada, vai além de uma casa com paredes; território pode ser comparado a um lar, tem sentimento, tem vivência, tem memória; as raízes ancestrais podem estar na Guiana Francesa ou no Suriname, mas a sua memória, as suas relações, estão aqui na Terra Indígena Galibi, esse é o seu território"[2].

O território Kali'na é da Venezuela ao Brasil, segundo Claudia Renata. Mesmo que os Kali'na do Brasil não conheçam pessoalmente os da Venezuela, eles se reconhecem como um só povo, pois as histórias narradas são as mesmas, a língua é a mesma, os costumes são os mesmos, com as adaptações das relações de contato com os colonizadores diferentes e em

[2] Fizemos escolha de colocar a fala dos Kali'na no texto sem recuos, diferenciada apenas pela letra comic como indicado na obra de Fernandes (2005). Disponível em: http://www.outrostempos.uema.br.

diferentes tempos históricos. A multiterritorialidade Kali'na ultrapassa os limites dos estados-Nações.

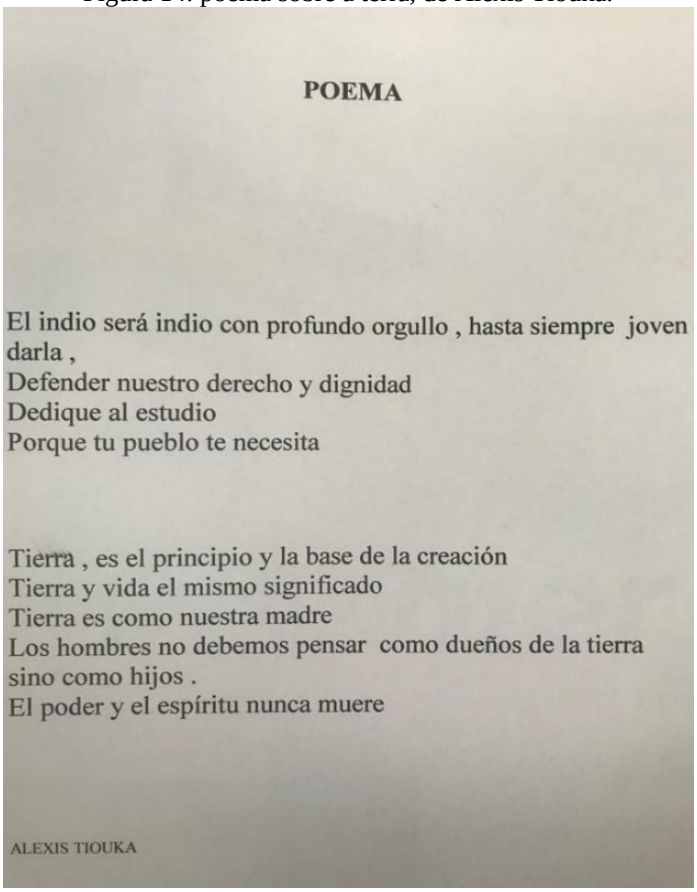
Já na visão do jurista Kali'na, Alexis Tiouka, o Território autóctone é:

"um lugar ancestral e contemporâneo que existe entre os indígenas e uma área geográfica. Existem três reinvindicações principais em torno do território: mais autonomia política, conquista de territórios maiores e preservar sua identidade e sua cultura. Então qual a importância dessas terras para os indígenas? Os territórios reivindicados são ancestrais e têm grande importância para vitalidade dos povos autóctones, seja no plano econômico, político, cultural e espiritual. Assim, o título da terra dado a um povo autóctone é uma forma de remediar as injustiças da colonização. A terra é importante em dois níveis: primeiro, uma terra ancestral é o lugar da nação e é inseparável do povo, de sua cultura, de sua identidade como nação; segundo, a terra e os recursos naturais, assim como o conhecimento tradicional, são os fundamentos pelos quais os povos autóctones reconstroem a economia de suas nações e melhoram a situação socioeconômica de seus povos, a terra é fundamental para manter a visão de mundo e espiritualidade dos povos autóctones".

Esse olhar do território do ponto de vista indígena ampara-se num movimento denominado de decolonialidade, pensado a partir de pensadores do sul que tem como matriz construir um saber a partir do e com o pensamento local, tendo em vista que a colonização terminou, mas o pensamento colonial permaneceu (CRUZ; OLIVEIRA, 2017); o autor afirma que é impossível pensar a modernidade sem a colonialidade, a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza; a colonialidade é, portanto, a continuação do pensamento e das ações do período colonial no período atual.

A Figura 14 que segue é um poema de Alexis Tiouka, feito por ocasião de seus estudos no curso superior em *Derechos Indígenas y recursos hidrocarrurieros* pela Faculdade Latinoamericana de Ciencias Sociais em Quito, no Equador, entre os anos de 2003 e 2004, que traz uma memória na perspectiva de que a terra e a vida têm o mesmo significado. Esse preceito indica que um povo que não tenha a terra enquanto espaço de uso e de relação, perde a vida.

Figura 14: poema sobre a terra, de Alexis Tiouka.



Fonte: acervo pessoal do autor Alexis Tiouka, 2006.
Manuscrito inédito, cedido para esta pesquisa.

Desta forma, pensar o Território a Terra Indígena, conceitualmente e do ponto de vista das vivências, é pensar a colonialidade e decolonialidade. Segundo Cruz e Oliveira (2017):

> A colonialidade como herança cultural, cognitiva e epistêmica está materializada no eurocentrismo que atravessa e orienta até os dias atuais uma grande parte da produção intelectual produzida em ciências sociais, incluída aí a produção dos geógrafos (CRUZ; OLIVEIRA, 2017, p.18)

Nesse sentido, evoco o célebre livro de David Kopenawa e Bruce Albert, *A queda do céu* (2015), que aborda vários temas, desde a cosmovisão Yanomami ao território, o contato e a exploração desenfreada dos recursos naturais e minerais. David Kopenawa me colocou diante de várias reflexões, a princípio a leitura do seu livro seguiu um ritmo quase ininterrupto, dada a forma de sua escrita - como se contasse uma história de uma novela ou um romance - o que provocou em mim um ávido desejo de concluir a sua leitura sem comentários ou pausas para reflexões do que estava lendo; estava totalmente tomada pela narrativa e parecia que eu ouvia do próprio Davi contando sua história; no final, percebi como Bruce Albert nos permitiu

ver e ouvir a voz de David, ao ponto de esquecermos a sua como um antropólogo branco advindo do centro de uma das mais altas produções de conhecimento acadêmico que temos no mundo ocidental. Portanto, esse livro é um exemplo da decolonialidade e do exercício da autonomia indígena.

Cruz e Oliveira (2017) apontam no giro decolonial que decolonialidade do saber deve passar pela escuta dos pensadores do sul para produzir conhecimento numa perspectiva da vivência e da memória de quem vive no continente sul-americano. No entanto, vemos um antropólogo do centro intelectual da colonialidade com uma postura decolonial, pois realmente se faz ouvir a voz de David Kopenawa no livro *A queda do céu*. Como o próprio Albert se denomina como editor, assim nos permite ver David, na sua narrativa xamânica.

O livro faz um panorama do processo de como o estado e as igrejas entram em contato com os povos indígenas e a forma como os afetam. Tanto as instituições do Estado - como a Funai - quanto as missões cristãs, objetivam a colonização e a inserção desses povos no processo de assimilação, utilizando-se da educação como instrumento de assimilação e conversão.

Nesse sentido, veremos como Sepúlveda percebe a territorialidade Mapuche no Chile; uma primeira observação é que, os indígenas que começam o movimento indígena advêm de uma formação acadêmica e intelectual que constrói as bases de um movimento anticolonial, contribuindo para a mobilização Mapuche no Chile. Assim também, os Kali'na da migração já haviam tido contato com essa preparação escolar no formato colonial. Na comunidade Galibi de Oiapoque, foi construída uma escola desde o início da instalação dos Kali'na no Brasil nos moldes da colonialidade, inclusive por decisão dos líderes, a escola era uma ferramenta para aprender bem a língua do novo país e se integrar dentro do Estado.

Assim como as lideranças Mapuches, os Kali'na também tinham uma formação escolar, o que indica que os dirigentes dos movimentos indígenas são os que têm mais formação acadêmica. Nesse ponto, percebemos que os primeiros Kali'na que chegaram no Brasil carregavam consigo uma formação da colonialidade e não romperam com essa prática da formação educacional - uma das consequências é que a terceira geração não fala a língua Kali'na.

A tese de Sepúlveda (2011) traz um quadro que apresenta uma regulamentação dos direitos indígenas nas reuniões internacionais, em especial na ONU, fruto de um novo indigenismo feito pelos indígenas. Tendo como resultado a ratificação da Convenção 169, da OIT, por parte dos Estados, o quadro que segue é baseado no quadro apresentado por Sepúlveda na sua tese.

Quadro 2: ratificação da Convenção 169 da OIT pelos países latinos americanos.

PAÍS	RATIFICAÇÃO	PAÍS	RATIFICAÇÃO
México	05/09/1990	Guatemala	05/06/1996
Colômbia	07/08/1991	Equador	15/05/1998
Bolívia	11/12/1991	Argentina	03/06/2000
Costa Rica	02/04/1993	Venezuela	22/05/2002
Paraguai	10/08/1993	Rep. dominicana	25/06/2002
Peru	02/02/1994	Brasil	25/07/2002
Honduras	28/03/1995	Chile	15/09/2002

Fonte: SEPULVEDA, 2011.

"Os Mapuches não se preocupavam com a delimitação do território; essa preocupação era dos espanhóis, assim a configuração territorial Mapuche é uma criação do colonizador" (SEPULVEDA, 2011, p. 156).

Duas questões na tese de Sepúlveda que vemos são: 1. a questão do território reivindicado; 2. os indígenas que moram nos centros urbanos de Santiago e Concepção. A noção de território dentro de uma cosmovisão rompe completamente com os conceitos teorizados na Geografia, até o momento da escrita dessa tese. Por isso não elegemos um teórico, mas os conceitos que mais se aproximam da conceituação indígena.

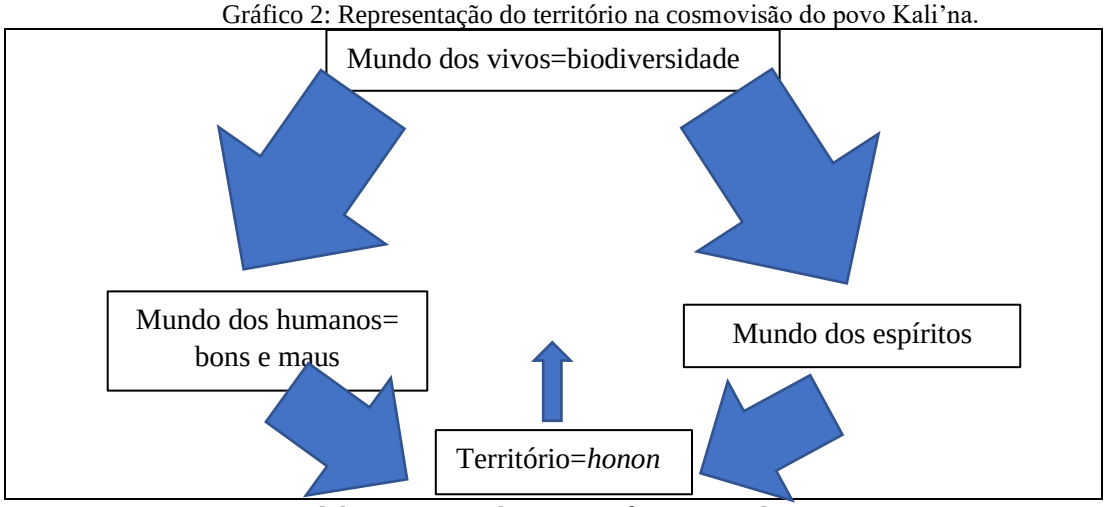
Sepúlveda (2011) apresenta um quadro espacial na cosmovisão Mapuche com os quatro pontos cardeais. No lado esquerdo, no norte, é o espaço do mal, do lado direito e sul, o espaço do bem. Ao pensar em território indígena, não pode se prender à terra na dimensão física, pois a dimensão dos outros mundos na cosmovisão indígena é tão importante quanto a dimensão material que nossos olhos humanos conseguem ver.

Assim, a preservação da biodiversidade é estritamente fundamental, pois na floresta, nos rios, nas rochas, nos animais e nas diversas dimensões da natureza encontram-se outros mundos paralelos a esse que conseguimos ver. A demarcação de Terras Indígenas é um paliativo para atender à demanda de preservação do território na concepção cosmológica de cada povo originário presente nessas terras; contudo é necessário, pois tem sido a forma mais eficaz de proteção da biodiversidade. Ao verificar as áreas verdes na Amazônia, constata-se que são Terras Indígenas ou Área de Proteção Permanente (APP).

Na cosmovisão Kali'na, *Kapu* é céu; *kapu untï* é raiz do céu. Assim, o território Kali'na começa no centro da terra *owalïyana* e vai em direção ao céu no sentido leste *untï*. O território

honon é dividido em várias zonas da vida. O mundo dos vivos = biodiversidade; o mundo dos humanos: bons e maus; o mundo dos espíritos. Como representado no fluxograma abaixo:

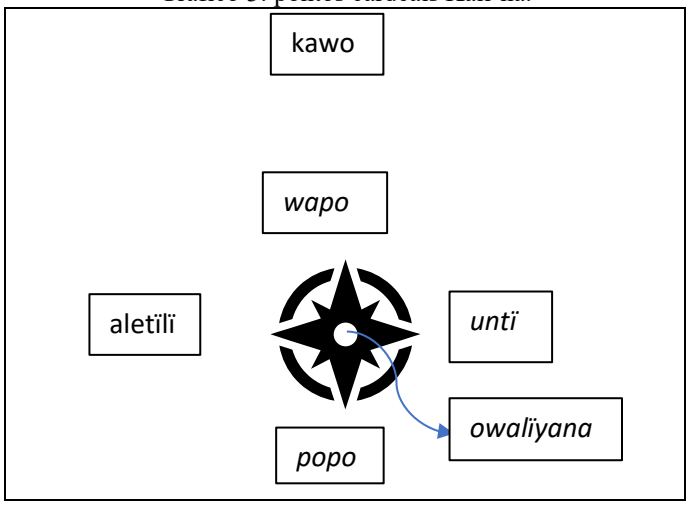
Gráfico 2: Representação do território na cosmovisão do povo Kali'na.



Fonte: elaboração com base em informações da pesquisa, 2022.

Sua espacialidade se dá com seis pontos cardeais[3]: Norte = *wapo*; Sul = *popo*; Oeste = *aletïlï*; Leste= untï; acima = *Kawo;* Centro = *owalïyana*. O fluxograma abaixo tenta representar os pontos de localização no espaço dentro de uma aproximação da cosmovisão Kali'na.

Gráfico 3: pontos cardeais Kali'na.



Fonte: elaboração com base em informações da pesquisa, 2022.

A Figura é um desenho que representa o *Kapu* e o *Kapu unti*, começando no centro da terra; sua localização fica no meio do rio Amazonas e vai subindo até o céu como um espiral. Assim, o território Kali'na começa no meio do rio Amazonas, na porção do Platô das Guianas

[3] Informações de Alexis Tiouka sobre o que é o território na cosmovisão Kali'na e as georreferencias.

e na Calha Norte, expandindo-se nas voltas do espiral, em direção ao céu, com inclinação para o leste onde é a raiz do céu.

Figura 15: começo do território Kali'na.

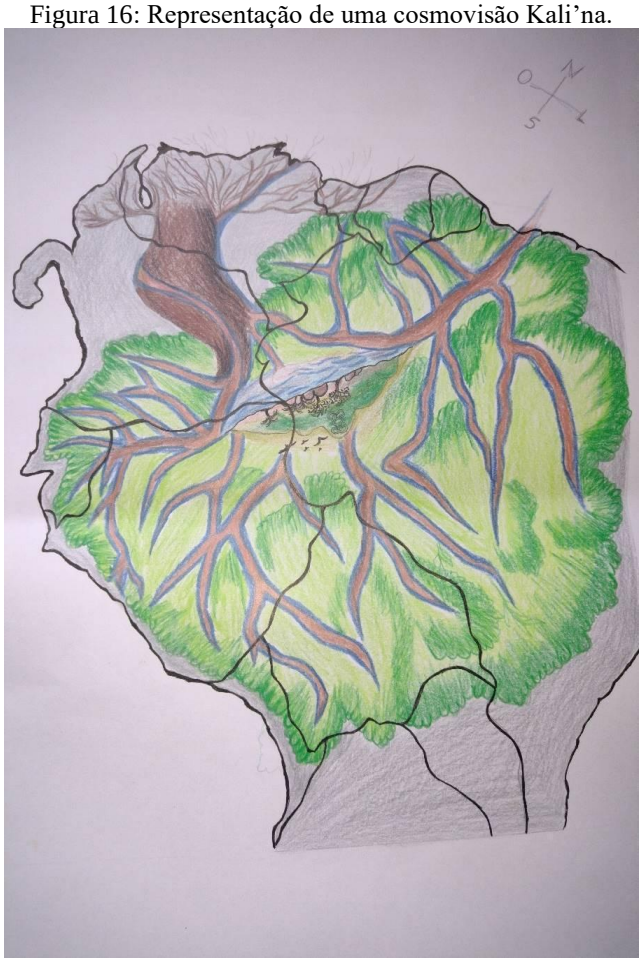
Fonte: Desenho de Marcela Jeanjacque, informação de Alexis Tiouka, 2021.

Outra representação é a árvore indicando de onde saem e para onde vão os Kali'na. A representação da arvore Kali'na, por exemplo, traz uma gama de sentidos: as raízes estão na Venezuela; a árvore cresce em direção ao sul, na Amazonia brasileira; lá no meio do rio Amazonas, está a ilha com os espíritos de todos os Kali'na que fizeram a passagem desse mundo material para outra dimensão - o mundo dos invisíveis - essa viagem acontece quando o espirito está pronto para partir para a morada dos espíritos, na ilha no meio do rio Amazonas *Masuwana*, sendo antecedido pelo ritual do *Epikodono*. Podemos indicar que o Território Kali'na começa e termina no Amazonas, tendo em vista a cosmovisão e não apenas o território enquanto área física.

O grande impasse entre a geografia espiritual dos indígenas - como chama Sepúlveda - e a geografia ocidental colonial, é que as terras conquistadas são mercadorias, as terras são conquistadas para serem exploradas. E, com a divisão dos Estados-Nações e suas fronteiras delimitadas, ocorre uma interferência nos territórios cosmológicos de cada povo originário. Como vemos na figura sobre o Epikodono em Awala Yalimapo, comunidade localizada na desembocadura dos rios Mana e Maroni, na fronteira entre Guiana Francesa e Suriname, sem as implicações das barreiras impostas pelos Estados-Nações, o fluxo de uma margem a outra

do rio Maroni seria feito naturalmente pelos Kali’na, mas com os limites impostos pelas fronteiras dos Estados-Nações, em certa medida, os fluxos são interrompidos.

Figura 16: Representação de uma cosmovisão Kali’na.



Fonte: Desenho de Keyla Palikur, com informações de Alexis Tiouka, 2021.

A Figura 16 representa a ilha no centro do rio Amazonas, a qual é destino de todos os espíritos Kali’na. A palavra *idutan* na língua Kali’na significa raiz, mas também representa o oeste na direção georreferencial; podemos indicar que eles saem do leste em direção ao oeste, onde ficam as raízes e voltam para o leste, na ilha da morada dos espíritos Kali’na.

O próximo tópico apresenta a territorialidade indígena na decolonialidade, o que reforça a ideia do território enquanto categoria de expressão da vida, mas não somente a vida humana; esse é apenas um dos três mundos, na cosmovisão Kali’na.

1.2 A TERRITORIALIDADE INDÍGENA NA DECOLONIALIDADE

Dentro de uma concepção decolonial conseguimos entender o que Pierre Clastres apresentou no seu livro A sociedade contra o Estado. O primeiro ponto a observar é que a concepção de Estado tal qual o temos agora, surge com a ciência moderna e com todo o movimento colonial que o antecede. Dessa forma, na visão colonial as sociedades primitivas não tinham Estado e não se pode conceber uma sociedade sem Estado, pois o Estado é o destino de toda sociedade (CLASTRES, 2013, p. 201).

Estado e *Poder* são dois conceitos que a princípio caminham juntos. Segundo Bresser-Pereira (2017), o Estado-Nação tem seu início no século XIV no norte da Itália, com as cidades-estados; porém, vemos sua amplitude após a revolução industrial e com o apogeu do capitalismo. Se observarmos bem, essa organização tem pouco mais de dois séculos, sobrepondo as organizações sociais autóctones. Por isso, Clastres (2013), afirma que os povos autóctones são uma sociedade sem estado; desse modo, a organização autônoma dos povos originários precisa ser uma alternativa paralela à organização dos Estados-Nações, apesar de isso ter se tornado algo bem difícil após cinco séculos de colonização, com assimilação dos elementos trazidos pelo colonizador, sobretudo a escola e a igreja, duas instituições que penetraram o interior alfabetizando e catequizando para conversão mas também a subjugação dessas sociedades sem estado serem introduzidas nos Estados-Nações modernos.

Ainda segundo Bresser-Pereira (2017), uma categoria para pensar o Estado e a soberania popular é a sociedade civil. A partir da década de 1970, dentro desse contexto, é que emerge o Movimento Indígena com suas assembleias e associações organizadas na reinvindicação de reconhecimento de suas terras ancestrais, suas línguas e culturas diferentes.

O livro de Davi Kopenawa e Bruce Albert relata as viagens internacionais e nacionais de Davi para defesa do território Yanomami, buscando autonomia na gestão de seu território e confrontando os gestores públicos a respeitarem as leis do próprio Estado.

A célebre aparição de Ailton Krenak discursando na Assembleia Constituinte ao mesmo tempo que pintava o rosto com tinta de jenipapo foi um gesto de autoafirmação de sua identidade como povo originário, contudo, Krenak o faz utilizando-se das ferramentas do próprio Estado-Nação que é a democracia com o poder concedido ao povo.

A contradição dos Estados-Nação é que eles advêm de monarquias com poderes absolutos; os países constituídos independentes na América são resultado de antigas colônias que deixaram suas marcas impregnadas nas novas terras com a cruz e o lápis, a religião e a educação, a colonialidade.

Por outro lado, boa parte das grandes lideranças indígenas que iniciaram o movimento Indígena em toda América Latina, tiveram uma formação acadêmica vinda dos colonizadores. Podemos dizer que a educação promove uma tomada de consciência e instrumentaliza para uma tomada de decisão seja para continuidade dentro do modelo colonial ou para desenvolver sua autonomia e criar seu próprio modelo de educação emancipatória como é o caso zapatista no México, ou os Ka'apor no Brasil.

Os Kali'na tiveram contato com os internatos religiosos na Guiana Francesa e o processo de formação técnica oferecida pelo Estado francês na política do Território de Inini. Assim, as famílias que migraram tinham jovens com um nível de conhecimento nos padrões da educação francesa. Ao chegarem no Brasil, uma das primeiras implementações foi a escola solicitada ao governo do então Território do Amapá. Seu objetivo era uma integração ao novo Estado-Nação, o Brasil. Portanto, era preciso aprender a língua, as leis, os costumes desse povo que aqui vivia.

A criação de um Estado-Nação exige o estabelecimento de limites entre um e outro e assim se estabelecem as fronteiras do tido território nacional. Observa-se que no século XX, com a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, ocorre um acirramento de defesa das fronteiras e com isso cada país estabelece sua política internacional e suas relações com os países nos quais se limitam.

Nos relatos dos Kali'na de Oiapoque, nos vinte ou trinta primeiros anos, existia um fluxo maior de parentes que vinham para visitar os parentes que haviam migrado para o Brasil e, por sua vez, os daqui também podiam ir. Após a década de 1980, as exigências na fronteira foram cada vez aumentando mais. De forma que hoje, um Kali'na nascido no Brasil, portanto de nacionalidade brasileira, não pode ir visitar seus parentes se não tiver passaporte e visto, uma vez que o Departamento Ultramarino Francês exige visto de viagem dos brasileiros.

A escolha da nacionalidade foi outra condição imposta aos povos indígenas que habitam nas fronteiras. Os Kali'na do Brasil e da Guiana Francesa e do Suriname precisaram escolher qual nacionalidade assumir. Desse modo, temos em uma mesma família pessoas com nacionalidade do Suriname, da Guiana Francesa, se estendendo para o Brasil e que não podem se visitar, participar de suas festas tradicionais por que foram impostas barreiras físicas numa fronteira que é fluida - ou que deveria ser - pela mobilidade dos povos originários.

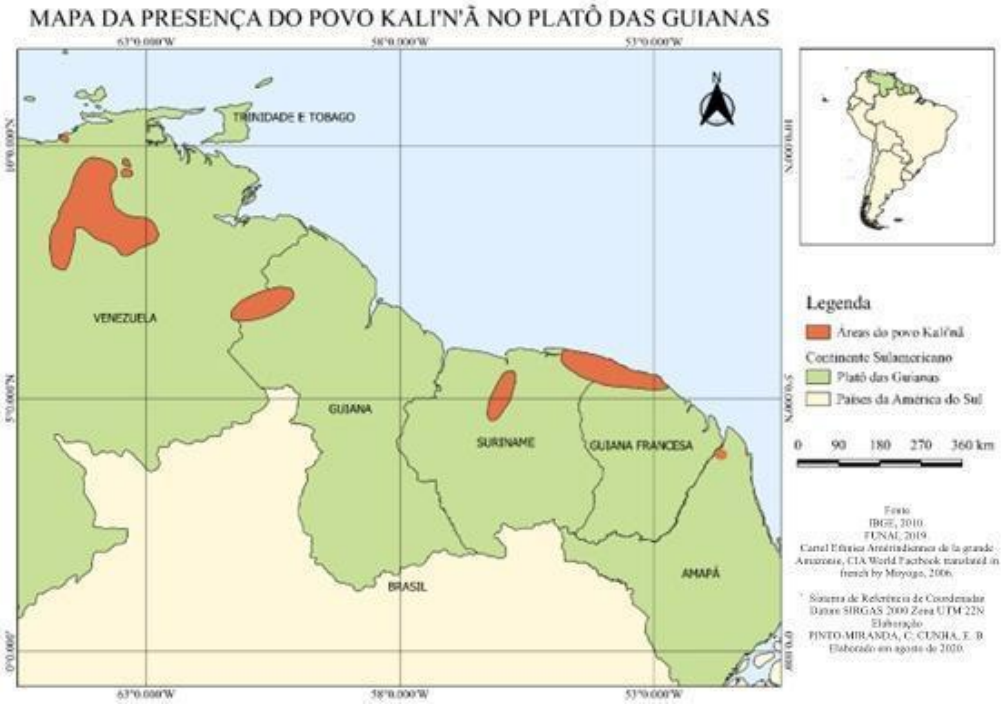
Nesse sentido, vemos um poder que é dado ao Estado, legitimando uma unidade hegemônica nacional. Segundo Afonso & Ramos (2007, p. 81) a escola favoreceu a construção de uma identidade nacional em detrimento das múltiplas identidades e culturas vigentes.

Esse poder conferido ao Estado definiu políticas de atuação com os povos originários no Brasil; assim, tivemos SPI, criado em 1912, e tinha por objetivo a assimilação dos indígenas à sociedade nacional. Na Guiana Francesa teve a instituição do Território de Inini, com o mesmo objetivo de assimilação.

Assim, Boaventura de Souza Santos (2008) nos coloca que os tempos de transições são tempos de perguntas fortes e respostas fracas; ele se refere ao tempo atual, mas pode-se atribuir à migração dos Kali'na no meio do século XX, um tempo de transição no contexto mundial, mas também no contexto local, o status de departamentalização da Guiana Francesa na década de 1940, a criação do Território do Amapá por parte do governo brasileiro, a emancipação do município de Oiapoque e todos movimentos de transição; retornamos a Boaventura para pensar como os Kali'na fizeram para articular os saberes que tinham com os saberes que ignoravam? Sendo que "o lugar de enunciação da ecologia de saberes são todos os lugares onde o saber é convocado a converter-se em experiência transformadora" (SANTOS, 2008, p. 6).

O mapa da presença Kali'na no Platô das Guianas demonstra uma sobreposição de limites fronteiriços entre Venezuela e Guiana, Suriname e Guiana Francesa e uma proximidade entre os Kali'na que habitam o Brasil na Fronteira leste da Guiana Francesa. Com os recortes territoriais provocados pelos países colonizadores, os povos originários separados em nacionalidades diferentes continuam sendo o povo Kali'na.

Mapa 2: presença dos Kali'na no Platô das Guianas.



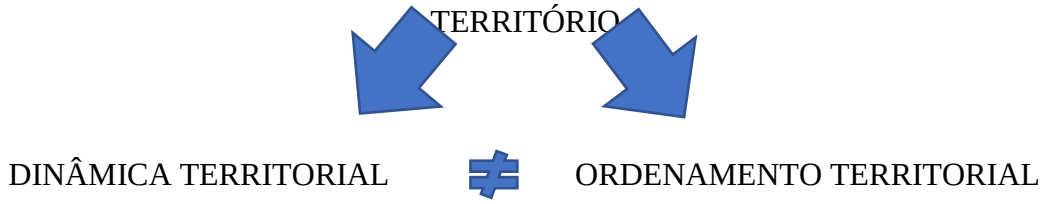
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010/Moyogo, 2006.

SINTESE DO CAPÍTULO 1

O primeiro capítulo nos apresentou uma referência teórica para pensar a dinâmica territorial dos Galibi Kali'na. Buscamos um olhar sobre os conceitos a partir de alguns teóricos que consideramos mais próximos da realidade Kali'na.

Partimos de uma evolução do conceito de território apresentado por Saquet (2007), nas dimensões econômica, política e cultural, passando pela compreensão de território enquanto rede, apontado por Milton Santos. Essa evolução levou a dinâmica territorial sendo diferente do ordenamento territorial.

Gráfico 4: Esquema Território.



Fonte: elaboração própria, 2022.

Identificamos uma ausência de teóricos que pensem e conceituem território indígena com a devida atenção; como disse Milton Santos (2004 p. 80), "o território não é um dado neutro". Ao pensar a dinâmica territorial, indicamos a necessidade de pensar as geografias indígenas que podem começar com o que definimos como dinâmica territorial: a sucessão no tempo e as experimentações no espaço de reconstrução da vida nas diversas dimensões apontadas polos povos indígenas.

A multiterritorialidade trazida por Haesbaert (2012) é uma chave para entender a espacialidade Kali'na dentro de uma descontinuidade no Platô das Guianas, mas não é resultado de uma desterritorialização e reterritorialização, e sim de uma migração resultante de cisões xamânicas.

A multiterritorialidade Kali'na é anterior à formação dos Estados-Nações; contudo, pensamos a dinâmica territorial a partir de uma concepção de colonialidade e decolonialidade o que vai levar ao exercício de poder e à ancestralidade dos povos indígenas.

Ao pensar o território Kali'na, é necessário situá-lo dentro da cosmovisão; esta pressupõe três dimensões de mundo ou de território: território da natureza, território dos

humanos, território dos espíritos, estando sobrepostos e interrelacionados. A migração de 1950 para o Brasil, tem relação com a sobreposição das dimensões de território Kali’na.

CAPÍTULO 2: O CONTEXTO DA MIGRAÇÃO DOS KALI'NA

Este Capítulo apresenta o contexto político, social e econômico na Guiana Francesa e no Brasil na década de 1940 e as motivações para a migração dos Kali'na. É dividido em dois tópicos: o primeiro apresenta o que foi o Território de Inini, sua política voltada para os indígenas e descendentes de povos africanos trazidos para América como escravos; o segundo, o contestado franco-brasileiro, a implantação da colônia agrícola de Clevelândia, a emancipação da cidade de Oiapoque e a atuação do SPI na fronteira norte do Brasil; o terceiro, os Kali'na no Platô das Guianas; o quarto, o estado-nação como elemento de interferência na circulação dos povos originários no Platô das Guianas.

2.1 A GUIANA FRANCESA E O TERRITÓRIO DE ININI

Trazer uma discussão sobre o Território de Inini se faz necessário, pois a migração dos Kali'na em 1950 ocorre nos debates e mudanças nas políticas exercidas nesse contexto. O território de Inini teve por objetivo expandir a atuação do Estado no interior da Guiana Francesa, uma vez que a velha colonização se prendeu ao litoral e região de Cayenne. Quando a Guiana Francesa se tornou um departamento, na década de 1940, ainda conviveu com o território de Inini, até 1969.

O embasamento para essa discussão será na sua maior parte com o livro de Gérard Thabouillot, *Le Territoire de l'Inini: 1930 – 1969*, que nos apresenta uma gênese da formação do território, sua constituição e sua diluição. Diversas pesquisas foram feitas tomando como base o Território de Inini, em especial, ao abordar os povos autóctones da Guiana, a criação do Parque Nacional Francês da Amazônia dentre outras temáticas.

O Território de Inini seria um dos muitos projetos administrativos elaborados para desenvolver a Guiana (THABOUILLOT, 2016, p. 15), tendo em vista os aspectos econômicos e políticos. O primeiro preocupava-se com a produção de ouro e o desenvolvimento agrícola e florestal; o segundo pretendia atender o desejo dos guianenses de administrar suas riquezas e colocar fim às tensões locais.

Esse território pensava a Guiana para além do litoral, adentrando no interior onde estavam as comunidades autóctones presentes ali antes mesmo da chegada dos colonizadores. Contudo, a criação desse território dá continuidade ao projeto colonial de subjugação dos povos e culturas, talvez de uma forma mais amena. Os gestores e criadores desse novo

território queriam se apropriar do interior de uma maneira que não gerasse mais conflitos do que o já existente.

Assim, teria duas administrações distintas e autônomas na Guiana Francesa, sendo que o administrador de Inini era nomeado pelo governador na Guiana. O fato de criar um território autônomo com a nomeação do governador da Guiana, indica uma iniciativa colonial no século XX. Era importante para a França garantir o domínio de toda a área da Guiana, especialmente porque eles haviam perdido para o Brasil a área contestada no estado do Amapá. Desse modo, ocupar e dominar a fronteira era imprescindível também para continuar explorando as riquezas naturais e minerais nessa área; mas para isso, era importante garantir que os povos indígenas que habitavam a fronteira fossem seus aliados e se mantivessem do lado da fronteira francesa.

Para tanto, foi necessário oferecer algumas garantias, tais como:

> Eu tive a honra de vos informar que um serviço de proteção às populações primitivas já existe na Guiana, de uma forma que não pode ser definitiva, porque as etnografias se encarregaram de se ocupar até o presente, não definiram os problemas juntos se reportaram a todas populações primitivas que viviam nos arredores do Inini. *(sous-préfet de l'Inini ,* 1952*).*[4]

A citação acima mostra o processo de tentativa de assimilação dos povos originários por parte do Estado; observamos a mesma prática no Brasil, com o SPI, uma estratégia de Estado para garantir o domínio de seus limites fronteiriços. O marechal Rondon desenvolve a mesma política no projeto Marcha para o Oeste. Na foto abaixo, vemos uma de suas publicações resultante das expedições empreendidas a todas as fronteiras do Brasil.

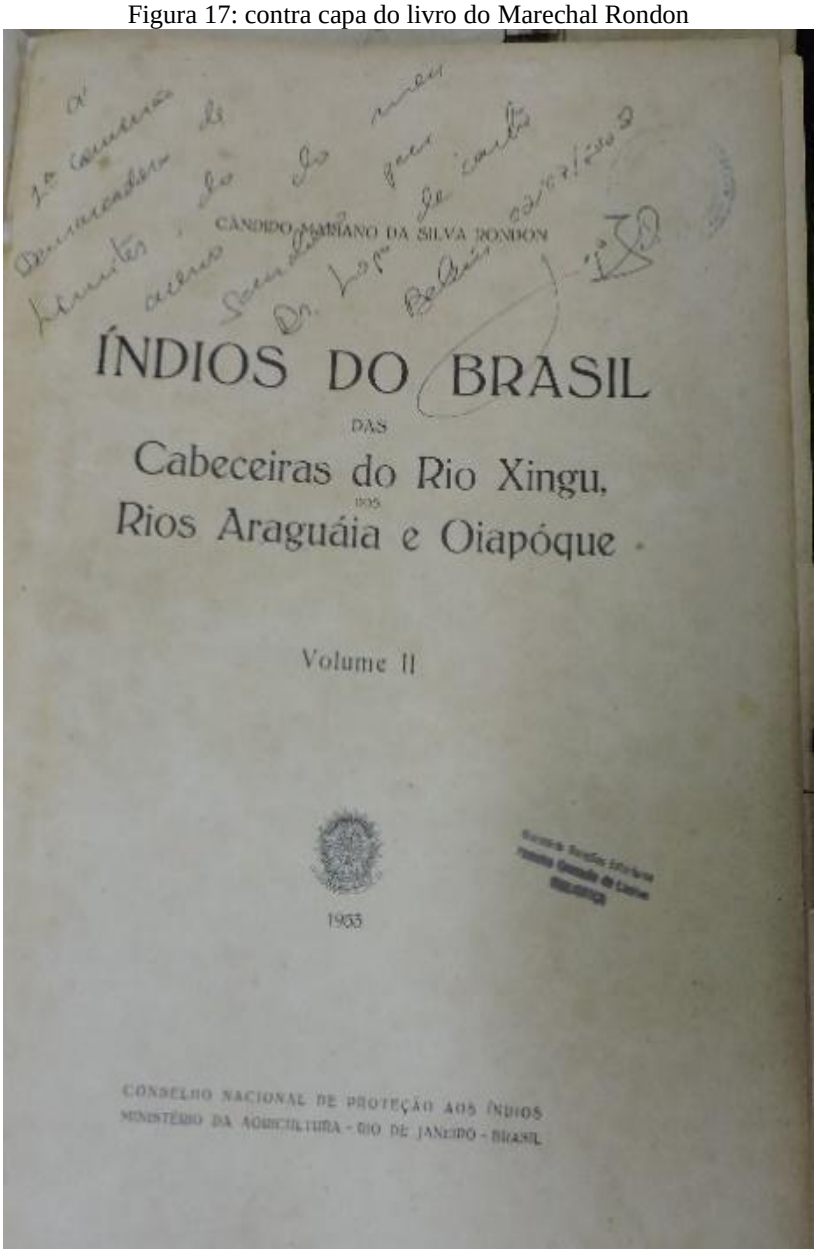
Em 1930, a criação do Território de Inini se espelha no SEI, mas vai começar o seu processo de extinção dessa política com a elevação da Guiana a departamento francês, em 1946; o Território de Inini consegue conviver com o departamento até 1969, quando é definitivamente finalizado, uma vez que na política do departamento é criado um "Serviço das populações primitivas", em 1949.

Os Kali'na, embora fossem habitantes do litoral, receberam alguns benefícios da política do Território de Inini. Por exemplo, a formação profissional, como nos aponta Lux Vidal (2000) e em documentos da década de 1940, do governo Francês, que apresenta um dos líderes da migração como enfermeiro que trabalhava para o Estado e estava sendo negligente com seu trabalho segundo o documento. Destarte, era oferecida uma formação para assegurar

[4] Citação da apresentação de Alexis Tiouka em 17 de fevereiro de 2020 para estudantes indígenas do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UNIFAP, intitulada *"dos primitivos aos autóctones"* baseada no artigo de Stephanie Guyon com o mesmo título publicado no site*: https;//www.caern.info/revue-geneses-2013-2-page-49.htm.*

uma escolarização mínima das crianças; formar monitores escolares indígenas; formar auxiliares de enfermagem indígenas.

Figura 17: contra capa do livro do Marechal Rondon



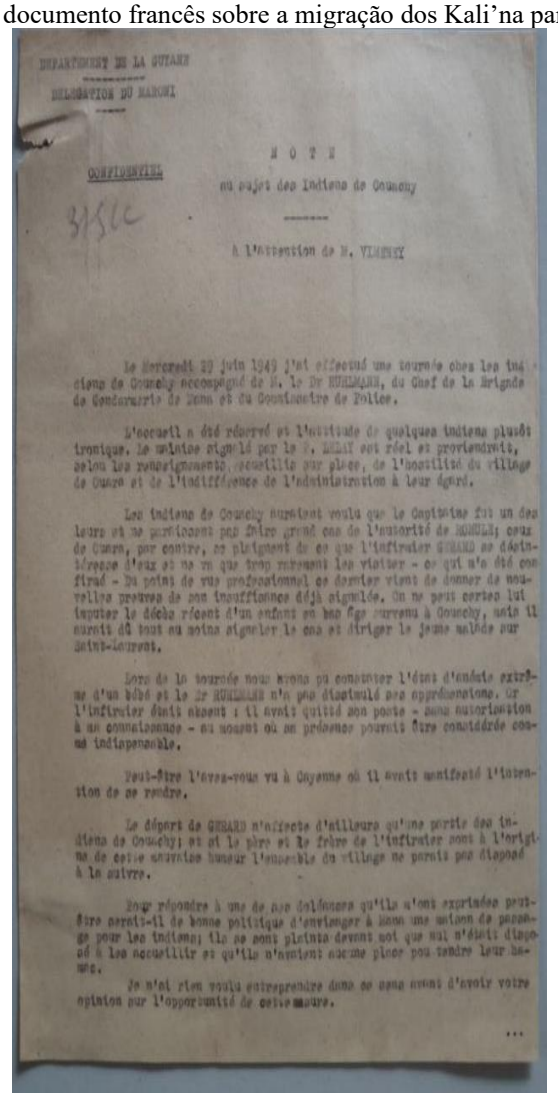
Fonte: Pesquisa documental na Primeira Comissão de Limites de Fronteiras, 2019.

A Figura 17 apresenta um documento datado de 1949, vemos no corpo do documento uma reclamação do governo francês com esse grupo que decidiu migrar. Algumas reflexões postas a partir do documento são importantes: primeiro, representantes legais do governo vão até a comunidade de Couachi para tratar da migração, mas dizem ser mal recebidos pelo irmão do tal enfermeiro Gerard; segundo, o representante do governo diz ir até lá porque comerciantes locais reclamavam que a saída desse grupo iria interferir na comercialização dos

produtos agrícolas, mas o documento diz atestar que é um grupo pequeno que vai partir, não interferindo na economia local. E que a saída desse grupo será boa, pois eles têm maus espíritos. Vejamos que essa é a visão do representante do Estado.

Até 1900, essa fronteira era disputada pelo Estado da França e do Brasil; a saída desse grupo seria uma demonstração de que a política voltada aos povos autóctones não os estava atendendo na sua integridade; por sua vez, o Estado brasileiro tem imensa satisfação em receber esse povo, através de seu SPI e também o Exército e o prefeito do recém-criado município de Oiapoque, com possível potencial de desenvolvimento, até mesmo porque dentro desse grupo já tinham pessoas com um nível elevado de escolarização. A figura abaixo é uma nota do relatório do representante do estado francês sobre a visita que fez aos Kali'na de Couachi, no município de Maná.

Figura 18: documento francês sobre a migração dos Kali'na para o Brasil.



DEPARTEMENT DE LA GUYANE

DELEGATION DU MARONI

CONFIDENTIEL

N O T E

au sujet des Indiens de Couachy

à l'attention de M. VIMENEY

Le Mercredi 29 juin 1949 j'ai effectué une tournée chez les indiens de Couachy accompagné de M. le Dr RUHLMANN, du Chef de la Brigade de Gendarmerie de Mana et du Commissaire de Police.

L'accueil a été réservé et l'attitude de quelques indiens plutôt ironique. Le malaise signalé par le P. LELAY est réel et proviendrait, selon les renseignements recueillis sur place, de l'hostilité du village de Ouara et de l'indifférence de l'administration à leur égard.

Les indiens de Couachy auraient voulu que le Capitaine fut un des leurs et ne paraissent pas faire grand cas de l'autorité de RONULE; ceux de Ouara, par contre, se plaignent de ce que l'infirmier GERARD se désintéresse d'eux et ne va que trop rarement les visiter - ce qui m'a été confirmé - Du point de vue professionnel ce dernier vient de donner de nouvelles preuves de son insuffisance déjà signalée. On ne peut certes lui imputer le décès récent d'un enfant en bas âge survenu à Couachy, mais il aurait dû tout au moins signaler le cas et diriger le jeune malade sur Saint-Laurent.

Lors de la tournée nous avons pu constater l'état d'anémie extrême d'un bébé et le Dr RUHLMANN n'a pas dissimulé ses appréhensions. Or l'infirmier était absent : il avait quitté son poste - sans autorisation à ma connaissance - au moment où sa présence pouvait être considérée comme indispensable.

Peut-être l'avez-vous vu à Cayenne où il avait manifesté l'intention de se rendre.

Le départ de GERARD n'affecte d'ailleurs qu'une partie des indiens de Couachy; et si le père et le frère de l'infirmier sont à l'origine de cette mauvaise humeur l'ensemble du village ne paraît pas disposé à la suivre.

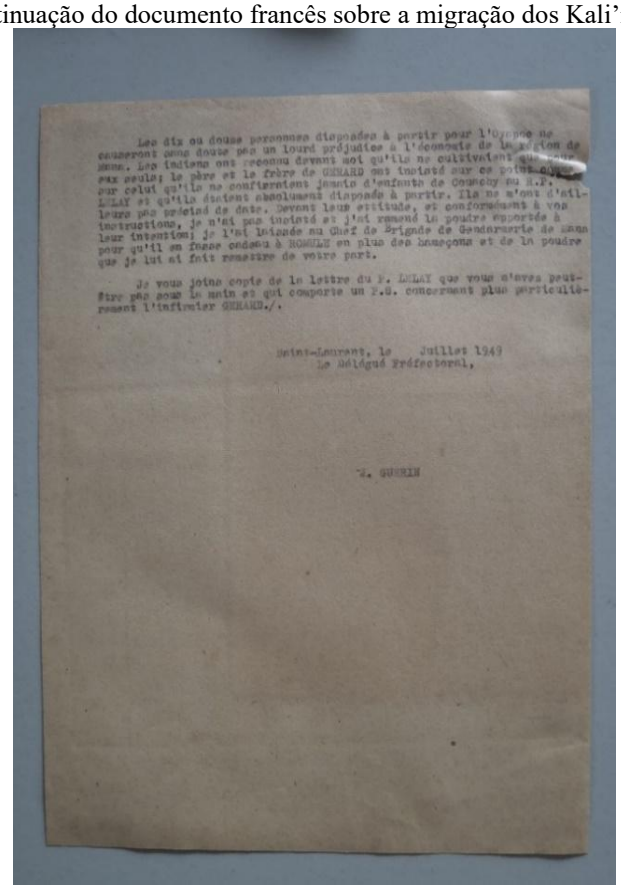
Pour répondre à une de ses doléances qu'ils m'ont exprimées peut-être serait-il de bonne politique d'envisager à Mana une maison de passage pour les indiens; ils se sont plaints devant moi que nul n'était disposé à les accueillir et qu'ils n'avaient aucune place pou tendre leur hamac.

Je n'ai rien voulu entreprendre dans ce sens avant d'avoir votre opinion sur l'opportunité de cette mesure.

...

Fonte: Archives de la sous-prefectures de Saint Laurent du Maroni.

Figura 19: Continuação do documento francês sobre a migração dos Kali'na para o Brasil.



Les dix ou douze personnes disposées à partir pour l'Oyapoc ne causeront sans doute pas un lourd préjudice à l'économie de la région de Mana. Les indiens ont reconnu devant moi qu'ils ne cultivaient que pour eux seuls; le père et le frère de GERARD ont insisté sur ce point comme sur celui qu'ils ne confieraient jamais d'enfants de Couachy au R.P. LELAY et qu'ils étaient absolument disposés à partir. Ils ne m'ont d'ailleurs pas précisé de date. Devant leur attitude, et conformément à vos instructions, je n'ai pas insisté et j'ai remené la poudre apportée à leur intention; je l'ai laissée au Chef de Brigade de Gendarmerie de Mana pour qu'il en fasse cadeau à ROMULE en plus des hameçons et de la poudre que je lui ai fait remettre de votre part.

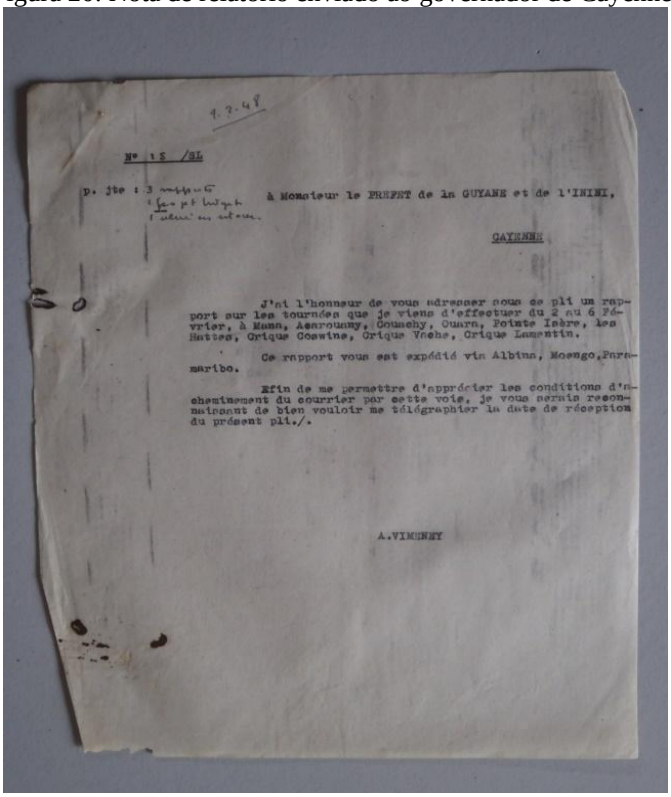
Je vous joins copie de la lettre du P. LELAY que vous n'avez peut-être pas sous la main et qui comporte un P.S. concernant plus particulièrement l'infirmier GERARD./.

Saint-Laurent, le Juillet 1949
Le Délégué Préfectoral,

M. GUERIN

Fonte: Archives de la sous-prefectures de Saint Laurent du Maroni.

Figura 20: Nota de relatório enviado ao governador de Cayenne.



9.2.48

N° : 5 /SL

p. jte : 3 rapports
1 [illegible]
1 [illegible]

à Monsieur le PREFET de la GUYANE et de l'ININI,

CAYENNE

J'ai l'honneur de vous adresser sous ce pli un rapport sur les tournées que je viens d'effectuer du 2 au 6 Février, à Mana, Acarouany, Couachy, Ouara, Pointe Isère, les Hattes, Crique Coswine, Crique Vache, Crique Lamentin.

Ce rapport vous est expédié via Albina, Moengo, Paramaribo.

Afin de me permettre d'apprécier les conditions d'acheminement du courrier par cette voie, je vous serais reconnaissant de bien vouloir me télégraphier la date de réception du présent pli./.

A.VIMENEY

Fonte: Archives de la sous-prefectures de Saint Laurent du Maroni

A Figura 20 é uma apresentação do relatório que deve vir em anexo da visita do vice-governador, apontando os resultados de suas visitas às comunidades, dentre elas, Couachi, feita em 1948. No ano seguinte, em 1949, Geraldo Lod e seu primo Lieteman vêm ao Oiapoque e a Belém para acertar com o governo brasileiro sua migração, segundo comprova o documento onde Eurico Fernandes solicita da Força Aérea Brasileira duas passagens para que os dois Kali'na, vindos da Guiana, possam viajar para Belém a fim de conversarem sobre a vinda definitiva desse grupo para o Brasil. A imagem abaixo é a solicitação das passagens aéreas. O argumento é que esses Kali'na são indígenas brasileiros que foram obrigados pelos franceses a ficarem do lado do Território francês, de quando o contestado franco-brasileiro, sendo importante para o Brasil acolher esse grupo do lado brasileiro no Platô das Guianas.

Eurico Fernandes argumenta que os indígenas supriam o mercado local francês com os produtos agrícolas, pois os negros vindos da África não conseguiram suprir a necessidade de produtos agrícolas e que os indígenas lá eram explorados. É bom lembrar que uma das funções dos postos de assistência do SPI era se manter financeiramente com os produtos produzidos pelos indígenas, inclusive o ministério responsável pela gestão do SPI era o Ministério da Agricultura.

No documento exposto na Figura 21, Eurico Fernandes solicita, através de ofício de número 109, datado de 13/07/1949, à força aérea duas passagens aéreas saindo de Oiapoque para Belém com a finalidade de tratar da migração de famílias desse povo para o Brasil, na justificativa Eurico Fernandes diz que essa chefia - se referindo a ele - tem interesse, pois:

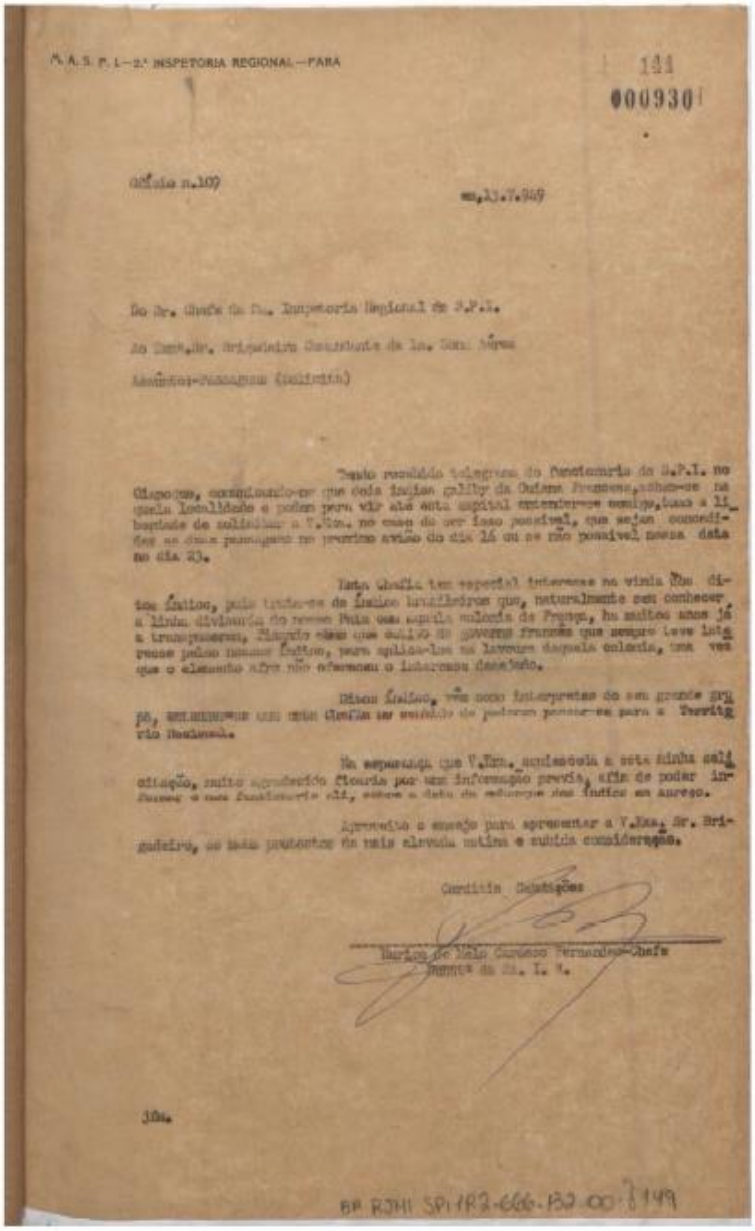
> (...) tratam-se de índios brasileiros que naturalmente sem conhecer a linha divisória do nosso país com aquela colônia da França, há muitos anos já a transpuseram, ficando como que cativo do governo francês que sempre teve o interesse por nossos índios, para aplicá-los na lavoura daquela colônia, uma vez que o elemento afro não ofereceu o interesse desejado (microfilmagem do acervo do SPI).

Esse parágrafo de justificativa que Eurico Fernandes faz para fundamentar a solicitação das passagens, apresenta a importância da vinda à Belém desses dois Kali'na. Aqui cabem algumas reflexões: a primeira é que Eurico Fernandes afirma que esses índios são brasileiros e foram cooptados pelos franceses; nesse sentido, damos três interpretações.

Na compreensão do SPI, nos relatórios de expedito Arnaud, do Marechal Rondon e também no mapa etnográfico de Curt Numiendaju, os Galibi de Uaçá seriam os Galibi do Caribe que tinham se isolado nessa região nos séculos XVI e XVII, contraído matrimônios com povos africanos refugiados da escravidão e se distanciado do seu núcleo original,

constituindo um povo indígena do Brasil. Dessa forma, podemos sugerir que Eurico Fernandes quisesse se fundamentar nessa teoria, ao dizer que esses índios eram brasileiros.

Figura 21: solicitação de passagem aéreas para os Kali'na de Oiapoque a Belém 1949.



M. A. S. P. I.—2.ª INSPETORIA REGIONAL—PARA

141

000930

Ofício n.107

em,13.7.949

Do Sr. Chefe da 2a. Inspetoria Regional do S.P.I.

Ao Exmo.Sr. Brigadeiro Comandante da 1a. Zona Aérea

Assunto:-Passagem (Solicita)

Tendo recebido telegrama do funcionario do S.P.I. no Oiapoque, comunicando-me que dois indios galiby da Guiana Francesa, acham-se naquela localidade e podem para vir até esta capital entenderem-se comigo, tomo a liberdade de solicitar a V.Exa. no caso de ser isso possivel, que sejam concedidas as duas passagens no proximo avião do dia 16 ou se não possivel nessa data no dia 23.

Esta Chefia tem especial interesse na vinda dos ditos índios, pois trata-se de índios brasileiros que, naturalmente sem conhecer a linha divisoria do nosso País com aquela colonia de França, ha muitos anos já a transpuseram, fiando-se que outro de governo francês que sempre teve interesse pelos nossos índios, para aplica-los na lavoura daquela colonia, uma vez que o elemento afro não ofereceu o interesse desejado.

Ditos índios, vêm como interpretes do seu grande grupo, [illegible] Chefia no sentido de poderem passar-se para o Territorio Nacional.

Na esperança que V.Exa. acudiesse a esta minha solicitação, muito agradecido ficaria por uma informação previa, afim de poder informar o meu funcionario ali, sobre a data da [illegible] dos índios em apreço.

Aproveito o ensejo para apresentar a V.Exa. Sr. Brigadeiro, os meus protestos de mais elevada estima e subida consideração.

Cordiais Saudações

Eurico de Melo Cardoso Fernandes-Chefe
Deputº da 2a. I. R.

jôa.

BR RJHI SPI IR2-666-132-00-f149

Fonte: microfilmagem spi_ir2_666_132_00_f1_f492.

Uma segunda interpretação se dá pelo fato de existir uma disputa real entre o Brasil e a França, no Médio Rio Oiapoque, quando o rio Camopi desagua nesse. Ali, nesse entroncamento fluvial, em um dos afluentes do rio Oiapoque, estava instalado o posto indígena Luis Horta, que nos registros documentais do SPI tinha muita dificuldade de se manter, pois os Wajãpi e Emerillon eram seduzidos pelos franceses e se inclinavam para o seu lado. Existe uma sequência de relatórios feitos pela Inspetoria do SPI em Belém que apontam

as incursões dos pesquisadores franceses com um alto nível de instrumentos técnicos e de conhecimento acadêmico, ao mesmo tempo que reclama que o Estado brasileiro não investe na mesma proporção, o que ocasionará na partida dos Emerillon para o lado francês. Assim, afirmar que esses indígenas são brasileiros, é uma resposta para o governo francês, que "tomou" os Emerillon.

A terceira interpretação, ao afirmar que os Kali'na são brasileiros, implica num argumento diplomático, pois os resquícios do Contestado ainda se faziam presentes; não se podia aguçar novas disputas; nesse sentido, Eurico Fernandes utiliza-se do argumento de que os indígenas não conheciam as linhas fronteiriças impostas pela colonização, o que denota uma sabedoria, pois nenhum etnógrafo poderia contestar essa afirmação, caso fosse consultado, uma vez que a circulação e as trocas de mercadorias ou matrimoniais já existiam antes dos Estados-Nações.

Esse parágrafo do oficio de Eurico Fernandes ainda sugere outra reflexão: ele aborda a questão do indígena como trabalhador agrícola, fazendo uma crítica à França por utilizar-se da mão-de-obra dos indígenas. Contudo, o mesmo era feito pelo SPI; existia um controle da produção de cada posto indígena e nos relatórios são visíveis as reclamações quando os postos não conseguiam atingir as metas esperadas, ou quando o posto atingia o equilíbrio e não dava prejuízo.

Outro ponto é que, desde a tentativa da colônia agrícola de Clevelândia, para habitar essa região do extremo norte, ainda não era suficiente o contingente populacional, por se tratar de uma região com muitas doenças próprias do clima equatorial. Assim, expressar que os dois Kali'na eram interpretes de um grande grupo seria um bom argumento para aumentar a população de Oiapoque como município recém-emancipado.

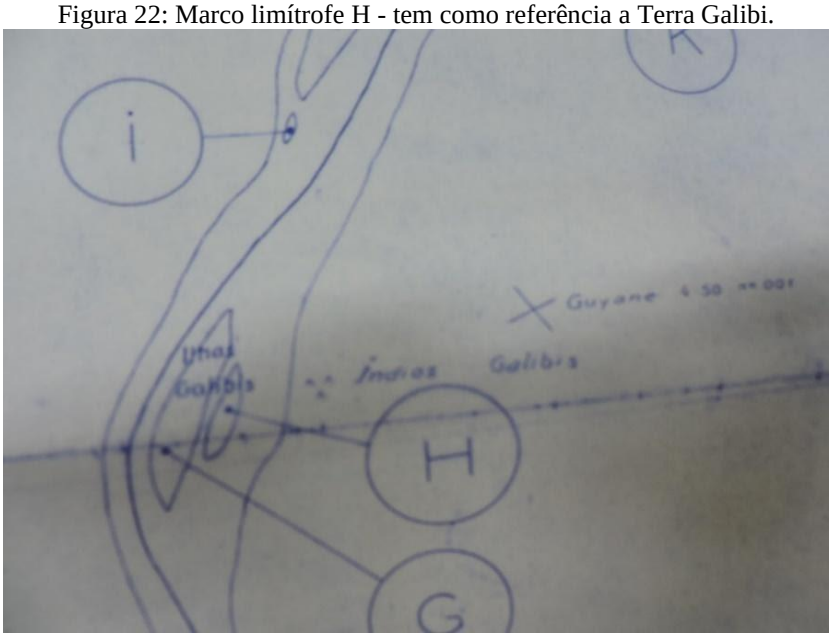
É importante destacar que, com a criação do Departamento da Guiana, o Território de Inini fica à parte, como aponta Thabouillot (2016); a lei de criação do Departamento, em 1946, não define qual o status de Inini; no entanto, vemos ações paralelas, como a Comissão Governamental para os assuntos indígenas junto aos Galibi Kali'na, de 1947-1955, e o Serviço de Proteção aos Primitivos, criada em 1949[5].

Alguns documentos e a própria migração apontam para uma insatisfação dos Kali'na que migraram para o Brasil, em relação à nova política adotada pela França: de controle de sua antiga colônia, agora com status de Departamento.

[5] Informações de Alexis Tiouka, 2020.

A departamentalização da Guiana por parte da França ainda conviveu mais de 20 anos com o Território de Inini, e com ajustes com os países vizinhos, como no caso do Brasil. Segundo Thabouillot (2005), ocorreu uma reunião no Rio de Janeiro em 1955, para uma clara definição da linha fronteiriça, o que foi feito após estudos geocartográficos. Isso explica porque, no mapa produzido pela Primeira Comissão de Fronteiras de Belém, consta como um dos marcos limítrofes, a ilha em frente à Terra Galibi em 1954, indicando uma afirmação da parte do Brasil da presença desse povo que migrou da Guiana Francesa.

Figura 22: Marco limítrofe H - tem como referência a Terra Galibi.



Fonte: Pesquisa documental na Comissão Delimitadora de limites, 2019.

No Brasil das ditaduras, seja do governo de Getúlio Vargas, seja dos militares, a política desenvolvimentista com a interligação do território nacional promoveu o contato - algumas vezes forçado - com os povos originários; outras vezes, querendo transformar esses indígenas em produtores agrícolas, com projetos para desenvolver a economia, como demonstra a tabela produtiva do SPI administrada pela inspetoria de Belém.

No mesmo período, vemos uma política - tanto no Brasil como no Departamento da Guiana Francesa - de incentivo ao desenvolvimento econômico e de instalação de infraestrutura que possa colaborar com esse desenvolvimento, como estradas, ferrovias, hidrelétricas, exploração de minérios.

A política para os departamentos franceses, que vai substituir o Território de Inini na Guiana, ficou conhecido como "*Francisation*". A francisação comporta várias medidas de ações sociais mas, por sua vez, segundo Thabouillot (2005), será conhecida como o etnocídio

dos povos originários da Guiana Francesa, sendo a negação de Inini - sobretudo nos anos de 1968-1971. Assim, teremos a nacionalização francesa para os indígenas e estrangeiros, a escolarização dentro do modelo francês e na língua francesa, a fim de que os povos colonizados se tornem bons franceses.

É mister saber que a política do Território de Inini na França se assemelha à política do SPI no Brasil, sendo seus postos de assistência aos indígenas, na maioria das vezes, administrados por militares ou de cunho militar, mesmo que seja feito por civis. A departamentalização e, por consequência, a *Francisation* não deixam de ser assimilacionistas, mas aceleram o processo de nacionalização dos povos originários. Cabe destacar que a migração dos Kali'na da Guiana Francesa para o Brasil se deu nesse contexto.

2.1.1. Políticas sociais no Brasil e na França (francisação)

Ao pensar na situação dos Kali'na na Guiana Francesa, é preciso refletir sobre três momentos históricos e políticos: o primeiro é o da criação do Território de Inini e sua extinção, o que foi esse território para os povos indígenas, particularmente para os Kali'na; o segundo é a departamentalização da Guiana Francesa, em 1946; esse segundo momento é central, pois é nesse período que o grupo migra para o Brasil; o terceiro momento, em 1965, o da criação do centro espacial de Kourou, e a política de francisação. Nesse terceiro momento, também têm algumas famílias que fazem o caminho inverso e voltam para a Guiana Francesa.

O grupo de Kali'na que migrou para o Brasil, no ano de 1950, viveu na gestão do Território de Inini; eles foram receptores de algumas políticas como a formação básica, pois fazia parte da política do Território de Inini a formação em técnico de enfermagem e professor.

Em 1964, a França acorda a cessão de cidadania francesa aos autóctones no âmbito de uma política de assimilação. Após a introdução dessas políticas têm alguns núcleos familiares que retornam para a Guiana Francesa; alguns voltaram para a cidade de Maná e outros se reestabeleceram em diferentes cidades do Departamento Ultramarino da Guiana Francesa e da França (Observação de campo, 2019).

Em 1949, o senhor Geraldo Lod e seu primo Lieutnant fizeram uma viagem ao Brasil, com o objetivo de oficializar a migração dessas famílias para região de Oiapoque; a

antropóloga Lux Vidal aborda essa vinda no artigo “Galibi do Oiapoque: história do contato e aspectos contemporâneos”[6].

Em 1949, na Guiana Francesa, ocorre a criação do Serviço das Populações Primitivas. Nesse serviço destinado a administração das populações primitivas, a etnologia se incumbiu de produzir os conhecimentos sobre esses povos, para definir e lançar abertura para políticas públicas. Esse serviço foi denominado Serviço das Populações Africanas e Ameríndias.

De 1947 a 1955, o governador da Guiana nomeia uma comissão governamental para os assuntos indígenas junto aos Galibi Kali’na. Como exemplo de ações do Serviço das Populações africanas e Ameríndias indígenas, estavam: assegurar uma escolarização mínima das crianças; formar monitores escolares indígenas; formar auxiliares de enfermagem indígenas (Alexis Tiouka, 2020).

De acordo com Souza (2010), com o fim da Guerra da Argélia, ocorrida entre 1954 e 1962, o presidente Charles de Gaulle decide que a Guiana Francesa seria ideal para o projeto espacial europeu, por localizar-se próximo à Linha do Equador e por sua reduzida população que, em 1964, era de 650 habitantes. A construção inicia em 1964, atraindo uma migração espontânea, sobretudo, de colombianos e brasileiros incentivados pelo governo francês, com chamadas em jornais.

2.2 CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO

O Contestado Franco-brasileiro foi uma disputa política e territorial entre a França e o Brasil no fim do século XIX. Tal disputa deixou marcas na compreensão da fronteira, nas relações estabelecidas entre os moradores da região e nas políticas desenvolvidas. A concepção de ambas as nações, em relação aos povos indígenas, tem relação com a defesa do território e da fronteira.

O Contestado é um dos vieses de entendimento da evolução histórico-político do estado do Amapá e do município de Oiapoque, como pode ser apontada na tese de Carlo Romani, intitulada “*Clevelândia, Oiapoque – aqui começa o Brasil: trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa* (1900-1927)”. A tese de Romani nos situa dentro do contexto histórico de Oiapoque, antes da migração dos Kali’na, tendo como marco temporal

[6] disponível em: www.socioambiental.org/pib/epi/galibioiapoque.

o ano de 1900, ano do fim do contestado a partir do Tratado de Berna, que estabelece que o território em disputa pertencia ao Brasil.

Contudo, dentre o estabelecimento do território contestado, em 1841, já que o Brasil e a França não chegaram a um acordo, nenhuma das partes poderia possuir direito sobre a área à margem direita do rio Oiapoque, e à esquerda do Araguari (ZAGHETTO, 2019). Mas em 1893, é descoberto ouro nos cursos do rio Calçoene e Cassiporé, provocando diversas investidas de franceses, ingleses, crioulos e brasileiros.

Observa-se que todas as missões de pesquisa - sejam do lado francês ou brasileiro - são reconhecimento de terreno para exploração dos minérios e demais benesses econômicas. É uma região de difícil acesso, com alto nível de insalubridade, o que inviabiliza uma efetiva ocupação e elevação dos níveis populacionais. Segundo Romani, foram várias tentativas, desde a instalação da colônia agrícola em 1922, a penitenciária política em 1924, a instalação do batalhão do exército e a criação dos postos do SPI. Um primeiro momento de não ação por mais ou menos 20 anos desde que o Brasil ganhou a área contestada e mais uns 25 anos de tentativas de uma política populacional até a emancipação do Oiapoque e a criação do Território Federal do Amapá.

2.2.1. Colônia agrícola de Clevelândia

Mesmo tendo ganho o território do Contestado, o Brasil não empreendeu recursos financeiros para desenvolver a região, ficando à mercê da influência dos franceses. Logo em seguida ao laudo em 21 de janeiro de 1901, o decreto 938 incorporou a área do Contestado ao Estado do Pará, e o decreto 939 estabeleceu a incorporação do território de Acari ao antigo Contestado, dividindo nas circunscrições de Cassiporé e Amapá; mesmo dois anos após o Brasil ter conquistado as terras de Oiapoque, a população era de 1.682 habitantes (ZAGHETTO, 2019).

A fronteira ficou esquecida e silenciada por mais de 20 anos, as relações com os habitantes de Saint George eram amigáveis, a língua falada era o crioulo guianense e o francês, tornando um risco para o Brasil, fazendo-se necessário povoar essa fronteira. Em 1921, é estabelecida a Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte, como estratégia de povoamento e para resolver o problema dos migrantes nordestinos fugidos da seca que abarrotavam Belém e a decadência da borracha gerando uma população pobre e sem perspectiva (ZAGHETTO, 2019).

Em 1924, a colônia de agricultores recebe os presos políticos da revolta dos militares de São Paulo e Rio de Janeiro, tornando-se em colônia penal. Essa estratégia já era utilizada pelo governo francês; a cidade de Saint George também era uma antiga penitenciária. Do lado brasileiro, por sua vez, a colônia penal termina em 1926, com a libertação dos presos políticos. Em 1927, o general Rondon vai até a Colônia de Clevelândia, chefiando a comissão de fronteira; nessa ocasião ele modifica o nome de Martinica para vila do Espírito Santo, o que é hoje a sede do município de Oiapoque e o Demonti passa a ser Ponta dos Índios.

A Figura 22 é um croqui que estava nos documentos do arquivo de Expedito Arnaud no Museu Goeldi, o que mostra a importância da vila de Clevelândia. No entanto, a antiga colônia agrícola e colônia penal é emancipada pelo decreto 559 de 1935 (ZAGHETTO, 2019), o que vai provocar um declínio populacional com a saída dos funcionários da colônia; por outro lado, há novamente um movimento dos garimpeiros pela descoberta de ouro no rio Oiapoque, Pantanary e outros afluentes.

Com o declínio da Colônia de Clevelândia, algumas famílias mudaram para Vila de Espírito Santo. Começa o embrião para criação do município de Oiapoque em 1945, que até então pertencia ao município de Montenegro, atual Amapá. O Território Federal do Amapá tinha sido criado desmembrando do estado do Pará em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto lei nº 5.812. Com três municípios: Amapá, Mazagão e Macapá (MARQUES, 2009). O desmembramento de território era competência de cada Estado Federativo; as Constituições de 1934 e 1937 transferem essa competência para a União.

2.2.2. Emancipação da cidade de Oiapoque

Vamos contextualizar o município de Oiapoque dentro do contexto político desse período histórico; para isso, trazemos o contexto do Estado do Amapá.

O município de Oiapoque é comumente lembrado no imaginário popular como o extremo norte do Brasil na frase “do Oiapoque ao Chuí”. Contudo, esse município aparentemente jovem, com a emancipação em 25 de maio de 1945 sob o projeto de lei nº 7.578, já foi palco de muitos acontecimentos, como relata Sônia Zaghetto (2019, p 380): das viagens dos diferentes futuros colonizadores, das batalhas, dos naufrágios, do refúgio de escravos fugitivos e da condenação de presos políticos. Oiapoque foi também objeto de litígio entre França e Brasil, rendendo ao Brasil 730 km de fronteira com a França e, consequentemente, com a União Europeia.

Como veremos no mapa de uso e cobertura vegetal, a maior porcentagem do município é de cobertura vegetal; esse fato deve-se ao número de Parques e Unidades de Conservação inseridos na área do município como três Terras Indígenas, a saber: Uaçá, Juminã e Galibi, limites com o Parque Nacional do Cabo Orange, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a Unidade de Conservação Floresta Estadual do Amapá (FLOTA), Assentamentos rurais que têm área de proteção permanente exigida na Legislação Federal.

Observamos no mapa produzido a partir dos dados do site do MapBiomas uma maior porcentagem de sua área de cobertura por formação florestal; o município de Oiapoque tem os limites do território Unidades de Conservação, o que possibilita esse cenário de preservação. No entanto, vale salientar que na década de 1980 a região de Oiapoque passa por uma segunda onda de busca por ouro, atraindo muitos exploradores garimpeiros, na maioria das vezes, desenvolvendo suas atividades de forma ilegal, até mesmo porque na época não existiam leis ambientais como as que foram elaboradas após a Rio-92.

Através da participação na banca de avaliação de artigo para finalização da especialização em Geografia, oferecido pela UNIFAP, Campus de Oiapoque, pude ter contato com a pesquisa de Carlos Alberto Farias Borges sobre a dinâmica socioambiental da atividade de garimpo de ouro no município de Oiapoque. A pesquisa de Borges (2018) mostra a atuação ilegal de garimpeiros nos afluentes do rio Pantanari; este, por sua vez, tem sua foz no rio Oiapoque.

Desse modo, verificamos que embora as Unidades de Conservação tenham um papel de preservação, sua fiscalização é frágil, possibilitando a entrada de invasores, provocando danos ambientais e perda de cobertura vegetal de florestas - o que não é perceptível ainda nas fontes utilizadas para elaboração deste trabalho.

Essa conjuntura de exploração de ouro na região tem seu primeiro boom na década de 1890; quando essa fronteira ainda estava em disputa e não tinha um cuidado adequado por nenhuma das nações, ocorre uma corrida desenfreada em busca do eldorado, atraindo caçadores de ouro ingleses, holandeses, espanhóis, franceses, portugueses. Nesse período, a disputa territorial se dava entre França e Portugal-Brasil que seria decidido pelo Laudo Suíço, em dia Primeiro de dezembro de 1900, dando ganho de causa ao Brasil.

A mineração no Amapá seguirá o curso de atração e retração populacional, continuará como Território por quatro décadas, quando se tornará um Estado Federativo em 1988 com a nova Constituição; com pouco mais de trinta anos o Estado do Amapá busca um rumo entre a exploração dos recursos naturais e minerais e a preservação florestal.

O Amapá é um dos estados brasileiros que tem a maior parte de sua área de floresta conservada; essas medidas são garantidas em leis estaduais, a exemplo da Lei 0388 de 10 de dezembro de 1997, a chamada Lei de Biodiversidade do Amapá. Esta Lei é citada como um dos objetivos a serem cumpridos na Lei nº 0702, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a Política Estadual de florestas e demais formas de vegetação do estado do Amapá.

Na subseção VI dos Espaços especialmente protegidos, no Art. 25, que discorre sobre as reservas legais, além do que é estabelecido em outras leis deve ser considerado o seguinte:

> **§ 1º** Os proprietários e posseiros manterão 80% (oitenta por cento) de sua área total como reservas legais e após definido o zoneamento ecológico-econômico pelo Estado do Amapá este índice poderá ser alterado, porém nunca inferior a 50% (cinquenta por cento). (0016/02-GEA - Projeto de Lei Ordinária - Assembleia Legislativa do Amapá, http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php)

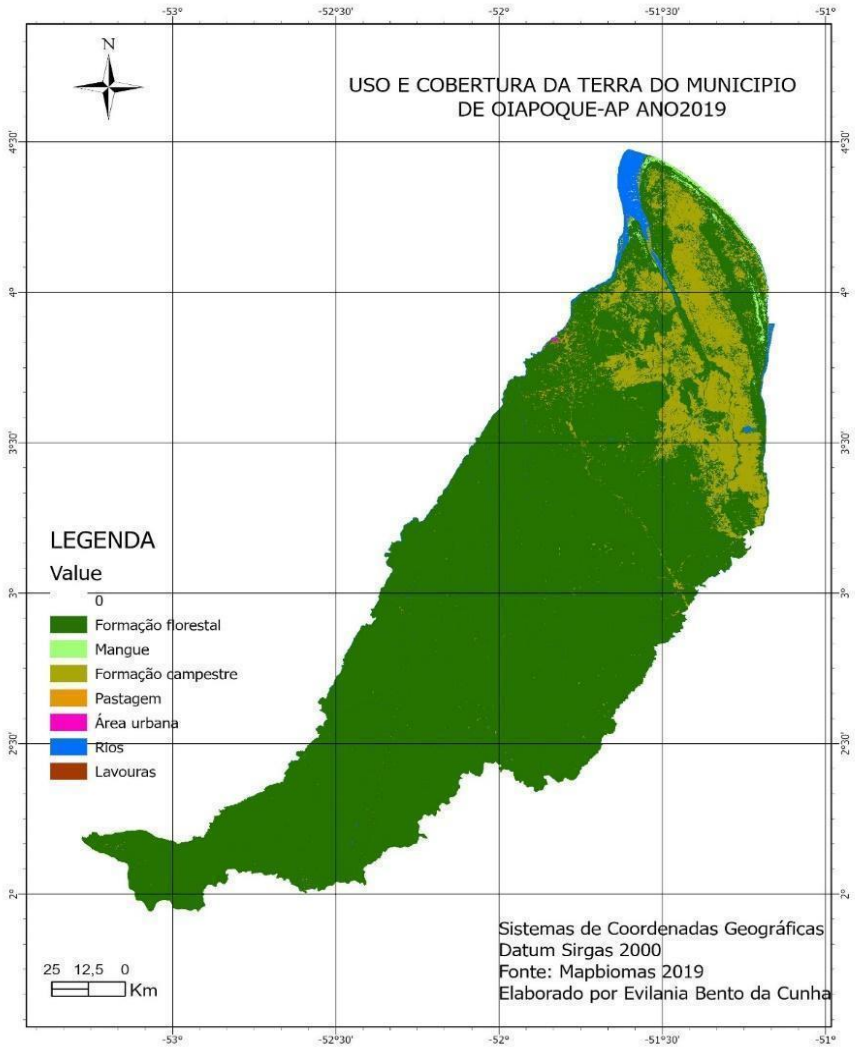
O parágrafo acima é seguido por mais seis que compreendem diversas garantias para preservação das florestas no estado do Amapá, se levarmos em consideração a legislação que foi sendo criada no recente Estado com pouco mais de 30 anos, tendo absorvido a concepção de Estado Verde, fruto das discussões da Conferência Internacional Ambiental, a Rio-92. A tabela abaixo apresenta a estatística do uso do solo e cobertura vegetal com base no MapBiomas, tornando-se perceptível o valor dado à Área de Proteção Ambiental.

Quadro 3: Estatística da cobertura vegetal do município de Oiapoque, 2019.

Cobertura vegetal	Área em hectares
Floresta	1.993.578
Formação campestre	250.116
Lavouras	10.088
pastagem	10.085
Área urbana	378
Rios	34.873
Mangue	12.252

Fonte: organizado a partir dos dados do MapBiomas, ano 2019.

Mapa 3: Uso e cobertura da terra do município de Oiapoque.



Fonte: MapBiomas, 2021.

2.2.3. O SPI na fronteira Norte

Os Galibi Kali'na migraram para o Brasil em 1950, mas antes da grande viagem, Geraldo Lod e um primo vieram até Oiapoque e buscaram informações junto à prefeitura de Oiapoque e o SPI. O município de Oiapoque oportunizou a vinda do povo Galibi Kali'na para o Brasil através do SPI. Para o estado brasileiro era uma garantia de manter a fronteira habitada e protegida; para os Kali'na, presumo que era um recomeço com possibilidade de continuidade de vínculos, uma vez que o rio Oiapoque é o limite fronteiriço entre Brasil e França, o que permitia as viagens para visita aos parentes que haviam ficado na Guiana Francesa e também as relações econômicas, pois muitos produtos eram comercializados com franceses guianenses

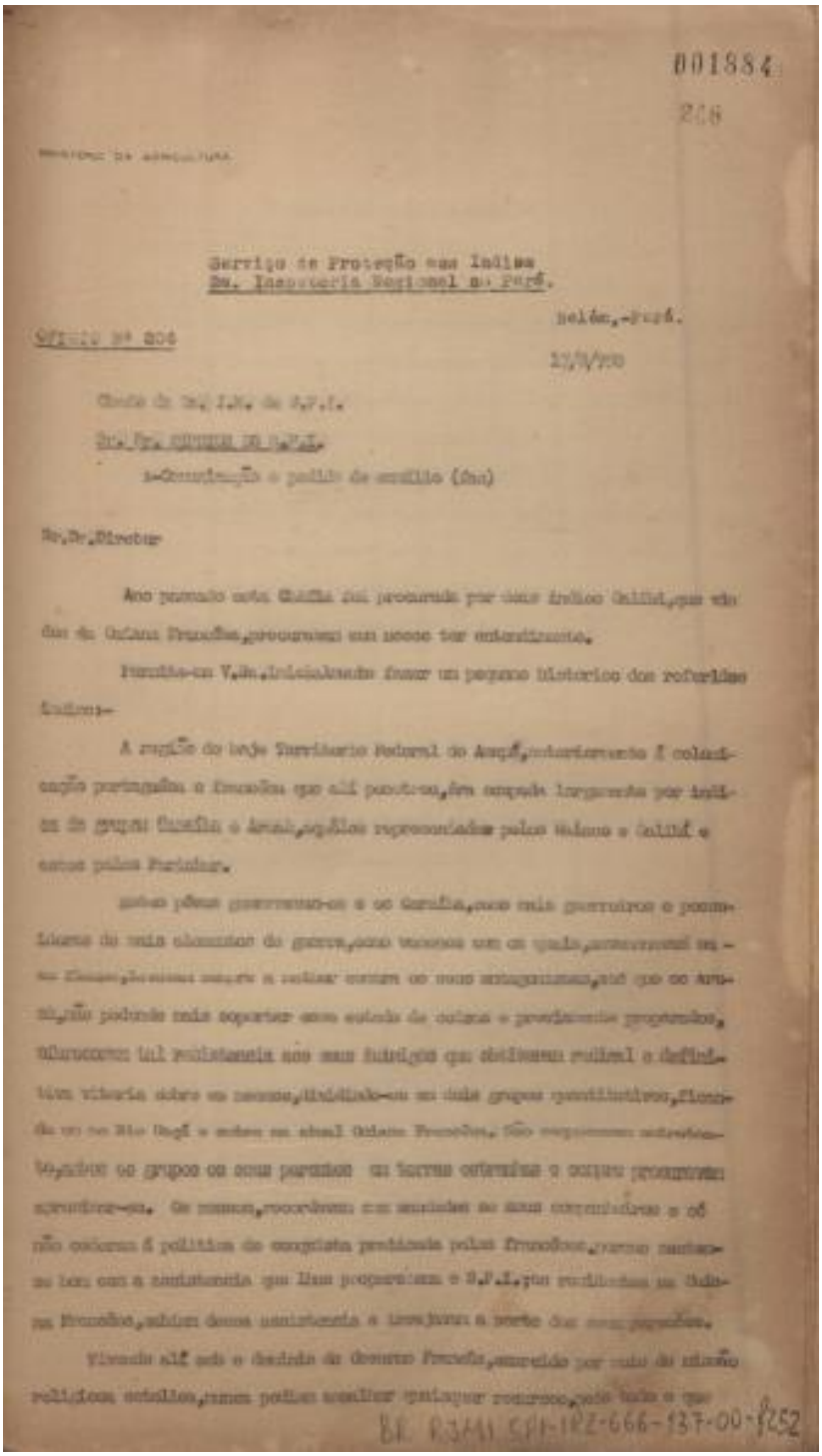
que habitavam em Saint George, cidade da Guiana Francesa que faz fronteira direta com Oiapoque.

A política de ocupação do território nacional na fronteira e no interior, do governo de Getúlio Vargas, conhecida como Marcha para o Oeste, contribui para a criação dos Territórios Federais em áreas de fronteira; aqueles que tinham sido conquistados pelo Brasil e que sofriam algumas fragilidades, dadas as condições econômicas dos Estados que detinham a responsabilidade; no caso do Amapá, era um território do estado do Pará. Ao tornar-se responsabilidade da União, os investimentos também cabiam à União.

Desse modo, a chegada dos Kali'na ao Oiapoque se dá num contexto de reorganização do Território Federal e de incentivo à ocupação desse município, uma vez que as diversas tentativas, como a colônia agrícola, colônia penal e o distrito militar - primeiramente em Santo Antônio e posteriormente em Clevelândia - não foram suficientes para fixar um contingente populacional desejado.

O município de Oiapoque, assim como o Território Federal do Amapá da década de 1940, tinha todo o interesse em receber as famílias Kali'na que desejavam migrar para o lado brasileiro. Por sua vez, a migração do grupo Kali'na vindo da Guiana Francesa para o Brasil tomou os cuidados da negociação internacional; a viagem foi bem planejada e no relato de Geraldo Lod dado a Lux Vidal (2000), em que aponta os passos dados na preparação da migração, observamos a capacidade diplomática e o conhecimento sobre a quem se dirigir, nesse caso, ao SPI. Apresentaremos alguns documentos, como a logística para os dois Kali'na que vieram para negociar sua vinda definitiva para o Brasil e o ofício emitido por Eurico Fernandes, presidente do SPI, declarando a acolhida do grupo indígena no Brasil e a destinação de uma terra para esse grupo que, posteriormente, será demarcada a Terra Indígena Galibi.

Figura 23: documento do SPI reportando a chegada dos Kali'na no Brasil.



001884

206

Ministerio da Agricultura

Serviço de Proteção aos Indios
2a. Inspetoria Regional do Pará.

Belém,-Pará.

Officio nº 806

17/8/920

Chefe da 2a.I.R. do S.P.I.

Belem-Pará

Communico o pedido de asylo (Oiapoc)

Snr.Dr.Director

Ao passado este Posto foi procurado por dous indios Galibi,que vi
dos do Oiapoc Francez,procurando um asylo em nosso ter entendimento.

Permitta-me V.Sa.inicialmente fazer um pequeno historico dos referidos
Indios:-

A região do Ioyo Territorio Federal do Amapá,notadamente á colonisação portugueza e franceza que ali predomina,foi sempre largamente por indios de grupos Tucuyo e Aruak,aquelles representados pelos Galibi e Galibi e estes pelos Parikur.

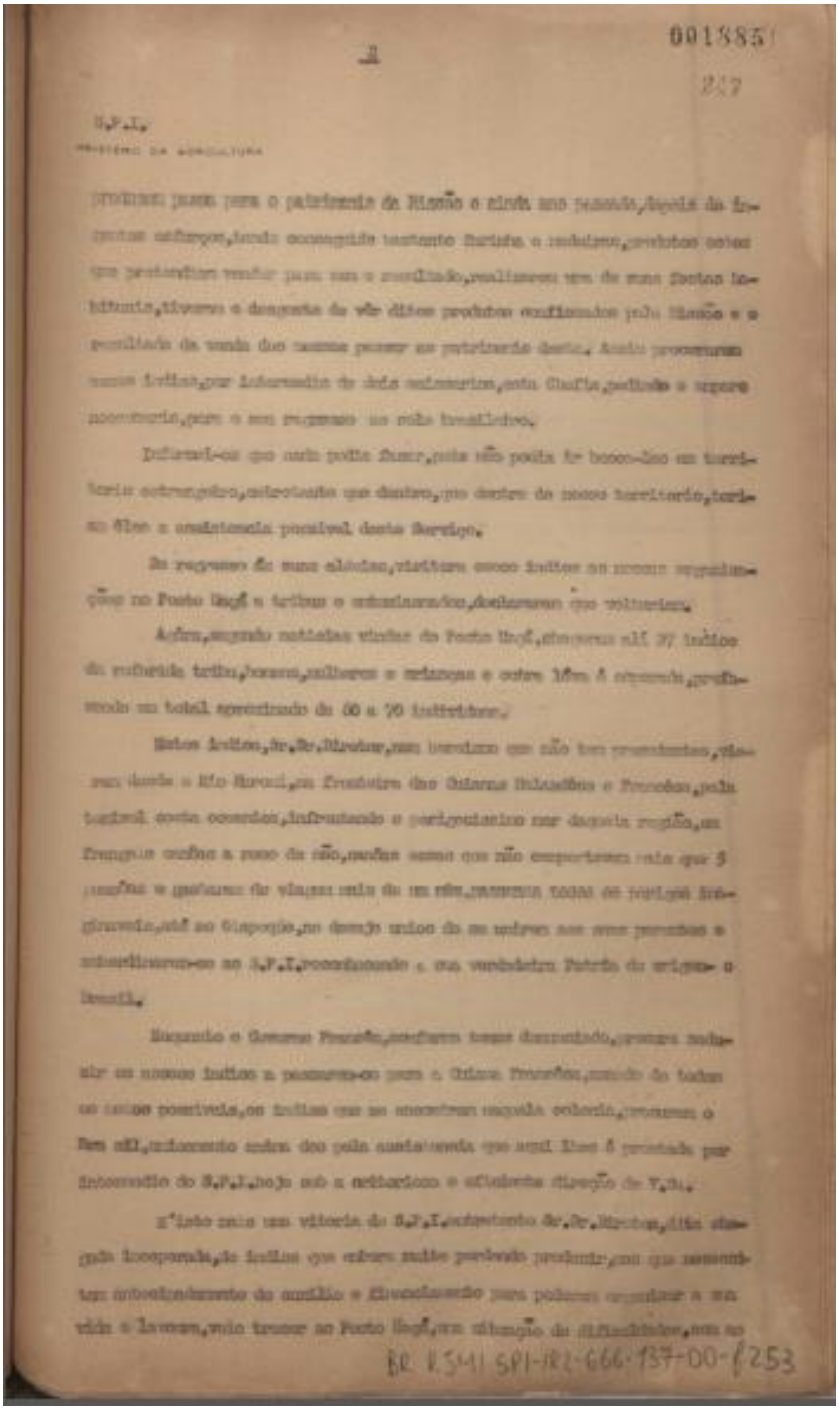
Entre ambos guerreavam-se e os Galibi,mais numerosos e possuidores de mais elementos de guerra,quasi sempre um ou mais,annexavam os - [illegible] a roubar comsigo as suas mulheres,até que os Aruak,não podendo mais supportar esse estado de coisas e procurando progredir, diminuem tal resistencia aos seus inimigos que obtiveram quasi o definitivo triumpho sobre os mesmos,dividindo-se os dois grupos constitutivos,ficando os no Rio Oapk e outros no atual Oiapoc Francez. [illegible] sobre os grupos os seus parentes as terras ostentam e outros procuram aproximar-se. Os mesmos,procurando com amizades os seus conterraneos e ob não colonia á politica de conquista praticada pelos francezes,vieram contar-se com a assistencia que lhes proporcionam o S.P.I.,os refugiados no Oiapoc Francez,obtem desse conhecimento e investem a sorte dos seus parentes.

Vivendo alli sob o dominio do dourado Francez,annexado por este do mesmo soffridos estragos,vieram pedir asylo,qualquer recurso,pois tudo o que

BR PAMA SPI-IR2-666-137-00-f252

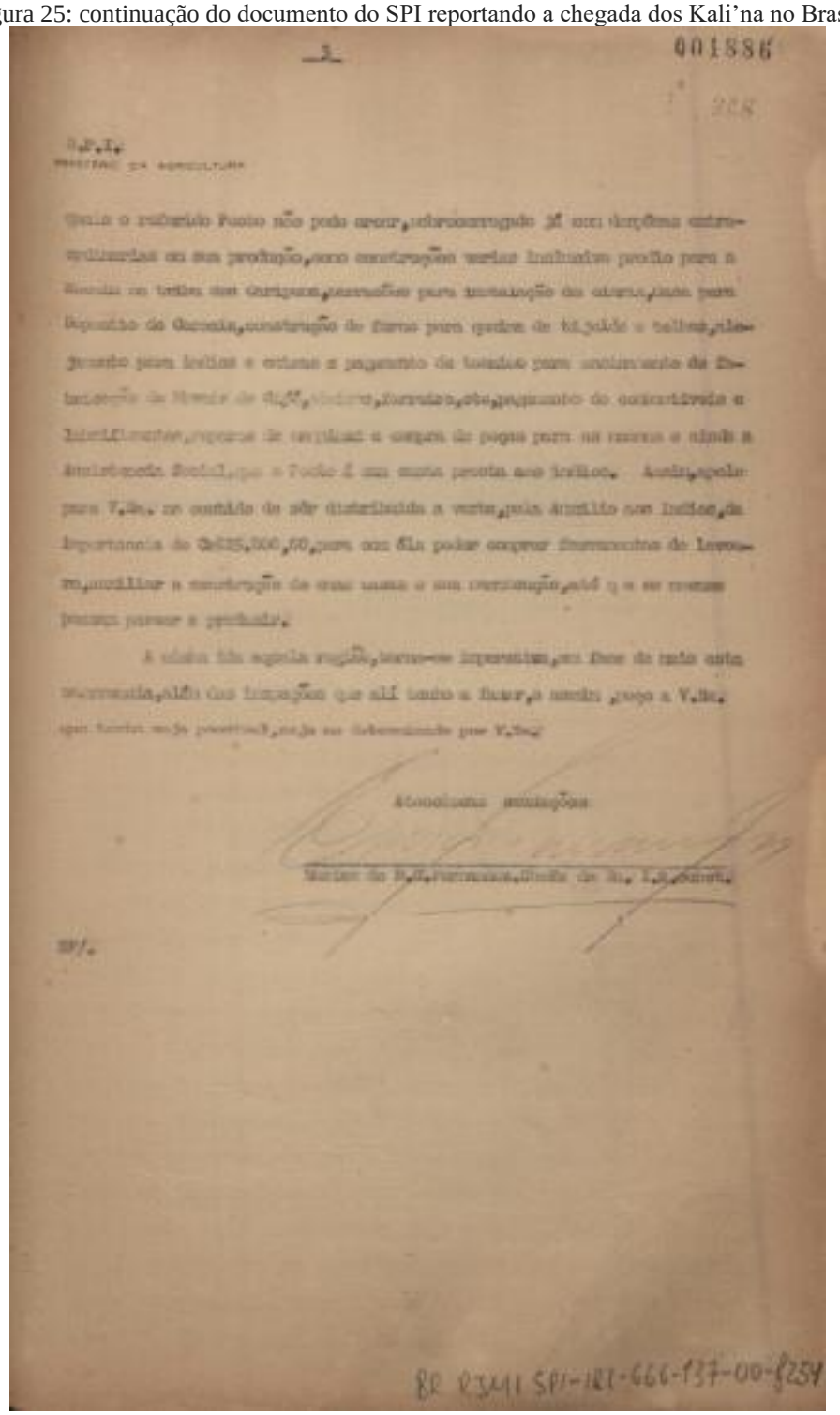
Fonte: microfilmagem spi_ir2_666_137_00_f1_f689.

Figura 24: continuação do documento do SPI reportando a chegada dos Kali'na no Brasil.



Fonte: microfilmagem spi_ir2_666_137_00_f1_f689.

Figura 25: continuação do documento do SPI reportando a chegada dos Kali'na no Brasil.



Fonte: microfilmagem spi_ir2_666_137_00_f1_f689.

A migração do grupo Kali'na de Maná não é bem vista pelos órgãos do Estado francês, como vemos nos documentos históricos que relatam a saída do grupo conduzido por Geraldo Lod, funcionário público no Hospital de Saint Laurent. A figura 20 é um documento de julho de 1949, do governador da Guiana Francesa que vai até as comunidades indígenas da região

do Maroni; essa visita é uma sondagem e uma tentativa de convencer os Kali'na a permanecerem na Guiana; essa visita por parte do governo francês foi sustentada pelos comerciantes de Maná que reclamaram que iriam perder a produção dos indígenas; no documento, o representante do governo diz que os Kali'na não foram muito gentis ao recebê-lo e que, quando questionados sobre a produção agrícola, eles responderam que faziam roça só para o sustento da família. A saída desse grupo deveria ter ocorrido com negociação feita de antemão por Geraldo Lod, com o órgão responsável pelos assuntos indígenas no Brasil, o SPI.

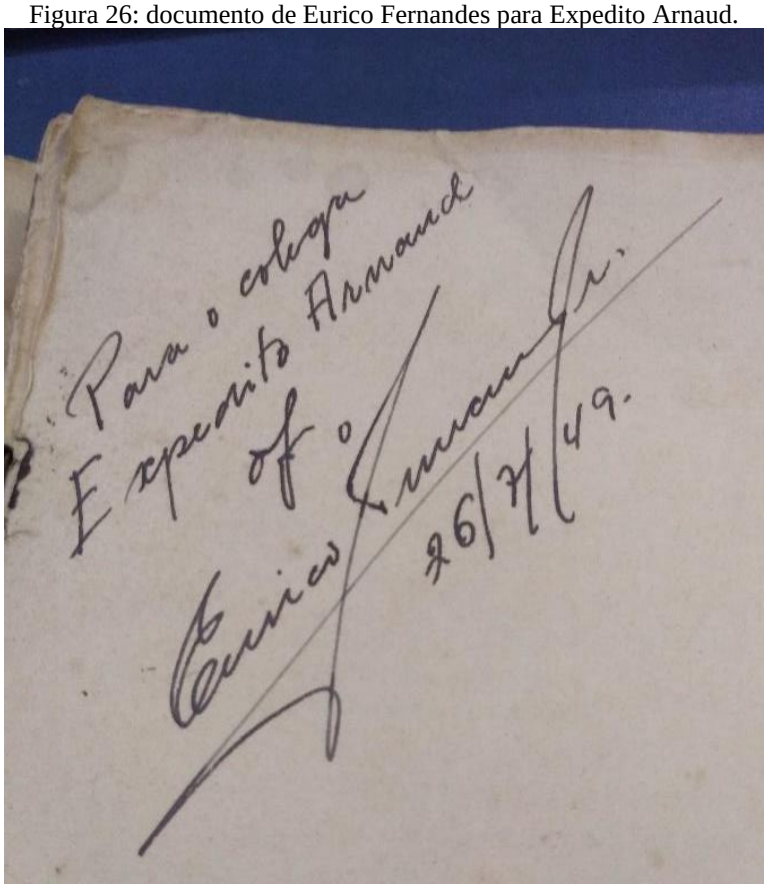
A articulação se deu no ano de 1949, por ocasião de uma ida de Geraldo Lod acompanhado de um primo Joseph Lieutenant, à cidade de Oiapoque com o objetivo de solicitar acolhida de seu grupo familiar para uma migração definitiva para a região de Oiapoque. Ali funcionavam dois postos indígenas: Luiz Horta, que atendia os Wajãpi no médio Oiapoque, onde hoje é situada a Vila Brasil - comunidade do lado brasileiro em frente à cidade francesa de Camopi; e o Posto Uaçá, com suporte aos povos Palikur, Galibi Marworno e Karipuna e depois Kali'na.

Naquele momento da visita de Geraldo Lod ao Oiapoque, ele foi encaminhado para Belém, onde ficava a sede administrativa da 2ª Inspetoria do SPI que atendia aos povos no Pará e Amapá; lá foi recebido por Eurico Fernandes, chefe encarregado desta Inspetoria. Dentro dos trâmites legais, Eurico se comunicou com o chefe do SPI no Rio de Janeiro, a fim de autorizar a migração para o lado brasileiro na região de Oiapoque. Dessa viagem Geraldo Lod voltou com a data prevista para migrar definitivamente para o Brasil, com o indicativo do navio brasileiro que passaria na Guiana e traria o grupo Kali'na para Oiapoque.

Contudo, o governo da Guiana proibiu a entrada do grupo no navio brasileiro, impedindo a viagem no ano de 1949; mas eles não desistiram e resolveram construir suas próprias embarcações - segundo Kassia Lod (2018), três canoas com 12 metros cada - eles planejaram tudo que seria necessário e, em julho de 1950, eles deixaram a Guiana.

A Figura 26 mostra documentos dos indígenas do Oiapoque que Eurico Fernandes, chefe da inspetoria do SPI de Belém e articulador entre o Estado brasileiro e os Kali'na na preparação de sua vinda para a margem brasileira do rio Oiapoque, entrega para Expedito Arnaud; esse antropólogo será o primeiro a escrever a história dos Kali'na, a partir de um trabalho de campo feito na comunidade dos Galibi nos primeiros anos de chegada deles no Brasil.

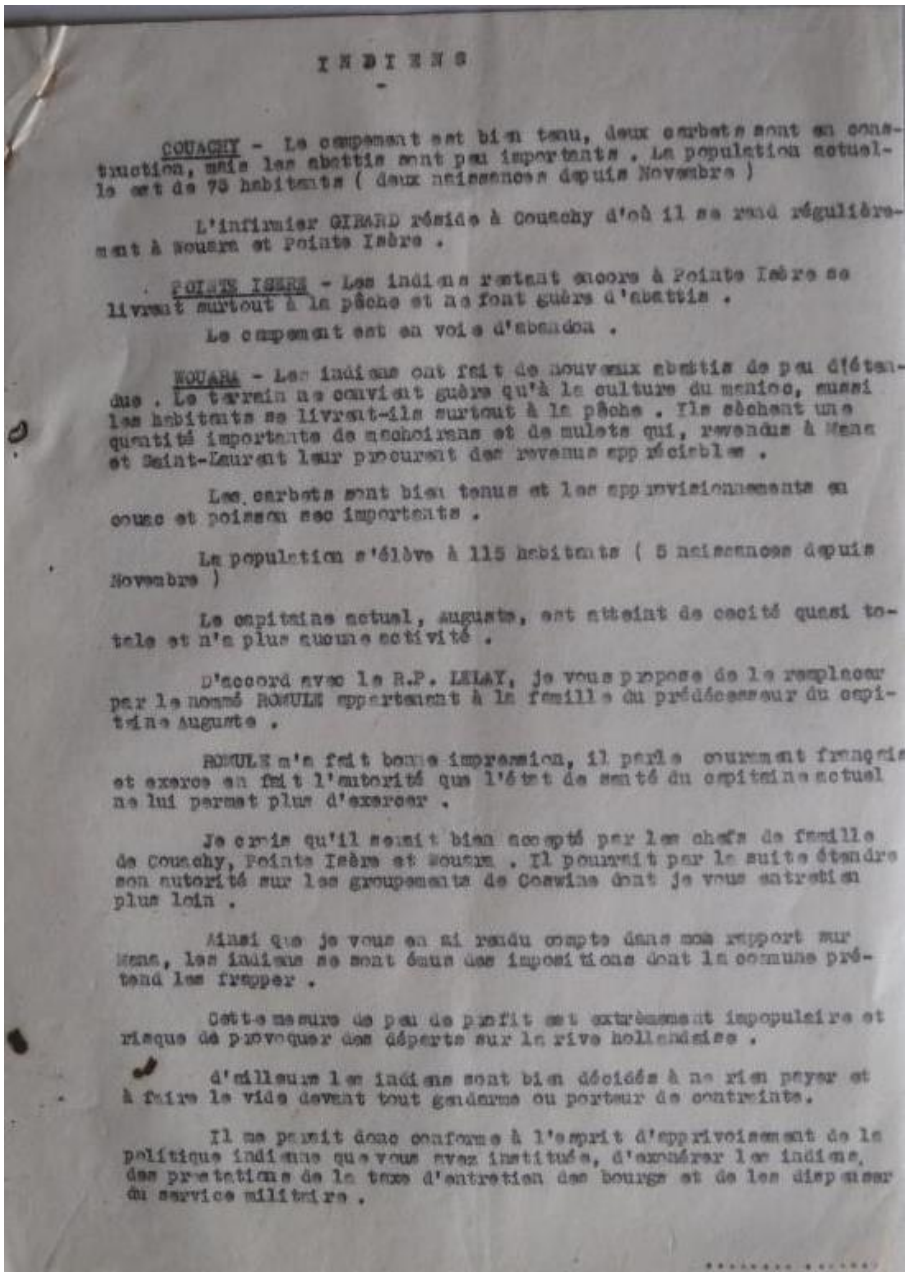
Figura 26: documento de Eurico Fernandes para Expedito Arnaud.



Fonte: acervo de Expedito Arnaud no museu Goeldi.

A vinda do grupo Kali'na para o Brasil, na década de 1950, marca um período da expansão e definição das fronteiras brasileiras, com a Marcha para o Oeste do general Rondon, que inclusive esteve no Oiapoque; já do lado francês, existia uma preocupação com a presença dos indígenas e a garantia de sua presença no território. O documento abaixo é um relatório sobre os indígenas na região do rio Maná.

Figura 27: relatório enviado ao governador de Cayenne.



INDIENS

COUACHY - Le campement est bien tenu, deux carbets sont en construction, mais les abattis sont peu importants. La population actuelle est de 79 habitants (deux naissances depuis Novembre)

L'infirmier GIRARD réside à Couachy d'où il se rend régulièrement à Mouem et Pointe Isère.

POINTE ISERE - Les indiens restant encore à Pointe Isère se livrent surtout à la pêche et ne font guère d'abattis.

Le campement est en voie d'abandon.

MOUARA - Les indiens ont fait de nouveaux abattis de peu d'étendue. Le terrain ne convient guère qu'à la culture du manioc, aussi les habitants se livrent-ils surtout à la pêche. Ils sèchent une quantité importante de machoirans et de mulets qui, revendus à Mana et Saint-Laurent leur procurent des revenus appréciables.

Les carbets sont bien tenus et les approvisionnements en couac et poisson sec importants.

La population s'élève à 115 habitants (5 naissances depuis Novembre)

Le capitaine actuel, auguste, est atteint de cecité quasi totale et n'a plus aucune activité.

D'accord avec le R.P. LELAY, je vous propose de le remplacer par le nommé ROMULE appartenant à la famille du prédécesseur du capitaine Auguste.

ROMULE m'a fait bonne impression, il parle couramment français et exerce en fait l'autorité que l'état de santé du capitaine actuel ne lui permet plus d'exercer.

Je crois qu'il serait bien accepté par les chefs de famille de Couachy, Pointe Isère et Mouem. Il pourrait par la suite étendre son autorité sur les groupements de Cosuine dont je vous entretiens plus loin.

Ainsi que je vous en ai rendu compte dans mon rapport sur Mana, les indiens se sont émus des impositions dont la commune prétend les frapper.

Cette mesure de peu de profit est extrêmement impopulaire et risque de provoquer des départs sur la rive hollandaise.

D'ailleurs les indiens sont bien décidés à ne rien payer et à faire le vide devant tout gendarme ou porteur de contraintes.

Il me paraît donc conforme à l'esprit d'apprivoisement de la politique indienne que vous avez instituée, d'exonérer les indiens des prestations de la taxe d'entretien des bourgs et de les dispenser du service militaire.

Fonte: Archives de la sous-prefectures de Saint Laurent du Maroni.

O documento apresenta a situação dos indígenas nas comunidades de Couachi, Point Irise, Aowara, fala da população, dos nascimentos e das roças. Aponta também o risco de migração do grupo para o lado holandês do rio Maroni, por insatisfação dos indígenas com o governo francês; o relatório indica retirar as taxas que os indígenas pagam e a não obrigatoriedade do serviço militar; outro assunto tratado no relatório é sobre a nomeação de um novo chefe que represente as três comunidades.

Observa-se uma interferência na vida política da comunidade por parte do Estado, na tentativa de evitar novas migrações, tendo em vista que a família de Joseph Lod já havia

decidido migrar para o Brasil e, nesse mesmo ano de 1949, tinha feito os acordos diplomáticos com o chefe do SPI em Belém, Eurico Fernandes.

Tal relação entre os Estados-Nações e suas antigas colônias mantém-se na colonialidade; no caso francês, até o momento atual, a Guiana é um Departamento Ultramarino, é uma extensão do território francês, ou seja, muda o status mas a política não tem grandes variações.

No livro de Rondon 1953, José Malcher, baseado nas informações de Eurico Fernandes, Chefe do SPI, em Belém, apresenta os Galibi do Uaçá como o mesmo grupo de Cayenne. No entanto, os Galibi que vieram da Guiana Francesa no período da colonização não são do mesmo grupo que migrou para o Brasil na década de 1950. O relatório de Rondon é referente a campo feito em 1943, por ocasião do recém-criado Território Federal do Amapá, dentro da política expansionista e nacionalista de Getúlio Vargas; seis anos depois, em 1949, Geraldo Lod vem encontrar-se com Eurico Fernandes em Belém e solicita a autorização oficial do Estado Brasileiro para a vinda definitiva de um grupo de Kali'na, que decide migrar para região do rio Oiapoque.

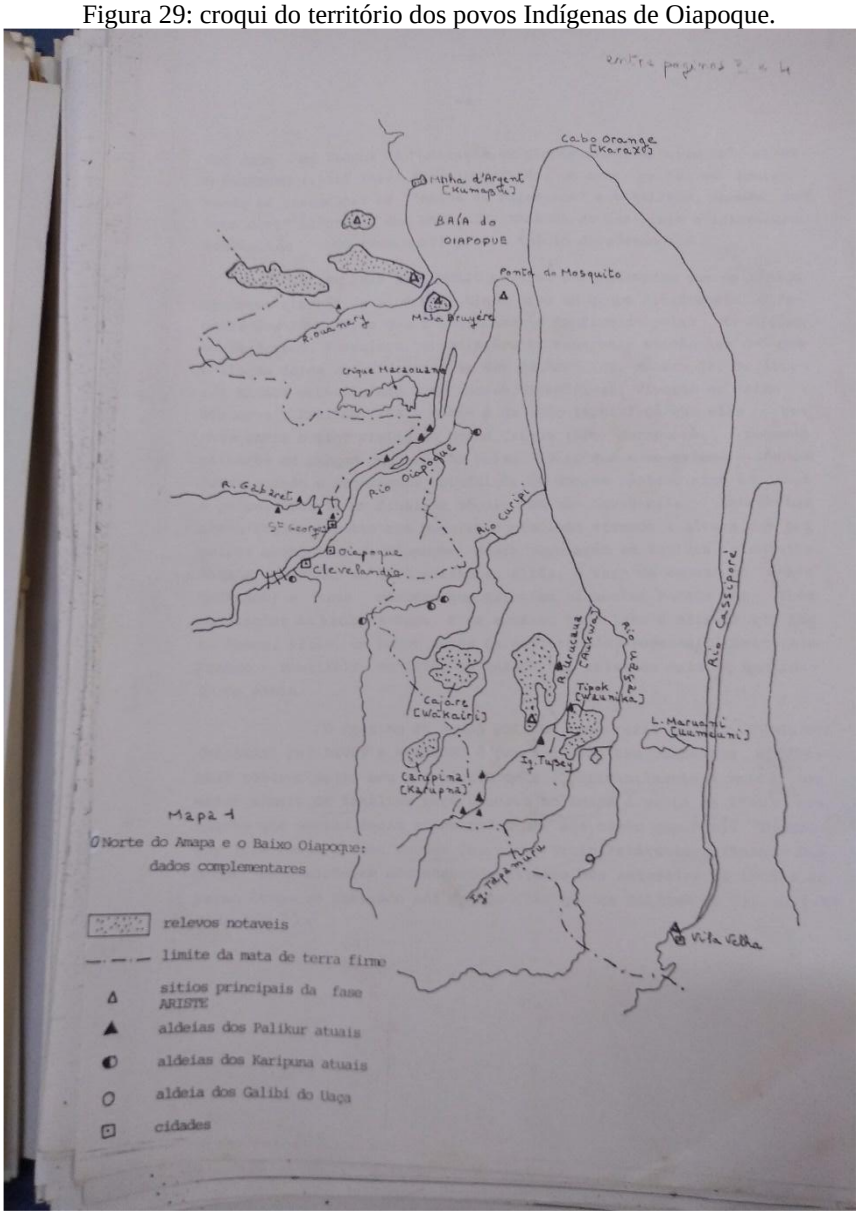
A Figuras 28 é a foto de um mapa que se encontra no arquivo de Expedito Arnaud, e mostra os limites do Brasil com a Guiana Francesa, ainda sem a presença dos Galibi Kali'na, sendo essa a fonte para a carta que será construída no ano de 1956 e nesta há o reconhecimento da Terra Indígena Galibi, sendo citado um dos pontos limítrofes no rio Oiapoque. Percebe-se uma visibilidade desse grupo que mesmo pequeno articula-se com agentes mobilizadores, como Exército, prefeitura de Oiapoque, chefe do recém-criado Território do Amapá.

Figura 28: croqui do município de Oiapoque.

Fonte: acervo de Expedito Arnaud no museu Goeldi.

A próxima Figura 29 representa a região de fronteira e ocupação dos povos originários ainda sem a presença dos Galibi Kali'na, o que deve remeter a estudos cartográficos feitos na década de 1940 pela comissão Rondon. O croqui faz parte do acervo bruto de Expedito Arnaud sem catalogação, fotografado por mim em pesquisa documental no Centro de Documentação do Museu Goeldi.

Figura 29: croqui do território dos povos Indígenas de Oiapoque.



Fonte: acervo de Expedito Arnaud no museu Goeldi.

2.3 OS KALI'NA NO PLATÔ DAS GUIANAS

Para pensar o povo Tilewuyu, nome de autoidentificação dos Galibi Kali'na, é necessário se situar na história de colonização do continente americano e sua espacialidade. Apresentamos a ideia de Denise Grupione (2005), no artigo que ela escreve no livro "Rede de relações nas Guianas" organizado por Dominique Tilkin Gallois, ao abordar uma "Guiana Indígena" com uma gama de ambiguidades, discordâncias e indefinições. Para Grupione (2005) a dispersão dos indígenas nas Guianas está relacionada à saída em busca de alianças matrimoniais fora do lugar de origem, mas não existem muitas pesquisas que apontem as relações do ponto de vista da circulação de bens.

E Gabriel Coutinho Barbosa, no mesmo livro, discorre sobre as trocas de bens e demonstra como se davam as relações comerciais, assim como o fluxo de mercadorias e pessoas entre indígenas e marrons, marrons e colonizadores, entre indígenas e indígenas de povos diferentes e territórios diferentes; dentro dessa lógica os Kali'na circulam dentro de uma malha marítimo-fluvial desde tempos imemoriais.

Os Galibi Kali'na, como são conhecidos no Brasil, habitam o litoral do Caribe e das Guianas: do Território da Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa antes da chegada dos europeus neste continente, ficaram conhecidos como Povo Caribe, denominando um dos grupos linguísticos que abarca vários idiomas do tronco caribe. Assim, os nomes dados a esse grupo pelos colonizadores foram: Caribe, Carinas, Kalinas, Cari'nas e Galibys, segundo Castilho *et al* (1989).

O livro de Castilho, intitulado *História de los Kariñas: período colonial*, nos colocará em contato com uma imagem apresentada pelos colonizadores desse povo autóctone no período colonial. Os europeus se impressionaram com sua aparência física, de estatura alta e bem vistosos, limpos e sem preguiça. Alejandro Humboldt também esteve entre os Kali'na na Venezuela e descreveu suas características; esse autor importante da Geografia é citado como uma das referências de Castilho.

Os Galibi Kali'na eram conhecidos como um povo guerreiro; sua circulação se dava da Venezuela ao Oiapoque antes da chegada dos colonizadores e seus maiores parceiros eram os Lokonos (PATEO, 2005).

Castilho diz que os Kali'na eram muito unidos e que em uma guerra não deixavam para trás os cadáveres dos seus, por isso perdiam muitos guerreiros: mais pela tentativa de resgate dos corpos dos mortos do que mortos em combate; eles eram muito numerosos, chegando a formar exércitos com 2000 homens.

Esse fato pode ser remetido a um dos elementos culturais ritualísticos Kali’na que é o Epikodono abordado no artigo de Gérard Collomb, intitulado: “Identité et territoire chez les Kali’na à propôs d’um récit du retour des morts”. Neste artigo, Collomb (2000) aponta o encontro de xamãs vindos de três regiões a saber: do rio Sinnamary e Iracoubo; do rio Maná e Maroni e um grupo de famílias vindos do Suriname, reunidos no Ulemali Unti - este foi o lugar onde aconteceria o Epaka’no, a ressurreição dos mortos; durante dias eles dançaram e tocaram tambor e beberam caxixi. A narrativa diz que uma jovem mulher Kali'na dormiu com um dos espíritos descidos do céu, ocorreu a destruição da cidade de Ulemali Unti, houve uma dispersão; os Kali'na que saíram do Ulemali Unti fundaram as cidades que existem hoje. Essa narrativa é remetida à narrativa de criação do Povo Kali’na também; então, a localização geográfica pode não ser a mesma das cidades com presença Kali’na na Guiana.

Mas, de acordo com os relatos orais, Couachi seria a vila mais próxima de Ulemali Unti, onde ocorreu o último grande encontro xamânico no século XIX; são os descendentes dessas famílias que migraram para o Brasil, na década de 1950, também após uma fissão xamânica. Até o início desta pesquisa não havia pessoas residindo no Couachi. Porém, as famílias que retornaram para Guiana nas décadas de 1960 e 1970 e que estabeleceram residência na cidade de Maná, voltaram a fazer roça em Couachi, como René Lieutenant, que hoje é chefe da comunidade autóctone de Maná. René estava no grupo das crianças entre as famílias que migraram para o Brasil, na década de 1950.

Para Collomb (2000), a estrutura que o Estado Francês adota na década de 1950 vai interferir na reorganização desse povo, em direção a uma política de unificação francesa do território guianense, através da assimilação dos autóctones e creoulos.

A organização política indígena na Guiana Francesa, que tem seu marco introdutório na década de 1984, com o discurso histórico de Felix Tiouka, pronunciado para o governador da Guyana e que culminou na criação da cidade de Awala-Yalimapo em 1989, segue a lógica da hierarquia familiar vinda do Ulemali Unti. A região de Maná é, portanto, o coração histórico e espacial de uma nova identidade dos Kali’na Tilewuyu do Leste (COLLOMB, 2000).

O território, para os povos indígenas desde antes o período colonial foi o lócus de suas práticas econômicas, sociais, espirituais; esse território não era estático, mas estava em constante disputa; um dos exemplos é a guerra dos Palikur e Galibi, relatada num artigo de Lux Vidal; mas poderíamos citar diversas disputas entre os povos autóctones.

No entanto, o contato com os colonizadores vindos do continente europeu foi um grande impacto. O primeiro impacto, que perdura até a atualidade, é a cosmovisão de mundo, de vida, de recursos.

Os povos autóctones, com suas diferenças culturais e linguísticas, têm em comum a visão que os humanos não são superiores à terra, aos animais; em sua percepção todos os seres são iguais e tudo no universo tem dono; o dono é o espírito que mora naquele ser, ou seja, o espirito das matas; e cada árvore tem o seu espírito, das águas e todo seu ecossistema, das montanhas e rochas. Para adentrar nesses espaços é necessário pedir permissão ao dono, o que na maioria das vezes é feito através de um porta-voz, que é o xamã, o pajé, aquele que tem o conhecimento de falar com os espíritos donos das coisas no universo.

Com isso, não produzimos uma imagem romântica da natureza intocada como se a natureza não fosse usada e modificada pelos habitantes primeiros desse continente, mas há um respeito e um limite para o uso dos recursos naturais, assim como há uma finalidade em todo e qualquer uso.

A chegada dos colonizadores além de entrar em choque com a cosmovisão autóctone, impõe a visão dos invasores sobre suas ideias de mundo, de crença, de conhecimento, como seres superiores aos povos recém-contatados.

Um período de ebulição e de transformações técnicas e científicas no desabrochar da Ciência moderna, que nutre a composição dos Estados-Nação; tendo os limites territoriais como um dos trunfos de poder, cada Estado defende o seu limite e deseja expandir esses mesmos limites.

A "descoberta" do novo mundo é uma oportunidade de extração de recursos energéticos e comerciais; a consolidação desses Estados no continente americano, em particular no Platô das Guianas gerará uma fragmentação de territórios ancestrais autóctones. O território ancestral é o mesmo sem barreiras, mas os Estados impõem fronteiras, resultando na impossibilidade dos fluxos livres dentro desse território ancestral.

A Fronteira enquanto conceito na Geografia, apontado por Maristela Ferrari (2014), vai encontrar lugar na sociedade moderna e na formação dos estados-nações, embora a ideia de fronteira enquanto limite e divisão entre um território e outro, sempre existiram. Segundo Ferrari (2014), "com o avanço das ciências e com o Estado moderno, o conceito de fronteira tende a ser associado ao limite político territorial, sendo caracterizada como "fronteira linear". A autora, citando Raffestin, apresenta um marco histórico para a ideia de fronteira que absorvemos e adotamos nos estudos, em especial, de geopolítica e também da territorialização dos Estados-Nações:

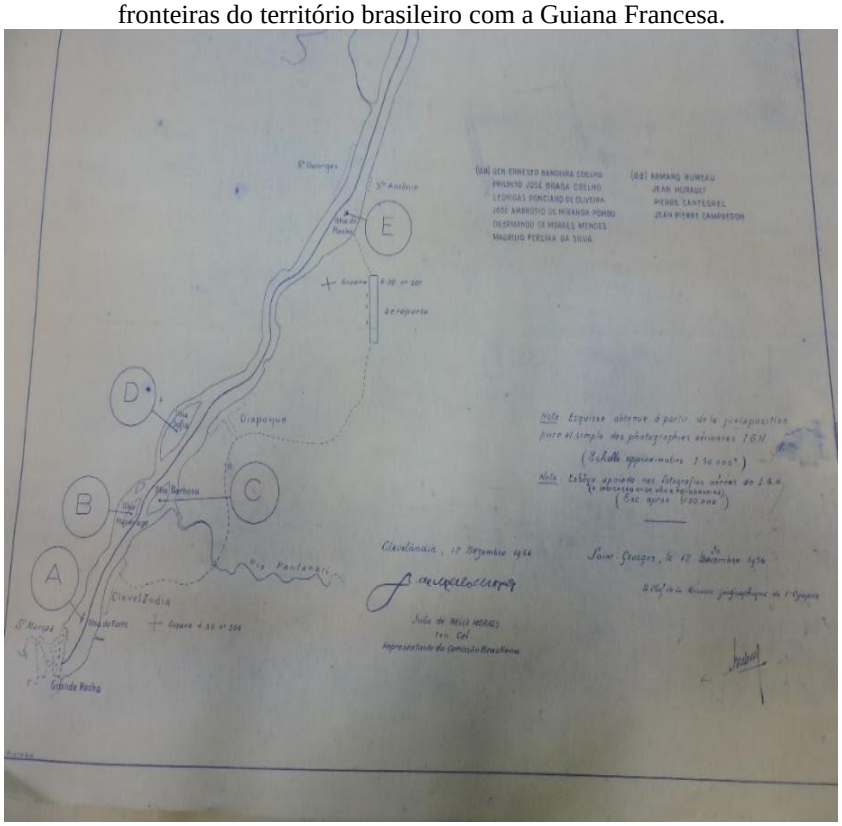
> Desse modo, a linearidade das fronteiras pode ser de fato considerada uma técnica relativamente recente, como quer Raffestin (1993, p. 166), ao questionar: 'Quando a fronteira se tornou um sinal?' O autor responde: 'Tornou-se um sinal quando o Estado moderno atingiu um controle territorial absoluto. Para aí chegar, foi preciso que se realizasse toda uma série de condições específicas, dentre as quais a linearização da fronteira é talvez a mais importante'. Como vemos, a técnica linear surge como política essencial para definir e delimitar a área territorial entre Estados nacionais. (FERRARI, 2014, p. 11).

Os Galibi Kali'na são um exemplo claro dessa intervenção, pois esse povo estava presente no Platô das Guianas e no Caribe, o que representa hoje os Estados da Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil; esse grupo é falante da língua Kali'na do tronco linguístico caribe em todo o Platô das Guianas; contudo, na Venezuela falam também o espanhol - língua oficial introduzida pelo colonizador; na Guiana falam inglês - língua introduzida pelo colonizador; no Suriname falam o holandês ou o creoulo holandês; na Guiana Francesa falam o francês e no Brasil o português.

Poderíamos dizer que a língua é o elemento de conexão desse povo, mas não só a língua, as narrativas que compõem as crenças e memórias. Embora não haja uma pesquisa que apresente as narrativas dos Kali'na, desde a Venezuela até o Brasil, temos ferramentas atuais como os coletivos dos grupos de WhatsApp que nos proporcionam estar em contato; assim, temos um vídeo de um Kali'na da Venezuela falando de suas narrativas, que são as mesmas já conhecidas aqui - essa informação foi confirmada por Cristina Lod, em conversa informal.

Pode-se observar que, mesmo que os Kali'na tenham migrado na década de 1950 para o Brasil, sua presença é forte e significativa; no arquivo da Comissão de Limites e Fronteiras, em Belém, encontramos um mapa de reconhecimento dos limites de 1954, que tinha como ponto de referência a aldeia Galibi e ilha dos Galibi; essa referência indica uma forte articulação desse povo com os poderes públicos e o reconhecimento como ponto demarcatório de fronteira, as terras ocupadas por ele há quatro anos é registrado como um ponto de localização da demarcação oficial do Estado.

Figura 30: croqui com identificação de marcos para delimitar fronteiras do território brasileiro com a Guiana Francesa.



Fonte: Pesquisa documental na Comissão Delimitadora de limites, 2019.

Com base na Carta que define os limites entre a França e o Brasil, observamos a reflexão de Ferrari (2014, p. 13) ao citar Jean Gottmann "se a fronteira é uma linha ou uma zona"; para ele, a linha é um conceito político e jurídico e a zona seria portanto, um conceito geográfico. Nesse sentido, os territórios indígenas demarcados no Brasil seguem o princípio da fronteira como linha, abarcando o conceito político e jurídico, mas além da linha, encontra-se uma zona geográfica; a fronteira, enquanto zona, ultrapassa os limites da linha. Os territórios indígenas vão além da dimensão física, como já foi abordado; o território autóctone é uma coexistência entre mundos material e imaterial.

Ferrari (2014, p. 14) continua: "fronteiras-linhas ou lineares são construções humanas, sobretudo as territoriais, que visam sempre atender algum objetivo, seja ele de ordem cultural, religiosa, econômica ou política, entre outros". A autora avança na sua reflexão trazendo a evolução do conceito com os autores de cada tese; ela traz a tese de Ancel apoiada na obra de Martin "Desse modo, Ancel justificava que a noção de fronteira deveria ser buscada na história, na qual encontraria o sentimento ou espírito de fronteira, que na verdade expressavam o significado coletivo de "pertencer" a um espaço comum, nacional".

No advir de uma reflexão atual sobre o conceito de fronteira, este é posto dentro do conceito de globalização e da "metáfora da porosidade das fronteiras internacionais" que esta

traria o fim das fronteiras dos Estados Nações. Contudo, na observação de campo de alguém que habita uma região fronteiriça, percebe-se um acirramento por parte dos Estados de manter bem clara a posição de fronteira - ou melhor - os limites fronteiriços. Esse fato é sentido pelos Kali'na e narrado que, nos trinta primeiros anos da migração, a circulação entre os parentes - seja do lado francês ou do lado brasileiro - era feita sem burocracia ou imposições legais, por parte dos Estados.

Sobretudo, a partir da década de 1990, as exigências aumentam e o trânsito entre os dois lados diminui, em especial, as exigências do Departamento Ultramarino Francês da Guiana, que quase inviabilizam a ida dos Kali'na brasileiros para visitar os parentes da Guiana Francesa. O poder do Estado-Nação impõe que existe Kali'na brasileiro, Kali'na francês, Kali'na Surinamês, etc. Essa questão merece um aprofundamento maior que não faremos aqui.

SINTESE DO CAPÍTULO 2

No Capítulo 2 foi apresentado o contexto político da época da migração. Se observarmos as iniciativas na fronteira franco-brasileira, ao mesmo tempo que o SPI representa as ações integralista do governo brasileiro, o Território de Inini também busca a integração do território francês com a assimilação dos indígenas; nos documentos vemos vários relatos dessas disputas entre os dois países, desde o período do Contestado - por quase um século - até o laudo final, dando posse ao Brasil que, por sua vez, não investiu muitos recursos para consolidação dessa área.

A tentativa da colônia agrícola não surtiu o efeito desejado, mas na década de 1940, com a emancipação do município de Oiapoque, a federalização do Território do Amapá e a instalação de postos do SPI, começa uma estruturação da fronteira brasileira. Desse modo, a migração dos Kali'na para o lado brasileiro é vista como mais uma conquista, mesmo que a França tenha investimento em pesquisa com seus melhores intelectuais.

Na visão do governo brasileiro é mais uma vitória a migração desse povo indígena, já que eles consideravam que tinham perdido o povo Emerillon, que habita o médio rio Oiapoque, se transferindo definitivamente para o lado francês da fronteira, no rio Oiapoque.

As negociações internacionais, os argumentos do chefe do SPI, Eurico Fernandes, nos levam a pensar que se trata de um período com muitos acirramentos, de um discurso e práticas integracionistas, produtivistas, de incentivo a grandes empreendimentos, como estradas, hidrelétricas e uma preocupação com o desenvolvimento econômico; a política de atração dos indígenas e de fortalecimento das fronteiras garante o fortalecimento das fronteiras do Estado-Nação.

CAPÍTULO 3: TERRITORIALIZAÇÃO DOS KALI'NA NO OIAPOQUE BRASIL

Após perceber o contexto espaço temporal que proporcionou a migração, traremos neste terceiro capítulo a territorialização desse grupo na terra que hoje está demarcada como Terra Indígena Galibi, a dinâmica territorial enquanto vivência, as relações estabelecidas para continuidade da cultura Kali'na.

Assim, o capítulo trará primeiro o tópico sobre a chegada e instalação; segundo, a política de assistência aos Indígenas no Brasil - do SPI à FUNAI; terceiro, uma amostragem através de documentos que aponta o quantitativo da população e seus contínuos fluxos de saída e chegada das famílias que compõe a comunidade; quarto, dentre as relações estabelecidas para territorialização no Brasil, a relação com a escola como mediadora de relações e de fluxos; o quinto tópico será a produção agrícola e as relações comerciais no processo de territorialização e uso dos recursos naturais.

3.1 INSTALAÇÃO DOS KALI'NA: 1950 A 1975

A chegada e instalação do grupo familiar dos Galibi Kali'na no Brasil ocorreu de uma forma organizada e articulada politicamente. Um dos fatos relevantes é que a vinda desse grupo da cidade de Maná, na Guiana Francesa, foi oficializada nos dois países com documentos de saída do país de origem e de entrada no Brasil, na década de 1950.

Segundo o relato de Lucília Lod sobre a escolha da terra onde se instalariam deu-se por indicação de uma senhora que habitava uma das ilhas do rio Oiapoque, bem à frente de onde é hoje a comunidade Galibi, pois por indicação do SPI, eles deveriam se instalar numa comunidade do rio Curipi, mas os Kali'na tinham uma relação próxima com o oceano em Maná, e não gostaram muito da indicação feita pelo SPI; procurando alternativas, encontraram o lugar onde se encontra hoje a T.I. Galibi.

"Papai veio olhar, com vovô tudo, eles vieram olhar; a dona que morava aqui na ilha (...), a dona Fifina, ela falou: 'eu acho que esse pedaço aqui dá pra vocês ficarem aqui'. Aí vieram olhar, então eles gostaram, né? Aí as mulheres ficaram...(não entendido), aí, depois oito dias. Aí, depois de oito dias que eles estavam por aqui, aí, papai foi lá na prefeitura que na época era o prefeito Roque Penaforte. E então papai falou que esse lugar era bom, ele falou para o pai dele: 'é bom papai, então

vamos ficar aqui mesmo'. Aí o prefeito veio olhar, aí o prefeito falou pra ele: 'não seu Geraldo, daqui onde vocês ficaram, daqui ninguém tira mais vocês', aí ficou só aquele pedaço, aí com a demarcação sim, aí ampliou, antes era do Morcego ao Belle Crick, agora vai até o Taparabu" (Lucília Lod, 27/02/2022).

O relato de Lucília demonstra que houve uma escolha do lugar apropriado para a continuidade da cultura Kali'na no Brasil, favorecendo a territorialização, o lugar de expressão da identidade; para Saquet (2013), as novas territorialidades são construídas nos lugares, as imagens identitárias e territoriais se relacionam de acordo com as diferentes sociedades. Nesse caso, o lugar escolhido para começar uma nova comunidade era no Brasil, mas para continuarem as expressões identitárias, precisavam dos recursos naturais semelhantes aos da sua antiga comunidade, na Guiana Francesa.

Com a diplomacia e a relação política, ficou garantido que o lugar escolhido se tornasse o seu território, com os mesmos elementos do antigo território do lado francês, do Platô das Guianas. Portanto, a demarcação da Terra Indígena Galibi, ocorreu num espaço de tempo relativamente rápido - em torno de trinta anos - desde sua instalação na área que é hoje a Terra Indígena Galibi, considerando que esse povo autóctone historicamente são habitantes da Guiana Francesa, do Suriname e da Venezuela.

Esse fato é decorrente de um movimento político dos indígenas, com apoio do CIMI, na década de 1970, mas também de interesse do Estado para garantir os limites fronteiriços do Brasil e os recursos naturais preservados, como é posto na Constituição Federal (CF), no artigo 231, parágrafos 4º e 6º:

> As terras de que se trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
> São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. (Constituição Federal/1988, art. 231).

A articulação política com os representantes do Estado é algo que os Kali'na já faziam desde a Guiana Francesa; o fato de terem frequentado internatos religiosos que se ocupavam da educação dos Indígenas ainda no Território de Inini, trouxe nessa migração um grupo de Kali'na já com uma formação técnica. Segundo documentos do antropólogo Expedito Arnaud

consultados no acervo do Museu Goeldi, há indicativos de que quatro dos homens adultos vindos para o Brasil, já tinham um nível de escolarização e de trabalho dentro do sistema francês, com um certo grau de contato com os colonizadores.

O Quadro 4 apresenta a primeira configuração da primeira e segunda geração dos Kali'na na Terra Indígena Galibi, que permaneceu desde a migração inicial até o momento desta pesquisa.

Quadro 4: Dados Genealógicos.

Nascimento	Geraldo Lod + Carolina Paul	Julien Lod + Matilde Paul	Maria Lod + José Jeanjacque
1944	Emiliano Cornélio Lod		
1946			Afonso Alexandre Jeanjacque(falecido)
1948	Maria Tereza Geraldina Lod	Raimundo Pedro Lod (falecido)	
1950		Maria Monica Lod	
1951	Lucilia Emiliano Lod	Renato Dominique Lod (falecido)	Maria Madalena Jeanjacque (falecida)
1953	Pedro Brasil Lod	Paula (faleceu com 3 meses)	
1954			Elizabeth Jeanjacque
1955			Calixto André Jeanjacque
1956	Alexandrina Maria Lod	Pedro Evilasio Lod (faleceu)	
1959	Gregório Naziazeno Lod	Maria Cristina Lod	Miguel Jeanjacque
1962	Gilberta Ângela Lod	Ana Maria Lod	Margareth Jeanjacque (falecida)
1964		José Mario Lod	Maria Tereza Cristina Jeanjacque
1966		Maria Raimunda Diana Lod	
1969		Joana Dominique Lod	

Fonte: CUNHA, E. B., com informações de Cristina Lod, Gregório Lod e Tereza Jeanjacque, fevereiro/2019.

O Quadro acima apresenta os Kali'na de Oiapoque, sejam nascidos no Brasil ou na Guiana e educados já com elementos da nova "pátria", como a escolarização na língua portuguesa do Brasil.

De acordo com os relatos orais, durante a oficina de cartografia social na comunidade Galibi, após a negociação com o SPI para vinda para o Brasil, os dois Kali'na retornaram

para a comunidade de origem na Guiana para preparar a vinda; a indicação da terra a ser habitada era uma aldeia na terra Indígena Uaçá, próxima do Encruzo, mas os Kali'na estavam acostumados com áreas de foz de rio, como era o caso da desembocadura do rio Maná, na Guiana Francesa, e do rio Maroni, fronteira entre Suriname e Guiana Francesa.

Desse modo, o local - às margens direitas do rio Oiapoque - foi indicado pela senhora Fifina, o que agradou aos Kali'na, pela proximidade com o oceano e com a cidade de Saint George, na Guiana Francesa que - nos primeiros anos - deu suporte especialmente à comercialização dos produtos agrícolas e outras demandas administrativas, já que eles eram nascidos no território francês e tinham domínio da língua desse território.

O prefeito de Oiapoque deu apoio e suporte para instalação no território escolhido pelos Kali'na para ficarem no Brasil; a terra não tinha impedimentos legais e não havia proprietários, só alguns moradores, que conseguiram se relacionar com os Kali'na, o que hoje deriva em duas comunidades nessa Terra Indígena: a comunidade dos Kali'na, denominada por vezes como Galibi e por vezes como São José dos Galibi e a outra comunidade, Ariramba, habitada na maioria por Karipunas, mas também Galibi Marworno.

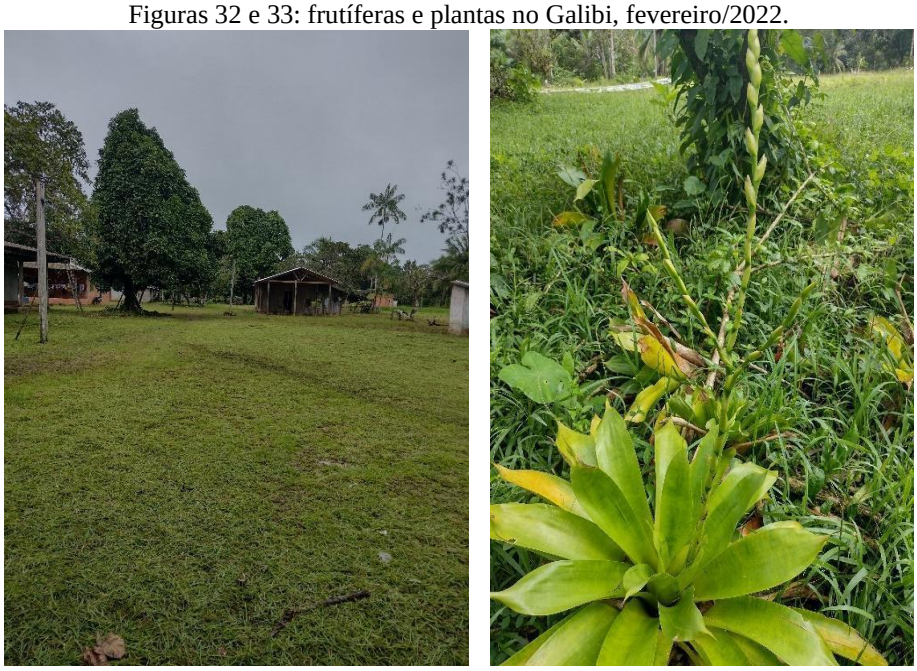
Nos dois primeiros meses da instalação, as mulheres e crianças foram alojadas na Ilha da Diaba, em frente à comunidade que estava sendo construída, enquanto os homens conduziam a derrubada e construção das primeiras casas e abertura das roças. Assim que as casas ficaram prontas, todos se mudaram para lá. A foto abaixo mostra o pajé Joseph Lod e sua esposa Ema, na década de 1950, logo após a instalação na Terra Indígena Galibi; eles estão sentados na frente de sua casa que, nesse primeiro momento, foi construída no formato tradicional Kali'na; as casas não tinham paredes laterais e o telhado descia perto do chão.

Figura 31: Joseph Lod e Ema sentados na sua casa na década de 1950.

Fonte: Acervo pessoal de Cristina Lod.

Um dos primeiros passos da territorialização foi construir as casas e o espaço comunitário de convivência; o segundo passo foi a abertura das roças, que não eram tão distantes das casas e que mantinham uma proximidade entre cada família; mas ao redor das casas ficavam os pomares com frutas e plantas medicinais e com usos xamânicos. Dessa forma, até hoje na comunidade, temos os registros dos locais de habitação, seja pelas frutíferas, seja pelas plantas ornamentais e medicinais; mesmo que não existam mais habitações naquele lugar, a presença de plantas ornamentais indica que já houve residência ali.

Figuras 32 e 33: frutíferas e plantas no Galibi, fevereiro/2022.



Fonte: pesquisa de campo, fevereiro 2022.

Segundo Kassia Lod (2018), a migração se passou com muita comunicação; assim, quando as embarcações passavam pelos povoados à margem, eles eram bem recebidos, pois já haviam escutado a notícia que este grupo estava migrando da Guiana Francesa para o Brasil.

Da mesma forma no Brasil, havia uma recepção das famílias que vinham para morar nessa nova pátria; o recém-nomeado prefeito, o senhor Roque Pennafort, fez todos os esforços para bem instalar o grupo; as famílias que moravam na margem do rio também acolheram com o espaço e informações sobre a região; por outro lado, existia uma boa relação com os habitantes e administradores de Saint Georges. Essa migração era um passo importante para uma melhor consolidação da população local de Oiapoque, uma vez que as tentativas de povoamento não tiveram os resultados almejados.

O mapa seguinte mostra a rota da migração saindo de Couachi, na Guiana Francesa, e chegando em Oiapoque.

Mapa 4: rota da migração Kali'na para o Brasil.

Fonte: IBGE/IGN.

As embarcações foram construídas pelos próprios Kali'na, na técnica tradicional. A árvore era escolhida na floresta, era derrubada e talhada ali mesmo, depois era carregada por vários homens até as margens do rio, as canoas que foram construídas para migração mediam doze metros (MORAES GALIBY, 2018), e tinham uma parte coberta onde ficavam as crianças.

Os primeiros anos foram de muito trabalho e construção de relações, o que foi feito com muita diplomacia, mas com empoderamento de ser quem eram, a participação do senhor Geraldo Lod, como uma das lideranças indígenas de Oiapoque que participou do Movimento Indígena, que lutou pela demarcação das Terras Indígenas. A participação nas primeiras Assembleias dos Povos Indígenas do Brasil e do Oiapoque, para travarem pautas comuns que começaram na década de 1970.

A década de 1970, para os povos autóctones no Brasil, é de muita mobilização política; começam as grandes Assembleias e as articulações coletivas dos povos Indígenas no norte do Brasil, com apoio sobretudo do CIMI, uma das bandeiras de lutas era o Território; a política de demarcação das Terras Indígenas foi iniciada ainda no período da Ditadura Militar.

Em 1975, ocorreu uma importante Assembleia Indígena Nacional, na Missão Cururu junto ao povo Munduruku, no estado do Pará; nessa ocasião, representando os povos indígenas de Oiapoque, participaram Manoel Primo dos Santos Karipuna, Geraldo Lod Galibi Kali'na e Padre Nello Ruffeldi; no ano seguinte, em 1976, aconteceu a I Assembleia dos Povos Indígenas de Oiapoque (CORREIA, 2019). Vemos uma participação ativa dos Kali'na; mesmo sendo um grupo pequeno, sua liderança e sua voz eram atuantes no Movimento Indígena.

A organização dos indígenas em escala nacional, com apoio em particular do CIMI, ligado à Igreja Católica, tem como sua principal pauta a demarcação das Terras Indígenas; no caso dos indígenas do Oiapoque, são instigados pela recém-abertura da BR 156, que corta parte da Terra Indígena Uaçá; percebe-se uma real ameaça aos territórios ancestrais e ao modo de vida dos povos indígenas, com o avanço dos projetos de infraestrutura como estradas, hidrelétricas, na interligação e solidificação das bases de um território nacional unificado.

A III Assembleia Nacional dos Povos Indígenas, que aconteceu na aldeia Kumarumã Terra Indígena Uaçá, em 1983, teve como uma das principais pautas a demarcação das terras; as lideranças dos outros povos que estiveram presentes tinham interesse em saber como os povos indígenas do Oiapoque conseguiram a demarcação desde 1977, quando teve o estudo de área e mapeamento dos limites, feito pela empresa Plantel - que ganhou a licitação para fazer a demarcação (CORREIA, 2019). Um dos argumentos foi a negociação feita por causa da BR 156. Cada uma das lideranças presentes colocava suas indagações sobre como poderiam fazer - dentro de suas realidades locais - as demarcações e obter a garantia de suas terras tradicionais, uma vez que um dos argumentos dos grileiros é que não existiam mais indígenas, sendo essa Assembleia do Kumarumã um espaço para buscar orientação e apoio para demarcação das suas terras, como aponta os Tembé (CORREIA, 2019).

A figura abaixo mostra o mapa elaborado pela empresa Plantel, em 1977, da Terra Indígena Galibi; essa foi a primeira a ser demarcada, indicando que a rapidez no processo tenha se dado pelo tamanho da terra - uma das menores das três T.I. da região de Oiapoque, pela ausência de conflitos de interesse por parte de pretensos proprietários, e pelos acordos firmados entre os indígenas e os habitantes já residentes, identificando os indígenas de outros povos e não indígenas, além das relações diplomáticas que esse povo tinha com as organizações do Estado, como o Exército e o SPI - que nesse momento tinha sido substituído pela FUNAI.

Assim, a Terra Indígena Galibi foi oficialmente homologada e registrada em 1981. Essas iniciativas dos Indígenas em todo Brasil permitiram uma articulação ao ponto de

chegarem à Assembleia Constituinte, em 1988, com uma minuta de lei que foi ganhando corpo e entrou na Constituinte com dois artigos célebres na defesa dos direitos indígenas e tornaram-se um marco da organização Indígena, que são os capítulos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, que garantem o direito à terra e o respeito ao modo de vida e costumes de cada povo.

Figura 34: mapa da demarcação da T.I. Galibi.

Fonte: acervo de Calixto Jeanjacque.

O documento acima na Figura 34 demonstra que os povos indígenas de Oiapoque se encontravam articulados, já na década de 1970, e tinham muita força de articulação política, resultando na demarcação com pouco tempo das demandas apresentadas. Este é um documento histórico que foi encontrado durante um mutirão na comunidade, no mês de fevereiro de 2022, por ocasião da oficina de cartografia social proposta pela pesquisadora no desenvolver da tese em tela, e que foi oferecido gentilmente por Calixto Jeanjacque, para compor o rol de documentos que essa tese apresenta.

3.2 DO SPI À FUNAI: A DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA

O SPI foi criado através do Decreto nº 8.072 de 20/06/1910, como uma instituição do Estado brasileiro, para a proteção tutelar dos indígenas. Sua criação aconteceu ainda na Primeira República do Brasil, que precisava garantir e afirmar-se como Estado-Nação, com

uma delimitação de fronteiras bem estruturadas e homogeneização da sua população por meio da língua e práticas de unificação nacional.

A unificação nacional passa também por um processo de modernização e implementação da industrialização a exemplo dos países do ocidente; com isso, é necessário integrar o índio à nação e torná-lo um trabalhador que contribuirá com a economia nacional. Segundo Libânio e Freire (2011):

> (...) a política de integração nacional seria feita por meio da atração dos povos indígenas para a sociedade brasileira com a introdução de novas necessidades culturais. Este seria o motor da transformação dos povos indígenas: apresentar as vantagens da civilização e deixar que os próprios índios as percebessem e buscassem. A adoção de outra cultura pelos índios seria uma forma de controle, no sentido de que compreenderiam outro grupo de símbolos significantes e, sob essa perspectiva, aceitariam os símbolos que seriam mediados para eles. (LIBÂNIO; FREIRE, 2011, p. 170).

O projeto de unificação nacional ganha corpo com a implementação dos postos de telégrafos e pela Comissão Rondon; com a missão Rondon vão sendo implementados novos postos do SPI. Segundo Almeida (2017), em 1940 teve a criação de duas unidades locais: o Posto Indígena de Fronteira e Vigilância Luiz Horta e o Posto Indígena de Educação e Nacionalização Uaçá; essa ação antecede a emancipação do município de Oiapoque. Esses dois acontecimentos, a criação dos postos do SPI e a emancipação do município se munem de orgulho de atrair o interesse de um povo indígena que já se encontrava inserido nas estruturas do Estado, sendo esse um dos objetivos do SPI: transformar os indígenas em cidadãos brasileiro e trabalhadores nacionais. Almeida *et al*. (2017) continua:

> A "tutela" proposta por Marechal Cândido Rondon com a criação de uma agência específica, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910, tinha por finalidade prestar "proteção" e "assistência" aos "índios" por meio do contato, atendimento e instalação de postos nos sertões, confins da interlândia e das fronteiras brasileiras. Contudo, os rumos da proteção tutelar se transformam com o distanciamento de Rondon do SPI e com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder à medida que houve a adoção de novos modelos político-econômicos pautados no nascente nacional-desenvolvimentismo (ALMEIDA, 2017, p. 3).

Antonio Carlos de Souza Lima (2011) cita a lei nº 5.484/1928[7] como a primeira a regular a situação jurídica dos indígenas sob o regime republicano. Aqui se estabelece a tutela do estado brasileiro sobre os indígenas, sendo os inspetores do SPI delegados à função de tutela. O SPI é extinto em 1967, após várias gestões corruptas (LIMA, 2011) e em seu

[7]Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html. Acesso em 27/07/2022.

lugar é criada a FUNAI, através da lei nº 5.371/5-12-1967, que continua a tutelar o índio, passando para FUNAI a responsabilidade legal e jurídica dos indígenas. Lima (2011, p. 205) - ainda ao comparar a ação do SPI e a ação da FUNAI e na ausência de pesquisas e publicações sobre essas instituições, seus propósitos e seus contextos de criação e o índio o objeto da existência dessas instituições - conclui que "a defesa do monopólio estatal das ações sobre os povos indígenas e a manutenção de seu caráter tutelar não estão nem de longe totalmente superadas ou afastadas".

Lima (2011) faz uma apresentação das intenções políticas da criação do SPI e da antítese aparente entre as missões e aldeamentos do período colonial e a proteção do estado republicano, sintetizando que a criação do SPI seria "retomar as bases de construção do poder tutelar, no qual a violência física se transforma em persuasão, em violência simbólica". Dessa forma, tanto as missões de aldeamentos como o SPI, queriam atrair o indígena para transformá-lo - seja em cristão civilizado ou num trabalhador nacional. Lima conclui seu artigo dizendo o objetivo do SPI:

> No projeto daquele momento, o que se pretendia era transformar os indígenas em trabalhadores rurais e não matá-los: tratava-se de um doce etnocídio e não de um cruento genocídio, como de fato era comum no Brasil daquele momento. Até hoje, massacres de indígenas não são realidades banidas da realidade brasileira (LIMA, 2011, p. 210).

Essa fala é confirmada por Leônia, indígena Karipuna, no artigo intitulado: Mas que tipo de proteção era essa?! Os povos indígenas de Oiapoque e o Serviço de Proteção aos Índios (ALMEIDA, 2017, p. 5), ao apontar os objetivos do SPI, estava transformando os indígenas em trabalhadores rurais.

Contraditoriamente, é na gestão do Governo Militar, na década de 1970, que terá o movimento pela demarcação das Terras Indígenas; é no bojo dos projetos governamentais de construção de grandes obras, como rodovias e hidrelétricas, que vão atingir de uma forma muito intensa as comunidades indígenas.

Assim como terá um intenso movimento e organização sobretudo com o apoio do CIMI, com o tema de garantia dos direitos e a demarcação das terras tradicionalmente indígenas. Nesse mesmo período, foi sancionada a lei 6001, de 19 de dezembro de 1973: o Estatuto do Índio.[8]

Contudo, antes de pontuarmos o que é o Estatuto do Índio enquanto dispositivo jurídico para os indígenas, é preciso apontar historicamente como os indígenas entram e são

[8] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm

abordados nas leis brasileiras. Mesmo que o SPI tenha sido criado por um Decreto Federal em 1910 para tutelar os indígenas, foi a Constituição de 1934 a primeira a garantir os direitos indígenas como, por exemplo, a posse de terras. No entanto, a percepção do indígena é que precisa ser integrado à nação e, por isso, garantir seus direitos, devem favorecer a integração nacional por esses povos.

É mister lembrar que essa Constituição do Governo Getúlio Vargas tem caráter integracionista e nacionalista e vem legislar sobre o trabalho de integração que o SPI já vinha fazendo. Dentre as competências da União, trazida no Art. 5º[9] IV - resolver definitivamente sobre os limites do Território Nacional e XIX – legislar sobre: m) incorporação dos silvícolas à comunhão nacional. Vejamos que esses dois tópicos - a garantia dos limites territoriais e a incorporação dos "silvícolas", bem como a instalação dos telégrafos e a construção de rodovias - estão intrínsecos à Campanha do Marechal Rondon e à Marcha para o Oeste, contribuindo para o fortalecimento de um Estado integralizado em todo território nacional.

Com o Golpe Militar de 1964, a Constituição militar que dissolve todos os poderes democráticos de 1967 e a lei que cria a FUNAI também em 1967 vai articular o Estatuto do Índio, aprovado em 1973. Não existe, portanto, nenhuma novidade no sentido de reconhecer a autonomia indígena; reconhece seus costumes, línguas, tradições, ocupação ancestral das terras, inclusive com um prazo de cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas (Lei 6.001/73, Art. 65).

Nesse sentido, vemos que em 1976, a empresa Plantel executou o serviço de georreferenciamento das terras indígenas no Amapá, como vimos na figura 34, com a carta do que viria a ser a Terra Indígena Galibi, tendo sua homologação em 1981. Lembrando que a demarcação das Terras Indígenas durante a ditadura militar continua o interesse de integração nacional, visando o fortalecimento do Estado dentro de uma prática de tutela.

A Lei 6.001/73 continua em vigor, mesmo em contradição com a Constituinte de 1988, que pela primeira vez pensa e respeita o indígena com suas diferenças e não como um sujeito a ser integralizado e tutelado pelo Estado.

É dentro desse contexto de integração nacional que os Kali'na da Guiana Francesa migraram para o Brasil; mesmo sendo a mesma prática de integração que a França fazia, eles se consideraram com mais vantagens: tinham terra, tinham escola e tinham boas

[9] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html

relações institucionais, seja com a gestão municipal, estadual, com o SPI/FUNAI e com o Exército, além das relações comerciais locais.

No entanto, como veremos no próximo tópico, os fluxos de pessoas da comunidade é uma realidade desde a década de 1970; com a política social francesa e com a falta de continuidade dos estudos escolares para os jovens, eles começam a migrar para continuar estudando na cidade.

3.3 A POPULAÇÃO DA COMUNIDADE DOS GALIBI E OS CONTÍNUOS FLUXOS

O caderno de campo de Expedito Arnaud, de 1963, é um dos primeiros documentos sobre a organização dos Galibi Kali'na no Brasil, no território por eles ocupado até hoje. Expedito Arnaud faz uma etnografia da comunidade e descreve a organização social, familiar, demográfica, econômica e educacional. Nós atentamos para as informações demográficas, econômicas e educacionais.

Ele descreve os equipamentos que existiam na comunidade e os parceiros. Existia uma casa de farinha equipada de tacho de ferro que havia sido doado pelo Território do Amapá e gado - que também havia sido doado pelo Território em 1958; o gado foi dividido entre as famílias; em conversa informal, em agosto de 2019, com René Lieutenant, ele disse que quando retornaram para Guiana - aproximadamente em 1966 - eles venderam tudo, inclusive o gado, e posteriormente como foi citado na oficina de cartografia social, ocorreu uma epidemia de malária tão forte, entre as décadas de 1970 e 1980, que até o gado pegou malária e morreu.

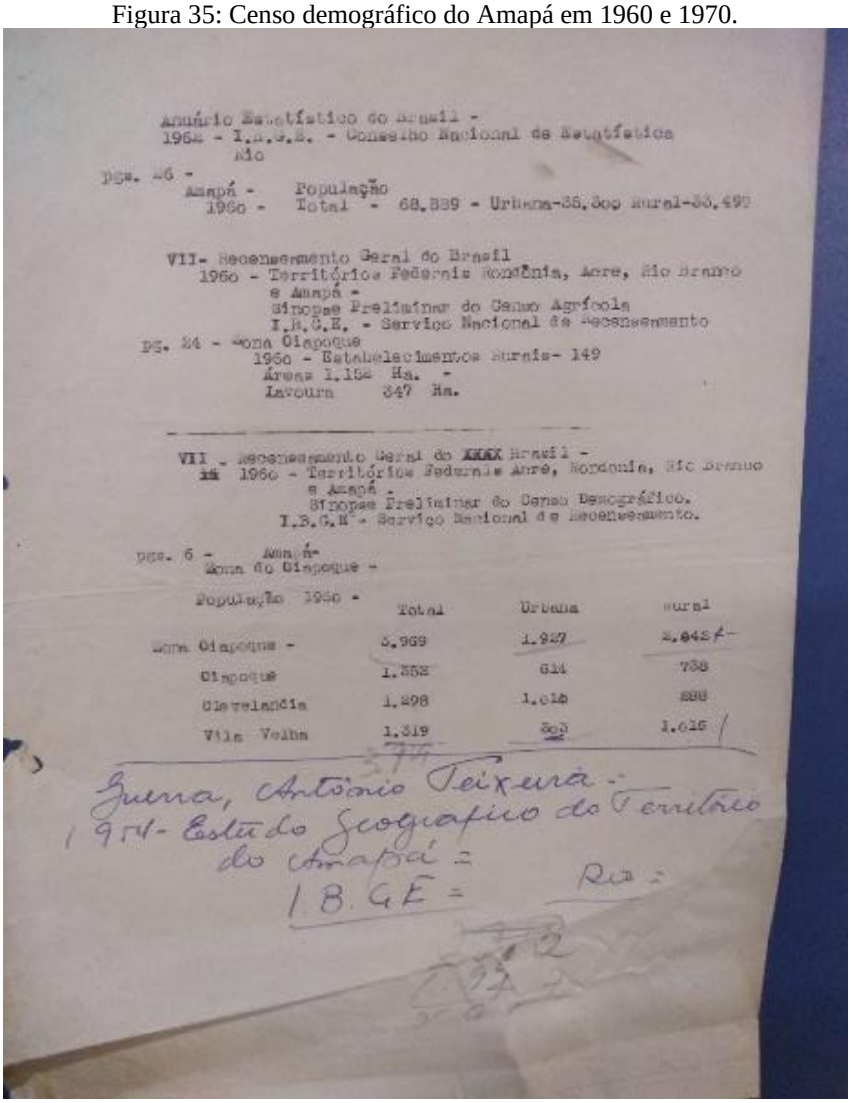
Em relação à população, Arnaud diz que no momento da migração vieram seis famílias, num total de 38 pessoas; mas no momento de sua incursão na comunidade eram nove famílias nucleares, num total de 60 pessoas; em 1958 teria vindo uma família com seis pessoas, que seria a família de Alphonse Lod, irmão de Joseph Lod.

Em conversa com Cristina Lod, ela disse que no período da migração nem todas as famílias que moravam em Couachi fizeram a migração para o Brasil; algumas famílias ficaram em Couachi, ou foram para Saint Laurent e Organabo, como seus avós maternos; outros voltaram para o Suriname, como a família Jeanjacque e alguns da família Lod. Nessa primeira década, existia um fluxo entre as famílias que moravam na Guiana e os que vieram para o Brasil, pois não era exigido passaporte - diferente de hoje, que a circulação é barrada pelas polícias de fronteira.

Naquela época, como não havia estradas, o transporte era feito de barco e existia um barco que fazia a rota Cayenne a Saint George, o Barco São Pedro; assim, quando os parentes queriam vir pra visitar ou para permanecer durante alguns meses, faziam a viagem sem burocracias; era o caso dos avós maternos de Cristina que tinham inclusive uma casa na comunidade Galibi, onde é hoje a casa de Geraldo Lod, e outra em Saint Laurent na Guiana Francesa, de forma que eles passavam um tempo no Galibi do Brasil e um tempo em Saint Laurent, até que retornaram definitivamente para Guiana Francesa, durante a política de *francisation* e de emissão de documentos de nacionalidade francesa; lá eles tiveram seu *Epikodono*.

A vinda dos Kali'na atende à demanda de povoação da fronteira, uma vez que os índices demográficos no Norte são muito baixos, segundo documento encontrado no acervo de Expedito Arnaud, que apresenta dados do censo de Oiapoque em 1960 e 1970. Até a década de 1980, a população indígena em Oiapoque é maior que a não indígena.

Figura 35: Censo demográfico do Amapá em 1960 e 1970.



Anuário Estatístico do Brasil -
1964 - I.B.G.E. - Conselho Nacional de Estatística
Rio

pgs. 46 -
Amapá - População
1960 - Total - 68.889 - Urbana-36.300 Rural-33.499

VII- Recenseamento Geral do Brasil
1960 - Territórios Federais Rondônia, Acre, Rio Branco
e Amapá -
Sinopse Preliminar do Censo Agrícola
I.B.G.E. - Serviço Nacional de Recenseamento

pg. 84 - Zona Oiapoque
1960 - Estabelecimentos Rurais- 149
Áreas 1.154 Ha. -
Lavoura 347 Ha.

VII - Recenseamento Geral do ~~XXXX~~ Brasil -
~~1960~~ 1960 - Territórios Federais Acre, Rondonia, Rio Branco
e Amapá -
Sinopse Preliminar do Censo Demográfico.
I.B.G.E - Serviço Nacional de Recenseamento.

pgs. 6 - Amapá
Zona do Oiapoque -

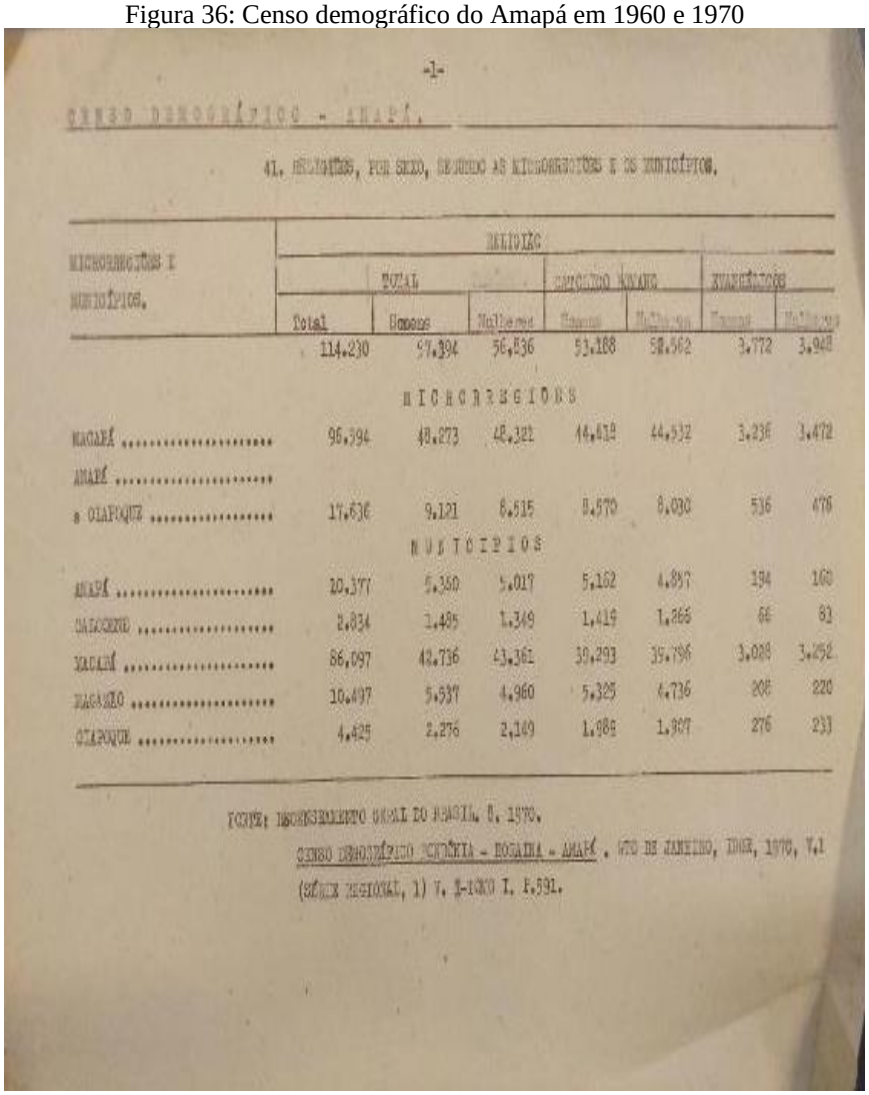
População 1960 -

	Total	Urbana	Rural
Zona Oiapoque -	5.969	1.927	2.042
Oiapoque	1.352	614	738
Clevelandia	1.298	1.010	288
Vila Velha	1.319	303	1.016

Guerra, Antônio Teixeira -
1954 - Estudo Geografico do Território
do Amapá =
I.B.G.E = Rio =

Fonte: Acervo de Expedito Arnaud, centro de documentação do Museu Goeldi.

Figura 36: Censo demográfico do Amapá em 1960 e 1970



-1-

CENSO DEMOGRÁFICO - AMAPÁ.

41. POPULAÇÃO, POR SEXO, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS.

MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS.	RELIGIÃO						
	TOTAL			CATÓLICO ROMANO		EVANGÉLICOS	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	114.230	57.394	56.836	53.188	52.862	3.772	3.948
MICRORREGIÕES							
MACAPÁ	96.394	48.273	48.121	44.619	44.332	3.236	3.472
AMAPÁ							
e OIAPOQUE	17.836	9.121	8.715	8.570	8.030	536	476
MUNICÍPIOS							
AMAPÁ	10.377	5.360	5.017	5.162	4.897	194	120
CALÇOENE	2.834	1.485	1.349	1.419	1.266	66	83
MACAPÁ	86.097	42.736	43.361	38.293	39.796	3.088	3.252
MAZAGÃO	10.497	5.537	4.960	5.325	4.736	208	220
OIAPOQUE	4.425	2.276	2.149	1.986	1.907	276	233

FONTE: RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL. S. 1970.

CENSO DEMOGRÁFICO TERRITÓRIO - RORAIMA - AMAPÁ. RIO DE JANEIRO, IBGE, 1970, V.I (SÉRIE REGIONAL, 1) T. 3-TOMO I. P.591.

Fonte: Acervo de Expedito Arnaud, centro de documentação do Museu Goeldi.

Os quadros a seguir vão apresentar informações demográficas das famílias no Galibi, lembrando que essas informações podem sofrer algumas alterações, uma vez que não temos dados oficiais, mas uma coletânea de fontes, como entrevistas e conversas informais, que nos permitiu produzir esses dados.

Tomamos como princípio o ano de 1950, os casais e seus filhos; assim, vemos as crianças que nasceram na Guiana Francesa e que vieram pequenas ou adolescentes. No caso de Yolanda e Josefina, vieram jovens e se casaram em Oiapoque, a primeira com um brasileiro e a segunda com um Galibi Marworno. Já as outras crianças que nasceram no Brasil não constam nesse quadro, pois fizemos a opção de apresentar os filhos das três famílias que ficaram no Galibi em outro quadro, que denominamos 2ª geração.

Quadro 5: Famílias que Habitavam o Galiby na Década de 1950.

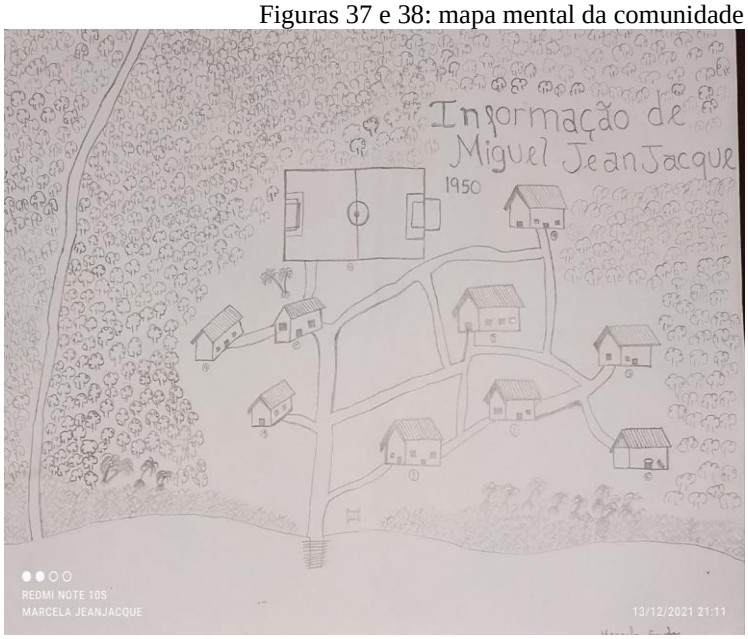
	ANO	Família	
1	1950	Joseph Lod + Emma Emilio François	Yolanda Josefina
2	1950	Geraldo Lod + Carolina Paul	Emiliano Tereza
3	1950	Julien Lod +Matilde Paul	Raimundo Monica
4	1950	Carlos Paul + Juliana Lod	Mª Cecilia João Claudio Silviano
5	1950	Joseph Jeanjacque + Maria Lod	Afonso Mª Madalena
6	1950	George Lieutnant + Noelina François	René Francisco Maria
7	1950	George François + Geni	Vitor Hipolito Agnes Etiene
8	1958	Alphonse Lod + Mª Tereza (Tumolen)	Pierre Julieta Eva Macrita
9	1958	Bendu Paul + Albertina Uelema	
10			
11		Josefina + Guadino (Galibi Marworno)	Floriano Emilio Teodoro Lourdes
12		Yolanda + Manoel Sena	Osvaldo Sergio Sebastião Nilton Divina Graça Francisca Paulo Julia
		Etiene + Rosa	Milena
13		Jeanne Paul + marido da Africa do sul	Stephany
14		Margot + “francês”	

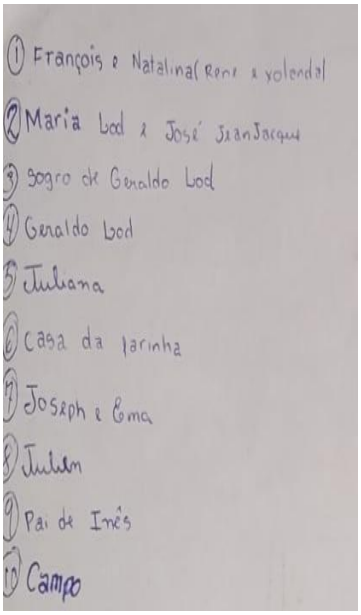
Fonte: CUNHA, Evilania Bento da, organizado com informações de campo, 2020

O Quadro 5 acima apresenta de uma certa forma a organização e a distribuição das famílias e das casas na comunidade, como nos mostra a próxima imagem, que é um mapa mental da jovem Kali’na Marcela Jeanjacque; veremos a configuração das casas na década de 1950 e veremos que em 1980 há uma diminuição das famílias, seja pela morte dos mais velhos,

seja pelo retorno de algumas famílias para a Guiana Francesa, seja pela saída dos jovens para estudar ou para casar-se.

Figuras 37 e 38: mapa mental da comunidade Galibi em 1950.





Fonte: Marcela Jeanjacque, 2021.

O fluxo demográfico na comunidade é uma realidade. Segundo relatos dos Kali'na, a presença de famílias não Kali'na sempre existiu, contudo, a maioria era Kali'na. A partir da década de 1990 a 2000, tem uma entrada de um número maior de famílias Karipuna, Galibi Marworno e Palikur, sendo as famílias do povo Kali'na residindo de forma contínua em menor número. O quadro que segue, do censo da FUNAI de 2017, nos proporciona essa noção das famílias de Kali'na e de outros povos que passaram a morar na comunidade do Galibi.

Quadro 6: Mapa Populacional da T.I. Galiby: (Aldeia Galiby).

Nº.	FAMILIA	ETNIA	NOMES	SEXO		DAT. NASC.
01	01	Galibi Kali'nã	Miguel Jeanjacque	M		09.01.1959
02		G. Marworno	Marli Nunes Labontê		F	01.06.1989
03		G. Marworno	Luana Nunes Jeanjacque		F	17.02.2010
04		Galibi Kali'nã	Luan Nunes Jeanjacque	M		05.04.2014
05		Galibi Kali'nã	Valdo dos Santos Jeanjaque	M		21.06.1990
06		Galibi Kali'nã	Evangelina Sônia dos S. Jeanjacque		F	15.07.1988
07		Galibi Kali'nã	Odair José dos Santos Jeanjacque	M		05.03.1992

08		Galibi Kali'nã	Válber R. dos Santos Jeanjacque	M		16.05.1994
09		Galibi Kali'nã	Marcela dos Santos Araújo Galibi		F	07.08.2004
10		Galibi Kali'nã	Manuela dos Santos Araújo		F	07.08.2007
11		Galibi Kali'nã	Reynaldo Mendonça Jeanjaque	M		29.11.2011
12		Galibi Kali'nã	Miguel Mendonça Jeanjaque	M		23.07.2013
13	02	Karipuna	Diego Monteiro dos Santos	M		22.02.1987
14		Galibi Kali'nã	Miriam Jaqueline dos S.Jeanjacque		F	28.01.1986
15		Galibi Kali'nã	Vitor Jeanjacque dos Santos	M		30.12.2005
16		Galibi Kali'nã	Vinicius Jeanjacque dos Santos	M		27.11.2009
17		Galibi Kali'nã	Vicent Jean Jacque dos Santos	M		03.06.2014
18	03	Galibi Kali'nã	Calixto André Jeanjaque	M		14.10.1955
19		Galibi Kali'nã	Maria Tereza Cristina Jeanjaque		F	29.12.1962
20	04	Não Indígena	Raimundo N. Martins de Souza	M		30.08.1962
21		Karipuna	Mariza Quaresma Aniká		F	
22		Karipuna	Noele Quaresma de Souza			
23		Não Indígena	Fabrício Martins de Souza	M		25.12.1991
24	05	Galibi Kali'nã	Geraldo Lod	M		13.03.1919
25		Galibi Kali'nã	Maria Tereza G.Lod	M		24.09.1948
26		Galibi Kali'nã	Lucilia Emiliana Lod		F	01.05.1951
27		Galibi Kali'nã	Alexandrina Maria Lod		F	03.05.1956
28		Galibi Kali'nã	Gilberta Angela Lod		F	04.02.1962
29	06	Galibi Kali´nã	Gregório Naziazeno Lod	M		09.05.1959

30		Não indígena	Ivanéia Batista Soares		F	06.04.1970
31		Galibi Kali'nã	Rudolph Batista Lod	M		17.09.1998
32		Galibi Kali'nã	Rodrigo Batista Lod	M		15.12.1999
33	07	Karipuna	Carlos Roberto dos Santos	M		05.01.1966
34		Karipuna	Maria Cilena Forte		F	19.11.1967
35		Karipuna	Miquias Forte dos Santos	M		04.05.1991
36		Karipuna	Valciléia dos Santos André		F	
37		Karipuna	Caique André dos Santos	M		22.06.2014
38		Karipuna	Inara André dos Santos	M		05.11.2012
39		Karipuna	Iana Forte dos Santos		F	21.04.1994
40		Karipuna	Ianara Forte dos Santos		F	09.11.1995
41		Karipuna	Maiana Forte dos Santos		F	24.09.1997
42		Karipuna	Macaé Forte dos Santos	M		24.03.2001
43		Karipuna	Tainá Forte dos Santos		F	14.01.2003
44	08	Palikur	Osvaldo Iaparrá	M		10.07.1972
45		Palikur	Maria Goreth Nunes		F	06.11.1970
46		Palikur	Rosivaldo Nunes Iaparrá	M		05.12.1992
47		Palikur	Rodenaldo Nunes Iaparrá	M		04.05.1995
48		Palikur	Marlene Nunes Iaparrá		F	31.03.1997
49		Palikur	Rosivane Nunes Iaparrá		F	07.08.1998
50		Palikur	Aliciane Nunes Iaparrá		F	10.08.1999
51		Palikur	Josinaldo Nunes Iaparrá	M		06.11.2000
52		Palikur	Naiane Nunes Iaparrá		F	26.11.2002
53		Palikur	Naldo Nunes Iaparrá	M		24.02.2004
54		G.Marworno	Manoel Belarmino Nunes	M		15.05.1930
55	09	G.Marworno	Maria Clarice Narciso		F	10.07.1928
56		Palikur	Rosiane Iaparrá		F	24.01.1991
57		G.Marworno	Luiz Nunes	M		19.11.1966
58	10	G.Marworno	Geilson Iaparrá	M		11.10.1998
59		Karipuna	Raquel Nunes Aniká		F	28.12.1994
60		Karipuna	Ronielson Nunes Aniká	M		14.09.2008
61		Karipuna	José Carlos Forte	M		12.09.1977
62		G.Marworno	Creuza Nunes André		F	20.01.1979
63	11	Karipuna	Emerson Nunes Aniká	M		06.10.1997

64		Karipuna	Rakese Nunes Aniká		F	11.08.1999
65		Karipuna	Raíssa Nunes Aniká		F	09.05.2001
66		Karipuna	Railã Nunes Aniká	M		20.03.2003
67		Karipuna	Deane Nunes Forte		F	20.11.2004
68		Karipuna	Deslei Nunes Forte		F	18.03.2007
69		Karipuna	Dleison Nunes Forte	M		14.11.2008
70		Karipuna	Cleyton Nunes Forte	M		11.01.2011
71		Karipuna	Reilã Nunes Aniká	M		19.07.1996
72		G.Marworno	José Maria Nunes	M		27.08.1959
73	12	G.Marworno	Maria Nilza Narciso		F	26.11.1952
74		G.Marworno	Leunice Narciso Nunes		F	26.03.1993
75		Palikur	Luciléia Iaparrá Nunes		F	01.11.1994
76		G.Marworno	Claudison Narciso Nunes	M		09.01.1995
77		Não indígena	Iranildo Castro Marques	M		20.09.1979
78	13	G.Marworno	Rosicléia Narciso Nunes		F	30.10.1983
79		G.Marworno	Josieldo Narciso Iaparrá	M		08.04.2004
80		G.Marworno	Iranilson Castro Nunes	M		05.06.2006
81		G.Marworno	Railane Nunes Castro		F	06.08.2008
82	14	G.Marworno	Tereza André		F	15.08.1952
83		Não indígena	Francisco Monteiro	M		24.03.1967
84		G.Marworno	Rian André	M		14.03.1989
85		G.Marworno	Jeferson Nunes André	M		13.08.1996
86	15	G. Marworno	Célio Nunes André	M		02.10.1973
87		G.Marworno	Zélia dos Santos		F	20.10.1976
88		G.Marworno	Gemerson dos Santos André	M		14.06.2000
89		G.Marworno	Jeene dos Santos André		F	08.04.2004
90	16	Karipuna	Deni Narciso	M		18.10.1973
91		G. Marworno	Lucinha Narciso Nunes	F		12.11.1987
92		Karipuna	João dos Santos	M		
93		Karipuna	Neyliane Narciso Nunes	F		14.09.2014
94			Leciane Narciso Nunes	F		11.10.2010
			Ciliana Narciso Nunes			
95	17	G. Marworno	Almir Nunes	M		
96		G.Marworno	Lucineide Narciso Nunes		F	
97		G.Marworno	Darlison Narciso Nunes	M		05.11.2014

98	18	Não indígena	Clecimo Marcelino dos Santos	M		
99		G.Marworno	Luciléia Iaparrá Nunes		F	
100		G.Marworno	Cristian Nunes dos Santos	M		27.08.2014
101		Galibi Kali'nã	Maria Cristina Lod		F	
102		Galibi Kali'nã	Ana Maria Lod		F	
103		Galibi Kali'nã	José Mario da Silveira Lod	M		20.06.1964
104		Galibi Kali'nã	Daniel Ericson Lod	M		11.06.2006

Fonte: CTL/FUNAI Oiapoque, 2017.

O Censo de 2017 da Funai mostra que as famílias 1, 2, 3, 5, 6 e 19 são Kali'na, sendo 6 famílias de 19. Contudo, apresentaremos atualizações desses dados num outro quadro da configuração atual da comunidade; mas antes faremos algumas reflexões e apontamentos sobre esse quadro da Funai, lembrando que é considerado um núcleo familiar os que moram numa mesma casa.

A família 1 é composta pelo cacique Miguel, sua esposa e todos os seus filhos do primeiro e do segundo casamento e quatro netos; no momento da pesquisa em 2019, ele habitava ainda na casa de sua primeira esposa já falecida com sua segunda esposa e dois filhos; o seu filho mais novo do primeiro casamento também morava com sua esposa e um filho de um ano; já seus filhos Valdo, Odair e Sonia moram na cidade de Oiapoque, os três são casados e trabalham na cidade; quando eles vêm para a comunidade, a casa de referência é a de seu pai.

Essa configuração da família Jeanjacque, em 2021 foi alterada, pois o cacique Miguel mudou para a casa que construiu com sua nova esposa Marli e seus dois filhos; Valber construiu sua casa na comunidade e se mudou com sua esposa e filho para a nova casa e Sonia voltou a morar na comunidade com sua família na casa que era de sua mãe.

Uma reflexão sobre o censo da Funai é que o censo só é feito nas Terras Indígenas, deixando de fora os indígenas que moram na cidade: por sua vez a Casai, que atende à saúde indígena, só atende os indígenas que moram nas comunidades das Terras indígenas; assim, observamos que este censo não representa a realidade, em especial dos Kali'na; sem o conhecimento de campo e apenas com os dados do censo apresentados acima poderíamos dizer que tem apenas 29 Kali'na no Brasil.

A família 5 é composta por seu Geraldo Lod e suas filhas; três delas trabalhavam e moravam em Oiapoque, mas todo fim de semana retornava para comunidade; os dois filhos mais velhos de seu Geraldo que moram em Belém - os dois aposentados da aeronáutica e da marinha - não constam no censo.

Já a família 19 é composta pelos filhos de Julien Lod, mas também não representa a realidade, pois duas filhas de Julien que moram em Macapá, não constam no censo; e os netos de Julien que moraram no Galibi, estudaram na escola e depois foram para cidade estudar, também não constam. Sendo que esses dados presentes no censo orientam uma política pública para os indígenas; o que foi observado em campo é que existe uma inconsistência entre os dados informados e a realidade - o que pode afetar as políticas públicas para os Kali'na que não se encontram no Censo.

As informações nesse censo estão desatualizadas já em relação a outras famílias de outros povos indígenas que moram e compartilham da comunidade do Galibi; no próximo quadro vamos mostrar como estão as famílias, ou casas. A composição da população Galibi foi distribuída em três grupos mas, em relação aos Kali'na, poderíamos acrescentar um quarto grupo. Além disso, já houve alterações na configuração das casas, em janeiro de 2020 e em 2021.

Quadro 7: Famílias Kali'na que moram na comunidade do Galibi em 2019.

Nº	FAMÍLIA	POVO	NOME	SEXO		DATA NASC.
01	01	G KALI'NA	MIGUEL JEANJAQUE	M		
02		G MARWORNO	MARLI		F	
03		G MARWORNO	LUANA		F	
04		G KALI'NA	LUAN	M		
05	02	G KALI'NA	CALIXTO	M		
06	03	G KALI'NA	TEREZA LOD		F	
07		G KALI'NA	LUCILIA LOD			
08	04	G KALI'NA	VALBER JEANJACQUE	M		
09		KARIPUNA	RAISSA		F	
10		G KALI'NA	KEVIN	M		
11	05	KARIPUNA	DIEGO	M		
12		G KALI'NA	JAQUELINE JEANJAQUE		F	
13		G KALI'NA	VITOR	M		
14		G KALI'NA	VINICIUS	M		
15		G KALI'NA	VICENT	M		
16	06	KARIPUNA	EDIVAN FORTE	M		
17		G KALI'NA	CLAUDIA RENATA LOD		F	
18		G KALI'NA	SEBASTIEN	M		
19		G KALI'NA	SAMUEL	M		

Fonte: CUNHA, E. B. Pesquisa de campo.

Quadro 8: famílias não Kali'na que compõem a comunidade do Galibi em 2019.

Nº	FAMÍLIA	POVO	NOME	SEXO		DATA NASC.
20	07	NÃO INDÍGENA	RAIMUNDO NONATO	M		
21		KARIPUNA	MARIZA QUARESMA ANIKA		F	
22		KARIPUNA	NOELE QUARESMA DE SOUZA		F	
23	08	NÃO INDÍGENA	FABRICIO	M		
24		KARIPUNA	RAQUESI		F	
25		KARIPUNA	LOEDRO	M		
26		KARIPUNA	ENZO	M		
27	09	KARIPUNA	CARLOS ROBERTO DOS SANTOS			
28		KARIPUNA	MARIA CILENA FORTE			
29		KARIPUNA	MAIANA FORTE			
30		KARIPUNA	TAINÁ FORTE			
31	10	KARIPUNA	MIQUIAS FORTE			
32		G MARWORNO	VALCILEIAS		F	
33			CAIQUE ANDRÉ DOS SANTOS	M		
34			INARA ANDRÉ DOS SANTOS		F	
35	11	KARIPUNA	JOSÉ CARLOS FORTE	M		
36		G MARWORNO	CREUZA NUNES ANDRÉ		F	
37		G MARWORNO	RAILÃ	M		
38		G MARWORNO	DEANE		F	
39		KARIPUNA	DESLEI	M		
40		KARIPUNA	DLEISON	M		
41		KARIPUNA	CLEYTON	M		
42	12	NÃO INDÍGENA	IRANILDO CASTRO	M		
43		PALIKUR	ROSICLEIA NARCISO NUNES		F	
44		PALIKUR	JOSIELDO	M		
45		PALIKUR	IRANILSON	M		
46		PALIKUR	RAILANE		F	
47		NÃO INDÍGENA	IVO	M		
48	13	G MARWORNO	CÉLIO NUNES ANDRÉ	M		
49		G MARWORNO	ZELIA		F	
50		G MARWORNO	GEMERSON	M		
51	14	KARIPUNA	DENI NARCISO	M		
52		G MARWORNO	LUCINHA NARCISO NUNES		F	
53			JOÃO DOS SANTOS	M		
54			NEYLANE NARCISO NUNES		F	
55			LECIANE NARCISO NUNES		F	

56			CILIANA NARCISO NUNES		F	
57	15	G MARWORNO	ALMIR NUNES	M		
58		G MARWORNO	LUCINEIDE		F	
59			DARLISON	M		
60			ARLISON	M		
61			VALÉRIA		F	
62	16	G MARWORNO	JOSÉ MARIA	M		
63		G MARWORNO	MARIA NILZA NARCISO		F	
64		PALIKUR	JOSIVAN			
65	17	KARIPUNA	MACAÉ FORTE	M		
66			MODELICE		F	
67	18	KARIPUNA	JOANEI	M		

Fonte: CUNHA, E. B. Pesquisa de campo.

As famílias de 13 a 18 saíram da comunidade em dezembro de 2019, sendo que as 13, 17 e 18 foram para comunidades que têm parentes. Já as famílias 14, 15 e 16 foram para comunidade do Lençol, uma comunidade nova criada por antigos moradores do Galibi - que no censo da FUNAI eram as famílias 8 e 9.

Em 2021, a família 1 mudou-se para a comunidade Manga, do povo Karipuna, e a família 11 saiu para abrir uma nova comunidade no limite entre a T.I. Galibi e o Taparabu. Por outro lado, chegaram outras famílias parentes dos Galibi Marworno, que já habitam a comunidade. Dessa forma, as famílias não Kali'na que habitam hoje o Galibi são 5.

Quadro 9: famílias Kali'na que moram em Oiapoque com vínculo com a comunidade.

Nº	FAMÍLIA	POVO	NOME	SEXO		DATA NASC.
68	01	G KALI'NA	GREGORIO LOD	M		
69		N.INDÍGENA	IVANE		F	
70		G KALI'NA	RUDOLPH LOD	M		
71		G KALI'NA	RODRIGO LOD	M		
72	02	G KALI'NA	GILBERTA LOD		F	
73		G KALI'NA	ALEXANDRINA LOD		F	
74		N.INDÍGENA	ODAIR	M		
75	03	G KALI'NA	TEREZA JEANJACQUE		F	
76	04	G KALI'NA	CRISTINA LOD		F	
77		N.INDÍGENA	LINO	M		
78		G KALI'NA	WILLIAM LOD			
79		G KALI'NA	NICOLI STEFANE			
80	05	G KALI'NA	PRISCILA LOD			
81			ERIC LOD			
82	06	G KALI'NA	SONIA JEANJACQUE		F	
83		N.INDÍGENA	SAULO	M		
84		G KALI'NA	MARCELA		F	

85		G KALI'NA	MANUELA		F	
86		G KALI'NA	PIETÃ	M		
87		N.INDÍGENA	SAMILE		F	
88	07	G KALI'NA	VALDO JEANJACQUE	M		
89		N.INDÍGENA	JOSABEDE		F	
90		G KALI'NA	RONALDO JEANJACQUE	M		
91		G KALI'NA	MIGUEL JEANJACQUE	M		
92		G KALI'NA	FELIPE JEANJACQUE	M		
93	08	G KALI'NA	ODAIR JEANJACQUE	M		
94		N.INDÍGENA			F	
95	09	G KALI'NA	KASSIA LOD		F	
		G.MARWORNO	DIOGO			
			TABITA			
			JULIEN			
	10	G KALI'NA	PAULA LOD		F	
		N.INDÍGENA		M		
		G. KALI'NA	TIAGO LOD	M		
		G. KALI'NA	PEROLA LOD			

Fonte: CUNHA, E. B. Pesquisa de campo.

Fizemos a opção de apresentar um quadro com os Kali'na que moram em Oiapoque, porque esses têm uma relação mais próxima com a Terra Indígena. Mas existe um trabalho de Iniciação Cientifica, de Kassia Lod, executado nos anos de 2020-2021, que aborda especificamente um censo demográfico dos Kali'na no Brasil que objetiva primeiro localizar os Kali'na e depois verificar o estado da arte dos falantes da língua Kali'na.

A apresentação dos quadros com a composição das famílias Kali'na e demais famílias da comunidade Galibi nos permite perceber os contínuos fluxos; no ano de 2022 a família de Sonia Jeanjacque passou a morar no Galibi, ampliando para sete o número de famílias que moram na comunidade do Galibi.

3.4. A ESCOLA COMO INTERMEDIADORA DE RELAÇÕES E DE FLUXOS

Nos documentos do Expedito Arnaud, ainda encontramos um censo das matrículas na escola estadual da comunidade; observamos o investimento em infraestrutura básica, por parte do estado, tanto para incentivar a economia como a instrução. As primeiras famílias falavam a língua indígena Kali'nã, francês, o crioulo francês e crioulo holandês.

Ao chegarem no Brasil, se dedicaram a aprender o português; então, na escola, só se ensinava em português. A construção da escola começou em 1953; a primeira professora foi Maria de Nazaré Rodrigues, que lecionou em 1955, permanecendo apenas um ano. Em 1959 chegou a segunda professora, Maria Ivone Ferreira Gonçalves, que veio de Belém para ser

professora na escola indígena, permanecendo na comunidade até 1961 (ZAGHETTO, 2019, p. 286).

O Quadro 5 mostra um censo escolar dos primeiros anos da escola, baseado no caderno de campo de Expedito Arnaud; a figura de um diário de classe como um documento de campo na pasta de Expedito Arnaud no museu Goeldi, nos fornece informações para saber quais as famílias que estavam no Galibi, nas duas primeiras décadas.

Essa informação nos permitiu introduzir o conjunto de todas as famílias que viveram no Galibi, mesmo que não seja com detalhes, mas como uma visão geral sobre a dinâmica desse grupo Kali'na na Terra Indígena Galibi; partimos dos nomes no diário de classe de 1962 e fomos identificando cada família, como pudemos observar no quadro 4.

Nessa primeira década de funcionamento, a escola mantém mais ou menos o mesmo quantitativo de alunos; como observamos, no ano de 1963, tem uma saída de dois alunos - provavelmente são os alunos que terminaram a 4ª série primária; mas quando tivermos acesso aos diários dos anos seguintes deve se manter o mesmo número, tendo em vista o ingresso das novas crianças que nasceram no Brasil. De acordo com os documentos que temos e analisamos, na década de 1980 tem uma diminuição no número de alunos.

Quadro 10: Alunos Matriculados na Escola de 1960 a 1963.

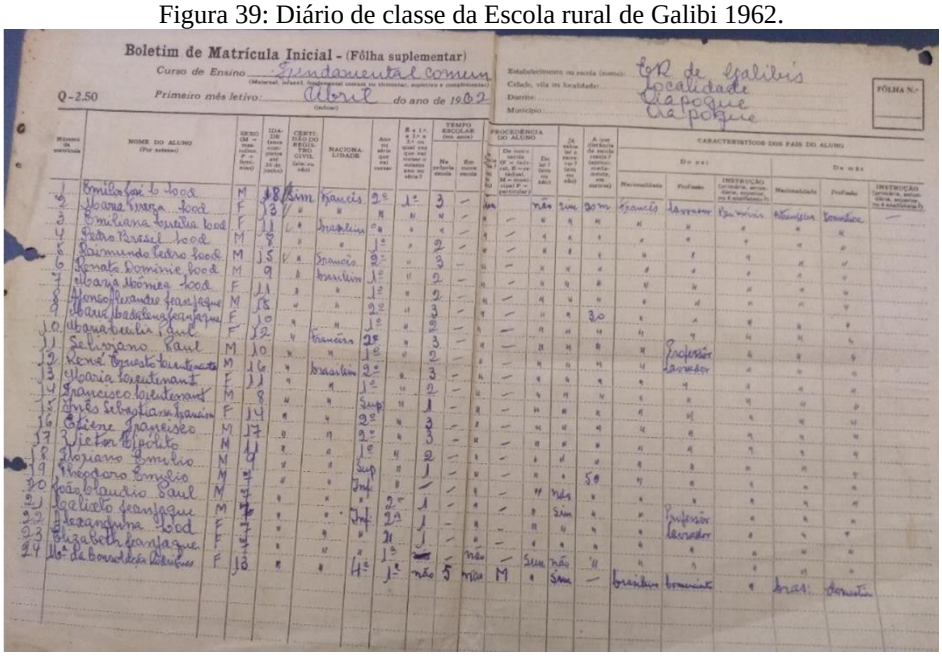
ANO	MATRICULADOS	SEXO	
		MAS.	FEM
1960	25	15	10
1961	24	14	10
1962	24	14	10
1963	22	13	09

Fonte: Sistematização com base no Cadernos de campo de Expedito Arnaud no acervo do Museu Goeldi.

O documento da escola, do ano de 1962, mostra um número significativo de alunos. Esse número se mantém - até pelo o que mostra o censo escolar de Expedito Arnaud; gostaríamos de fazer um gráfico com a curva de diminuição dos alunos nesses 70 anos, mas existe uma lacuna documental entre os anos de 1964 e 1980. Provavelmente, esses diários estão no arquivo morto da FUNAI em Belém, no setor de educação, uma vez que era responsabilidade dessa Instituição a contratação de professores, enfermeiros e todos os serviços a serem desenvolvidos em Terras Indígenas. Com a pandemia, a pesquisa documental foi interrompida e não foi possível completar as informações da década de 1970, o que nos permitiria ter maior clareza da curva de diminuição dos alunos na escola, quais

famílias saíram e entraram e - com base nessas informações - poder ter uma análise mais assertiva.

Figura 39: Diário de classe da Escola rural de Galibi 1962.



Boletim de Matrícula Inicial - (Fôlha suplementar)

Curso de Ensino Fundamental Comum

Primeiro mês letivo: Abril do ano de 1962

Fonte: Acervo de Expedito Arnaud, no Museu Goeldi.

A escola rural do Galibi, até a década de 1990, atendia até a 4ª série do Ensino Fundamental. Como a educação era um dos objetivos centrais na condução das famílias Kali'na, ao concluir a 4ª série, os jovens eram enviados para estudar na escola de Clevelândia; os primeiros ficavam sob a responsabilidades de coronéis do Exército. Assim, as jovens moravam na casa dos coronéis do exército e na maioria das vezes colaboravam como babás e ajudavam nos afazeres das casas dos militares.

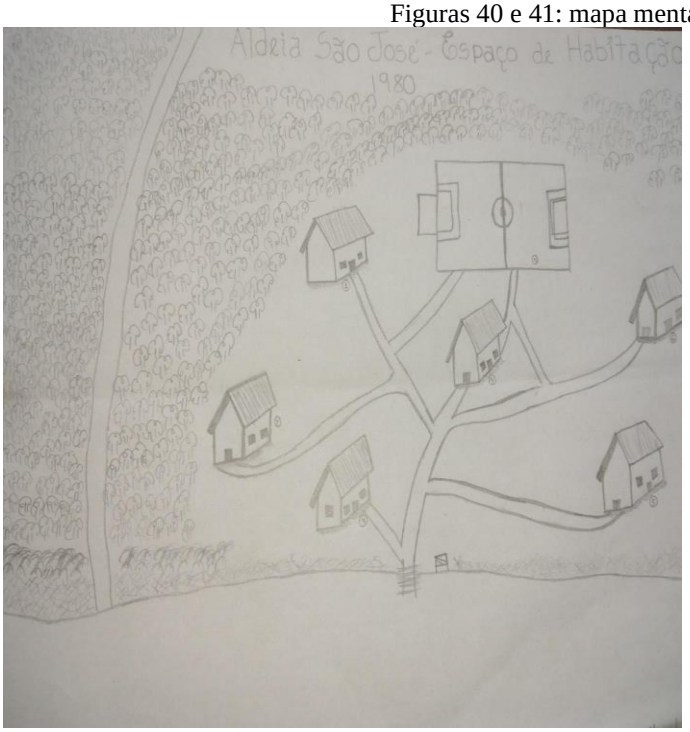
Esse fato desencadeou algumas mudanças: uma delas foi a migração de retorno para a Guiana de algumas famílias; segundo Juliana Lod, como seu marido era professor no Camopi cidade da Guiana Francesa, depois que as crianças terminaram a 4ª série no Brasil, eles decidiram voltar para Guiana, pela educação dos filhos.

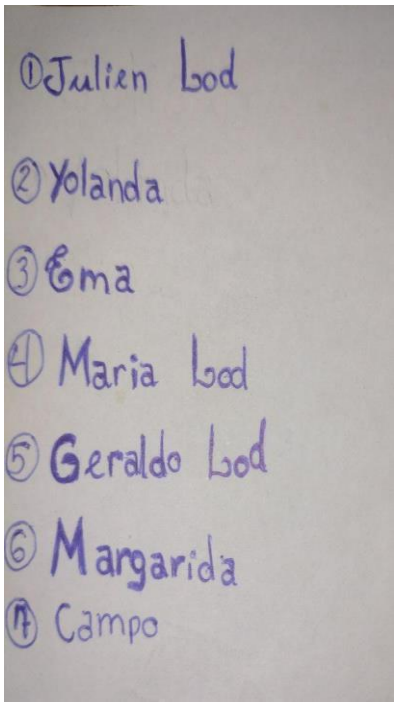
A partir da saída dos jovens para cidade com o objetivo de estudar, temos uma alteração no censo demográfico, como vemos no mapa mental da década de 1980; os jovens se qualificaram profissionalmente e foram morar em diferentes cidades do Brasil; a maioria casou-se com brasileiros não indígenas.

Alguns retornaram à Terra Indígena após o período de estudos; veremos já na década de 1980 os filhos dessa 2ª geração estudando na escola do Galibi, como nos mostra o diário

de classe da escola nesse período. A partir de 1981, temos os diários de classe no arquivo da escola no Galibi; as figuras que seguem mostram alunos da terceira geração de Kali'na, fruto de matrimônios no novo Território no Brasil.

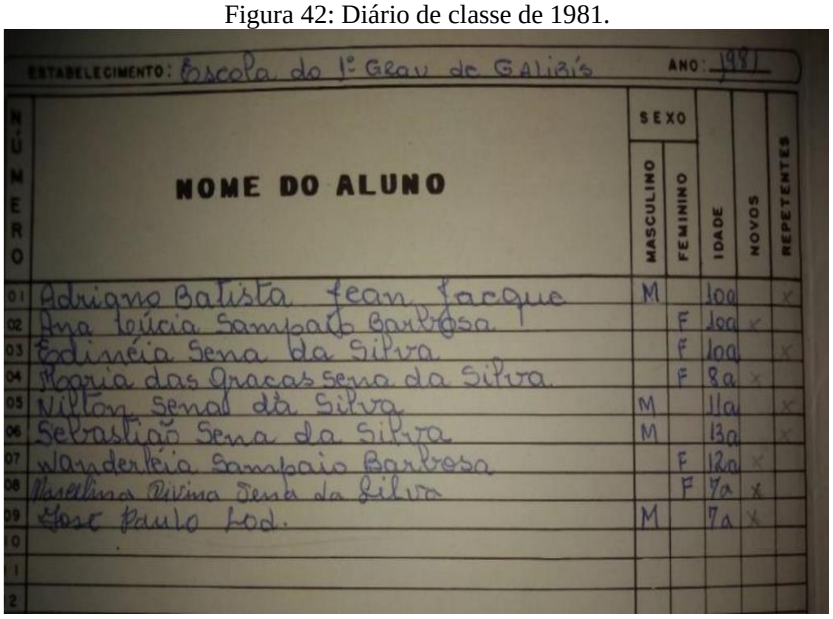
Figuras 40 e 41: mapa mental de 1980.





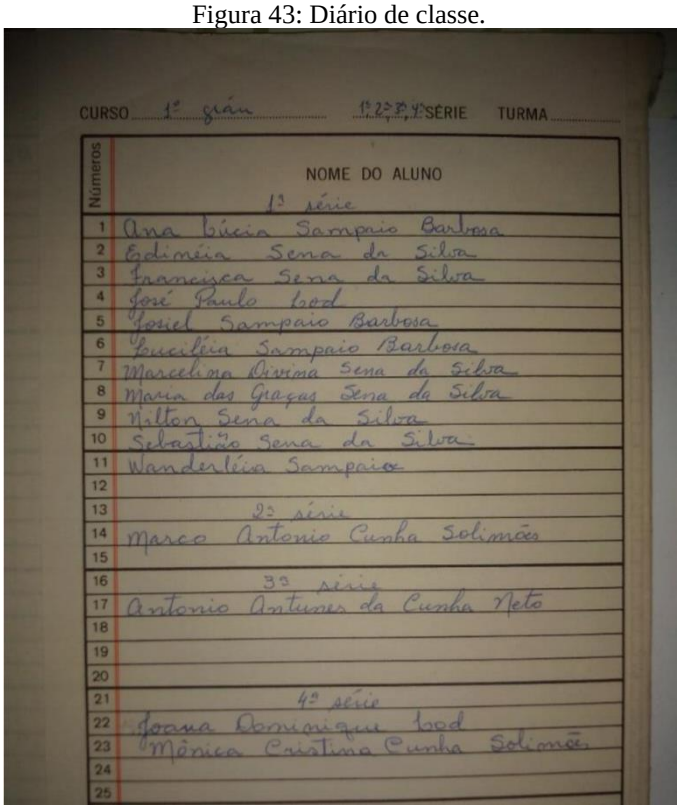
Fonte: Marcela Jeanjacque.

Figura 42: Diário de classe de 1981.



Fonte: CUNHA, E. B., pesquisa de campo, 2019.

Figura 43: Diário de classe.



Fonte: CUNHA, E. B, pesquisa de campo, outubro de 2019.

No quadro seguinte fizemos uma compilação dos diários de classe, apresentando assim como as décadas de 1960 e 1970, as informações do quantitativo de aluno nessas duas décadas ainda com uma presença maior de famílias Kali'na.

Quadro 11: Alunos Matriculados de 1981 a 2000.

ANO	MATRICULADOS	SEXO	
		MAS.	FEM.
1981	14	07	08
1982	15	06	09
1983			
1984	08	03	05
1985	07 (só a família Sena, uma das últimas famílias a retornar para a Guiana Francesa)	03	04
1986	08 (só a família Sena)	04	04
1987	12	04	08
1988	05	03	02
1991	04	03	01
1994	03	01	02
1995	06 (Só Kali'nã 3ª geração)	02	04
1996	07	03	04

1997	06	02	04
1999	04	02	02
2000	Não foram encontrados documentos desse ano		

Fonte: Elaborado a partir dos diários de classe do arquivo da Escola do Galibi.

O Quadro 11 acima representa a diminuição dos alunos na escola; nesse período, só moravam famílias Kali'na; na década de 1990, os alunos são todos da 3ª geração, mas vemos uma diminuição do número de filhos e, consequentemente, do número de crianças estudando na escola da comunidade; nesse momento histórico, a comunidade vê a perspectiva do fechamento da escola. É nesse mesmo período que novas famílias indígenas dos povos de Oiapoque vêm morar na comunidade e, com isso, vai aumentar o número de alunos na escola, como veremos no próximo quadro.

Quadro 12: Alunos Matriculados de 2001 a 2019.

ANO	MATRICULADOS	SEXO	
		MAS.	FEM.
2001	04	02	02
2002	11 (todos das novas famílias não Kali'na)	06	05
2004	10	07	03
2005	05	03	02
2006	04	01	03
2007	10	04	06
2008	19 (um aluno Kali'na da terceira geração)	08	11
2009	22 (+8 alunos da educação infantil, alunos Kali'na da 4ª geração)	09	13
2010	23	09	14
2011	40 (inicia o SOMEI, ensino modular da 5ª a 8ª série) O número de alunos muda de acordo com a disciplina; informei o maior quantitativo desse ano.	20	20
2012	20	11	09
2013	16 (não encontrei os diários de 1ª a 4ª série Fund.)	08	08
2014	25 (observam-se disciplinas do módulo da turma de 2011 sendo ministradas em 2014; existe uma variação muito grande de alunos por disciplina)	14	11
2015	29	16	13
2016	36 (turma do EJA E.M)	21	15
2017	20 (não encontrei os diários de 1º a 5º ano)	10	10
2018	09 (não encontrei os diários de 1º a 5º ano)	5	4
2019	04 (não encontrei os diários de 1º a 5º ano)	1	3

Fonte: diários de classe da escola do Galibi, organização própria, 2022.

O Quadro 12 nos proporciona ver nos números, o fluxo dos alunos na escola, fruto do fluxo de famílias na comunidade; vemos que, até o ano de 2010, tem em torno de vinte

alunos; isso porque a escola atendia alunos até a 4ª série do Ensino Fundamental; com a implantação do SOMEI uma parte dos alunos continuaram frequentando a escola da comunidade, inclusive até concluir o Ensino Médio.

O fluxo das famílias não Kali'na é constante, desde a abertura que seu Geraldo Lod deu para instalação na comunidade de outras famílias; segundo depoimentos dos próprios moradores na pesquisa de campo, as primeiras famílias que vieram foram: uma Karipuna que viveu na comunidade até 2021, conhecido como a família do Bob; a vinda de Bob se deu de forma gradativa, primeiro ele prestou serviço na casa do Francês esposo de Margot Paul que era irmã de Carolina e Matilde Paul casadas respectivamente com os dois irmãos Geraldo e Julien Lod. Margot foi uma das últimas famílias Kali'na a retornar para Guiana Francesa, após a morte de sua irmã Carolina.

Bob era primo da esposa de Miguel Jeanjacque; com a dificuldade de alunos para escola ele foi convidado a mudar-se para o Galibi, uma vez que ele já havia trabalhado ali com prestação de serviço para a família de Margot e de Geraldo Lod. Todos os filhos de Bob estudaram na escola a partir de 2002 (entrevista cedida em 2019)

A avó de Marli, foi a primeira família Galibi Marworno a vir para o Galibi; eles já moravam na comunidade Karipuna Ariramba que também fica na Terra Indígena Galibi; no início da pesquisa em 2019 ela não morava mais na comunidade, mas em 2021 ela voltou a morar; desde 2008 uma de suas filhas Creuza veio morar com o esposo Zé Carlos que é Karipuna.

Os Palikur que vieram nesse mesmo período foi a família de Belarmino, de Luis Adamor. Osvaldo, Zé Maria e eles Vieram do Flecha, no rio Urukaua e ficaram na margem francesa do rio Oiapoque, mas como precisavam de escola para suas filhas, pediram autorização a Geraldo Lod para mudarem para o Galibi; uma das filhas de Zé Maria veio casada com um Galibi Marworno, as outras duas casaram ali na comunidade; uma com Denin Karipuna, que também morava do lado francês do rio Oiapoque, primo de Maria Cilena e a outra casou com um brasileiro conhecido como Gordo, o Iranildo. Eles chegaram em torno do ano de 2009. No ano de 2019 o senhor Osvaldo foi abrir uma nova comunidade próximo ao Lago Lençol, no limite da Terra Indígena Uaçá, tendo a sua entrada no Km 7 da BR 156, sentido Oiapoque Macapá. No final de 2019, a família do senhor José Maria também foi; sua Filha Lucineide, casada com um Galibi Marworno, a outra filha casada com Deni Karipuna, ficando apenas a esposa de Iranildo, a última Palikur que mora no Galibi; houve uma diminuição significativa no censo da comunidade, pois deixou também

a comunidade o Célio/Tamamã que é Galibi Marworno, irmão de Creuza e tinha vindo morar no Galibi em 2011 mais ou menos.

Antes dessas famílias entrarem para morarem e compartilhar da vida comunitária dos Kali'nã, segundo Iranildo, o seu pai já tinha vindo morar na Terra Indígena Galibi, mas ele se instalou no limite da Terra depois da comunidade Ariramba, num lugar chamado Palmeirinha à margem do rio Oiapoque, isso no ano 2000; da mesma forma Gordo quando veio morar no Galibi, ele escolheu morar à margem do rio em direção à foz, saindo completamente do espaço da vila - inclusive o cabeamento da energia da comunidade não chega à sua casa. Iranildo fez a opção pelo lugar que ele mora porque ele é pescador e tem embarcações para ir pescar no oceano; com o problema dos roubos das embarcações, não dá pra ficar arrastando pra terra suas embarcações, da sua casa mesmo ele faz a vigilância.

Figura 44: vista da casa do Gordo.

Fonte: CUNHA, E. B., pesquisa de campo, 2019.

A escola, desde o início, esteve presente como um elemento de formação e qualificação, mas atendia apenas às séries iniciais; então, para a continuidade dos estudos escolares era preciso deixar a comunidade; como a educação escolar foi sempre uma prioridade, iniciou-se um processo migratório para os centros urbanos em busca de continuar os estudos; mesmo após a chegada do ensino fundamental, séries finais e o ensino médio a partir do ano 2011, a migração da comunidade em especial dos Kali'na continuou acontecendo, pois o sistema modular não atende bem; atrasa o ano escolar, uma vez que os módulos não são executados com todos os professores previstos para ministrar as disciplinas e nem sempre entram nas comunidades como havia sido planejado; essas disciplinas vão ficando pendentes, retardando a conclusão da série estudada.

Como vemos na tabela do número de alunos, por exemplo, no ano letivo de 2014 foi ministrada a disciplina de artes para turma de 5ª série de 2011 e o ano letivo de 2014 foi concluído em junho de 2016; vimos várias situações como essas, o que dificulta a gestão da vida escolar dos alunos e multiplica o trabalho da gestão tendo que acompanhar individualmente a vida escolar de cada aluno.

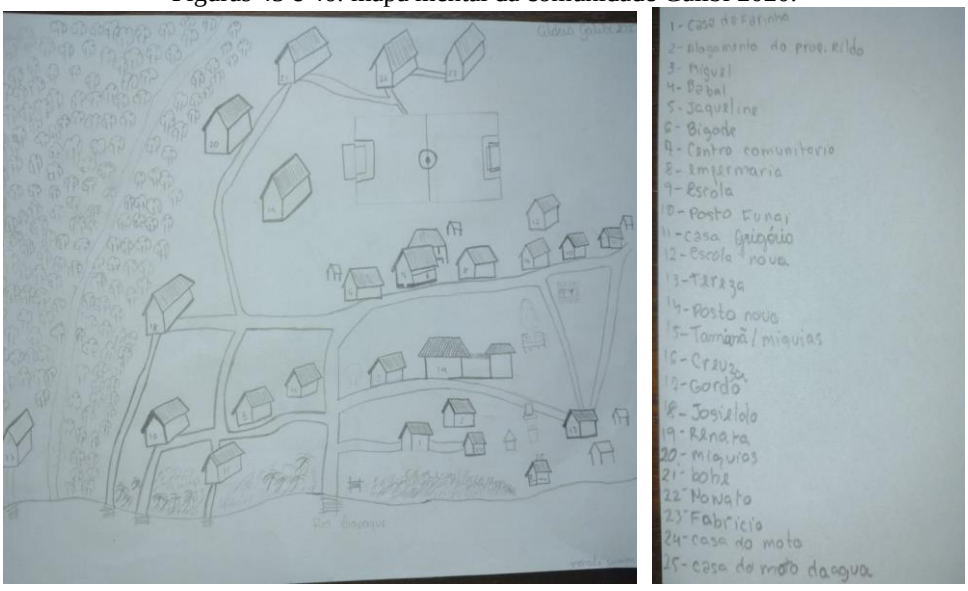
Os diários de classe apresentam nomes diferentes da escola; em 1982, constava no diário: Escola isolada de Galibi; de 1984 a 1986, a capa registra Escola de 1º grau de Galibi; de 1987 a 1991, registra Escola de 1º grau São José; em 1994, registra-se Escola Estadual de 1º grau Galibi.

No entanto, temos duas escolas em funcionamento na comunidade Galibi. Uma é a Escola Municipal Indígena Galibi, mantida pela prefeitura de Oiapoque e gerida pela Secretaria de Educação, na Subsecretaria de Educação Rural, pois não existe na gestão municipal uma secretaria para educação escolar indígena. Essa escola atende apenas à Educação Infantil, com funcionários cujo vínculo é o contrato; a única professora efetiva é a Kali'na Miriam Jaqueline Jeanjacque, concursada do município.

A outra é a Escola Indígena Estadual São José dos Galibi, que funciona do 1º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, sendo que os 1º e 2º e 3º anos e 4º e 5º anos funcionam como turmas multisseriadas. A partir do 6º ano até o Ensino Médio, ocorre dentro do SOMEI, sendo as disciplinas ministradas por módulos; até 2019, um módulo era de 50 dias; depois da pandemia, os módulos são de 30 dias.

O mapa mental que segue representa a configuração das famílias na comunidade do Galibi, no ano de 2020.

Figuras 45 e 46: mapa mental da comunidade Galibi 2020.



Fonte Marcela Jeanjacque, 2020.

O processo de educação desde a instalação dos Kali'na no Brasil tem sido um agente da dinâmica territorial. A escola sendo implementada pelo Estado no formato vigente no Brasil foi a opção feita pelos Kali'na, para aprender a língua e os costumes do povo brasileiro.

No momento inicial, poderia ser a estratégia mais rápida de integração sem perder os costumes tradicionais, pois na relação familiar e comunitária os costumes se mantinham os mesmos da comunidade de origem na Guiana Francesa. Mas, em mais ou menos trinta anos, com a morte dos mais velhos, o retorno de algumas famílias para a Guiana e os casamentos com brasileiros/as e indígenas de outros povos, a língua materna foi deixando de ser falada pela terceira geração - que tem um certo grau de compreensão, mas não fala.

A educação formal foi um dos elementos que interferiu na dinâmica, enquanto reprodução dos espaços de vida Kali'na. Veremos no próximo tópico como a agricultura e as relações comerciais também agirão na dinâmica territorial Kali'na.

3.5 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AS RELAÇÕES COMERCIAIS

Os povos originários por milênios viveram nesse continente americano, convivendo com o ambiente natural, cultivando a terra ou coletando - a depender da cultura de cada povo. O povo Galibi Kali'na habita o litoral e as fozes de grandes rios como o rio Orinoco na Venezuela, o rio Maroni na fronteira do Suriname e a Guiana Francesa (CASTILLO *et al*., 1989). E mais recentemente o rio Oiapoque, na fronteira da Guiana Francesa com o Brasil. A figura 1 mostra a localização dos Galibi Kali'na no Platô das Guianas; trabalhamos com a espacialização do Platô desde a Venezuela até o Brasil.

Comumente, a bibliografia sobre o Platô das Guianas apresenta uma Guiana inglesa, uma Guiana holandesa (Suriname), uma Guiana francesa e não cita parte do Platô que se encontra na Venezuela, antiga colônia espanhola e no Brasil, antiga colônia portuguesa. A arqueologia, assim como a espacialização dos Galibi Kali'na em todo o Platô das Guianas, demonstra uma continuidade geográfica desse platô, como pode ser visto na figura 1.

O sistema de produção e de vida dos Galibi Kali'na segue as fases da lua, as estações do ano, seguindo uma cronologia desde o preparo até a colheita, intercalando as atividades de pesca, caça e agricultura, dentro de uma cosmologia que reconhece o ciclo natural da Terra como base de suas atividades.

A roça é considerada um elemento central da cultura Galibi Kali'na, segundo a antropóloga Lux Vidal. Para melhor compreender como são as roças dos Galibi Kali'na, foram observadas algumas delas, durante o trabalho de campo feito na Terra Indígena Galibi em outubro e novembro de 2019. É recorrente entre os indígenas administrarem duas ou mais roças; isso porque a cada ano tem a abertura de uma nova; essa dinâmica possibilita o processamento dos produtos da mandioca para consumo e venda de forma sistemática. E ainda, um sistema que respeita o pousio da terra.

A dinâmica é que uma roça possa produzir por três ou quatro anos, por exemplo, isso porque não se arranca toda mandioca em uma única vez, mas vai tirando de acordo com a quantidade de farinha que vai produzir; além disso, quando se arranca a primeira vez, o replantio é feito naquela mesma roça; esse replantio pode ser feito até três vezes. O local da roça normalmente permanece na mesma região porque estando circunvizinha facilita a manutenção de limpeza e as frutas que são plantadas no entorno da roça podem ser colhidas na ida diária.

Na percepção Kali'na, o início da presença da humanidade começou com o seguinte mito contado por Cristina Lod no dia 13 de julho de 2021; o cenário proposto para o surgimento da humanidade é uma casa e uma roça e os afazeres necessários para o desenvolvimento dos trabalhos agrícolas.

"Existia um homem que morava sozinho no mundo, ele vivia na casa dele e tinha uma roça, todos os dias ele saía cedo pra ir para roça. Quando ele chegava em casa estava tudo arrumado e limpo e a comida pronta, ele olhava e não via ninguém, mas todos os dias era a mesma coisa, pela manhã ele ia pra roça e a tarde ele ficava fazendo artesanato, os restos de palhas era acumulado num canto. Um dia, ele resolveu esperar quem era que deixava tudo pronto; então ele fingiu que ia pra roça e ficou atrás de uma árvore. Ele viu quando uma mulher saiu de baixo do monte de restos de palha que era utilizado para produção de cestos e tipitis e demais instrumentos para o trabalho da roça; ele deixou que ela fizesse tudo e aguardou ela voltar pra debaixo do monte das palhas. Lá tinha um buraco em que a mulher se escondia; ela se transformava num bichinho pequeno. O homem resolveu surpreender aquele ser que ele não conhecia até então. No outro dia, ele fez a mesma coisa: ficou atrás de uma árvore e esperou ela fazer tudo; enquanto

isso ele levantou as palhas e viu que lá tinha um buraco onde aquela mulher se escondia transformada em animal. Então, quando ela voltou pra baixo das palhas, ele foi lá e a pegou. A partir desse dia ela não se transformou mais em animal; eles ficaram juntos, se casaram tiveram muitos filhos. E assim começou a humanidade"[10].

Esse mito representa como a roça é central e está na ancestralidade dos Kali'na Tilewuyu. No começo de tudo, quando só existia o homem, já existia roça. A capacidade de observação, a inteligência, a curiosidade e o planejamento das ações levam o homem ao encontro da mulher e assim se dá o início da humanidade.

O tempo dedicado para cada coisa demonstra o perfil didático e holístico de compreensão, que o corpo/mente precisa trabalhar, descansar e criar seguindo uma lógica natural, a exemplo dos astros: da lua e as estrelas.

Os astros, estrelas e diversas espécies anunciam as mudanças de estações; as borboletas por exemplo anunciam o verão, quanto maior a quantidade, mais intensa será a estação[11]; assim como o sapo anuncia o inverno: quanto maior o canto, maior a quantidade de chuva.

O sistema de produção e de vida dos Kali'na Telewuyu segue as fases da lua e as estações do ano, seguindo uma cronologia desde o preparo até a colheita, intercalando as atividades de pesca, caça e agricultura dentro de uma cosmologia que reconhece o ciclo natural da Terra como base de suas atividades.

No Quadro 13 seguinte vemos alguns dos trabalhos desenvolvidos dentro do ciclo lunar; esse olhar, além de trazer um saber tradicional, indica uma ciência que é produzida há milênios dentro de uma cosmovisão pautada na oralidade.

Quadro 13: Atividades desenvolvidas durante o ciclo lunar.

LUA CHEIA	MINGUANTE	NOVA	CRESCENTE
Plantação	Limpeza da comunidade, da roça.	Replantio e cuidado com as plantas que não se desenvolveram.	

[10] Foi escolhido apresentar a voz da narradora que contribuiu com as informações com o mesmo tamanho de letra e espaço com alteração na letra para diferenciar. E tomei como referência o Artigo de José Guilherme dos Santos Fernandes (2014).

[11] Informações de Cristina Lod, 2021.

Fonte: Informações de Cristina Lod, 2021.

Pensar as ações dos povos indígenas a partir dos ciclos lunares, nos remete para os estudos de Jose Arguelles na descoberta do calendário telsklen do povo Maia; esse calendário leva em consideração as 13 luas num ciclo de 28 dias; existe uma sincronização natural dos processos da vida. Ao abordar esses conhecimentos ancestrais, a partir da nossa visão de tempo artificial de 12 meses, nos afastamos da compreensão holística e de um olhar natural sobre os ciclos da natureza. Podemos inferir que o ano começa na estação do verão, na escolha do lugar de abrir a roça e as etapas seguintes.

A abertura de uma roça dos povos originários de Oiapoque constitui das etapas de roçagem, derrubada, queimada, coivara, seleção das manivas, plantio, capina, colheita (VIDAL, 2000). Serge Bahuchet e Jean-Marie Betsch (2012) abordam essas etapas da abertura de uma roça na floresta tropical úmida a partir de trabalho de campo na Guiana Francesa. Essas etapas compõem um sistema de produção de alimentos que proporciona o uso da terra e a gestão dos recursos naturais.

O trabalho de pesquisa de Serge Bahuchet et Jean –Marie Betsch é apresentar a técnica de queimada itinerante para o plantio das roças dos indígenas no Parque Nacional da Guiana Francesa como uma alternativa ao reequilíbrio ambiental e florestal; isso porque durante anos essa prática era considerada danosa ao ambiente, com a perda florestal. No entanto, verifica-se que a derrubada e queimada itinerante provocam um reflorestamento natural; a capoeira[12] poderá se tornar uma floresta secundária.

Esse sistema é semelhante com os povos indígenas de Oiapoque; culturalmente, os quatros povos indígenas utilizam a técnica de derrubada e queimada para o plantio das roças. A roça é considerada um elemento central da cultura Kali'na Telewuyu segundo a antropóloga Lux Vidal[13], reafirmado pelo mito narrado por Cristina Lod. A integração entre os fenômenos da natureza compõe a base de saberes para o sistema de produção. Embora, na atualidade nos preocupemos com a produção de alimentos que atendam a uma soberania alimentar, que desenvolva um comércio justo para proporcionar um equilíbrio entre sustentabilidade humana e ambiental. Os povos originários desenvolvem um sistema agrícola pautado na cosmovisão que sustenta sua presença no mundo e sua relação com todas as coisas criadas.

[12] Vegetação que se estabelece no terreno, vindo a se transformar em floresta numa média de 10 anos.
[13] Informação dada durante conversa em junho de 2019 com a antropóloga Lux Vidal.

Para melhor compreender como são as roças dos Kali'na Telewuyu, foram observadas algumas roças durante o trabalho de campo feito na Terra Indígena Galibi - de setembro a novembro de 2019. É recorrente entre os indígenas administrarem duas ou mais roças; isso porque cada ano tem a abertura de uma nova roça. Essa dinâmica possibilita a produção dos produtos da mandioca para consumo e venda de forma sistemática. E ainda, um sistema que respeita o pousio da terra, pois após cinco anos no máximo que o agricultor utiliza a mesma área para o plantio, colheita e replantio, essa área é deixada para se transformar em capoeira podendo vir ser reutilizada em torno de 10 a 20 anos depois.

Por exemplo, o lugar da roça de Renata Lod de 2018 era a terceira vez que estava sendo reaberta para uma roça em setenta anos[14]. Estima-se que o tempo de pousio de uma área desmatada para uma roça dos Kali'na de Oiapoque seja de quinze a vinte cinco anos em média, uma vez que uma mesma área foi utilizada três vezes em setenta anos. Além disso, esse sistema de reuso da terra evita o desmatamento de uma grande área, já que eles retornam à antiga. Segundo MapBiomas os territórios indígenas são responsáveis pela preservação das florestas, enquanto as terras provadas desmataram 20,6% em 30 anos as terras indígenas perderam pouco mais de 1% de floresta[15]. assim, a técnica tradicional indígena de fazer roça ainda é considerada a que mais protege as florestas.

Além disso, numa roça existe mais de uma espécie de mandioca, cada espécie ou um conjunto delas se destina a um fim, segundo Cristina Lod, tem uma espécie de mandioca só pra fazer beiju, tem as espécies para fazer o caxixi, bebida tradicional fermentada dos povos originários à base de mandioca. Tem dois tipos de caxixi que os Kali'na preparam: de beiju e o só com a mandioca, costumava-se fazer os dois tipos porque o caxixi só de mandioca era mais forte, então nas festas e rituais a pessoa que ia beber podia escolher entre o caxixi cozido e o só de mandioca. Para cada um é utilizado uma espécie de mandioca. Contudo, com a morte dos mais velhos e a diminuição das famílias morando na aldeia algumas espécies de mandioca foram se perdendo, em particular as espécies específicas para o caxixi dos Kali'na Telewuyu.

De acordo com Cristina Lod, tem um dia para marcar a roça, esse dia é guiado pelo movimento das estrelas, ela não soube precisar qual constelação, o seu avô tinha esse conhecimento. Depois da marcação, os homens voltam em outro dia para roçar os matos pequenos, depois outro dia para cortar as árvores grandes. A medição da roça era por igual, uma do lado da outra; plantavam 100 ou 200 abacaxis em fileira dividindo a roça de cada um.

[14] Informação de Cristina Lod.

[15] informações acessados no site: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/downloads/Colecction%206/Fatos_sobre_o_Papel_das_Terras_Ind%C3%ADgenas_18.04.pdf em 24/07/2022.

Todas essas etapas costumavam ser feitas em mutirão para cada roça. No dia da derrubada das árvores grandes, enquanto os homens fazem a derrubada, as mulheres fazem a comida.

Se observarmos a tabela das estações, teremos um indicativo do mês para cada uma das etapas na perspectiva das estações sem o avanço das mudanças climáticas, como afirmou Cristina Lod; quando ela era criança seguia esses meses, mas agora o tempo mudou, chove quando devia ser seco, fica seco quando devia chover.

Quadro 14: Estações do ano e ciclo de uma roça.

21/jun. a 23/set Verão				23/set a 22/Dez outono		22/dez a 20/mar inverno	20/mar a 21/jun. primavera
Jun.	Jul	Ago.	Set	Out	Nov.	Dez/Jan	Jun./Jul
Marca A roça/ Limpa Vegetação rasteira	Derruba Arvores grandes	queima	coivara	Plantio De Batatas e frutas	Plantio De mandioca	Mutirão De Limpeza Antes das Grandes chuvas	Colheita Replantio

Fonte: CUNHA, E. B., com Informações de Cristina Lod, 2021.

Antes, o período da derrubada era no final de julho e início de agosto, pois indicava que o verão já tinha chegado; após a derrubada, esperava-se um mês para secar e só então era feito a queimada; em setembro, coivara; depois vem uma chuva pra molhar a terra, e se começa a plantar batata, abacaxi e outras frutas; as mandiocas são plantadas por último. Depois que chove um pouco mais, normalmente em outubro ou novembro, então vem o plantio das mandiocas. O jeito tradicional dos Kali'na plantar é colocando quatro pedaços de maniva em cada cova; antes do inverno faz outro mutirão de limpeza para deixar a roça limpa - uma vez que durante o inverno é difícil essa manutenção de limpeza da roça.

Quando os Galibi Kali'na migraram, na década de 1950, para Oiapoque no lado brasileiro, trouxeram as plantas que eles cultivavam em Couachi na Guiana Francesa. Tudo foi plantado, tinham pelo menos quatro espécies de batata doce: a da casca branca, casca rosa, casca roxo claro e a própria batata roxa, vários tipos de banana, pra fazer o mingau dos recém-nascidos, pra fazer comida, cana-de-açúcar de duas espécies, manga, caju, limão, laranja, mamão, abacaxi de várias espécies graviola, jambo (os jambeiros da comunidade tem na

maioria setenta anos) cará preta, roxa, branca, da China, taioba; as plantas medicinais eram produzidas pelas mulheres e era passado de geração para geração, de mulher para mulher[16].

Normalmente, a primeira colheita é para o consumo próprio; para provar e verificar se foi bom o plantio, é produzido muito caxixi para testar a mandioca. Depois da primeira colheita é que pode comercializar.

Enquanto o senhor Joseph Lod, pajé da comunidade era vivo, tudo permanecia igual na cultura como eles viviam na Guiana Francesa. Após a morte do senhor Joseph Lod, no ano de 1979, e a saída dos jovens para estudar na cidade, as festas foram acabando e com isso as espécies de mandiocas, batatas e frutas foram diminuindo e algumas não existem mais na comunidade Galibi de Oiapoque.

O trabalho é para que uma roça possa produzir por três ou quatro anos, por exemplo, isso porque não se arranca toda mandioca em uma única vez, mas vai tirando de acordo com a quantidade de farinha, beiju que vai produzir; além disso, quando se arranca a primeira vez, se faz o replantio naquela mesma roça; esse replantio pode ser feito até três vezes, esse é o tempo que a terra pode sustentar dando nutrientes para as plantas, ou seja, em média cinco anos; depois disso a terra precisa repousar, deixando que a vegetação nativa reapareça para que num ciclo simbiótico devolva à terra os nutrientes, numa troca natural.

O manejo de roças feito pelos povos originários, apesar de ser uma prática milenar, começou a ser estudado nas Academias na segunda metade do século XX. Mais recentemente, alguns trabalhos têm sido desenvolvidos entre os saberes tradicionais e os conhecimentos técnicos - oferecidos em particular pelas instituições governamentais (ARAÚJO e VERDUM, 2010). Espera-se compreender a lógica dos Kali’na Telewuyu na produção das roças dentro de um sistema agrícola integrado e sustentável do ponto de vista ecológico e econômico.

Segundo Alves (2001), os povos indígenas têm conhecimentos avançados em relação ao calendário agrícola baseado nos astros; ele traz exemplos dos povos Desana, no alto Rio Negro, dos Munduruku na seleção de terra para fazer suas plantações - tudo baseado no empirismo. A observação e a comparação associadas ao tempo de espera é um dos elementos dos conhecimentos indígenas.

A ideia de que a roça é central para os Kali'na, instiga a pensar se a roça era um trabalho e fonte econômica ou o exercício de uma prática cultural? Na comunidade de São José do Galibi os Kali'na que acompanhei vão para roça à tarde, contudo isso não é uma regra geral;

[16] Entrevista com Cristina Lod julho/2021

o horário de ir à roça é definido por cada família; as famílias Karipuna e Galibi Marworno da comunidade Galibi de Oiapoque costumam ir para roça pela manhã.

Logo nos primeiros dias de campo, fui com o cacique Miguel Jeanjacques e Marli, sua esposa, para a roça deles - as crianças sempre acompanham os pais; até então, eu queria entender o que era a roça para os Kali'na - não conseguia ainda; então, minha atitude foi de fazer a experiência, ir pra roça, ajudar na roçagem, viver uma jornada de roça. A partir daí, me interessei em ir nas outras roças, e mapear a espacialidade das roças da comunidade. As fotos seguintes mostram uma rotina da ida à roça.

Figura 47: ida para roça.

Fonte: CUNHA, E. B., pesquisa de campo, 2019.

Figura 48: crianças na roça.

Fonte: CUNHA, E.B., pesquisa de campo, 2019.

Ao acompanhar cada um nas suas roças, percebi que eles administram sempre duas ou mais roças. Foi na roça de Nonato que percebi esse movimento entre a roça nova e a velha; quando eu pedia para ir conhecer a roça e pegar os pontos para o mapa que eu pretendia fazer

no meu trabalho, eles sempre perguntavam: “a roça nova ou a roça velha?”; aos poucos fui compreendendo como acontece.

Figura 49: limpeza da roça.

Fonte: CUNHA, E.B., pesquisa de campo, 2019.

Figura 50: visão geral da roça.

Fonte: CUNHA, E.B., pesquisa de campo, 2019.

Figura 51: retorno da roça.

Fonte: CUNHA, E.B., pesquisa de campo, 2019.

A roça de mandioca só estará pronta praticamente um ano depois; por isso, quem vive economicamente da venda de farinha e outros derivados da mandioca, como tucupi, precisa fazer uma roça nova a cada ano. Dessa forma, visitei as roças feitas em 2019 e as de 2018; em alguns casos consegui pegar os pontos de anos anteriores - que estavam no caminho de ida para as roças novas no ano de 2019.

A dinâmica é que uma roça possa produzir por três ou quatro anos, por exemplo; isso porque não se arranca toda a mandioca em uma única vez; mas vai tirando de acordo com a quantidade de farinha que vai produzir; como vi na roça de 2016, do Nonato - ainda estava tirando mandioca e ele ainda fez replantio, mas segundo sua esposa, esse seria o último replantio e eles deixariam virar capoeira; outra coisa: normalmente o lugar de fazer roça permanece a mesma região porque, estando circunvizinha, facilita a manutenção de limpeza e as frutas que são plantadas no entorno da roça podem ser colhidas na ida diária.

O lugar de roça de Nonato hoje é o antigo lugar de roça do Senhor Geraldo Lod, uma das lideranças que organizou a migração e que ocupou a função de cacique da comunidade por muitos anos. A roça de 2019 era uma capoeira de uns 40 a 50 anos (ver figura 46), ele já faz roça há cinco anos nesse lugar - como veremos no fluxograma abaixo - o caminho que é feito para facilitar a circulação das pessoas e da própria mercadoria, vai sendo desenhado, de forma a dar acesso entre uma roça e outra.

Figuras 52 e 53: roça de 2019 de Nonato.

Fonte: CUNHA, E.B, pesquisa de campo, 2019.

Tudo o que a família de Nonato produz é comercializado em Saint George; é bem mais lucrativo porque se vende em euro; por exemplo, um abacaxi conhecido como da espécie anta,

que pesa até sete quilos, vai custar 17 euros e 50 cents, pois o quilo é 2 euros e 50 cents; em 2019 o euro era cambiado a R$4,00; assim, por um abacaxi de sete quilos (ver figura 47), ele recebe 70,00 reais.

Para a fabricação de farinha são utilizadas várias espécies de mandioca, dependendo do tipo de farinha que se espera produzir. No primeiro dia que fui à roça de Nonato e Morena, sua esposa, eles tinham previsto que tirariam quatro carros de mão de mandioca (ver figura 48), o que resulta em 100 quilos de farinha; cada quilo custa 2 euros, ele deveria receber 200 euros; convertendo em real, daria R$800,00 reais; se ele fosse vender em Oiapoque, mesmo sem atravessador, o quilo era 6,00 reais; pelos mesmos 100 quilos ele ganharia R$600,00 reais. O mercado de Saint George é mais lucrativo para os indígenas venderem seus produtos.

Mas para vender no mercado de Saint George precisa estar regularizado com a prefeitura, deve fazer um cadastro, após esse cadastro o agricultor recebe uma carteirinha (Ver figura 49), que tem a validade de um ano. Ele pode vender todos os dias, como pode ser esporádico; a cada vez, a carteirinha é carimbada e ele paga uma taxa. Na comunidade, três pessoas têm a carteirinha: Marli, Nonato e Creuza - os familiares usam a carteirinha de um deles.

Além de vender no mercado, os indígenas estabelecem também relações comerciais com donos de restaurantes, de lanchonetes e de batedeiras de açaí. Zé Carlos (Karipuna) marido de Creuza (Galibi Marworno) me disse que ele já tinha um batedor de açaí que comprava diretamente dele o açaí; eles acertavam as sacas por semana, ou de acordo com a disponibilidade do produto; por cada saca, ele recebe 20 euros.

Além da roça de mandioca, normalmente se faz uma roça pequena separada para plantar macaxeira, cará, batata doce, inhame, dentre outras raízes; essa é uma característica das roças indígenas segundo Alves (2001), além das diversas espécies de mandioca, mas que tem sido alterado tendo em vista o gosto do consumidor na escolha da farinha, tem se perdido a diversidade nas roças indígenas, com objetivo de cultivar o que é mais rentável economicamente, nesse caso, a farinha.

Figura 54: abacaxi que margeia a roça.

Fonte: CUNHA, E.B, pesquisa de campo, outubro de 2019

Figura 55: carro de mão com mandioca.

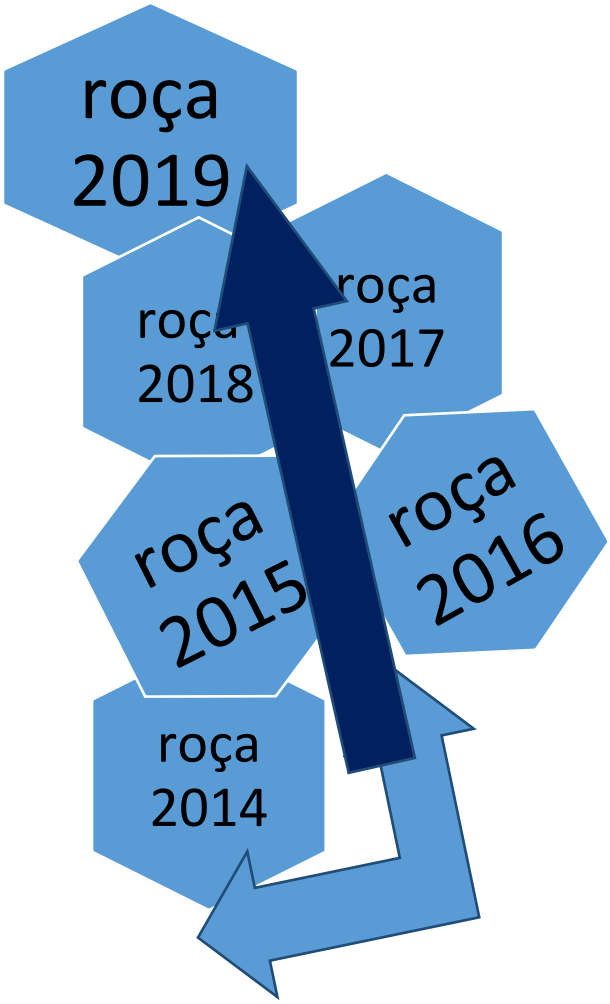
Fonte: CUNHA, E.B, pesquisa de campo, outubro de 2019.

Nas Terras Indígenas de Oiapoque tem pelo menos 40 espécies de mandioca, segundo fly publicado pelo IEPÉ (2022), com uma rica diversidade - fruto das trocas entre os indígenas locais e de outras regiões do Brasil e da Guiana Francesa.

Para as primeiras roças que foram feitas, na década de 1950, as mudas e sementes das plantas vieram de suas roças na aldeia Couachi, no município de Maná, na Guiana Francesa; eles se prepararam para essa viagem com mantimentos, tanto para os dias da viagem como

para a espera dos frutos da roça que seria plantada na nova aldeia; esse primeiro ano foi de muita dificuldade. Mas depois eles tinham de tudo, muitas frutas[17].

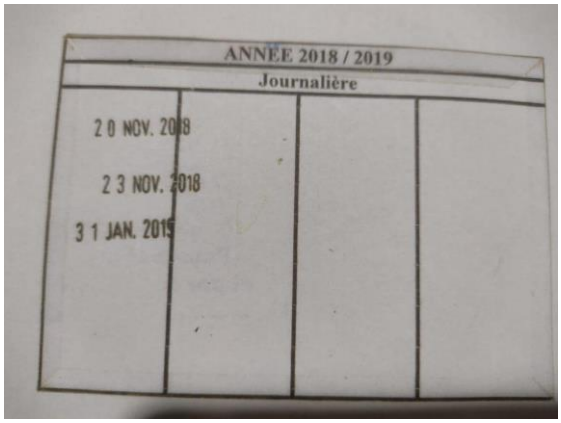
Gráfico 5: Fluxograma da distribuição das roças de Nonato por ano e o caminho que as interliga



Fonte: elaboração a partir da pesquisa de campo, 2019.

[17] Informações de Cristina Lod em entrevista concedida no dia 13 de julho de 2021

Figuras 56 e 57 Carteira de vendedor na cidade de Saint George - Guiana Francesa.



Fonte: CUNHA, E.B, pesquisa de campo, novembro de 2019.

O abacaxi - em especial - era plantado em fileira, dividindo as roças de cada família, formando um muro vivo, isso definia os limites. Na safra do abacaxi, que acontece normalmente de maio a julho, tinha uma grande quantidade de abacaxi, que era bem consumido e vendido; todas as frutas eram vendidas. Um dos principais compradores dos produtos do Galibi era o Estado, para o batalhão do exército de Clevelândia do Norte; outro diferencial é que os compradores iam até o Galibi para comprar, os clientes eram franceses e guianenses que moravam em Saint George. Na época, tinham muitos moradores ribeirinhos que também compravam ou trocavam, além da comunidade dos Saramacás quilombolas do lado francês[18]. Hoje, o agricultor tem que levar seu produto e tentar vender.

Esse formato de divisão e separação das roças de cada família, feita com cerca viva de abacaxi não ocorre mais para delimitar os limites de cada família, porém vemos ainda nas roças dos Kali'na a margem da roça ser cercada de abacaxi. Os primeiros Kali'na costumavam plantar árvores frutíferas - como graviola, banana, entre outras - próximo da roça, para localizar as roças; se entrarmos na mata e encontrarmos árvores frutíferas é porque aquela área já foi uma roça[19].

Pudemos observar uma espacialidade das roças dentro de uma circunferência que acompanha o formato do núcleo de moradia e convivência da comunidade. O mapa 5 representa a localização das roças, de onde lançaremos mão de algumas reflexões.

É mister apontar que os pontos georreferenciados foram feitos durante a vivência de campo, no segundo semestre de 2019, portanto, na estação de verão, estação em que ocorre

[18] Informações de Cristina Lod.
[19] Informações de Cristina Lod

dentro do calendário indígena as etapas de abertura, derrubada, coivara e plantio das manivas. Foi possível ver as novas roças sendo preparadas em 2019.

Veremos no mapa o trajeto percorrido entre as roças - com exceção da roça da família Palikur. Como já foi apresentado, a comunidade Galibi, desde a década de 2000, recebeu famílias de outros povos indígenas de Oiapoque para morar e compartilhar a vida da comunidade dos Kali'na Teleyuwu. Em 2018, parte das famílias Palikur saiu da comunidade Galibi para abrir a nova aldeia do Lago Lençóis, na Terra Indígena Uaçá, que faz fronteira com a Terra Indígena Galibi e, em 2019, as últimas famílias Palikur seguiram para a aldeia Lençol.

Desse modo, a área atribuída no mapa é de uma imagem de satélite e não de georreferenciamento feito em campo. Fizemos a opção de trazer, pois ao refletirmos sobre o avanço das áreas de roças nas áreas de floresta, veremos que as áreas ocupadas por práticas agrícolas Kali'na se mantêm dentro de uma proporcionalidade e que as maiores áreas de roças são de Nonato e Creuza, mas são um conjunto de roças de vários anos e mesmo assim são menores que a roça Palikur.

Foi observado que mesmo que o dono da roça não esteja morando na comunidade, ele vem para fazer sua farinha, como no caso de Iana; ou ainda, pode vender a roça, como no caso do Deni, que migrou da comunidade.

A prática da venda da roça, é na verdade, uma negociação de troca em que pode haver devolução de dinheiro, mas não se trata de uma compra e venda nos parâmetros ocidentais. Essa prática ocorre porque o processo de derrubada e implantação necessitam de investimentos, mesmo que as etapas sejam feitas em mutirão - uma prática cultural em que os vizinhos colaboram fazendo o trabalho em especial de queimada, coivara e plantio; para tanto, o dono da roça oferece o almoço, o caxixi e ferramentas para o trabalho - essa oferta tem um custo.

A casa de farinha é uma estrutura essencial para quem produz com fins econômicos; assim, além da Creuza e Tamamã, que têm uma estrutura de casa de farinha próximo da roça, porque seria muito pesado carregar as mandiocas até a casa de farinha comunitária devido à distância entre a roça e a vila, a família de Nonato, de Bob e Tereza Lod também têm sua estrutura pessoal de casa de farinha e de poços artesianos.

O mapa que segue representa a territorialização das roças na Comunidade Galibi.

Mapa 5: Localização das roças da comunidade Galibi.

Fonte: IBGE, 2010/ CUNHA, E.B. , 2019.

Observa-se a partir do mapa que as roças ainda se encontram próximo da área de habitação. Dessa forma a área de floresta continua sendo a maior parte da Terra Indígena. Observamos que as roças feitas pelos Kali'na são as menores; a maior roça é de uma família Palikur. Mas a sequência de roças abertas a cada ano é de Nonato, um brasileiro que diz ter aprendido a fazer roça com os Galibi Kali'na, uma vez que era casado com uma mulher Kali'na e por isso ele foi morar na comunidade; em seguida, as maiores roças são da família de Creuza, que vive exclusivamente de sua produção agrícola.

SÍNTESE DO CAPÍTULO 3

No Capítulo 3 foi abordado sobre os elementos e reprodução da cultura que já se encontravam na nova terra, que também foram trazidos da Guiana, a exemplo das manivas para as roças de mandioca, das frutíferas e das plantas medicinais e xamânicas.

Para a instalação do grupo no município de Oiapoque, além do apoio e acolhida do SPI, foi de grande importância o empenho do prefeito Roque Penaforte que concedeu as informações e os equipamentos necessários nos primeiros anos. O Exército também se constituiu como um aliado sobretudo na compra dos produtos e na acolhida das jovens que precisavam continuar os estudos e foram alojadas nas casas dos oficiais do Exército em Clevelândia. O que poderíamos refletir quais os maiores beneficiados nessa parceria.

A territorialização Kali’na no Brasil se compõe de fluxos e de uma constante flutuação populacional durante estes setenta anos. Por outro lado, se estabelece a demarcação da Terra Indígena, o que assegura os elementos de reprodução da cultura, num período de regulação legal da condição de ser indígena no Brasil através de uma lei que garante a identidade diferenciada, mas não reconhece a autonomia dos povos e sim a necessidade de tutelar.

Uma territorialidade imbricada entre a tradição oral passada no seio de cada família e a educação nacional ofertada pela escola, com as diversas políticas educacionais que mudaram ao longo dos setenta anos.

CAPÍTULO 4 - A VISÃO KALI'NA DO TERRITÓRIO: CARTOGRAFIA SOCIAL EM PERSPECTIVA

Esse capítulo apresentará a visão dos Kali'na do território, sendo a terceira perspectiva da dinâmica territorial Kali'na; como eles veem e se veem no território. A construção dessa perspectiva se deu pela cartografia social enquanto metodologia de percepção e representação do território, por meio dos próprios agentes sociais.

Durante o trabalho de campo, no segundo semestre de 2019, foi desenvolvido um projeto de cartografia escolar na escola da comunidade das séries iniciais até o 5º ano do Ensino Fundamental, trazendo como tema a ser cartografado as roças das famílias de cada aluno.

O trabalho de campo, em especial, a tentativa de entender como a roça torna-se um ponto central na vida e na cultura Kali'na, nos permitiu conhecer e refletir sobre a vida em várias dimensões e na interconexão presente nos elementos da natureza; tudo está interligado, somos nós os pesquisadores que separamos pra entender melhor para explicar e que na maioria das vezes não conseguimos juntar e dar o sentido holístico que essa parcela de nossa pesquisa requer.

Desse modo, foi percebido que se precisava ampliar à toda comunidade Kali'na, com representantes de todas as gerações, a metodologia da cartografia social, para representar o que eles entendiam por território e como se viam no território. Gomes (2017, p.33) nos interpela a reconhecer que "a atividade de observar o mundo e descrevê-lo é fundamental". Apresentaremos num primeiro momento os resultados da representação das roças feita pelos estudantes da escola da comunidade e posteriormente a oficina com toda a comunidade.

O trabalho de fazer roça vai além do aspecto econômico, passa pela cultura, pela expressão de vida que cada povo constrói por milênios de existência. O fato da saída dos jovens Kali'na para estudar e a morte dos mais velhos trouxe uma transformação na produção de espécies próprias para determinados fins da cultura[20]; o acesso aos produtos industrializados com mais facilidade, como mingau para os bebês, substituindo o mingau de banana - comida tradicional – acabou desfavorecendo a plantação da banana, que seria necessária para fazer o mingau específico para bebês.

Por outro lado, a técnica de queimada e pousio da terra, leva ao uso da mesma porção de terra, preservando a floresta e possibilitando a regeneração de antigas áreas desmatadas. E

[20] Informações de Cristina Lod, 2021.

ainda, o conhecimento por meio da observação dos fenômenos naturais produzindo uma interação dos ambientes, convivendo com áreas alagadas e secas de forma que não precise modificar o sistema natural, para um sistema que proporcione mais produção com fins econômicos.

Foi possível perceber que a interação entre produção agrícola e ambiente natural ainda é uma realidade na Terra Indígena Galibi, ainda existe uma variação de espécies de mandioca; contudo, é possível que no futuro haja uma sobreposição das espécies que são mais aceitas para a produção da farinha de preferência dos consumidores.

A atividade de alfabetização cartográfica na escola, partindo da realidade das roças, produziu um conhecimento significativo, trazendo a consciência dos estudantes, o cotidiano de suas atividades familiares e ressignificando o olhar sobre os aspectos naturais do sistema ecológico presente no entorno de cada roça.

A representação da roça em forma de desenho como um quadro que cada criança fazia da roça de sua família, confirma o que Gomes (2017) fala sobre a multiplicidade de análise que é possível fazer a partir de um quadro - ele considera o mapa como um quadro.

Vemos na figura abaixo desenhos da roça dos alunos das séries iniciais com idade entre quatro e seis anos; no primeiro desenho, há uma demarcação da roça com troncos de árvores caídas - na derrubada alguns troncos são deixados na área da roça - a coloração preta representa os troncos queimados; já o segundo desenho de cima traz as nuvens pretas representando a chuva, tem diferentes espécies de mandioca e tem uma ponte de tronco de árvore para passar quando o igarapé alaga; os desenhos de baixo trouxeram detalhes de pequenos animais, pássaros, cotias que vêm comer as batatas, mas também as borboletas que passeiam e as flores silvestres que ficam no caminho.

De uma forma geral os desenhos são bem parecidos, no entanto, como eu estive em cada roça, consegui perceber alguns detalhes que os alunos trouxeram nos seus desenhos: os troncos caídos e que restaram da coivara, a diversidade de mandioca e de frutíferas trazido por outro aluno e a água que está nos igarapés que é preciso atravessar. Foi relatado por uma das crianças das séries iniciais, mesmo que não consiga distinguir as vezes no desenho. Durante a atividade, além da roça, eles desenharam o caminho para chegar até a roça, destacando alguns animais e elementos que se fazem presentes nessa trajetória, trazendo a realidade cotidiana.

Figura 58: Desenhos

Fonte: CUNHA, E. B., Pesquisa de campo, 2019.

Figura 59: desenhos da roça dos alunos do 3º ano.

Fonte: CUNHA, E. B, Pesquisa de campo, 2019.

Os alunos do 4º e 5º ano trazem uma maior nitidez de expressão em suas representações; é possível visualizar os troncos de árvores queimadas, a área que normalmente é delimitada por troncos de árvores que foram derrubadas e acaba por definir os limites; também pode ser vista a diferença entre as árvores de capoeira do entorno, que iniciam o processo de regeneração florestal para compor uma floresta secundária e as frutíferas que normalmente estão entre as manivas de mandioca e ainda as espécies diferentes de manivas.

Além dos desenhos das roças, os alunos do 4º e 5º ano fizeram a experiência e desenharam o transecto, que foi uma atividade desenvolvida somente pelos alunos do 4º e 5º ano como exercício da atividade interdisciplinar entre as disciplinas de Geografia e Matemática; foi calculada a distância dos diferentes tipos de vegetação até chegar à roça e depois calculada a escala para representar numa folha de papel tamanho A4.

Figura 60: atividade sobre percurso para roça.

Fonte: CUNHA, E.B., pesquisa de campo novembro de 2019.

As atividades proporcionaram um conhecimento significativo e um olhar diferenciado para a atividade cotidiana de ajudar os pais nas tarefas da roça familiar, além de possibilitar um olhar interdisciplinar sobre conteúdos que são intersectados entre a Geografia e a Matemática.

Essa experiência durante a pesquisa de campo em 2019 despertou a necessidade de cartografar o território a partir do olhar dos próprios Kali'na, em diferentes gerações. Para tanto, utilizamos a metodologia da cartografia social, que será descrita no próximo tópico. No dizer de Gomes (2017, p.41), "os mapas são objetos descritivos que nos fazem pensar, são as imagens mais tradicionais de um sistema de informações geográficas", seria a conexão de vários elementos num dado lugar.

4.1 CARTOGRAFIA SOCIAL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E REPRESENTAÇÃO COLETIVA

O projeto de cartografia desenvolvido na escola estadual do Galibi, além da interação entre comunidade e pesquisadora, na perspectiva de uma pesquisa-ação, oportunizou pensar e refletir sobre o papel da Cartografia Social para as comunidades indígenas.

Tendo em vista que a Cartografia Social é uma metodologia de mapeamento participativo, que tem uma abordagem a partir da realidade e cotidiano das comunidades. A cartografia social no Brasil tem como principais teóricos Henri Acselrad no Rio de Janeiro e Alfredo Wagner no Amazonas. O fragmento abaixo do livro organizado por Henri Acselrad (2010), no artigo de Maria Barroso Hoffmann, destaca o início e o processo histórico do mapeamento das Terras Indígenas, dentro de uma metodologia participativa:

> No caso brasileiro, os primeiros esforços de mapeamento das terras indígenas por parte do PETI/Museu Nacional e do CEDI, isto é, de atores situados fora do aparelho administrativo do Estado, foram financiados em grande parte com recursos da Fundação Ford e de organizações não governamentais religiosas e laicas europeias. Esses apoiadores, que mais tarde seriam incluídos na rubrica imprecisa, mas onipresente da "cooperação internacional", foram motivadas por interesses distintos. Se os europeus atuavam a partir de uma perspectiva mais geral de defesa dos direitos humanos, o apoio da Fundação Ford à equipe de antropólogos do Museu Nacional fazia parte de um esforço de implantação de cursos de pós-graduação no Brasil, iniciado na década de 1960, quando a fundação começou a atuar no país, incluindo-se aí o apoio ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS, daquela casa, estabelecido em 1969. Na década de 1980, o interesse na defesa dos direitos indígenas e na iniciativa de inventário da situação de suas terras no país decorreu da recomendação do antropólogo David Maybury-Lewis, fundador da organização de *advocacy* Cultural Survival, com longa experiência de pesquisa entre populações indígenas do Brasil, convidado a elaborar um parecer sobre as instituições ligadas à questão indígena que a Fundação poderia apoiar (Anderson 2002:87). A elaboração desse inventário, periodicamente atualizado até hoje, poderia ser definida como um "antecessor" das práticas atualmente definidas como de "etnomapeamento", "contra mapeamentos", "mapeamentos críticos" e outros termos afins, no sentido de ter se voltado a construir dados, inclusive cartográficos, voltados à defesa de direitos territoriais indígenas dentro de Estados nacionais. *Terras Indígenas no Brasil*, de 1990, contou desde o início com a contribuição de uma ampla rede de pesquisadores no país (que forneceram informações de campo e

> buscaram aglutinar os documentos oficiais, como decretos estaduais e federais, portarias, relatórios, memórias descritivas, mapas, plantas, editais e registros, sobretudo os elaborados pelas agências federais encarregadas da questão indígena) (HOFFMANN, 2010, p. 52).

A citação acima nos coloca em contato com essa metodologia de cartografia social que se inicia também dentro de uma conjuntura do movimento indígena, de resgate de seus territórios ancestrais numa ótica de preservação e, com o passar do tempo, tem se solidificado e se reestruturado a partir do Movimento Indígena e do interesse por parte das comunidades de fazer uso dessa ferramenta, como empoderamento do seu próprio povo e de jovens lideranças.

Na apresentação do livro sobre cartografia social e território, é feito um histórico de como a cartografia social atende às necessidades das comunidades tradicionais para o planejamento de uso das áreas ocupadas por essas populações. E como o projeto a Nova Cartografia Social da Amazônia consolidou a experiência de mapeamento social com a colaboração de sindicatos, associações, movimentos, cooperativas na tentativa de resguardar direitos territoriais (ACSELRAD, 2008).

Desse modo, o mapeamento participativo tornou-se uma estratégia no mundo todo, sobretudo para verificação de conflitos territoriais e planos de manejo comunitários (COLI, 2010, p.94). Com as diversas experiências no mapeamento participativo, verificou-se que não era suficiente a elaboração dos mapas mentais com as informações e colaboração de lideranças das associações e comunidades tradicionais; era necessário empoderar sobretudo os jovens dessas comunidades com a técnica de elaboração de mapas, o manuseio de GPS e capacitação em softwares como ARCGIS, QGIS, IDRISI, etc. Assim, na elaboração do Programa Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), uma das etapas é a elaboração dos mapas com uso de software, feito pelos próprios indígenas, gerando um empoderamento e descentralização do poder da técnica. Nesse sentido, foi oferecido como devolutiva à comunidade Kali'na de Oiapoque, uma oficina de QGIS.[21]

[21] Informações da publicação: Entrevista com o Professor Alfredo Wagner Almeida. **WIDNEY P. LIMA; JOÃO D. D. RAMOS; CRISTHIANO K. DA. SILVA. Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 254-270, jul./dez. 2013.

4.2 A OFICINA DE CARTOGRAFIA SOCIAL

A oficina começou no dia 26 de fevereiro às 9h com uma apresentação da metodologia e do objetivo que era - através do mapa mental - construir que visão os Galibi Kali'na têm do Território, seguido da apresentação da equipe que estava ali para facilitar o trabalho.

Partindo do pressuposto que a cartografia social é um instrumento metodológico, que nos permite ir além da técnica e perceber nas narrativas e representações trazidas pelas memórias dos participantes da oficina de mapeamento - informações que como afirmou Sônia Jeanjacques: "conseguir juntar o passado e o presente num conjunto de elementos identitários é fantástico". Dessa forma, tentamos captar a ideia de território que os Kali'na têm.

Assim, após a apresentação introdutória, trouxemos inclusive as três perspectivas escolhidas para mostrar a dinâmica territorial dos Galibi Kali'na nesses setenta anos de presença no Brasil e que sustentam a tese aqui apresentada. As três perspectivas são: 1. O deslocamento e o contexto sócio-político na Guiana Francesa e no Brasil no período da migração desse grupo; 2. A instalação nessa terra, as relações sociais e comerciais, o uso dos recursos naturais; 3. Como os Galibi Kali'na veem o território.

Encerrando a apresentação foi dito que a oficina de cartografia social com os Kali'na visava atender à terceira perspectiva. Portanto, esse olhar dos Kali'na deveria ser conduzido por suas memórias e por aquilo que julgassem ser importante trazer para esse mapa, sem se prender ao aspecto físico dos limites da Terra Indígena. As figuras abaixo mostram o momento inicial da oficina.

Figura 61: Apresentação do objetivo da oficina.

Fonte: Davi Marworno, 26/02/2022.

Figura 62: Apresentação do objetivo da oficina.

Fonte: Davi Marworno, 26/02/2022.

No primeiro momento vieram várias ideias mas não sabiam de onde partir ; pensaram na vila nos diferentes momentos de configuração das casas e suas famílias nesses 70 anos; houve uma tempestade de ideias; vieram algumas narrativas de quando se instalaram nessa terra. Então definiu-se o rio Oiapoque como ponto de partida e foram trazidos lugares no rio que tinham relações com o seu povo, sejam relações de amizades, de vizinhança, de comércio ou ainda de utilização dos recursos naturais para reprodução de sua cultura.

Após traçarem o rio, definiu-se a aldeia como ponto central - seja em direção à foz, de onde vieram, ou em direção à nascente que, nesse caso, se estendia até Clevelândia do Norte, onde ficava a base militar de Oiapoque. Nesse sentido, caminhamos buscando encontrar os elementos que compunham o território Kali'na.

Ainda nesse momento de início, de definição do que desenhar e o que trazer como elementos inerentes ao território Kali'na, os jovens pensavam na aldeia, e no seu entorno; para eles, esse era o seu território. Colaboraram dentro de suas possibilidades, mas sobretudo escutaram as narrativas dos mais velhos; os jovens adultos trouxeram suas memórias de infância na convivência com seus avós que tinham vivido a migração e também aprenderam com as narrativas e reforçaram os princípios dos lugares que necessitam de respeito - porque são sagrados ou são simplesmente intocáveis dentro de uma cosmovisão que acredita que os lugares têm dono.

Figura 63: começando o mapeamento.

Fonte: Davi Marworno, 26/02/2022.

Os lugares no rio foram se definindo, onde se buscava a argila para a prática das ceramistas - uma importante tarefa das mulheres Kali'na para a reprodução de sua cultura, pois da cerâmica eram feitas as panelas, os potes de armazenar e de servir o caxixi, bebida fermentada à base de mandioca e outros tubérculos que eram consumidos no cotidiano e nos rituais.

Aos poucos, as ideias foram criando corpo; os jovens escutavam e se interessavam em representar o território, com algumas dificuldades de extrapolar os limites da Terra indígena, em especial o lugar de habitação e um pouco mais até a roça, por se tratar das experiências vividas nesses espaços. O mais importante foi o contato das três gerações de Kali'na presentes hoje na Comunidade do Galibi; indicamos como a segunda geração dos Kali'na aqueles que nasceram no Brasil, mas conviveram com os protagonistas da migração - que eram seus pais - sendo essa segunda geração, os últimos falantes da língua Kali'na no Brasil; a terceira geração é de jovens adultos frutos de casamentos interétnicos, que conviveram com os avós que fizeram a migração, mas não falam a língua; hoje, já há uma quarta geração, que são jovens e crianças que não conheceram os migrantes da migração e a maioria vive na cidade de Oiapoque.

Figura 64: escuta dos jovens.

Fonte: Davi Marworno.

Na sequência dos trabalhos, foi delimitado onde seria representado o núcleo de habitação da comunidade como ponto de referência da vida social e das relações estabelecidas e, a partir daí, foram buscar os elementos de conexão e interação entre os Kali'na e o entorno nas diversas dimensões.

Figura 65: Delimitação de um marco central.

Fonte: Davi Marworno, 26/02/2022

A figura abaixo traz como referência os bancos de areia, eram ilhas que se formavam no verão quando o rio baixava; desses lugares os Kali'na retiravam areia, mas também

utilizavam como local de lazer. Segundo o relato dos jovens mesmo os bancos de areia estando em evidência no verão, na infância eles podiam ver a prainha quando a maré baixava, no período de inverno; mas as mudanças nos últimos trinta anos têm ocasionado a visualização e usufruto dos bancos de areia somente na estação de verão e mesmo assim não mais no volume que se via antes.

Figura 66: Definição dos bancos de areias e de pescas na foz do rio Oiapoque.

Fonte: Davi Marworno, 22/02/2022.

Os lugares de pesca e o mangue eram importantes para o sustento, uma vez que os Kali'na tinham a prática de moquear e salgar os peixes de forma a conservá-los por algum tempo; essa prática não era usada como comércio - segundo a fala de Lucília durante a oficina - eles nunca comercializavam o peixe.

Depois de continuar trazendo os elementos ao longo do rio que formavam o rol de relações dos Kali'na, houve um momento de pausa nos desenhos e na localização desses elementos no mapa e iniciou-se uma série de narrativas de suas vivências com o rio, expressão do território e da identidade; uma pausa para trazer as diversas histórias sobre as ilhas de rochas no meio do rio e as tormentas, como lugares respeitados na cosmovisão Kali'na e também as relações com os vizinhos, como as festas dos santos juninos, sendo cada santo

festejado numa comunidade e todos iam para essas festas, mesmo que na época as canoas eram a remo e não tinha motor, isso não era uma dificuldade mas uma oportunidade de socializar-se; o rio Oiapoque, na década de 1970, ainda era muito habitado nas suas margens - tanto do lado brasileiro quanto do lado francês.

A fronteira nacional não era um limite físico, ao contrário, era uma oportunidade de troca e circulação, além de se configurar como visitas aos vizinhos, sem importar se era Francês, Brasileiro, Crioulo, Saramacá, Galibi ou outros indígenas que tinham famílias dos dois lados do território - o fluxo se fazia mais livremente sem barreiras.

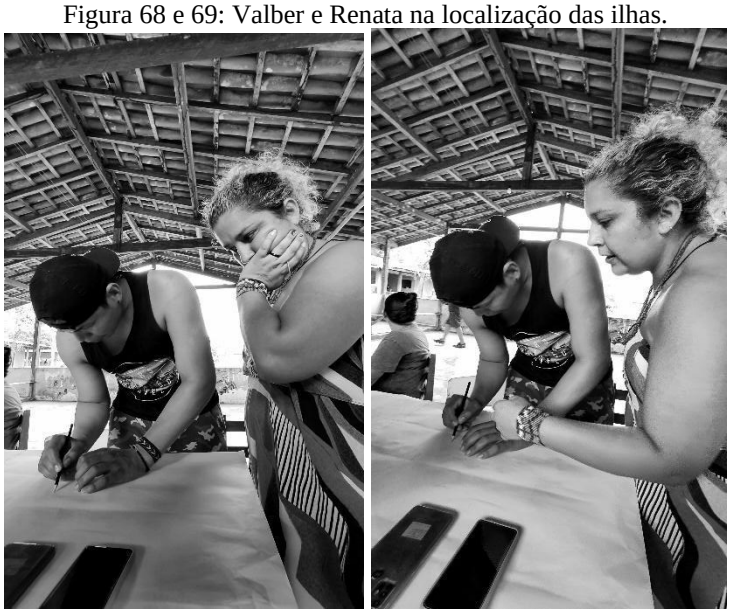
Figura 67: Uma pausa para as narrativas.

Fonte: Davi Marworno, 26/02/2022.

Segundo Renata Lod, não são os donos dos lugares que exercem o poder, mas os lugares que atraem os seus donos; ela cita como exemplo as ilhas; para os Kali'na, são lugares que demandam respeito e atenção e por isso não devem ser visitados ou deve-se ter cuidados e precauções ao visitar, sobretudo, em alguns momentos específicos, quando as mulheres estão menstruadas, por exemplo.

Veremos representados no mapa mental alguns lugares que, para os Kali'na, impõem respeito, cuidado e que precisam ser mantidos como estão; esse conhecimento serve também às futuras gerações, por isso, mapeá-los é também uma forma de preservação e de continuidade das narrativas ancestrais, agora mediante novas técnicas de transferência do conhecimento, como a ferramenta cartográfica.

Figura 68 e 69: Valber e Renata na localização das ilhas.



Fonte: Davi Marworno, 26/02/2022.

Figura 70 e 71: acabamentos na representação do mapa mental.

Fonte: Davi Marworno, 27/02/2022.

A representação do território Kali'na tomou como base o rio Oiapoque e as diversas maneiras que eles se relacionam, seja com os aspectos físicos e naturais, como a prainha que é um banco de areia, o lugar de tirar argila ou com a ilha de Santa Maria, lugar ritualístico dos Saramakas (povo quilombola da Guiana Francesa) que habitavam na outra margem do rio, na comunidade Tampac. Em cada uma dessas relações, pode-se distinguir a relação de uso por parte dos Kali'na: no caso do banco de areia, a relação de uso com a finalidade de perpetuar uma atividade cultural; a retirada de argila de qualidade pelas ceramistas, a fim de continuar a produzir suas peças; a relação com os Saramakas que se dava no nível econômico de trocas de mercadorias e social nas festas; e até mesmo de observação, no caso da ilha de Santa Maria,

que não é frequentada pelos Kali’na, por ser um local de ritual dos Saramakas, portanto é um lugar respeitado.

As próximas figuras apontam para a finalização da oficina da construção do mapa mental, representando como esse grupo de Kali’na vê o território. Embora as imagens possam falar por si, são momentos capturados numa lente e ficam nas imagens, por parte de quem viveu o momento, as lembranças dos diálogos estabelecidos durante a atividade.

Figura 72: informações checadas entre segunda e terceira geração de Kali’na.

Fonte: Davi Marworno, 27/02/2022.

Figura 73: finalização do mapa.

Fonte: Davi Marworno, 27/02/2022.

A oficina foi um momento de trazer à tona memórias, narrativas e trocas de conhecimentos entre as gerações de Kali'na. Como disse Sonia Jeanjacque na avaliação da oficina:

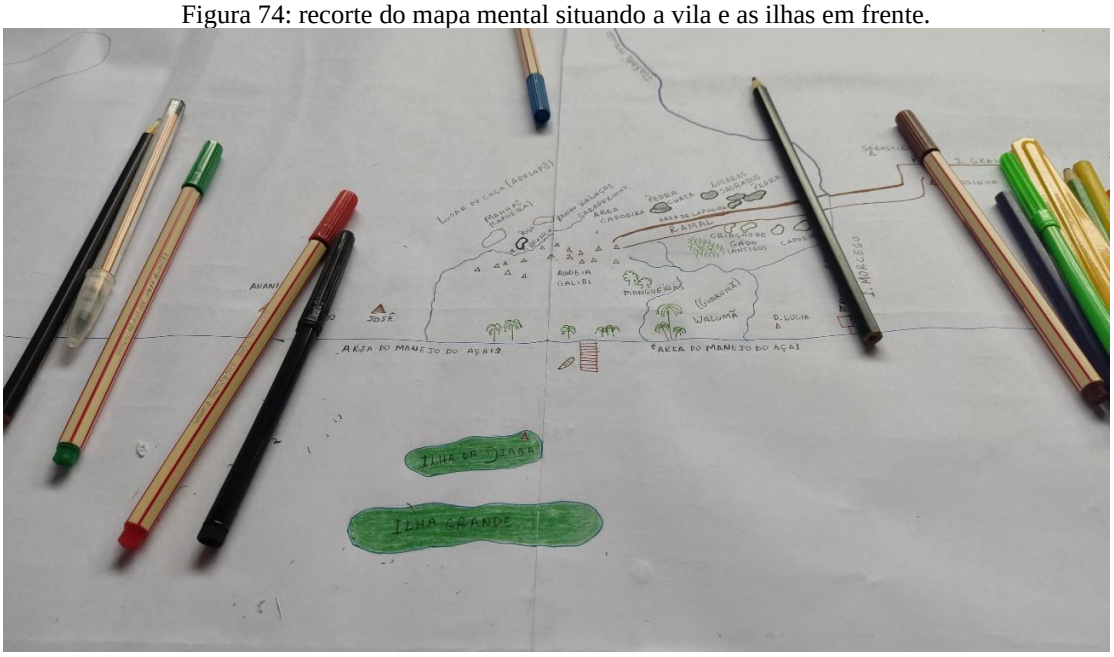
Conseguimos fazer um bom trabalho, nesses dois dias de oficina quem prestou atenção conseguiu aprender muita coisa; a gente sabe que é bem difícil partir do zero, tentar imaginar o que a gente vive no nosso cotidiano e tentar montar um mapa; a gente viu que conseguiu fazer esse mapa colocando coisas que a gente vive, com coisas de antes e de agora, tentando juntar o passado e o presente num só mapa; esse mapa pode vir a ser de grande valia para a comunidade, para a escola. Talvez em algum momento a gente não soube explicar algumas outras coisas assim porque quando se fala sobre o sobrenatural é muito difícil de falar; eu entendo que nem tudo a gente consegue falar e explicar nos detalhes que a gente sabe; talvez não consegue encontrar as palavras certas, talvez ali faltou um pouco mais, pode ser por essa dificuldade de não conseguir explicar, mas quando a gente mapeou esses locais com muito cuidado eu entendo que é pra saber que a gente precisa ter cuidados com esses locais.

A fala de Sônia nos faz perceber que, quando falamos de território indígena, não podemos nos limitar à esfera da terra e da biodiversidade, como vimos na cosmovisão Mapuche, apontada Por Bastien Sepúlveda na sua tese (2011), o território se divide em diversas dimensões, mas os elementos da dimensão do mundo dos invisíveis que são postos no mapa é um indício que são lugares sagrados que precisam ser conhecidos pelas novas gerações para serem respeitados. Esse respeito também é uma forma de preservação.

As cosmovisões indígenas sobre o território ultrapassam uma cosmovisão ocidental colonial e, muitas vezes, a cosmovisão indígena não pode ser revelada porque existe um limite entre os mundos. Segundo Alexis Tiouka, *honon*, palavra na língua Kali'na que quer dizer território, terra, essa terra é dividida em várias zonas de vida, sendo o mundo dos vivos = biodiversidade, o mundo dos humanos = bons e maus, e o mundo dos espíritos; o território Kali'na começa no Kapu unti = raiz do céu até o Kapu = céu, do centro da terra em direção ao céu.

No mapa mental, assim como na fala de Sônia, foram representados elementos do passado e do presente, lugares de uso e lugares de respeito, de reverência, sobrepondo-se os mundos dos vivos, dos humanos e dos espíritos.

Figura 74: recorte do mapa mental situando a vila e as ilhas em frente.



Fonte: Davi Marworno, 27/02/2022.

Figura 75: foto final da oficina.

Fonte: Davi Marworno, 27/02/2022.

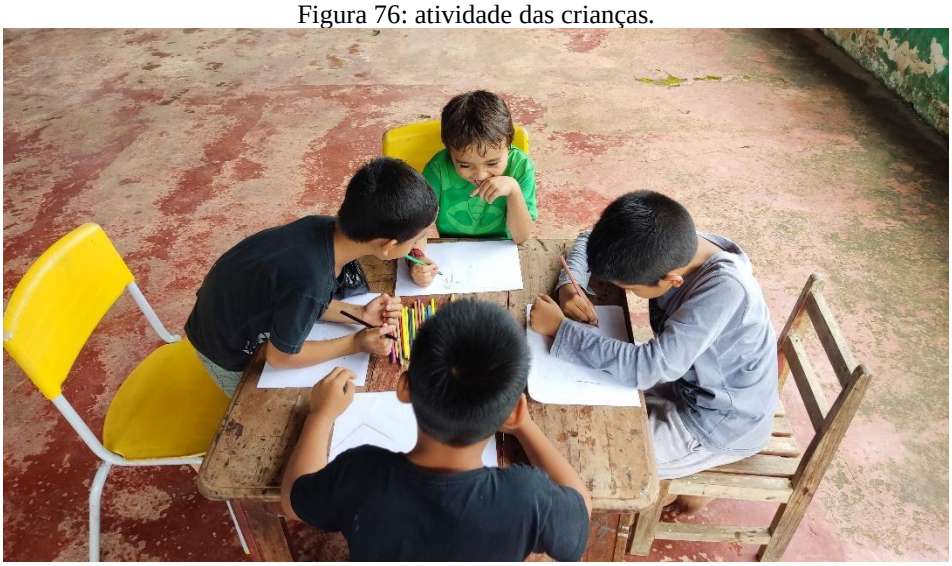
O término da oficina para os Kali'na teve grande alegria, esperança e gratidão, repetidas nas falas de Kassia, que disse que muitas coisas estavam no cotidiano, mas eles não

tinham dimensão da importância e a oficina proporcionou tomar consciência delas. Miguel lembrou de uma importante rocha muito alta que fica dentro do território que, ao subir, é possível ver a montanha *d'Argent* do lado francês; essa lembrança justifica que tem muitas coisas que não foram mapeadas, algumas foram faladas, mas nem todas foram faladas também, seja por esquecimento ou por que deve ficar apenas na oralidade dos Kali'na.

Na avaliação de Lucília, o início foi difícil de saber de onde partir, mas foi conversando, dialogando, contando histórias e essa troca proporcionou a elaboração desse mapa que não existia e que ficou muito bem feito. Cristina complementou a avaliação, trazendo que embora ela não tenha desenhado, ela contou as histórias e trouxe a memória do que ela sabia, esse mapa a surpreendeu, pois ela esperava que se falasse só da vila e das mudanças ao longo dos anos, mas foram até a Ponta dos Índios, estendendo-se além da esfera local e próxima, que seria só o lugar de habitação.

Na avaliação de Valber, foi importante o conhecimento construído juntos; os desenhos que as crianças fizeram mostram o envolvimento deles e a participação naquele momento importante para os Kali'na. Embora ele tenha desenhado, ele sentiu muita dificuldade de localizar sobretudo as coisas que se encontravam no limite da Terra Indígena Galibi, uma vez que ele só foi algumas vezes no período de limpeza dos marcos de limite da Terra Indígena, que ocorre a cada ano, no período do verão. Mas foi importante para sua formação.

Figura 76: atividade das crianças.



Fonte: Davi Marworno, 26/02/2022.

A fala de Valber denota que é possível representar e falar com segurança daquilo que se experienciou, como aponta Geertz (1997), mas que sempre podemos representar; até mesmo as crianças, com suas visões de mundo e pouca experiência de vida devido à idade.

Após uma descrição das memórias que compuseram a oficina de cartografia social com os Kali'na de Oiapoque, analisaremos no próximo tópico as narrativas e os elementos destacados a partir do mapa mental.

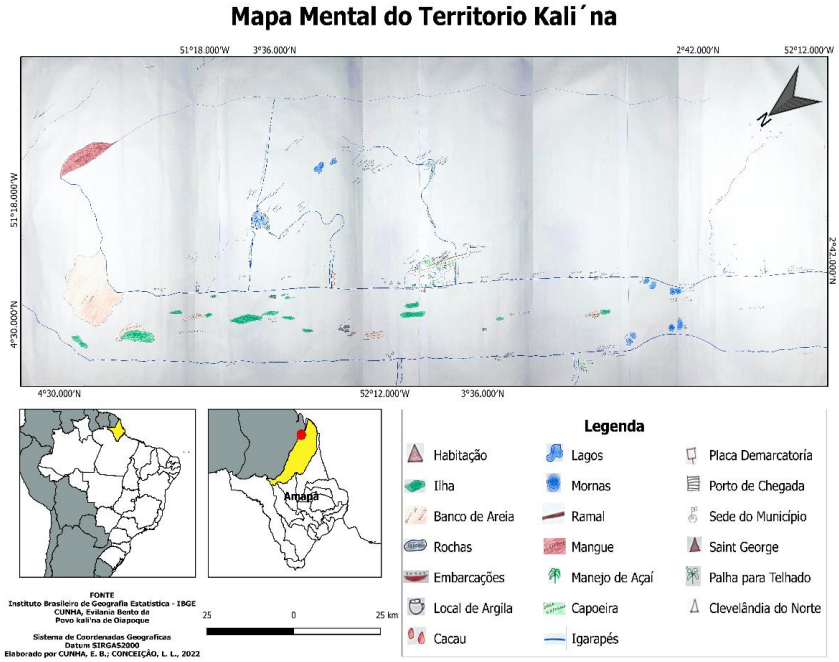
4.3 ANÁLISE DAS NARRATIVAS E DOS ELEMENTOS QUE ESTÃO NO MAPA MENTAL

Esse tópico pretende partir do mapa mental e apresentar quatro sessões, sendo que cada sessão será composta pelos elementos e narrativas que foram faladas durante a oficina:

1. Os elementos de representação do sagrado que estão no mapa: as ilhas, as rochas, as tormentas, os animais e os seres sobrenaturais;
2. Lugares de uso para reprodução da cultura: local da argila, *gabaret*, árvores de construção de canoa e tambor, lugares de pescaria;
3. Elementos que representam os fluxos e deslocamentos: caminho para a Aldeia Santa Izabel, caminho para o oceano, ramal, limites da terra indígena;
4. Elementos de comercialização: Clevelândia, Saint George, os produtos que eram comercializados.

A seguir a Carta-imagem contendo o mapa mental em sua integridade, com todos os detalhes; vemos uma gama de informações que sobrepõem a vivência e ideia do território trazida pelos Kali'na.

Mapa 6: resultado da oficina de cartografia social.



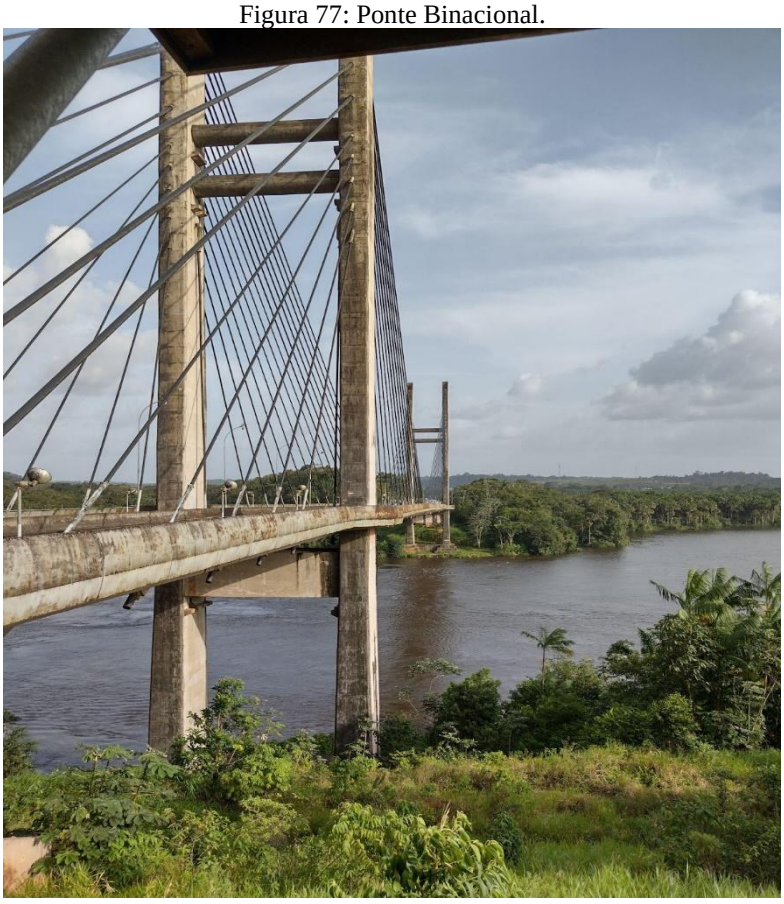
Fonte: IBGE/CUNHAE.B./POVO KALI'NA, 2022.

Para melhor visualização dos detalhes contidos na Carta, segue em anexo a imagem do mapa mental construído pelos Kali’na, na oficina de cartografia social, na comunidade do Galibi.

Na tentativa de representar o território Kali’na, o que é o território para os Kali’na da forma mais abrangente e sem se limitar a Terra Indígena demarcada. Verificamos, ao término, que de uma certa forma foram resgatados elementos seguindo o contorno da T.I. Galibi; essas insígnias marcam como os Kali’na se relacionam com esses espaços e trouxeram relatos de suas memórias.

O primeiro conjunto de elementos que traremos são os lugares sagrados, ou que na cosmovisão Kali’na precisam ser respeitados. Seguindo a ordem das narrativas na elaboração do mapa mental, partiremos das Mornas - esse termo é utilizado pelos Kali’na para definir uma espécie de redemoinho associado à presença de rochas no rio Oiapoque; essas mornas se encontram embaixo da Ponte Binacional e em frente à Comunidade Blondin, uma comunidade indígena nas margens do rio Oiapoque do lado Francês. A figura abaixo mostra a Ponte Binacional.

Figura 77: Ponte Binacional.

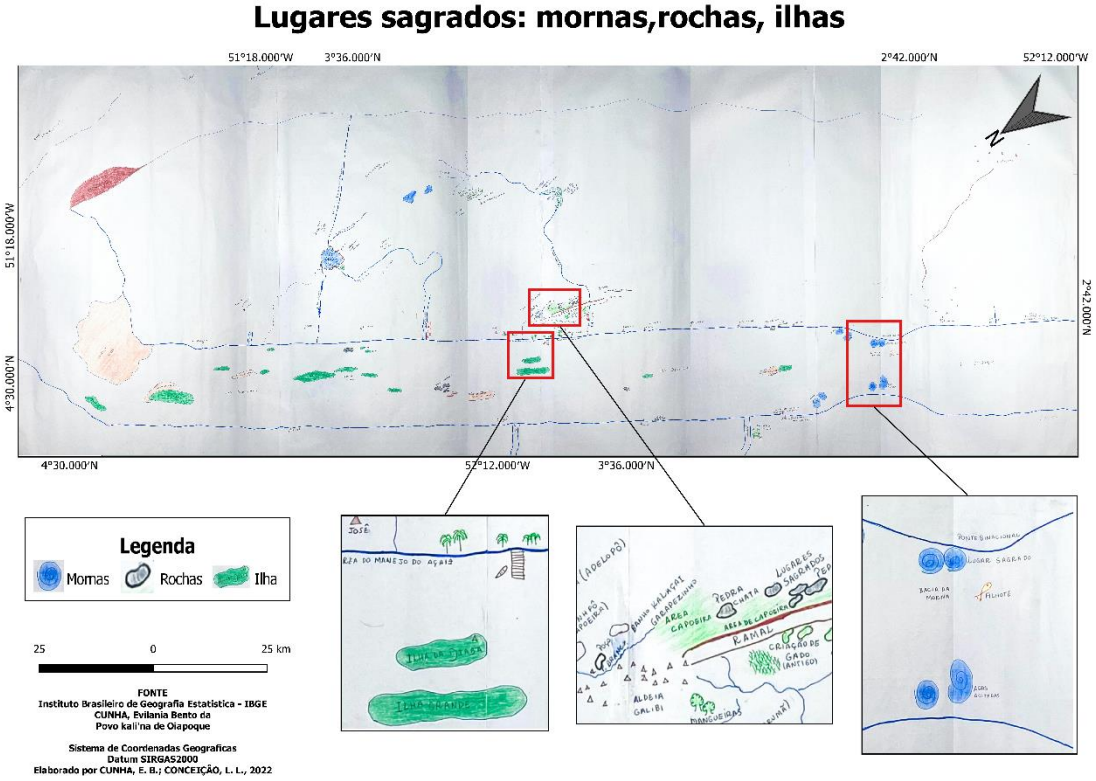


Fonte: CUNHA, E.B., 2022.

Ao localizar a ponte, foi mencionado que seria um local de abundância do peixe filhote, porém Cristina logo acrescentou que pode até ser, mas seu pai não ia ali para pescar; segundo ela, eles sempre pescavam na direção da foz indo para o oceano. Daí iniciou uma sequência de narrativas, de forma que uma história foi se ligando à outra. As mornas exigem dos Kali'na uma atitude de atenção, de cuidado, de temor; é um lugar que demanda respeito; sem entrar em detalhes, Renata falou que seu avô explicava porque as mornas eram redondas e porque deveriam ser respeitadas. Lucília complementou que, nas histórias contadas por seu pai, ali havia afundado um navio, tinham inclusive encontrado uma âncora, na continuidade à menção de que aquela região já foi garimpada para ouro, ainda na década de 1980, quando não existia uma legislação ambiental para exploração minerária de uma forma abrangente como se tem depois, sobretudo, da Conferência da Rio 92, sediada no Rio de Janeiro, no ano de 1992, por isso o nome.

O mapa abaixo dá destaque para os elementos sagrados trazidos pelos Kali'na na elaboração do mapa mental.

Mapa 7: Lugares sagrados para os Kali'na.



Fonte: IBGE/CUNHA, E. B./POVO KALI'NA, 2022.

Ao abordar sobre as mornas, Renata conta uma experiência vivida que vai fazer emergir várias memórias dos participantes que colocarei na sequência:

Uma primeira atitude ao passar pelas mornas é diminuir a velocidade do motor da voadeira; uma vez, a gente estava indo para o Galibi, estava a tia Diana, não sei se mamãe estava, ao passar um rabo amarelo muito grande bateu na água, Diana quase cai, na hora vovô disse: fiquem quietas não digam nada e fomos embora. (Claudia Renata Lod, 26/02/2022)

Uma vez vinha eu papai, a finada Joana, aí lá onde eles cortam pra vir pra cá, eu não sei, mas era um peixe muito grande, eu pensava que era tubarão... (é filhote... completou Miguel). Lá tem muitas pedras quando a maré está seca, pedra diferente que a gente nunca viu. (Cristina Lod, 26/02/2022)

Ao mesmo tempo que os relatos surgiam em torno das mornas localizadas embaixo da Ponte Binacional, foram surgindo as menções a outros elementos sagrados ou temidos pelos Kali'na como as rochas, e nessas rochas habitam outros seres que são denominados "o dono do local", mas na explicação de Renata é o local que chama esses seres; nesse caso, são as rochas que chamam, são as ilhas que chamam, é a floresta que chama, portanto, esses lugares precisam ser temidos e respeitados.

São as rochas que chamam esse ser, o ser pode ir embora, mas as rochas ficam e vão continuar chamando os seres sobrenaturais, nesse caso o peixe. (Claudia Renata Lod, 26/02/2022).

No despertar das narrativas, Sonia Jeanjacque diz: agora entendi a história que tia gorda contava, a filha de Sônia perguntou: qual é a história? E Sônia respondeu: depois eu te conto. Esse diálogo confirma que existem coisas que podem ser ditas e coisas que não podem ser reveladas e que a essência da cultura indígena está na oralidade; talvez, uma estratégia de manter viva a cultura e a ancestralidade, esteja no fato de passar de geração para geração as histórias e a disciplina com que devem ser seguidos os costumes.

Continuando na Ponte Binacional e nas narrativas sobre esse local, no ano de 2021, uma voadeira vinda do Galibi naufragou embaixo da Ponte, nas imediações das mornas e Sonia relembrou que na fala dos bombeiros que vieram de Macapá para resgatar a voadeira e o motor, após terem mergulhado e não encontrado, que não teria como descer mais, pois tinha caverna e que eles poderiam ser sugados para dentro da caverna e desse modo davam-se por encerradas as buscas. Todas as narrativas sobre elementos naturais e sobrenaturais na cosmovisão Kali'na, podem ser aprofundadas com conhecimentos de outras ciências como a

Geologia, Oceanografia, Arqueologia, por pesquisadores dessas áreas, o que não faremos por ocasião dessa pesquisa, mas elencamos como indicações de pesquisas.

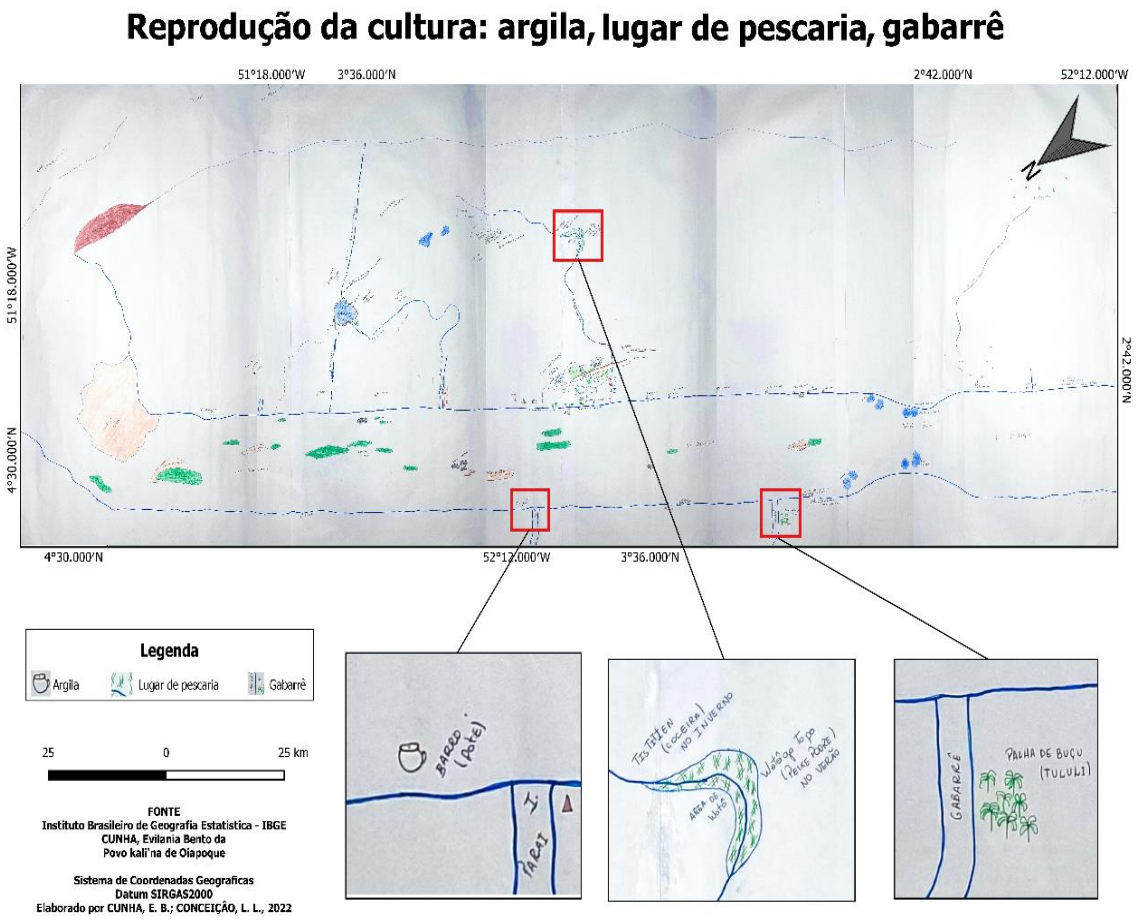
Renata puxa o tema das ilhas, ela diz um outro lugar temido são as ilhas:

Eu lembro do vovô contando que até o tio Miguel faz parte das histórias do vovô, de quando eles eram crianças. As ilhas sempre foi lugar da gente ter receio, da gente ter medo. Lembro do vovô contar a história que ele foi pescar de noite, aí o titio acho que era o titio Renato que pensou que era uma pedra, ele ia descendo e a pedra ia afundando, quando eles se deram conta não era pedra era um bicho, então as ilhas sempre andam pelos rios, que na verdade elas são as casas de alguns bichos. As ilhas pra gente sempre foi lugar que a gente tem que ter distância, todas, praticamente todas as ilhas. (Claudia Renata Lod, 26/02/2022).

Foi mencionada a Pedra da Sereia, do lado francês, as pedras que margeiam o rio Oiapoque, mas na área de floresta dentro da Terra Indígena também tem pedras, e tem uma específica onde era dado o banho de *kalassai*, um banho feito com essa planta que tem a função de proteção. Renata lembra que, sempre na lua cheia de outubro, seu avô pegava, acordava as crianças bem cedo, quando a lua ainda estava no céu, e ia até essa pedra branca, como era conhecida, que não era muito longe da casa. Todos tomavam esse banho como proteção; segundo Renata, faz parte de um ritual muito antigo dos Kali'na. E tem alguns períodos que doenças como a malária aumentam; então, nesses tempos toma-se o banho de *Kalassai* mais de uma vez no ano; ela relembrou do ano que até o gado morreu de malária, ela observou ainda que é como se existisse um ciclo que as pragas e doenças podem vir com mais intensidade. Sônia reforça que a pedra, o mato e o rio são lugares dos quais devem manter distância e, caso tenha que ir, precisa ter alguns cuidados.

O segundo conjunto de elementos que destacamos no mapa mental são os lugares de uso para reprodução da cultura: local da argila, *Gabaret*, árvores de construção de canoa e tambor, lugares de pescaria.

Mapa 8: destaque para elementos da cultura.



Fonte: IBGE/CUNHAE.B./POVO KALI'NA, 2022.

A cerâmica é um traço da cultura Kali'na; os potes de argila serviam para conservar água, para cozinhar, armazenar e servir o caxixi, bebida fermentada da mandioca consumida no cotidiano e nas festas da comunidade; para tanto, era necessário encontrar um local para a retirada de argila para fabricação desses utensílios; esse local ficava em frente à comunidade na margem esquerda do rio Oiapoque em direção à foz, sendo essa margem do rio parte do território francês.

Outro lugar também na margem francesa era o local de retirar as palhas que serviam de telhado para as casas; essas palhas só eram encontradas nas margens do Igarapé do Gabaret; nos primeiros anos da comunidade, todas as casas tinham esses telhados que - na arquitetura tradicional Kali'na - chegavam próximo do chão e não tinha paredes. Cristina Lod lembra que na sua infância ela viveu numa casa assim, depois mudou para casa de madeira e depois para casa de alvenaria. Nota-se a necessidade de um conhecimento dos recursos naturais e de onde se pode encontrá-los.

Miguel Jeanjacque diz que assim era também em relação às canoas que eles fabricavam: era encontrada a árvore apropriada dentro da floresta, na própria Terra Indígena, a fabricação era lá onde se derrubava e depois traziam para margem do rio; infelizmente essa técnica não é mais conhecida pelas novas gerações de Kali'na. Assim também, a madeira e o cipó, para a confecção do tambor, eram retirados na floresta e o couro era da caça de veado, de forma que foi possível uma continuidade da cultura material Kali'na nessa nova terra.

A pesca sustenta a tradição alimentar dos Kali'na; na fala de Lucília, durante a oficina, ela diz que os Kali'na nunca venderam peixe; mesmo quando era pescado em grande quantidade, se partilhava na comunidade e o excedente era salgado e armazenado; esse processo de salgar o peixe segue uma técnica no costume Kali'na. Os locais de pesca para os Kali'na eram, em especial, o rio Oiapoque em direção à foz, no próprio oceano e seguia a estação de cada espécie; no período do caranguejo, eles iam para o mangue onde o rio Uaçá deságua no rio Oiapoque e em seguida no oceano atlântico – hoje, o mangue está dentro da área do Parque do cabo Orange. E, por isso, tem sido alterada a forma de uso desse recurso alimentar.

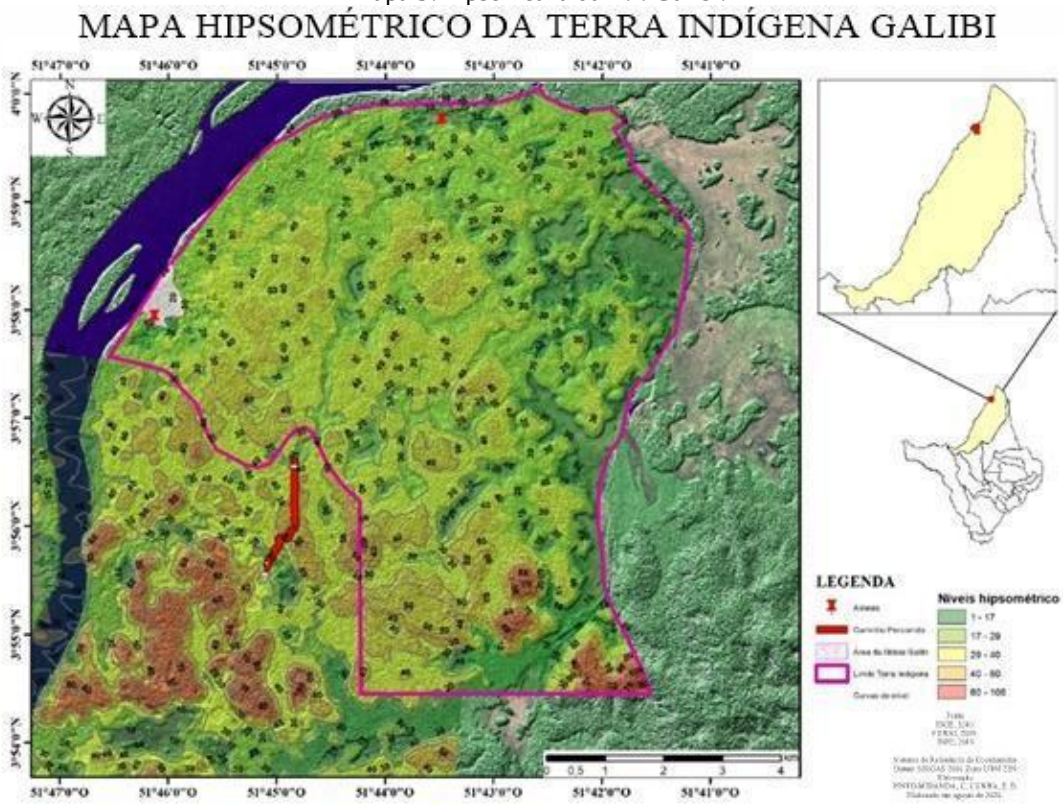
Dentro da terra Indígena tem muitos igarapés; durante a oficina isso foi mencionado e ficamos muito tempo conversando sobre um lago na extensão do limite da Terra indígena Galibi, conhecido como Lago do Peixe Podre, porque durante o inverno alaga e forma-se um lago com uma diversidade de peixes muito grande e de muito apreço dos Kali'na e, no verão, o lago seca ocasionando a morte dos peixes, ficando com um forte cheiro de decomposição. Percebe-se a sazonalidade de uso dos recursos naturais; na língua Kali'na, eles nomearam com o nome do peixe em maior abundância na estação de inverno e de Peixe Podre na estação do verão.

As Figuras 78 e 79 abaixo mostram o Lago do Peixe Podre no mês de julho, ainda como área alagada com um dos marcos de limites. Na sequência, tem um mapa isométrico da T.I. com um recorte do percurso feito em julho de 2020 com objetivo de verificar a possibilidade de um ramal que chegasse ao ramal do Igarapé grande, e em outro mapa, mostra a projeção do ramal saindo da comunidade.

Figuras 78 e 79: marco limite 2 da T.I. Galibi conhecido como Lago do Peixe Podre.

Fonte: CUNHA, E.B., trabalho de campo, julho/2020.

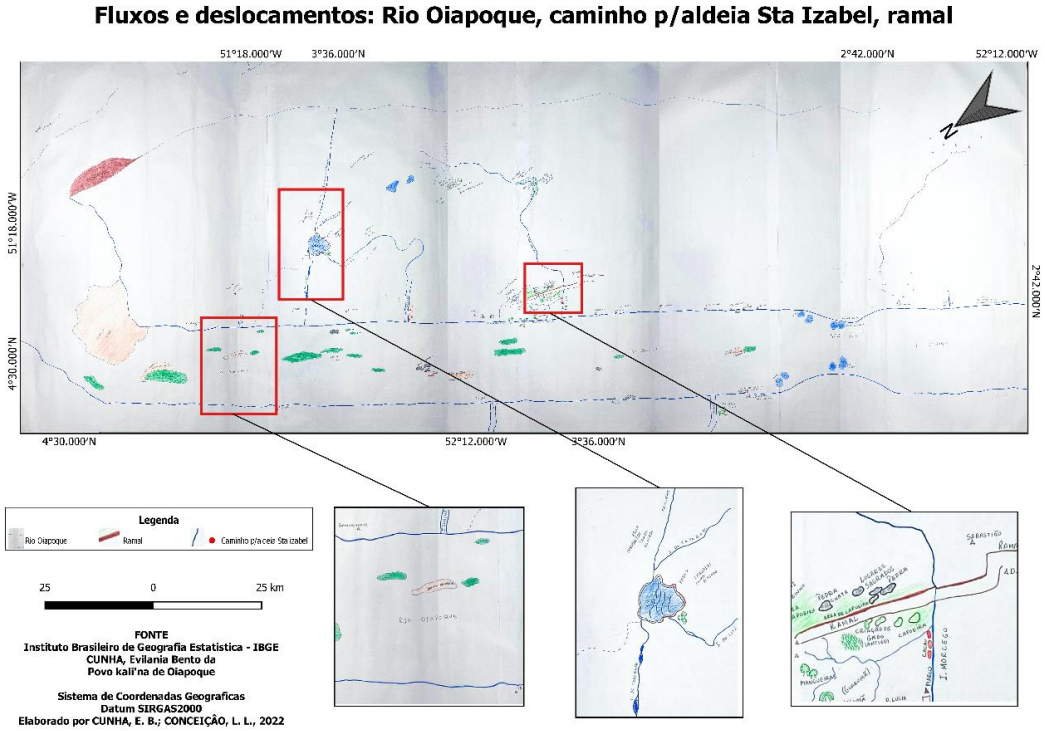
Mapa 9: hipsometria da T.I. Galibi.



Fonte: CUNHA,E.B.; PINTO-MIRANDA, Cleuton, 2020.

O terceiro conjunto de Elementos que representa os fluxos e deslocamentos: caminho para a Aldeia Santa Izabel, caminho para o oceano, ramal, limites da terra indígena. Podem ser visualizados no próximo mapa.

Mapa 10: destaque para elementos de fluxo e deslocamento.



Fonte: IBGE/CUNHAE.B./POVO KALI'NA, 2022.

O rio Oiapoque tem sido o canal para os diversos fluxos dos Kali'na; ao começar a trazer para o mapa os elementos que constroem o território Kali'na partiu-se, do rio Oiapoque e observou-se as diversas relações estabelecidas com esse rio. Para vir de Cayenne, os parentes que continuaram na Guiana vinham no barco que fazia linha na época, sendo essa a principal linha de circulação; a outra forma de chegar a Saint George era através de avião, pois a rodovia não existia.

A navegação no rio se dava para comercializar em Saint George e em Clevelândia e a viagem pra Clevelândia acontecia pelo menos uma vez por mês, feita com toda a família, para ajudar a remar, mas era também uma oportunidade de passeio e de vender e comprar o que precisava no comércio local.

Um outro caminho é através do Igarapé do Taparabu, que faz a fronteira da Terra Indígena. No inverno, a água sobe no campo, tornando possível chegar no rio Curipi; a primeira vez que Miguel trouxe sua esposa, que era Karipuna da comunidade Santa Izabel, foi por esse caminho. Os mais jovens não conhecem esse caminho, mas na década de 1950 e 1960, era muito utilizado pelos Karipuna do rio Curupi para cortar caminho e chegar em Oiapoque, mas também para desviar do Encruzo e evitar pagar imposto de suas mercadorias ao SPI. Essa rota não era muito feita pelos Kali'na e embora tenha sido feita algumas vezes, era mais usada pelos Karipuna. Em março de 2022, numa atividade de fiscalização dos limites

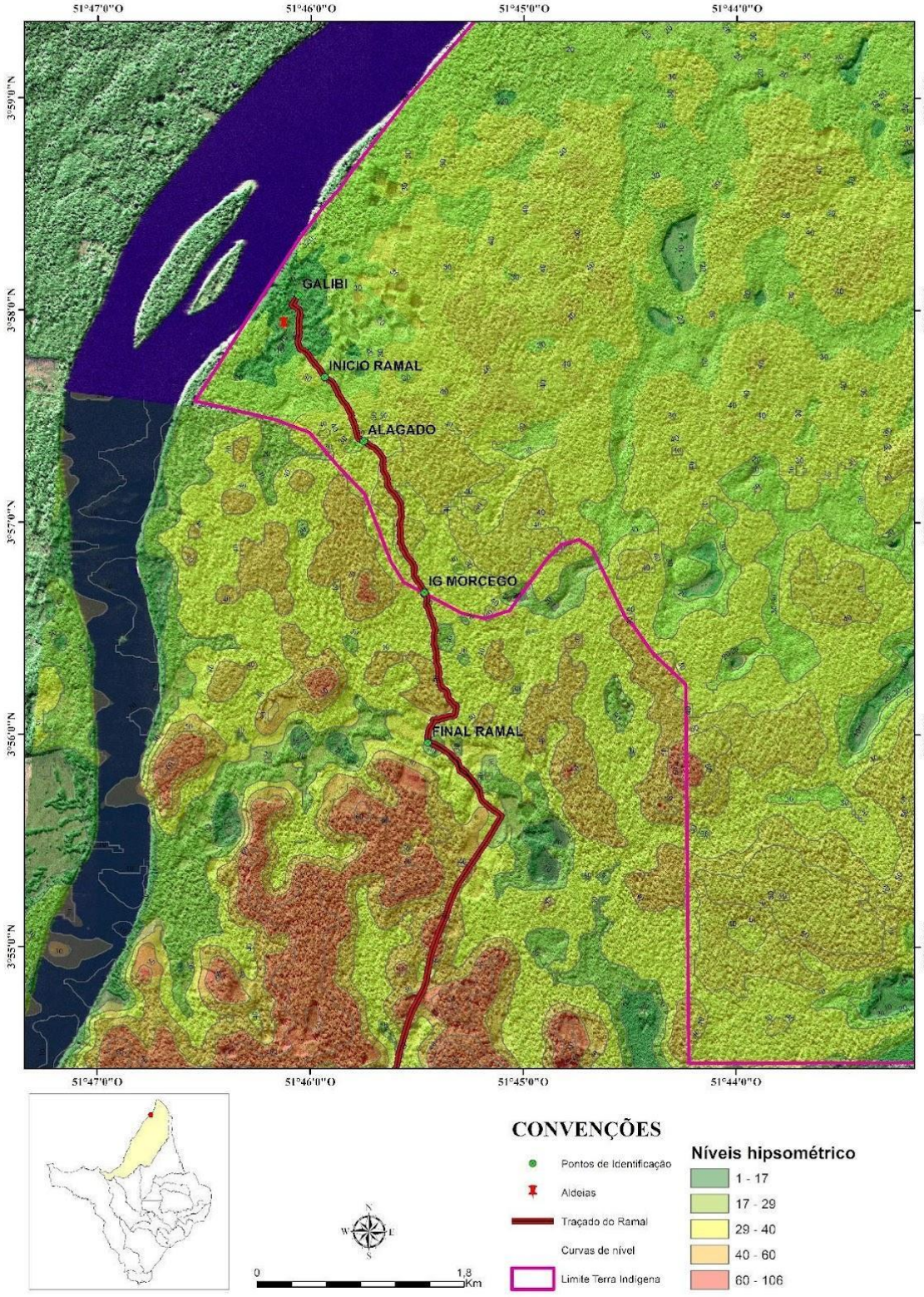
da Terra Indígena, como atividade de um projeto que a Associação Na’na Kali’na recebeu financiamento, foi feito esse caminho, mas estava muito fechado indicando que há muito tempo não é frequentado, o que representa algo positivo, pois fica no limite de três terras Indígenas, indicando a conservação destas terras e também pelo avanço no meio de transporte essa rota não é mais necessária.

Figura 80: Aldeia Kuai Igarapé do Taparabu.

Fonte: Naná Kali'na, 2022.

O outro caminho é o ramal que liga a comunidade do Galibi à cidade de Oiapoque, pelo ramal do assentamento do Igarapé Grande; a iniciativa pretende aproximar as distâncias, facilitar o fluxo e sobretudo tirar o trabalho pesado, especialmente para os homens que devem puxar as voadeiras da margem do rio por causa de roubos. Poderíamos discutir sobre os impactos positivos e negativos da abertura de uma estrada ligando a cidade à Terra Indígena, mas os Kali’na pediram que não abordasse esta tese por se tratar de algo que está acontecendo e as análises e reflexões podem não ter bases sólidas; além disso, eles mesmos querem escrever sobre esse processo talvez daqui a dez anos; como essa decisão parte de uma autonomia desse povo, eles pretendem ser protagonistas desse relato.

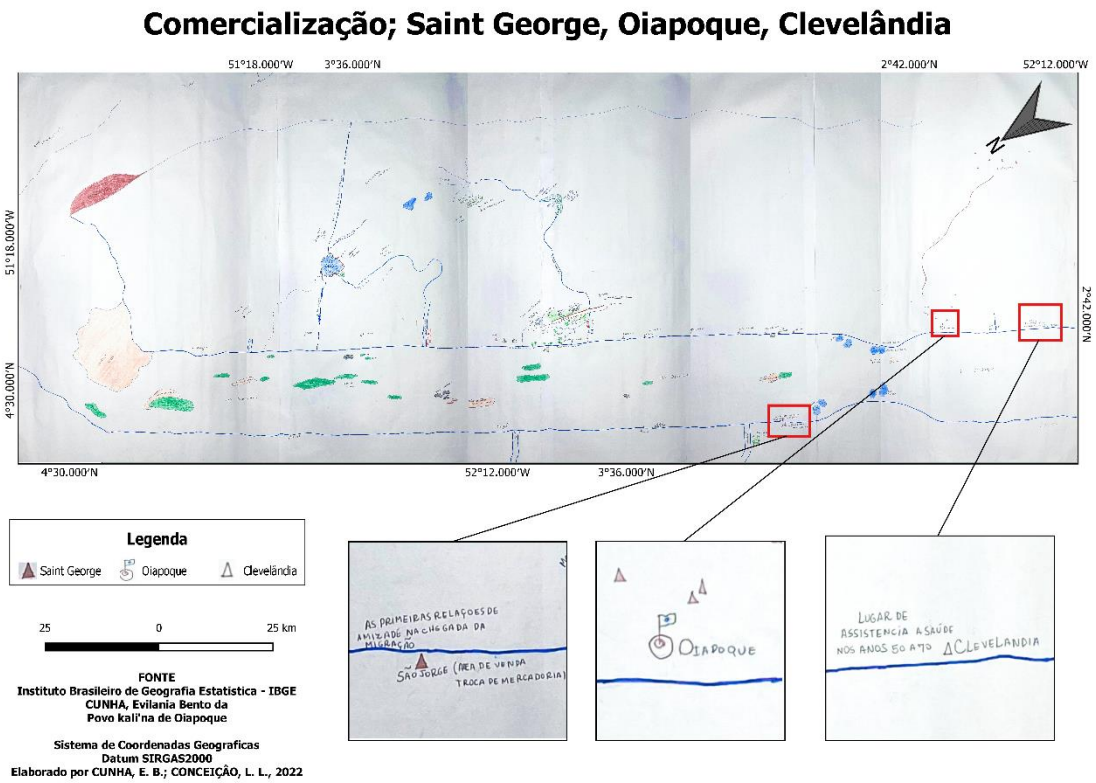
Mapa 11: projeção do ramal do Galibi



Fonte: CUNHA, E.B.; MIRANDA-PINTO, Cleuton, 2020.

O quarto conjunto de elementos presente no mapa mental que conseguimos classificar é a relação comercial.

Mapa 12: destaque para elementos locais de comercialização.



Fonte: IBGE/CUNHAE.B./POVO KALI'NA, 2022.

Como foi dito, a migração dos Kali'na seguiu uma ordem de negociações diplomáticas. Como eles eram também cidadãos franceses, tinham uma entrada fácil em Saint George, até mesmo porque nas duas primeiras décadas havia uma colaboração entre todos que habitavam essa fronteira norte do Brasil; a densidade demográfica era baixa, como indica o censo no arquivo de Expedito Arnaud, que mostramos no capítulo 3.

A outra relação comercial era com Clevelândia do Norte, com o Exército Brasileiro; os Kali'na mantinham uma boa relação, inclusive o próprio exército vinha buscar os produtos na comunidade com um barco; boa parte de que plantavam era vendido para o exército. Mas havia também as trocas com os vizinhos do rio Oiapoque, na comunidade dos Saramacá do Tampac e com outros moradores, o movimento era de troca, também os vizinhos vinham para vender algum produto especifico.

A comercialização, a troca, é uma prática dos povos indígenas, como aponta Gabriel Coutinho Barbosa (2005), nos diversos momentos históricos desde os relatos dos viajantes,

até os encontros promovidos pela FUNAI e CIMI - desde a década de 1980 até hoje, com algumas modificações dentro do contexto da globalização e do acesso aos equipamentos - sejam fornecidos pelo estado e as políticas públicas, seja pelas organizações indígenas.

4.4 DEVOLUTIVA À COMUNIDADE: OFICINA DE QGIS

A pesquisa como instrumento de verificação e de conhecimento de um dado objeto nos proporciona aprofundar na temática e adquirir elementos que possam transformar a realidade. Dentro desse pressuposto se faz necessário uma devoluta para os sujeitos que contribuíram com as informações para análise do objeto pesquisado.

Nesse sentido, após a oficina de cartografia social para elaboração do mapa mental do território Kali'na, foi oferecido para os jovens que estão em formação para atuarem como comunicadores indígenas e demais interessados indicados pela comunidade, uma oficina de elaboração de mapa com o software QGIS.

A oficina pretendia apresentar aos Kali'na as ferramentas técnicas de elaboração de mapa, como mostra a nova cartografia social da Amazônia; no princípio, a cartografia social buscava as informações dos agentes sociais locais, mas a elaboração técnica continuava com os agentes externos; com o desenvolvimento da metodologia, os agentes sociais passaram a elaborar tecnicamente seus mapas se fazendo presentes nas formações de gestão de território indígena do PNGATI.

Assim, a oficina foi organizada pela pesquisadora e um estudante de Geografia da UNIFAP do Campus Binacional de Oiapoque. Sendo ofertado no laboratório do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, nos dias 22/03 e 05/05; o espaçamento entre as datas se deu para atender à agenda dos Kali'na. No primeiro momento, foi feita uma retrospectiva da oficina de cartografia social ocorrida na comunidade nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2022, apresentando fotos da montagem da imagem para elaboração da carta-imagem.

Os jovens estudantes de Geografia, Cleuton Miranda e Leonardo Lopes criaram uma estratégia para captação da imagem que não precisasse de um scaner profissional, sendo, de certa forma, acessível em lugares distante dos grandes centros urbanos e que não possuem esses serviços de gráficas. Era preciso fotografar a imagem em partes e depois fazer uma montagem, mas fazia-se necessário centralizar e tirar a sombra, a sugestão para a questão da sombra foi utilizar lâmpadas fluorescentes; essa técnica atendeu ao nosso objetivo; abaixo, segue uma sequência de fotos que mostra o processo da captação da foto do mapa mental para elaboração da Carta-imagem.

Figuras 81, 82, 83, 84, 85 e 86: metodologia para escaneamento de mapa mental.

Fonte: CUNHA, E.B.; LOPES, L. C., março/2022.

No primeiro dia da oficina de SIG, foi feita uma apresentação teórica com uso de apresentação de slides, fazendo a memória da oficina de cartografia social e entrando no conteúdo teórico da elaboração de mapa no software do QGIS. No segundo dia, foi a parte prática da oficina, em que cada participante pode elaborar o seu mapa. Segue abaixo uma sequência de fotos feitas durante a oficina ministrada na UNIFAP no campus de Oiapoque.

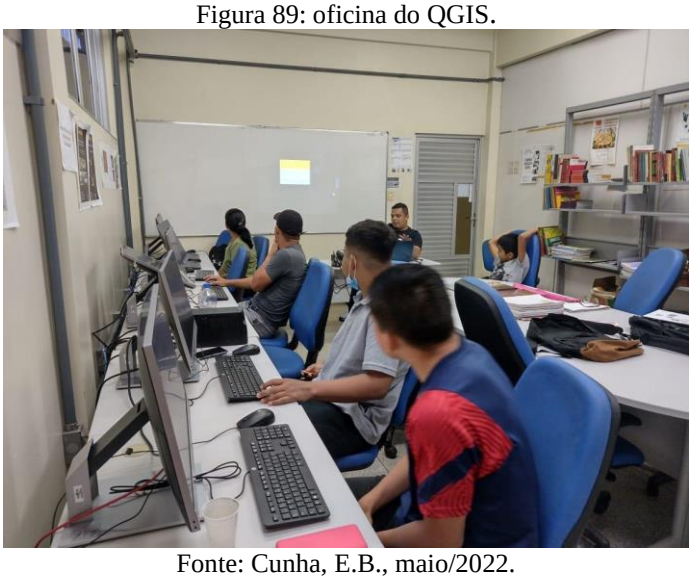
Figura 87: apresentação da oficina de cartografia.

Fonte: Leonardo Lopes, maio/2022.

Figura 88: apresentação do software.

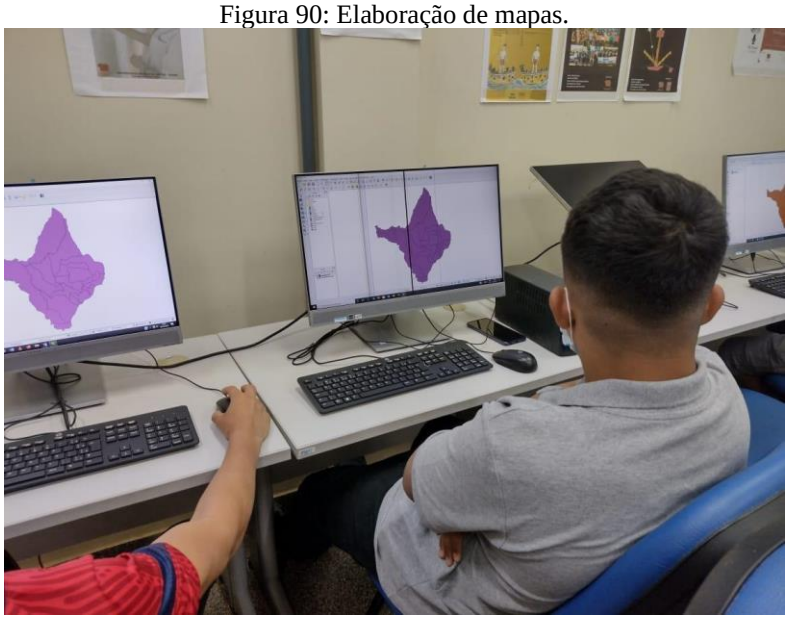
Fonte: Kassia Lod, maio/2022.

Figura 89: oficina do QGIS.



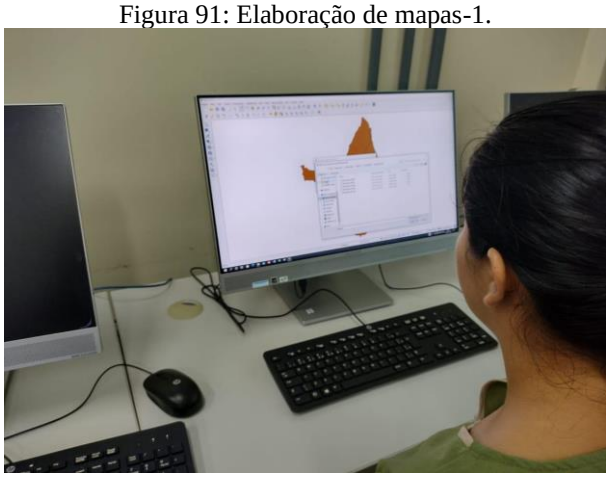
Fonte: Cunha, E.B., maio/2022.

Figura 90: Elaboração de mapas.



Fonte: CUNHA, E.B., maio/2022.

Figura 91: Elaboração de mapas-1.



Fonte: CUNHA, E.B., maio/2022.

A oficina de SIG foi uma apresentação dessa ferramenta para os Kali’na, como uma devolução da pesquisa para comunidade e também como uma perspectiva de representação que eles queiram fazer no futuro.

SÍNTESE DO CAPÍTULO 4

O quarto capítulo se propôs a apresentar o resultado da oficina de cartografia social que, além de ser uma metodologia, também foi um instrumento de colaboração com a comunidade; o objetivo da oficina era captar o que os Kali'na veem por território, qual a compreensão e quais as memórias que constituem o seu território.

A elaboração do mapa trouxe muitos detalhes da vivência, mas destacamos quatro elementos que se sobressaíram na oficina e que indicam o que é o território para os Kali'na que participaram da oficina de cartografia social e elaboração do mapa mental: os lugares do sagrado, os lugares de comercialização, os lugares de extração dos substratos para reprodução da cultura e as rotas de comercialização e fluxos.

A representação cartográfica, embora esteja muito associada à Ciência Geográfica, é uma ferramenta que nos possibilita muitas interpretações e análises; nós nos apoiamos na ideia de "Quadros Geográficos" trazidos por Gomes (2017):

> O quadro geográfico, essa forma de pensar, não é uma propriedade dos geógrafos, uma ferramenta que nos pertence. É uma maneira de organizar o pensamento que coloca em prioridade o desenho, o traçado, quando consideramos a localização das coisas, pessoas e fenômenos (...) Pretendemos afirmar que, sempre que esses quadros, fundados na localização são usados como instrumentos do raciocínio, há nisso uma forma geográfica de pensar. (...) A geografia é também uma forma de pensar. (GOMES, 2017, p. 146).

Dessa forma, sendo o desenho um instrumento para o pensar geográfico, o mapa mental dos Kali'na é uma expressão de sua territorialização na interface entre a racionalidade ocidental e a racionalidade indígena, na intenção de gerar um conhecimento sistematizado e ao mesmo tempo preservar os saberes e as tradições.

CONSIDERAÇÕES DE UM PROCESSO EM FINALIZAÇÃO

Ao longo do processo da pesquisa construímos e reconstruímos algumas vezes o caminho, esse processo favoreceu um amadurecimento do pensar e do agir, mas também e sobretudo, o do sentir.

Uma carga de conhecimento, de informações e de vivências que não conseguiram ser escritas e apresentadas nesse texto final da tese, que se acumularam como bagagem de vida e de pesquisa, que poderão vir - e certamente virão - em outras publicações e em novas posturas profissionais que se somarão depois desse tempo de amadurecimento teórico, metodológico e existencial.

Restaram muitas perguntas, e novas perguntas que se somaram; vamos continuar as buscas para conceituar Geografias Indígenas, na tentativa de um amadurecimento teórico que parta da observação, reflexão, comparação e síntese, pois entendemos nessa caminhada de quatro anos, que esse tempo não foi e não é suficiente para apresentar esse conceito.

Por outro lado, percebemos que pensar a dinâmica territorial de um povo indígena específico já nos possibilitou perceber que os conceitos existentes na Geografia ainda não dão conta de abarcar os povos indígenas e suas cosmovisões. Embora existam geógrafos que tenham feito boas teses de geografia, dialogando com as categorias de análise da geografia com cosmovisões específicas, como por exemplo, Bastien Sepulveda, que pesquisou com os Mapuche no Chile ou Sandoval do Amparo, que pesquisou com os povos do Xingu - estas foram pesquisas que questionam as geografias indígenas, baseadas nas bases epistêmicas da Geografia, mas não apresentam ainda um conceito.

Talvez essa ausência se dê pela demora com que os geógrafos iniciaram as pesquisas com os povos indígenas, gerando um grupo limitado de geógrafos que atuam nesse campo de pesquisa e que tem se ampliado, segundo pesquisa apresentada por Guerra (2020), que mostra como essa temática vem sendo apresentada nos principais eventos da Associação de Geógrafos Brasileiro.

E ainda, por se tratar de um tema complexo, pois não basta uma elaboração teórica, o que já exige bastante no campo da ontologia, mas é preciso sair do universo cognitivo ocidental no qual fomos formados, estando imbricado em nossa educação familiar e escolar, e nos colocar numa atitude de escuta para captar a elaboração do pensamento do ser indígena; e, mesmo que se escute, nem sempre é possível traduzir ou transcrever para o nosso modo de pensar ocidental aquele modo de ver o mundo.

Portanto, esse trabalho de tese provocou a continuidade dessa reflexão e quiçá chegar à conceituação das Geografias Indígenas, num futuro não muito distante.

À guisa de reflexões para um processo de finalização, cabe trazer o respeito dado nesta pesquisa às vozes Kali'na, entendendo que os povos indígenas não devem ser um objeto de estudo, mas devem estudar com; desse modo, toda a escrita e os passos da pesquisa eram dialogados com as lideranças. Foi preciso suprimir um capítulo com um tema muito instigante para a pesquisa, que era a dinâmica atual do povo, com ênfase nas vias de circulação e fluxos; a pedido dos Kali'na, esse capítulo foi suprimido após a qualificação da tese, pois eles entendem que esse momento atual apresenta divergências, está em curso e por isso não foi refletido o suficiente para ser escrito em uma tese, um documento público de acesso irrestrito e que, por sua vez, os leitores teriam acesso a uma informação não madura o suficiente.

É claro que, enquanto pesquisadora, essa decisão abalou inconscientemente o ego, pois tinha a oportunidade de escrever em primeira mão um acontecimento de autonomia indígena que vai na contramão do estabelecido. Mas por se tratar de autonomia indígena não poderia ser diferente, enquanto uma pesquisadora não indígena temos que saber até onde podemos ir, e quando devemos calar, numa ótica da decolonialidade dando voz aos sujeitos.

A pesquisa, ora em processo de finalização, nos permitiu perceber a dinâmica territorial dos Kali'na, no que diz respeito à sua territorialização no Brasil, levando em consideração o espaço e o tempo da territorialização e os seguintes elementos: como utilizam a terra; como se organizam espacialmente e como se representam nesse espaço. Assim, a dinâmica territorial Kali'na perpassa por sua territorialização no Brasil nos setenta anos desde a migração da Guiana Francesa.

Além disso buscamos, dentro da concepção de "quadros geográficos" apontado por Gomes (2017), apresentar o pensar de uma geografia indígena com imagens reproduzidas a partir do percebido, o que de outra forma seria invisível aos sentidos. Buscamos da memória as histórias que compuseram os mapas mentais, ferramenta da Nova Cartografia Social da Amazônia (ALMEIDA; FARIAS JÚNIOR, 2013) a fim de perceber a visão Kali'na do território.

Por fim, apresentamos a tese da dinâmica territorial do povo Kali'na de Oiapoque desenvolvendo na perspectiva do tempo e o espaço suas ações e relações. Assim, o primeiro capitulo nos situou na conceituação de território e dinâmica territorial nas perspectivas das teorias desenvolvidas no âmbito da Geografia e das concepções indígenas.

Na sequência mostramos o contexto da migração, as políticas públicas no país de origem, o território da Guiana Francesa e no país de destino, o Brasil através de documentos

pudemos perceber o caráter integracionista nos dois países. Já a territorialização no Brasil se deu de forma articulada com os poderes estatais instituídos, favorecendo a relação com os recursos naturais, a geração de renda e a reprodução da cultura. Contudo, alguns elementos culturais, ao longo desses setenta anos foram ficando restritos a segunda geração dos Kali'na do Brasil, por exemplo a língua.

A tese da dinâmica territorial dos Kali'na possibilitou a esse povo no Oiapoque com o auxílio da metodologia da cartografia social pensar e representar o seu território, gerando um documento cartográfico, mas além disso, alimentando a esperança e o entusiasmo por sua história, suas memórias, sua cosmovisão, sua dinâmica de vida e a continuidades da territorialização.

Certamente, existem algumas lacunas e lapsos de descontinuidade na escrita, porque é uma tarefa extremamente difícil teorizar e sistematizar a experiência de um povo; a tentativa de tradução de uma cosmovisão para outra, gera espaços em branco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de janeiro: IPPUR/UFRJ. 2008. (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais)

ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais**. 2010.

AFONSO, Almerindo Janela; RAMOS, Emilio Lucio-Villegas. Estado-nação, educação e cidadania em transição. Revista Portuguesa de Educação. 2007, 20(1) p. 77-98.

ALMEIDA, A.W.B. de; FARIAS JÚNIOR, E. de A. (orgs.). **Povos e comunidades tradicionais:** nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, C. dos S.; OLIVEIRA, Leonia R. de; OLIVEIRA, Lilia R. de. **No Tempo do SPI**: Proteção e indianidade entre os povos indígenas de Oiapoque. Revista Tellus. Campo Grande-MS, ano 19, n. 38 p. 79-102, jan./abr., 2019.

ALMEIDA, C. dos S.; OLIVEIRA, Leonia R. de; OLIVEIRA, Lilia R. de. "Mas que tipo de proteção era essa?!" Os povos Indígenas de Oiapoque e o serviço de proteção aos índios. **Anais do XIX Simpósio Nacional de História.** 2017

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa iniciação cartográfica na escola**. 4 ed. São Pulo: contexto, 2006. (Caminhos da Geografia).

_____; PASSINI, Elza Y. **O Espaço Geográfico**: ensino e representação. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2006 (Repensando o Ensino).

ALVES, Raimundo Nonato Brabo. **Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

AMPARO, Sandoval dos Santos. **Da ordem cósmica a desordem territorial:** A geograficidade amérindia no chão de Abya yala ou América Latina. Tese de doutorado em geografia, PPGEO-UFF. 2019

AYANGMA, Stanislas. **L'aménagement territorial et ses effets sur le patrimoine des communautés autochtones de la Guyane Française**. Matoury-Guyane: Ibis Rouge Éditions. 2015.

BAHUCHET, Serge; BETSCH, Jean-Marie. L'agriculture itinérante sur brûlis, une menace sur la forêt tropicale humide? Savoirs et savoir-faire des Amérindiens en Guyane française. **Revue d'ethnoécologie.** n. 1, 2012.

BARBOSA, Gabriel Coutinho. Das trocas de bens. In: GALLOIS, Dominique Tilkin. (org). **Redes de Relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp. 2005. pp. 59-112.

BORGES, Carlos Alberto Farias. Dinâmica socioambiental da atividade de garimpo de ouro no município de Oiapoque-AP. TCC apresentado à Especialização em Relações

socioespaciais na fronteira franco-brasileira ensino e desenvolvimento local. UNIFAP, Campus Binacional de Oiapoque, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, Estado-Nação e formas de intermediação política. **Revista Lua Nova**: São Paulo p. 155-185, 2017.

CAMPAGNE, Pierre; PECQUEUR, Bernard. **Le Développement Territorial**
Une réponse émergente à la mondialisation. Paris: Éditions Charles Léopold Mayer, 2014 Essai n° 204 ISBN 978-2-84377-184-2.

CARRIERE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antônio. **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial.** Revista Eisforia. Florianópolis v. 4 n. especial p. 1-336 dez/2006.

CASTILLO, Horacio Biord et al. **História de Lós Kari'nãs Período Colonial**. Caracas: Instituto Venezoelano de investigaciones cientificas, 1989.

COLI, Luis Regis. Sistemas de Informação Geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambiguidades e assimetrias. IN: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais**. 2010, pp. 93-122.

COLLOMB, Gérard. Identite et Territoire Chez Les Kali'na. À propos d'un récit du retour des morts. **Journal de la Société des Américanistes**, n. 1, v. 20, pp. 149-168, Année 2000.

CORREIA, Francinei Narciso. **Esta Assembleia é de Índio e não de Branco, e então só Índio tem que estar presente**: a organização da assembleia Indígena Nacional na aldeia Kumarumã no ano de 1983. Monografia. Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá, 2019.

CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o Estado**. Tradução Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify. 2013. 1ª reimpressão.

CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (Org.). **Geografia e giro decolonial, ideias e horizontes:** experiências de pensamento crítico. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

FERNANDES, José Guilherme. Do oral ao escrito: implicações e complicações na Transcrição de Narrativas Orais. **Revista Outros Tempos**. V. 2, n. 2, pp. 156-166, 2005.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. **Revista perspectiva geográfica.** v. 9, n. 10, 2014.

FERRARINI, Hélène; TIOUKA, Alexis. **Pettit Guerrier Pour la Paix :** Les luttes amérindiennes racontées à la jeunesse (et à tous les curieux). Matoury : Ibis Rouge Éditions. 2017.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI**: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Indio – Funai, 2011.

GALLOIS, Dominique Tilkin. (org). **Redes de Relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp. 2005

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: vozes, 1997.

GILL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Quadros Geográficos:** uma forma de ver, uma forma de pensar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea. Presidente Prudente: Revista Nera. V. 23 n. 54 pp. 115-136

GUYON, Stéphanie. Des Primitifs Aux Autochtones Savoirs Ethnologiques et Politiques Publiques en Guyane de 1946 a nos Jours. **Revista Genèses**, n. 91, 2013, pp. 49-70.

GRUPIONI, Denise Farjado. Tempo e espaço na Guiana indígena. In: GALLOIS, Dominique Tilkin. (org). **Redes de Relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp. 2005. pp..23-57.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

HOFFMANN, Maria Barroso. Mapeamentos participativos e atores transnacionais: a formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais**. 2010. pp. 47-80.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

LIBANIO, Pedro; FREIRE, José Ribamar Bessa. Rondon, o Brasil dos sertões e o projeto de nação. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI**: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio – Funai, 2011. P. 169-177.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Reconsiderando poder tutelar e formação do Estado no Brasil: notas a partir da criação do serviço de Proteção aos Índios e localização de trabalhadores nacionais. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI**: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio – Funai, 2011. P. 201-212.

MARQUES, Indira Cavalcante da Rocha. **Território Federal e mineração de Manganês**: gênese do Estado do Amapá. Tese. Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

MINISTERIO DA AGRICULTURA**. Rondon. Índios do Brasil das cabeceiras do rio Xingu, dos rios Araguaia e Oiapoque Vol. II.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Indios.1953.

MORAES GALIBY, Kassia Angela Lod; FORTE, Marcilene dos Santos. **Processo de Formação do Povo "Galibi do Oiapoque"**: impactos migratórios. TCC apresentado ao curso de Licenciatura Intercultural Indígena na Universidade Federal do Amapá. 2018.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

PATEO, Rogerio Duarte do. Guerra e devoração. In: GALLOIS, Dominique Tilkin. (org). **Redes de Relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp. 2005. p..113-150.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** 1. ed. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Revista Geosul,** Florianópolis, v. 22, n. 43, pp 55-76, jan./jun. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 80, 2008.

SANTOS, Daniela S.; CUNHA, Evilania B. *et al*. **A importância da utilização dos mapas como instrumento de Ensino/Aprendizagem na Geografia Escolar.** *In*: BOMFIM, N. R.; ROCHA, Lurdes Bertol (Orgs). As representações na Geografia. Ilhéus-BA: Editus, 2012. pp..283-290.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra globalização.** 11 ed. Rio de Janeiro: Record. 2004.

_____. **Por uma Geografia nova**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008a (Coleção Milton Santos, 2).

_____. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008b (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec. 1994.

SEPULVEDA, B. **Les Mapuches du Chili:** des representations aux pratiques de l'espace. Geographie(s) d'um territoire autochtone**.** Thèse de doctorat em Gèographie. Université de Rouen, 2011.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. Territórios, Memória e Etnicidade no Espaço Urbano de Kourou- Guiana Francesa. **Revista Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 4, 2010, pp. 51-73.

SOUZA, Karla Alessandra Alves de. **A queda do céu**: o pensar decolonial na obra de Kopenawa Yanomami (1990-2015). Dissertação (Mestrado). Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

THABOUILLOT. Gérard. **Le Territoire de l'Inini:** 1930-1969. Matoury-Guyane française : IBIS ROUGE ÉDITIONS, 2016 (Espace outre-mer).

VIDAL, Lux Boelitz. De Maná ao Oiapoque: a Trajetória de uma Migração. **REVISTA USP**, São Paulo, n.46, pp. 42-51, junho/agosto 2000.

ZAGHETTO. Sonia. **História de Oiapoque**. Com o arquivo e as memórias de Roque Pennafort. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2019.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AMPARO, Sandoval dos Santos. **Da invisibilidade da questão indígena na geografia:** relato de participação no V Simpósio Nacional e Internacional sobre Espaço e Cultura. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.253-277, dez. 2007.

ARAGÓN, Luis E. **Amazônia, Conhecer para Desenvolver e Conservar**: cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec. 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense. 1999.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. (org.). **Construindo o Saber – Metodologia Científica: Fundamentos e Técnicas**. 2. ed. Campinas,SP: Papirus. 1989.

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Povos Indígenas no Brasil 3 Amapá/Norte do Pará**. (coordenação geral Carlos Alberto Ricardo). São Paulo: CEDI. 1983.

COLLOMB, Gérard. **Du Capitaine au Chef Coutumier Chez Les Kali'na Paris : Erhonologie Française,** nouvelle serie, T. 29e, No. 4e, LES MOTS: DES INSTITUTIONS (Octobre-Décembre 1999), pp. 549-557.

_____. **Une Citoyennete Kali'na?** Constructions Citoyennes, Affirmations Identitaires, Jeux de Niveau en Guyane Française. London : Citizenship Studies,v. 15, nº 8, 2011 p.981-991.

_____. Elements de Chronologie de L'occupation Kali'na du Village de Couachi (KWASI), Sur La Basse Mana. CNRS.

COLLOMB, Gérard ; TIOUKA, Félix. **Na'Na Kali'na:** une Histoire des Kali'na en Guyane. Matoury-Guyane : IBIS ROUGE ÉDITIONS. 2000.

COLLOMB, Gérard; MAM LAN FOUCK, Serge**. Mobilites, Ethnicites, Diversite Culturrele: la Guyane Eentre Sunirnam et Bresil**. Paris: IBIS ROUGE ÉDITIONS. 2016.

DEBUISSON, Marion**. Les modes d'interaction pour une dynamique territoriale soutenable:** un apport à l'écologie territoriale. These de DE Doctorat de l'universite de Technologie de Troyes Spécialité : Developpement Dubable. 2014

GEOFFROY, Filoche; Vincenzo Lauriola. **Terras Indígenas, Propriedade Comum e Manejo da Biodiversidade 1**: uma comparação Brasil – Guiana Francesa. Ateliê geográfico. Edição especial v. 4 nº 1 fev./2010 p. 164-195.

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. 3 ed. São Paulo: Contexto. 2013.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para Sistematizar Experiências**. 2 ed. Revista. Brasília: MMA, 2006. Tradução de: Maria Viviana V. Resende.(Série Monitoramento e avaliação 2).

HUMBOLDT, Alejandro**. Cosmos Ensayo de uma Descripcion Física Del Mundo.** Vertido al castellano para biblioteca. TOMO I. Bélgica: Eduardo Perié editor, 1875.

IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju.** Rio de Janeiro/Brasília: Ministério de Educação. Edição fac-similar. 2002

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Diretoria de Pesquisas. 2012.

KARPE, Philippe**;** TIOUKA, Alexis**. Droits des peoples autochtones à la terre et au patrimonie.** JATBA VOL. 40 (1-2). 1998

LE TOURNEAU**,** François-Michel. **Stratégies territoriales amérindiennes dans un contexte pluri-ethnique : la région de Auaris (Roraima).** HAL Id: halshs-00290530 https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00290530 Submitted on 25 jun. 2008

LIMA, Marcos Costa; BOTIA, Carlos Gilberto Zárate, LYRA JÚNIOR, Américo Alves. **Governabilidade e Fronteira: os desafios amazônicos**. Boa Vista: Ed. Da UFRR. 2012.

LIMA, Widney P.; RAMOS, João D.D.; SILVA, Cristhiano K. da. **Entrevista com o professor Alfredo Wagner Almeida**. Porto alegre: Espaço ameríndio v. 7 n. 2 p. 254-270 jul/dez. 2013.

NASCIMENTO, Adir Casaro; VIEIRA, Carlos Magno Naglis. **O Índo e o Espaço Urbano:** breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. Cordis. História: Cidade, Esporte e Lazer, São Paulo, n. 14, p. 118-136, jan./jun. 2015. ISSN 2176-4174.

NASCIMENTO, Durbens Martins (Org.). **Relações Internacionais e Defesa na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA. 2008.

PAGLIARO, H., AZEVEDO, MM., and SANTOS, RV. orgs. **Demografia dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 192 p. ISBN: 85-7541-056-3. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

ROCHA, Leandro Mendes; BAINES, Stephen Grant (Orgs.) **Fronteiras e Espaços Interculturais**: transnacionalidade, etnicidade e identidade em regiões de fronteira. Goiânia: Ed. Da UCG, 2008.

ROMANI, Carlo. "**Clevelândia, Oiapoque - Aqui Começa o Brasil**!: Trânsitos e confinamento na fronteira com a Guiana Francesa (1900 – 1927). Campinas-SP: Tese de doutorado do Programa de História, Instituto de Filosofia e ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2003.

ROMANI, Carlo. **Algumas Geografias Sobre a Fronteira Francobrasileira**. Revista Ateliê Geográfico, v. 2, nº 1, maio/2008, p. 43-64.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções sobre território**. 3 ed. São Paulo: Outras Expressões. 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio(org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões. 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs**.) Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora. 2015.

SANTOS, Milton et al. **Território, Territórios:** ensaio sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2011.

SEPULVEDA, Bastien. **Intelectualidad indígena y colonialidad del saber en América Latina.** Cuadernos Interculturales, vol. 9, núm. 17, 2011, pp. 27-31 Universidad de Playa Ancha Viña del Mar, Chile.

_____. **Recompositions territoriales autochtones en milieu urbain:** Urbanisation et urbanité mapuche au Chili. Recherches amérindiennes au Québec, 41(2-3), 117–128. https://doi.org/10.7202/1021616ar .2011

_____.**Entre Villes et Campagnes mobilités contemporaines et stratégies territoriales mapuche au Chili.. Lille :** Université des Sciences et Technologies, Revista Espaço**,** populations societé 2012-2. P. 229-248

_____. **Le pays mapuche, un territoire à géographie variable**, Espace populations sociétés [En ligne], 2012/1 | 2013, mis en ligne le 01 mars 2015, consulté le 15 décembre 2016**.** URL :http://eps.revues.org/4872 ; DOI : 10.4000/eps.4872

SEPÚLVEDA, Bastien; ZÚÑIGA, Paulina. **Geografias indígenas urbanas: el caso mapuche en La Pintana, Santiago de Chile**. Revista de Geografia Norte Grande, núm. 62, diciembre, 2015, pp. 127-149 Pontifícia Universidad Católica de Chile Santiago, Chile

SILVA, Mariene Josy Moreira. **Casa de papel: significados da escolarização Awá.** São Luís. 2016. Dissertação apresentado a pós em Ciências socias. Universidade Federal do Maranhão.

SILVA, Meire Adriana da. **Galibi Masworno, Palikus, Galibi Kali'na e Karipuna:** demarcando territórios e territorializações – Oiapoque/AP – Amazônia. Tese de Doutorado no Programa em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara. 2020.

TASSINARI, Antonela Maria Imperatriz. **No Bom da Festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá.** São Paulo: Edusp. 2003.

TIOUKA, Alexis. **Droit à la terre et au patrimoine.** Publié dans le journal JATBA
_____. Le contexte juridique international des droits des peoples autochtones. Quito - Equateur: FLACSO. 2004.

_____. **Peoples autoctones de guyane et évolution institutionnelle:** un combat politique et juridique. IWGIA. 2005. p. 135-141.

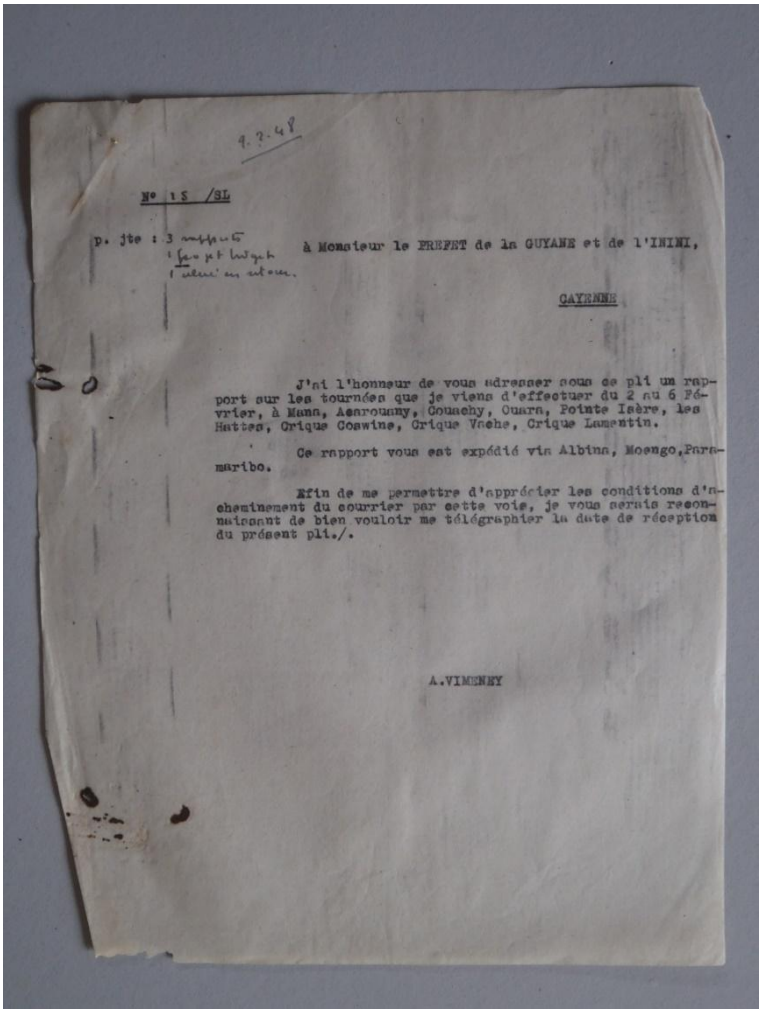
VERDUM, Ricardo; ARAÚJO, André (orgs). **Experiências de assistência Técnica e extensão rural junto aos povos indígenas:** O desafio da Interculturalidade. Brasília-DF: NEAD/SAF. 2010.

VIDAL, Lux Boelitz. **Mito, História e Cosmologia:** as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibi entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, Oiapoque, Amapá. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2001, V. 44 nº 1.

ANEXOS

IMAGEM DO MAPA MENTAL DO TERRITÓRIO KALI'NA

DOCUMENTO COMPLETO



9.2.48

N° 15 /SL

p. jte : 3 rapports

à Monsieur le PREFET de la GUYANE et de l'ININI,

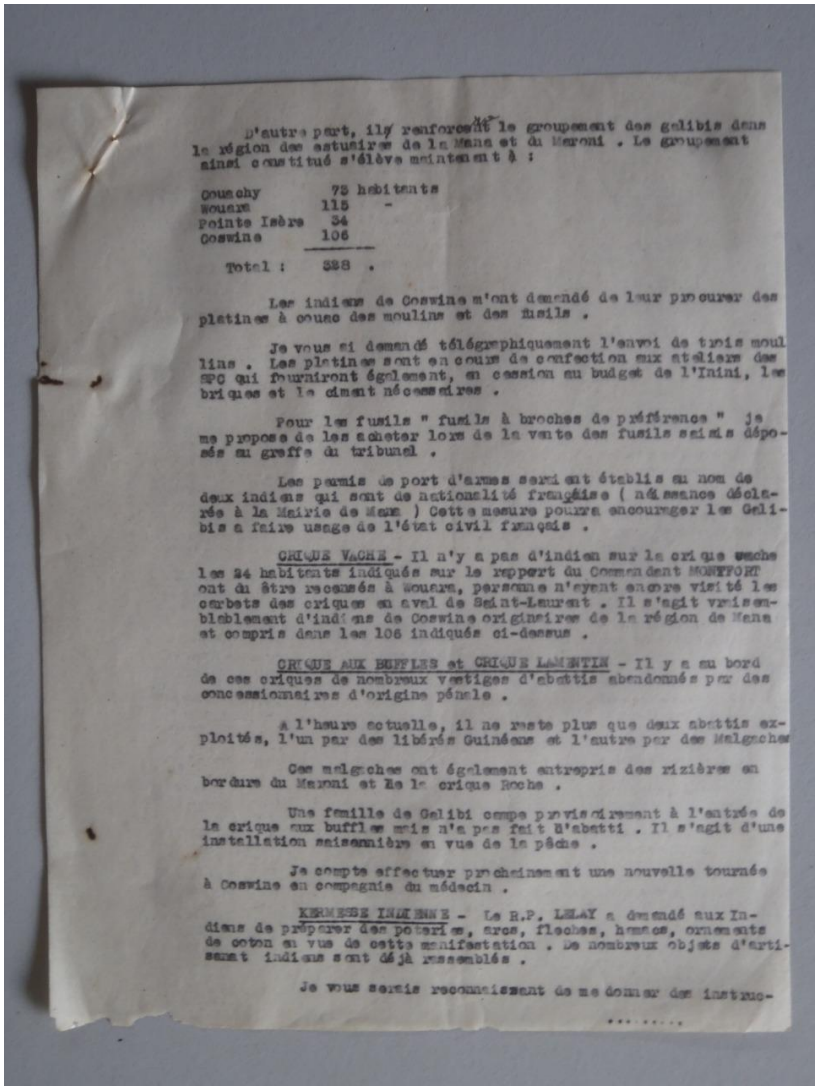
CAYENNE

J'ai l'honneur de vous adresser sous ce pli un rapport sur les tournées que je viens d'effectuer du 2 au 6 Février, à Mana, Acarouany, Couachy, Ouara, Pointe Isère, les Hattes, Crique Coswine, Crique Vache, Crique Lamentin.

Ce rapport vous est expédié via Albina, Moengo, Paramaribo.

Afin de me permettre d'apprécier les conditions d'acheminement du courrier par cette voie, je vous serais reconnaissant de bien vouloir me télégraphier la date de réception du présent pli./.

A.VIMENET



D'autre part, il y renforcera le groupement des galibis dans la région des estuaires de la Mana et du Maroni . Le groupement ainsi constitué s'élève maintenant à :

Couachy	75 habitants
Mouara	115 -
Pointe Isère	34
Coswine	106
Total :	328 .

Les indiens de Coswine m'ont demandé de leur procurer des platines à coups des moulins et des fusils .

Je vous ai demandé télégraphiquement l'envoi de trois moulins . Les platines sont en cours de confection aux ateliers des SPC qui fourniront également, en cession au budget de l'Inini, les briques et le ciment nécessaires .

Pour les fusils " fusils à broches de préférence " je me propose de les acheter lors de la vente des fusils saisis déposés au greffe du tribunal .

Les permis de port d'armes seront établis au nom de deux indiens qui sont de nationalité française (naissance déclarée à la Mairie de Mana) Cette mesure pourra encourager les Galibis à faire usage de l'état civil français .

CRIQUE VACHE - Il n'y a pas d'indien sur la crique vache les 24 habitants indiqués sur le rapport du Commandant MONTFORT ont dû être recensés à Mouara, personne n'ayant encore visité les carbets des criques en aval de Saint-Laurent . Il s'agit vraisemblablement d'indiens de Coswine originaires de la région de Mana et compris dans les 106 indiqués ci-dessus .

CRIQUE AUX BUFFLES et CRIQUE LAMENTIN - Il y a au bord de ces criques de nombreux vestiges d'abattis abandonnés par des concessionnaires d'origine pénale .

A l'heure actuelle, il ne reste plus que deux abattis exploités, l'un par des libérés Guinéens et l'autre par des Malgaches

Ces malgaches ont également entrepris des rizières en bordure du Maroni et de la crique Roche .

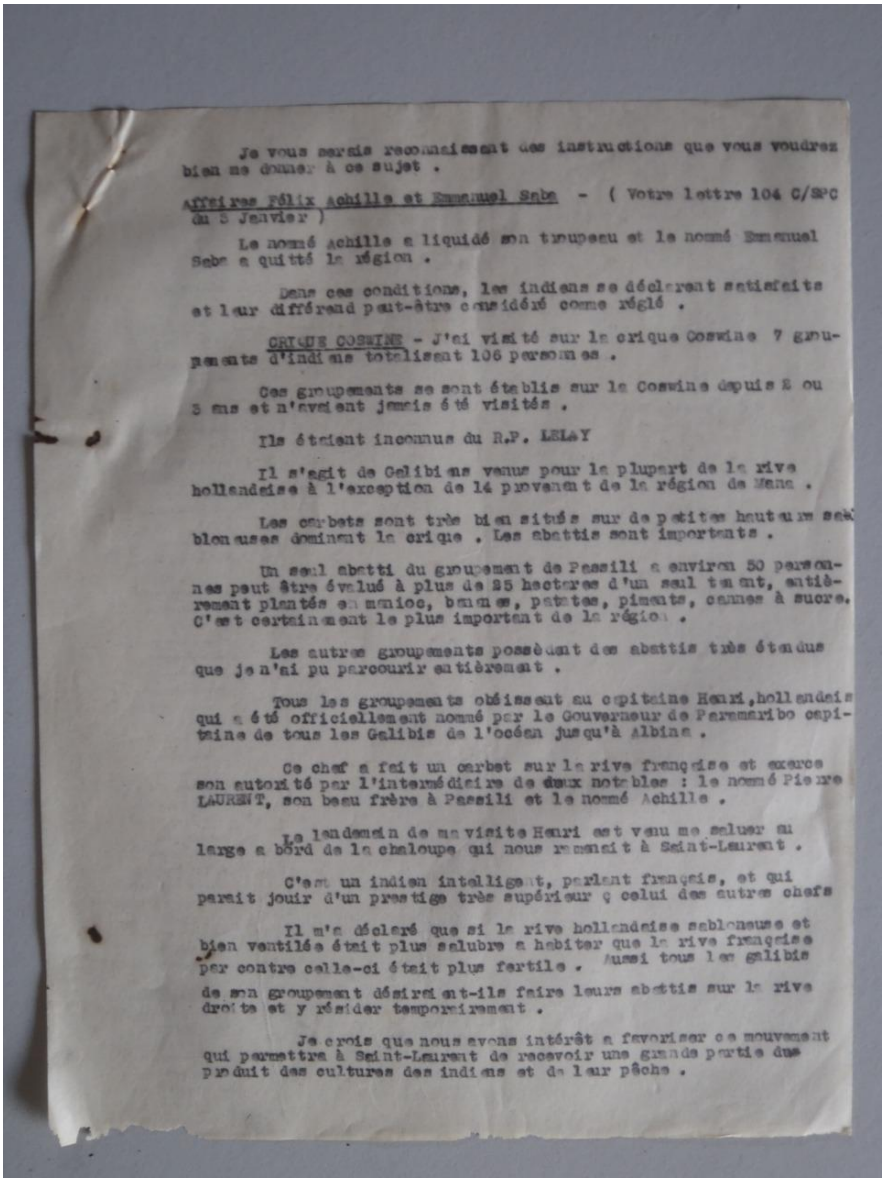
Une famille de Galibi campe provisoirement à l'entrée de la crique aux buffles mais n'a pas fait d'abatti . Il s'agit d'une installation saisonnière en vue de la pêche .

Je compte effectuer prochainement une nouvelle tournée à Coswine en compagnie du médecin .

KERMESSE INDIENNE - Le R.P. LELAY a demandé aux Indiens de préparer des poteries, arcs, flèches, hamacs, ornements de coton en vue de cette manifestation . De nombreux objets d'artisanat indiens sont déjà rassemblés .

Je vous serais reconnaissant de me donner des instruc-

.....



Je vous serais reconnaissant des instructions que vous voudrez bien me donner à ce sujet .

Affaires Félix Achille et Emmanuel Sabo - (Votre lettre 104 C/SPC du 5 Janvier)

Le nommé Achille a liquidé son troupeau et le nommé Emmanuel Sabo a quitté la région .

Dans ces conditions, les indiens se déclarent satisfaits et leur différend peut-être considéré comme réglé .

CRIQUE COSWINE - J'ai visité sur la crique Coswine 7 groupements d'indiens totalisant 106 personnes .

Ces groupements se sont établis sur le Coswine depuis 2 ou 3 ans et n'avaient jamais été visités .

Ils étaient inconnus du R.P. LELAY

Il s'agit de Galibis venus pour la plupart de la rive hollandaise à l'exception de 14 provenant de la région de Mana .

Les carbets sont très bien situés sur de petites hauteurs sablonneuses dominant la crique . Les abattis sont importants .

Un seul abatti du groupement de Passili a environ 50 personnes peut être évalué à plus de 25 hectares d'un seul tenant, entièrement plantés en manioc, bananes, patates, piments, cannes à sucre. C'est certainement le plus important de la région .

Les autres groupements possèdent des abattis très étendus que je n'ai pu parcourir entièrement .

Tous les groupements obéissent au capitaine Henri, hollandais qui a été officiellement nommé par le Gouverneur de Paramaribo capitaine de tous les Galibis de l'océan jusqu'à Albina .

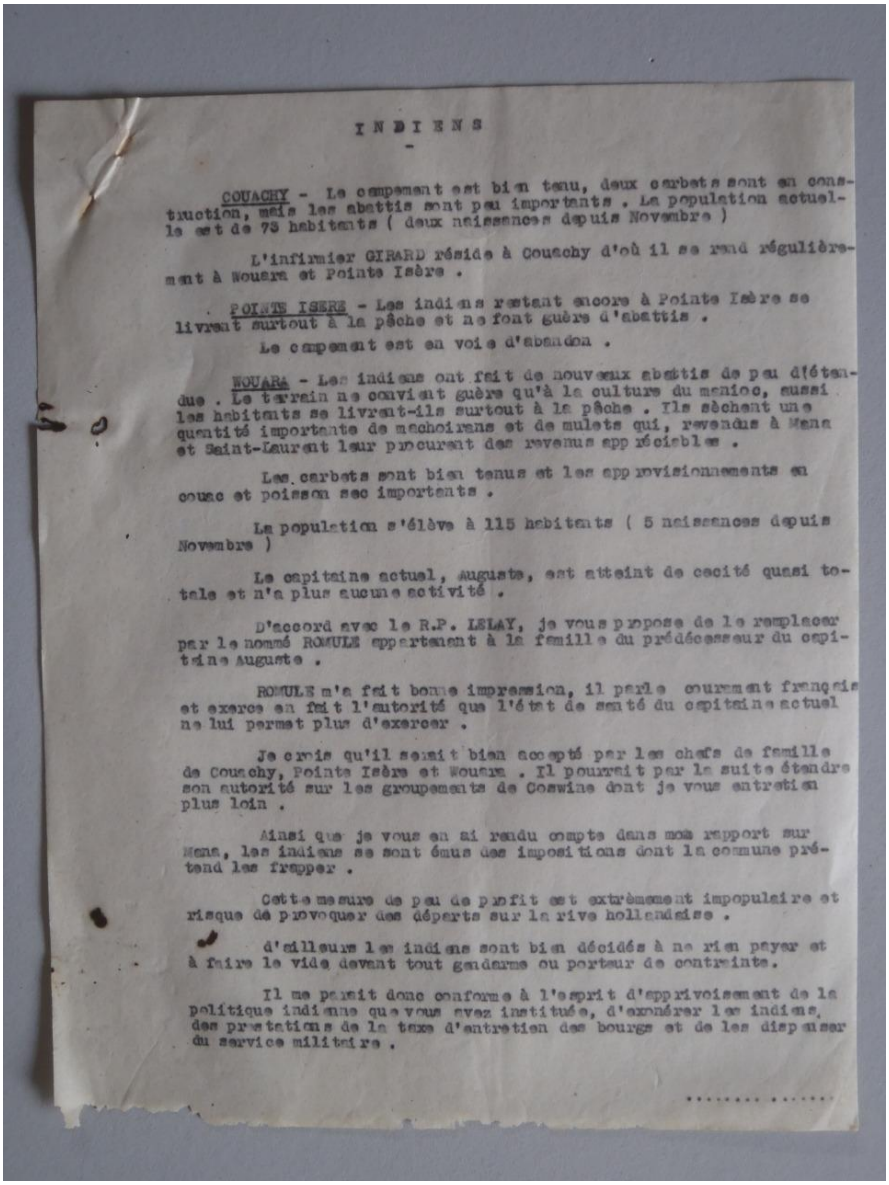
Ce chef a fait un carbet sur la rive française et exerce son autorité par l'intermédiaire de deux notables : le nommé Pierre LAURENT, son beau frère à Passili et le nommé Achille .

Le lendemain de ma visite Henri est venu me saluer au large à bord de la chaloupe qui nous ramenait à Saint-Laurent .

C'est un indien intelligent, parlant français, et qui paraît jouir d'un prestige très supérieur à celui des autres chefs

Il m'a déclaré que si la rive hollandaise sablonneuse et bien ventilée était plus salubre à habiter que la rive française par contre celle-ci était plus fertile . Aussi tous les galibis de son groupement désirent-ils faire leurs abattis sur la rive droite et y résider temporairement .

Je crois que nous avons intérêt à favoriser ce mouvement qui permettra à Saint-Laurent de recevoir une grande partie des produit des cultures des indiens et de leur pêche .



INDIENS

COUACHY - Le campement est bien tenu, deux carbets sont en construction, mais les abattis sont peu importants . La population actuelle est de 73 habitants (deux naissances depuis Novembre)

L'infirmier GIRARD réside à Couachy d'où il se rend régulièrement à Wouara et Pointe Isère .

POINTE ISERE - Les indiens restant encore à Pointe Isère se livrent surtout à la pêche et ne font guère d'abattis .

Le campement est en voie d'abandon .

WOUARA - Les indiens ont fait de nouveaux abattis de peu d'étendue . Le terrain ne convient guère qu'à la culture du manioc, aussi les habitants se livrent-ils surtout à la pêche . Ils sèchent une quantité importante de machoirans et de mulets qui, revendus à Mana et Saint-Laurent leur procurent des revenus appréciables .

Les carbets sont bien tenus et les approvisionnements en couac et poisson sec importants .

La population s'élève à 115 habitants (5 naissances depuis Novembre)

Le capitaine actuel, Auguste, est atteint de cecité quasi totale et n'a plus aucune activité .

D'accord avec le R.P. LELAY, je vous propose de le remplacer par le nommé ROMULE appartenant à la famille du prédécesseur du capitaine Auguste .

ROMULE m'a fait bonne impression, il parle couramment français et exerce en fait l'autorité que l'état de santé du capitaine actuel ne lui permet plus d'exercer .

Je crois qu'il serait bien accepté par les chefs de famille de Couachy, Pointe Isère et Wouara . Il pourrait par la suite étendre son autorité sur les groupements de Coswine dont je vous entretien plus loin .

Ainsi que je vous en ai rendu compte dans mon rapport sur Mana, les indiens se sont émus des impositions dont la commune prétend les frapper .

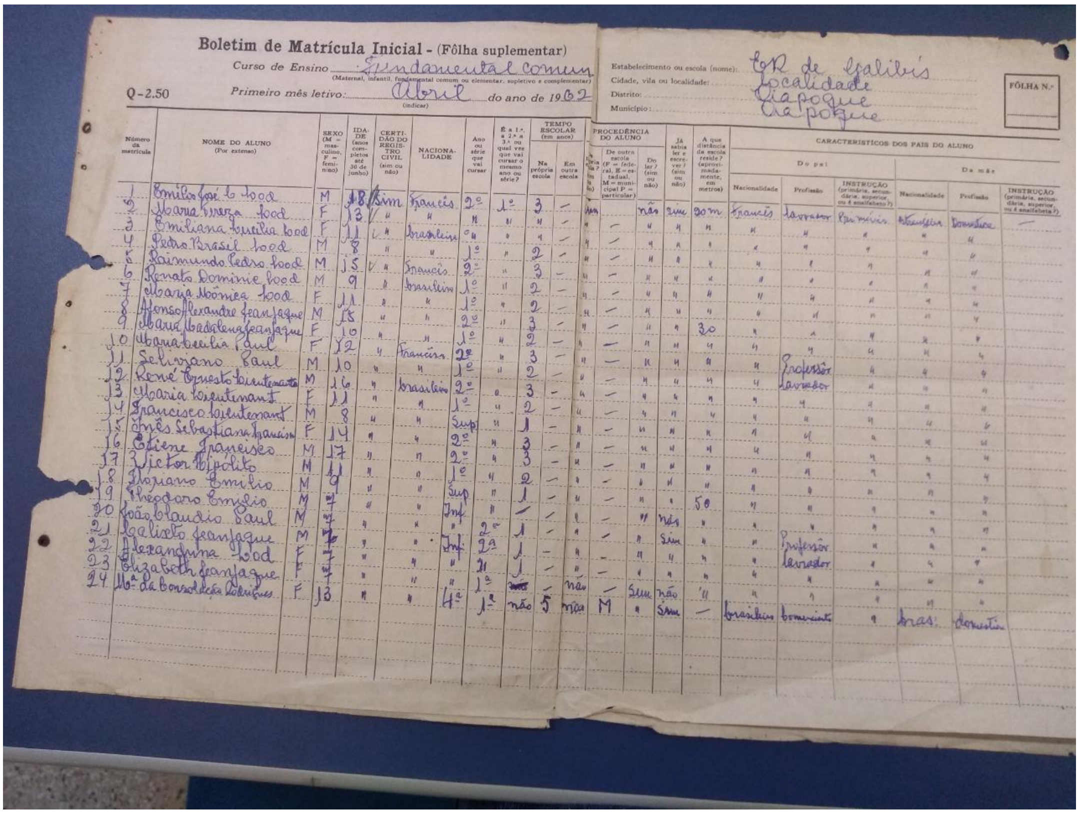
Cette mesure de peu de profit est extrêmement impopulaire et risque de provoquer des départs sur la rive hollandaise .

D'ailleurs les indiens sont bien décidés à ne rien payer et à faire le vide devant tout gendarme ou porteur de contrainte.

Il me paraît donc conforme à l'esprit d'apprivoisement de la politique indienne que vous avez instituée, d'exonérer les indiens des prestations de la taxe d'entretien des bourgs et de les dispenser du service militaire .

.....

DOCUMENTO 2



Boletim de Matrícula Inicial - (Fôlha suplementar)

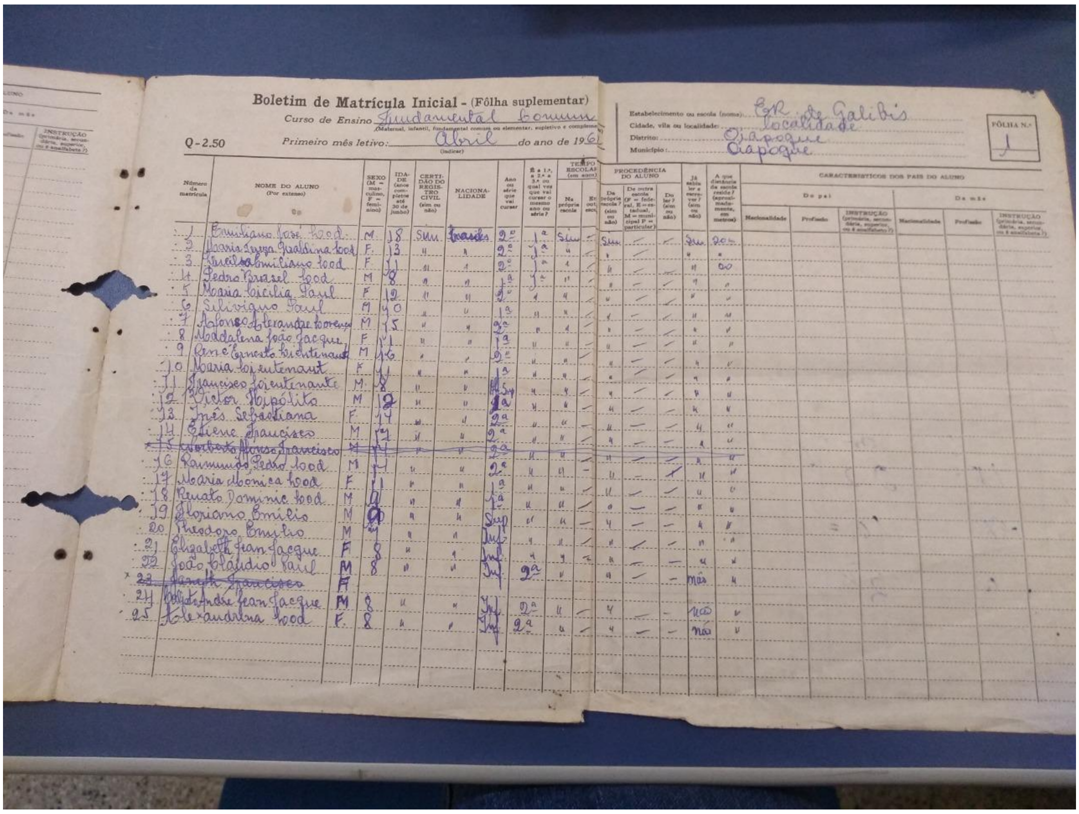
Curso de Ensino: Fundamental comum (Maternal, infantil, fundamental comum ou elementar, supletivo e complementar)

Q-2.50 Primeiro mês letivo: Abril (indicar) do ano de 1962

Estabelecimento ou escola (nome): E.R. de Galibis
Cidade, vila ou localidade: Localidade
Distrito: Oiapoque
Município: Oiapoque

FÔLHA N.º

Número da matrícula	NOME DO ALUNO (Por extenso)	SEXO	IDADE	Ano ou série que vai cursar
1	Emilio José L. Lood	M	18	2º
2	Maria Tereza Lood	F	13	"
3	Emiliana Cecilia Lood	F	11	"
4	Pedro Brasil Lood	M	8	1º
5	Raimundo Pedro Lood	M	15	2º
6	Renato Dominic Lood	M	9	1º
7	Maria Mônica Lood	F	11	1º
8	Afonso Alexandre Jeanjaque	M	15	1º
9	Maria Madalena Jeanjaque	F	10	2º
10	Maria Cecilia Paul	F	12	1º
11	Selivano Paul	M	10	2º
12	René Ernesto Lieutenant	M	16	1º
13	Maria Lieutenant	F	11	2º
14	Francisco Lieutenant	M	8	1º
15	Inês Sebastiana Francisco	F	14	Sup
16	Etiene Francisco	M	17	2º
17	Victor Hipólito	M	11	2º
18	Floriano Emilio	M	9	1º
19	Theodoro Emilio	M	7	Sup
20	João Claudio Paul	M	7	Inf
21	Calixto Jeanjaque	M	7	"
22	Alexandrina Lood	F	7	Inf
23	Elizabeth Jeanjaque	F	7	"
24	Mª da Consolação Rodrigues	F	13	4ª



Boletim de Matrícula Inicial - (Fôlha suplementar)

Curso de Ensino: Fundamental Comum (Maternal, infantil, fundamental comum ou elementar, supletivo e complementar)

Q-2.50 Primeiro mês letivo: Abril (indicar) do ano de 1962

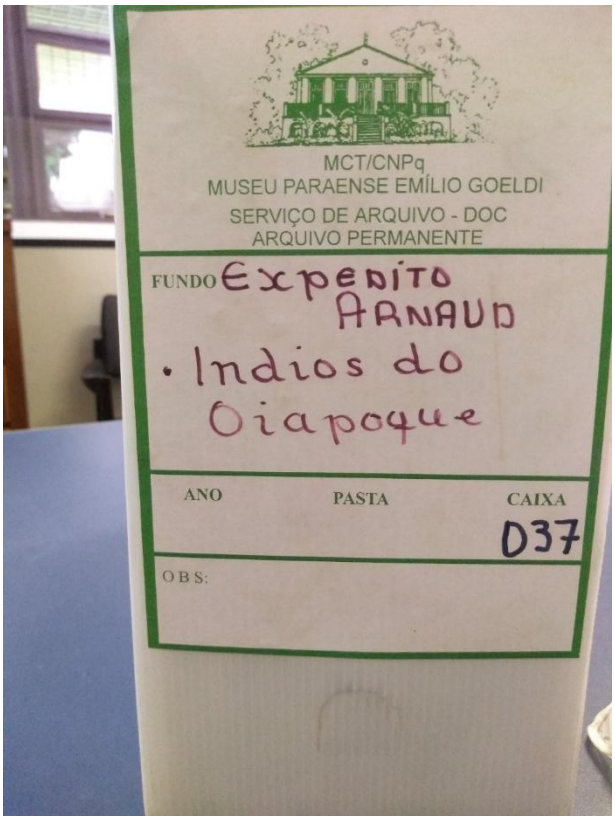
Estabelecimento ou escola (nome): E.R. de Galibis
Cidade, vila ou localidade: Localidade
Distrito: Oiapoque
Município: Oiapoque

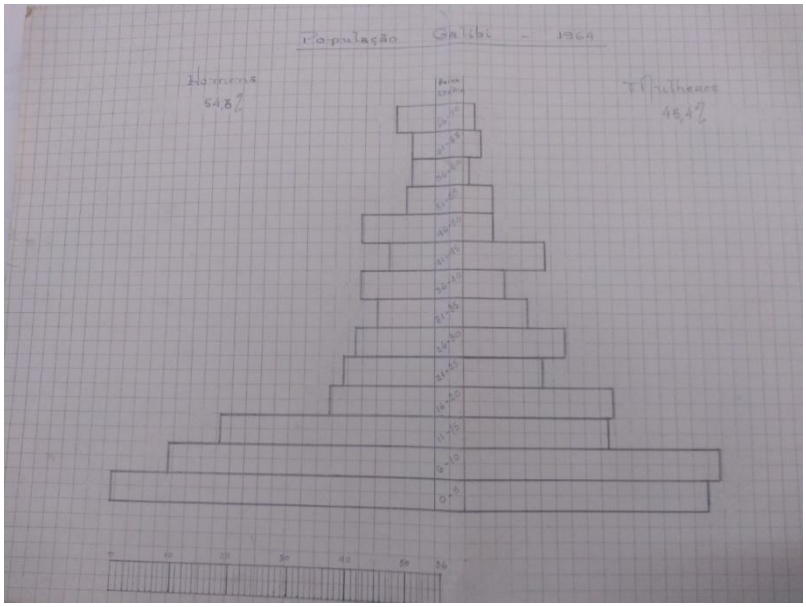
FÔLHA N.º 1

Número da matrícula	NOME DO ALUNO (Por extenso)	SEXO	IDADE	Ano ou série que vai cursar
1	Emiliano José Lood	M	18	2º
2	Maria Tereza Geraldina Lood	F	13	2º
3	Cecilia Emiliano Lood	F	11	2º
4	Pedro Brasil Lood	M	8	1ª
5	Maria Cecilia Paul	F	12	2º
6	Silivano Paul	M	10	1ª
7	Afonso Alexandre Lorenço	M	15	2ª
8	Madalena João Jacque	F	11	1ª
9	René Ernesto Lieutenant	M	16	2º
10	Maria Lieutenant	F	11	1ª
11	Francisco Lieutenant	M	8	Sup
12	Victor Hipólito	M	12	1ª
13	Inês Sebastiana	F	14	2ª
14	Etiene Francisco	M	17	2ª
~~15~~	~~Norberto Afonso Francisco~~	~~M~~	~~14~~	~~2ª~~
16	Raimundo Pedro Lood	M	14	2ª
17	Maria Mônica Lood	F	11	1ª
18	Renato Dominic Lood	M	10	1ª
19	Floriano Emilio	M	9	Sup
20	Theodoro Emilio	M	[illegible]	Inf
21	Elizabeth Jean Jacque	F	8	Inf
22	João Cláudio Paul	M	8	Inf
~~23~~	~~Janeth Francisco~~	F		
24	Calixto André Jean Jacque	M	8	Inf
25	Alexandrina Lood	F	8	Inf

APÊNDICES

FOTOS DE ETAPAS DA PESQUISA





Tambor Kalina, foto de 2018.

FICHA PARA ENTREVISTA DA 2ª GERAÇÃO DOS KALI'NÃ DE OIAPOQUE

NOME

DATA DE NASC.

ONDE NASCEU

QUANDO SAIU DA T.I?

PORQUE SAIU DA T.I.?

ONDE MORA HOJE?

HÁ QUANTOS ANOS
MORA NESSE LUGAR?

QUAL A PROFISSÃO?

QUAL A
ESCOLARIDADE?

É CASADO?

NOME DO CONJUGE

DE ONDE É O CONJUGE

TEM FILHOS? QUANTOS?

NOMES DOS FILHOS:

ONDE NASCERAM:
ONDE MORAM: IDADE:

OUTRAS INFORMAÇÕES